



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos: um estudo de caso com reincidentes

Carlos Manuel Cardoso de Sousa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Orientador: Professor Doutor Nuno Augusto

Covilhã, Junho de 2015

Agradecimentos

Para conseguir terminar esta investigação a que me propôs foi necessária a ajuda de algumas pessoas sem as quais não teria a força, a persistência, determinação e motivação suficientes para o fazer. Num caminho tão longo já percorrido, e difícil, quero expressar o meu agradecimento ao meu Orientador, o Professor Doutor Nuno Augusto pelos seus conhecimentos, competência, disponibilidade e ajuda a todo o tempo.

Ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, por me ter permitido realizar as entrevistas aos reclusos nos Estabelecimentos Prisionais da Covilhã e de Alcoentre.

À minha sogra que sem ela não teria sido possível conciliar os estudos e o trabalho e a educação da minha filha.

Por último, mas não menos importantes, à minha mulher Dora e à minha filha Diana, que me incentivaram todos os dias e que estiveram comigo nos bons e maus momentos nas várias etapas desta jornada, pelos momentos em que ficaram privadas da minha presença, um agradecimento especial.

A todos o meu Bem Haja

Resumo

O tema central desta dissertação são as Políticas de Reinserção Social que são levadas a cabo no tratamento penitenciário de reclusos, que se encontram a cumprir medidas privativas da liberdade. Espera-se por um lado, que ao abordar esta temática se ajude a compreender o fenómeno da reincidência criminal, que de acordo com o Relatório sobre o Sistema Prisional da Provedoria da Justiça (2003) apresenta uma taxa de reincidência de 51%. Considera-se importante compreender de que formas as atuais políticas de reinserção social de reclusos contribuem para uma melhor integração / inclusão dos mesmos na sociedade. Por outro lado, importa entender se a prisão (que exclui os reclusos da sociedade durante o cumprimento da sua pena) lhes dá as ferramentas/competências necessárias para que estes se integrem novamente na sociedade.

Palavras-Chave: Políticas de Reinserção Social, reclusos, tratamento penitenciário, reincidência, inclusão/integração social.

Abstract

The central theme of this thesis are Social Welfare policies that are carried out in the prison treatment of prisoners who are serving in custody. It is expected on the one hand, that addressing this issue help to understand the phenomenon of recidivism, which according to the Report on the Prison System of the Office of Justice (2003) presents a recurrence rate of 51%. It is considered important to understand the ways in which current social reintegration of prisoners policies contribute to a better integration / inclusion thereof in society. On the other hand, it is understood that the prison (which excludes inmates of the society during the term of their sentence) gives them the tools / skills needed to enable them to integrate back into society.

Keywords: Social Welfare Policy, prisoners, prison treatment, recidivism, social inclusion / integration.

Índice

Índice de Quadros	viii
Índice de Gráficos	ix
Cap. I.....	14
Políticas de Reinserção Social	14
1. Estado Providência	14
2. As Políticas Sociais	17
Cap. II.....	24
A exclusão / inclusão social dos reclusos.....	24
Introdução	24
1. A Prisão.....	25
2. A reclusão como forma de exclusão Social.....	27
3. A exclusão como rutura dos laços sociais	30
4. A exclusão como rutura do contrato social	35
4.1. A desqualificação Social.....	37
4.2. A estigmatização	38
5. Integração e Inserção/inclusão	40
5.1. Ensino.....	43
5.2. Formação Profissional	45
5.3. Trabalho Prisional	47
5.4. Toxicodependência.....	49
6. Crime e Desvio	51
6.1. Aspetos Socioeconómicos	57
6.2. Aspetos Ecológicos	59
6.3. Aspetos Psicológicos	61
CAP III.....	63
Políticas de Reinserção Social de reclusos	63

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Introdução	63
1. O tratamento Penitenciário.....	63
2. Caracterização da população prisional	68
2.1. Caracterização do ensino	72
2.2. Caracterização da formação profissional.....	77
2.3. Caracterização do Trabalho prisional	82
3. Medidas de flexibilização da pena de prisão	83
3.1. Licenças de saída do estabelecimento prisional	83
3.2. Licenças de saída administrativas	83
3.3. Licença de saída judiciais	85
4. Regimes de execução da pena	86
4.1. Regime Aberto no interior (RAI):	86
4.2. Regime aberto no exterior (RAE)	87
5. A liberdade condicional	87
CAP IV.....	89
Metodologia.....	89
1. Investigação e estudo	89
2. Metodologia qualitativa	90
3. A Técnica: Entrevista semiestruturada	91
4. Caracterização dos participantes	93
CAP V.....	97
Resultados.....	97
Ponto 1 - Percurso Educativo	97
Ponto 2 - Formação Profissional	109
Ponto 3 - Reinserção Social	117
Ponto 4 - Emprego	126
Ponto 5 - Contexto familiar e comunitário	130
CAP VI.....	137
Conclusões	137

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Referências Bibliográficas.....	144
Anexo 1 - Guião de entrevista.....	153
Anexo 2 - Pedido de autorização para a realização de trabalhos de Mestrado	155
Anexo 3 - Diferimento ao pedido de autorização para a realização de trabalhos de Mestrado	157
Anexo 4 - Pedido de autorização para a realização de 7 entrevistas adicionais	158
Anexo 5 -Resposta ao pedido autorização para a realização de 7 entrevistas adicionais...	159
Anexo 6 - Dados Sócio demográficos dos reclusos entrevistados.....	160
Anexo 7 - Transcrição das entrevistas (apenas em formato digital - CD).....	168

Índice de Quadros

Quadro 1: População Prisional segundo a situação Jurídico-penal e nacionalidade	70
Quadro 2: Reclusos condenados segundo as penas a 31 de Dezembro de 2014.....	71
Quadro 3: Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2014, segundo a instrução, sexo e nacionalidade.....	73
Quadro 4: Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2014, segundo a situação penal, em formação e em atividade, por espécies de estabelecimentos	74
Quadro 5: Parque escolar - Ano letivo 2009/2010	74
Quadro 6: Movimento escolar no ano letivo 2008/2009	75
Quadro 7: Cursos de educação extra- escolar	76
Quadro 8: Processo RVCC 2010	76
Quadro 9: Ano letivo 2010/2011	77
Quadro 10: Nº de ações de formação - 2010	80
Quadro 11: Nº de Formandos - Plano de Formação 2010	81
Quadro 12: Áreas de formação	81
Quadro 13: Características Sociodemográficas dos Participantes.....	94

Índice de Gráficos

Gráfico 1: População Prisional por sexo	69
Gráfico 2: Tipo de crime	71
Gráfico 3: Licenças de saída de curta duração	84
Gráfico 4: Licenças de saída judiciais.....	85

Introdução

As políticas de reinserção social levadas a cabo no tratamento penitenciário são algo que já existe desde o século XIX com a constituição de 1822 e conseqüentemente com o código penal de 1852. No entanto, as finalidades das penas conferiam à pena de prisão um objetivo primário de prevenção geral da intimidação. Mas a partir da revisão ao código penal de 1852, tendo como principal responsável Levy Maria Jordão, defende-se a ideia da prevenção especial em que a pena de prisão deve atuar sobre a pessoa que delinuiu visando evitar a prática de novos crimes (Santos:2003).

A realização desta investigação teve como motivação inicial o fato de exercer a atividade profissional de Guarda Prisional. O tema sobre as Políticas de Reinserção Social dos reclusos foi escolhido de forma natural, pois a atividade de Guarda Prisional implica lidar diariamente com a população prisional, o que nos torna um ator privilegiado para realizar um trabalho de investigação que visa compreender melhor de que forma é que estas políticas são aplicadas no terreno e acima de tudo obter as percepções de quem as vive no dia-a-dia. Um dos aspetos que nos suscitou interesse em enveredar por este tema foi o fato de nos apercebermos de que os reclusos eram muito críticos relativamente às Políticas de Reinserção Social levadas a cabo no tratamento penitenciário. Face a esta insatisfação constante demonstrada pelos reclusos, pela necessidade de também nós querermos obter algumas respostas a questões que iam surgindo, aliado à vontade de querermos trabalhar na área da Reinserção Social de Reclusos levou a que nos sentíssemos motivados a estudar este tema.

Considerando a reinserção social de reclusos uma problemática complexa, que afeta um número considerável de pessoas em cumprimento de medidas privativas da liberdade, levou-nos a considerar uma pergunta de partida, que indo ao encontro dos objetivos traçados, nos ajudará a compreender melhor este problema. «Será que as políticas de reinserção social capacitam os reclusos para a sua integração / inclusão na sociedade, sem reincidirem?» De modo a tentar responder a esta questão apresentamos de seguida os objetivos gerais e específicos.

Objetivos gerais

O tema central desta dissertação serão «As políticas de Reinserção Social de reclusos», que são levadas a cabo no tratamento penitenciário e que se destinam a quem se encontra a cumprir medidas privativas da liberdade. Tendo em conta a problemática da reinserção social dos reclusos e da sua reincidência, estabelecemos como objetivos gerais desta investigação, compreender de que forma é que as atuais políticas de reinserção social de reclusos

contribuem para uma melhor integração / inclusão dos mesmos na sociedade, perceber se a prisão exclui os reclusos da sociedade e se durante o cumprimento da sua pena se lhes dá as ferramentas necessárias para que estes se integrem novamente na sociedade. Por outro lado, ao se abordar esta temática, pretende-se compreender o fenómeno da reincidência criminal, que de acordo com o Relatório sobre o Sistema Prisional da Provedoria da Justiça (2003) apresenta uma taxa de reincidência de 51%.

Objetivos específicos

Ao considerarmos a importância do papel do ensino, da formação, do trabalho e da família no processo de reinserção dos reclusos, estabelecemos como objetivos específicos abordar de forma mais aprofundada as várias políticas de reinserção social que são levadas a cabo no tratamento penitenciário nas áreas de ensino, formação profissional, trabalho prisional e ao mesmo tempo, perceber a importância que a família e a comunidade representam na inserção social dos reclusos, e qual o seu papel na não reincidência. Pretende-se também compreender de que forma é que estas políticas podem minimizar o estigma e o preconceito que sofre alguém que esteve preso e se sente excluído mesmo depois de cumprir a sua pena.

É ainda nossa intenção aprofundar de que modo é que as políticas de reinserção social podem fornecer aos reclusos as ferramentas essenciais para que estes estejam mais preparados a enfrentar as dificuldades que surgem no processo de integração / inclusão na sociedade. Verificar se estas políticas capacitam os reclusos para a sua própria inclusão através da co-responsabilidade no processo de reinserção e reforço de capacidades que permitam a sua autonomia.

Pretende-se também avaliar se as políticas de reinserção social que são levadas a cabo durante o cumprimento da pena de prisão se estendem no acompanhamento dos reclusos depois de estes saírem em liberdade. É para nós importante perceber se as competências escolares e formativas que os reclusos adquirem no meio prisional são realmente uma mais valia para o seu futuro. Ao obtermos as perceções dos reclusos sobre o pós-reclusão iremos assim obter um feedback da eficiência das Políticas de Reinserção. O processo de reinserção social é um processo moroso e difícil em que tem de existir um acompanhamento constante, para que o recluso entenda que a sua reinserção na sociedade é um processo contínuo, que se inicia com a sua reclusão, que deve ser feito com a sua participação e que se deverá manter após a sua saída de modo a evitar a sua reincidência.

É também nossa intenção analisar as perceções que os reclusos têm das políticas de reinserção social, podendo a partir daí compreender quais são consideradas as que mais os capacitam para uma melhor integração na sociedade.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Para a realização desta investigação, no sentido de responder às problemáticas e aos objetivos propostos, optámos por uma metodologia de carácter qualitativo, que segundo Boni & Quaresma (2005) permite trabalhar com significados, motivações, valores e crenças. O método qualitativo, de acordo com Moreira (2007) favorece o conhecimento em profundidade dos contextos em que decorre a experiência, sendo que, no caso desta investigação o contexto onde esta experiência acontece é o meio prisional. Este trabalho teve como alvo a população prisional do sexo masculino, reincidente. A opção por reclusos reincidentes prendeu-se pelo fato de considerarmos que estes são quem melhor conhece a realidade do meio prisional e das Políticas de Reinserção Social. Ao serem reincidentes, acreditamos que as suas perceções sobre as vivências em reclusão e no pós reclusão espelharão a verdadeira eficácia dessas políticas. Por outro lado, permitem-nos obter um quadro de informações relativamente aos processos de integração no pós-reclusão, assim como uma avaliação dos motivos que levam os reclusos a reincidir. De algum modo permite-nos auscultar a realidade dentro e fora do contexto prisional. Dentro deste grupo estabelecemos à priori uma série de critérios de seleção, que deveriam incluir reclusos que se encontrassem a frequentar algum nível de ensino, formação profissional ou tivessem uma ocupação laboral. Acreditamos que estas áreas poderão ser uma mais valia no futuro dos reclusos quando em liberdade. A recolha dos dados foi realizada através de entrevistas semi-diretivas e semi-estruturadas a reclusos, para desta forma se obter as perceções de quem vive a realidade da vida prisional. Foram realizadas 21 entrevistas a reclusos em dois Estabelecimentos prisionais, sendo que 7 se realizaram no Estabelecimento Prisional de Alcoentre e 14 no Estabelecimento Regional da Covilhã. A reinserção social dos reclusos é uma problemática que merece a nossa atenção e um estudo mais aprofundado. Sendo a população prisional um grupo que sofre com a exclusão social, consideramos que ao desenvolver um trabalho na área das Políticas de Reinserção Social dos reclusos poderíamos ajudar a melhor compreender de que forma é que estas são aplicadas, perceber a sua eficácia e acima de tudo, de que forma é que estas contribuem para a inserção/integração dos ex reclusos e assim evitar a sua reincidência.

Este trabalho estrutura-se em seis capítulos. No primeiro capítulo debruçamo-nos sobre as Políticas de reinserção Social de modo a conhecer o que tem sido feito nesta área. Por um lado, tendo em conta que o Estado é o responsável por criar e aplicar estas políticas, decidimos neste capítulo por abordar o Estado Providência, bem como as Políticas Sociais que são levadas a cabo pelo próprio Estado. Este capítulo permitirá compreender o papel do Estado Providência na proteção de uma população desfavorecida como os reclusos, assim como a direção das suas políticas sociais. O segundo capítulo aborda a exclusão/inclusão social dos reclusos. Neste capítulo interessou-nos conhecer de uma maneira mais aprofundada as várias formas de exclusão que um recluso sofre. Inclui a questão da prisão, a reclusão como forma de exclusão social (ruptura dos laços sociais e do contrato social, a desqualificação social, a estigmatização), a integração e inserção/inclusão (ensino, formação profissional,

trabalho prisional, toxicodependência) e crime e desvio (aspetos socioeconómicos, ecológicos, psicológicos). O objetivo deste capítulo é o de nos ajudar a compreender a realidade de quem habita a prisão e as várias formas de exclusão/dificuldades de inclusão que se sofre por se ser recluso ou ex-recluso. O terceiro capítulo incide nas Políticas de Reinserção Social de Reclusos. Este capítulo aborda as políticas de reinserção social que são levadas a cabo no tratamento penitenciário de quem se encontra a cumprir uma medida privativa da liberdade. Este capítulo serve para dar a conhecer de uma maneira mais detalhada o que se tem feito em termos de reinserção nas prisões portuguesas. Comtempla assim uma parte dedicada ao tratamento penitenciário, à caracterização da população prisional (ensino, formação profissional, trabalho prisional), às medidas de flexibilização da pena de prisão e liberdade condicional. O quarto capítulo apresenta a metodologia adotada, sendo esta uma metodologia qualitativa, que privilegiou a entrevista semiestruturada a um grupo alvo de 21 reclusos em dois estabelecimentos prisionais. A realização destas entrevistas permitiu obter as perceções de quem vive a realidade prisional e convive diariamente com as Políticas de Reinserção Social que são levadas a cabo no tratamento penitenciário. O quinto capítulo apresenta os resultados que advêm desta investigação e que procuraram responder às principais problemáticas emergentes do enquadramento teórico. Os resultados que apresentamos neste capítulo são o reflexo da análise das entrevistas aos reclusos. O sexto capítulo apresenta as conclusões a que se chegou com a realização desta investigação. Neste capítulo é nosso intuito perceber se atingimos os objetivos a que nos propusemos no início deste trabalho, assim como tentamos dar resposta às questões que foram surgindo durante a realização do enquadramento teórico.

Cap. I

Políticas de Reinserção Social

1. Estado Providência

Boaventura de Sousa Santos (1987) refere que o conceito de Estado - Providência designa a forma política do Estado nos países capitalistas avançados. O Estado - Providência resulta de um compromisso, teorizado no plano económico de Keynes, entre três partes, o Estado, o capital e o trabalho. Isto leva a que os capitalistas abdicam de parte da sua autonomia e dos seus lucros, apenas num curto espaço de tempo, e os trabalhadores renunciem de parte das suas reivindicações. Neste sentido, o Estado consegue transformar o excedente financeiro do capital privado e rendimentos salariais, em capital social.

Este capital social vai assumir duas formas. Por um lado, o de investimento social, que reúne as despesas do Estado em bens e serviços e que aumentam a produtividade do trabalho como as autoestradas, planos de rega, telecomunicações, formação profissional etc. Por outro lado, o consumo social que se caracteriza pelo conjunto das despesas em bens e serviços, mas que são consumidos de forma gratuita ou a preços subsidiados pelos trabalhadores o que permite aliviar a pressão sobre o capital. Estas despesas englobam também aqueles que não têm uma relação salarial como as crianças e jovens, domésticas, desempregados, velhos, reformados etc. São estas despesas que se designam por políticas sociais: educação, habitação, saúde, transportes urbanos, instalações de tempos livres e transferências de pagamentos de várias ordens (bolsas de estudo, seguros, pensões de reforma etc.). A população reclusa é um dos grupos desfavorecidos que são abrangidos por estas políticas sociais. Mas, de forma é que estas contribuem para a sua inclusão? Qual é o investimento social existente para a proteção dos reclusos?

O capital social tem três funções essenciais para o Estado. A primeira função permite rentabilizar o investimento e acumular riqueza (aumentos de produtividade, diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho). A segunda função do capital social é a de aumentar a procura interna de bens e serviços. A terceira função é a de criar a harmonia social, que se caracteriza pela institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho. Esta harmonia permite a redistribuição de rendimentos que favorece os trabalhadores e os mais necessitados legitimando deste modo a sua atuação.

O Estado Providência tem assim por base uma ideia de compatibilidade entre crescimento económico e políticas sociais, entre acumulação e legitimação, ou entre capitalismo e democracia (Santos, 1987:14-15).

Para Mozzicafreddo (1997) o Estado Providência em Portugal manifesta-se na implementação e concretização de “políticas sociais gerais e compensatórias de proteção de determinados segmentos da população” na “regulação económica privada” e na “institucionalização da concertação entre parceiros sociais e económicos à volta do crescimento económico e da diminuição das desigualdades” (Mozzicafreddo, 1997:32).

O modelo de Estado Providência segundo Mozzicafreddo (1994) surge em primeiro lugar, pela necessidade de criar mecanismos de regulação para fazer face ao crescimento económico e às exigências da compensação social e formação de qualificações, e da necessidade de manter um equilíbrio social entre o processo de mercantilização da sociedade e as expectativas de maior igualdade e justiça social. Em segundo lugar, surge como um mecanismo de redistribuição social para compensar os custos sociais inerentes à proteção dos que se encontram desprovidos da proteção comunitária e associativa, e reduzir as incertezas sociais. E em terceiro lugar, o Estado Providência surge devido às dinâmicas das sociedades, que acompanham o processo de desenvolvimento e de diferenciação das mesmas que se estruturam com base nos recursos de mobilização política e social. A criação do Estado Providência foi uma das respostas políticas às incertezas relativamente à proteção social dos indivíduos, muito por causa do desenvolvimento industrial. Esta socialização da responsabilidade individual, cria uma relação entre o indivíduo e o Estado, de proteção social, que estrutura o moderno Estado Providência (Mozzicafreddo, 1994:15-16). Segundo o modelo do Estado Providência que o autor apresenta importa colocar aqui algumas questões que vão ao encontro da problemática desta investigação. Sendo o Estado Providência uma forma de proteção social, de que forma é que este protege os reclusos? As políticas sociais contribuem para a sua integração? Qual é o papel do Estado na socialização deste grupo e como os prepara para a liberdade? Existe uma verdadeira co responsabilização no processo de integração dos reclusos?

Para Maria José Rubio (2002) foi a chamada questão social, que levou à conquista pelos direitos sociais. É depois da Segunda Guerra Mundial, que se desenvolve o conceito de Estado Providência. A autora cita Beveridge e T.H. Marshall que afirmavam que o Estado deveria assumir responsabilidades na distribuição da riqueza entre os cidadãos. Criou-se um contrato social em que o risco foi assumido como de interesse de toda a sociedade e não como algo individual. O conceito de cidadania social assentou na garantia de bem-estar social, logo de integração. Esta mesma cidadania tinha como eixo de ligação a relação laboral. Este direito público ao trabalho garantia uma proteção contra uma doença, acidentes de trabalho, a maternidade, viuvez, etc. A cidadania revestia-se como um seguro de inclusão e integração

social. De acordo com Maria José Rubio, se a cidadania contribui para a inclusão e integração social, numa situação de reclusão como é exercida a cidadania de quem se encontra privado da liberdade? Terão os reclusos direito a uma cidadania de inclusão e de integração social? Sendo o trabalho uma das principais formas de exercer a cidadania e participação social têm os reclusos as mesmas oportunidades de emprego quando saem em liberdade? Segundo a autora, as características políticas, sociais e económicas das sociedades modernas são diferentes das que criaram o Estado Providência. Primeiro, as transformações tecnológicas mudaram, a organização do trabalho, o pleno emprego deu lugar ao desemprego, à flexibilização e à precarização do mercado do trabalho. Segundo, a globalização económica impôs uma competitividade, que fez diminuir as vantagens sociais em prol do crescimento económico. Terceiro, a expansão do capitalismo deu lugar a um tipo de trabalhador auto-programável, adaptável às novas tarefas do processo de produção. Esta nova relação laboral levou a uma fragmentação e individualização dos direitos sociais e da cidadania e, conseqüentemente, as relações com o mercado do trabalho têm modalidades de políticas sociais e prestações concretas de acordo com três tipos de cidadania: os trabalhadores estáveis, os trabalhadores precários e os que não têm acesso ao mercado do trabalho. Os dois últimos situam-se numa zona de vulnerabilidade e de risco de exclusão social. A própria crise do Estado Providência veio questionar o conceito de cidadania. A cidadania associada aos direitos sociais e à conceção moderna de Estado Nação foi posta em causa devido à crise do trabalho e do Estado Providência, dos fenómenos migratórios e pela globalização. A integração deveria garantir as condições mínimas e dignas de existência para todos que incluía a participação e a coesão social (Rubio, 2002:29-33). Ao se abordar a problemática da reclusão, uma dúvida que surge de forma natural é a questão relativa à reinserção social de reclusos e a sua reentrada no mercado do trabalho. Serão os reclusos providos de ferramentas que os capacitem a arranjar emprego quando saem em liberdade? Qual é o apoio que lhes é prestado durante o cumprimento da pena e após a sua saída? A sua integração é feita de forma participativa como um cidadão pleno de direitos?

Para Andreilcy Borba e Herlander Lima (2011) muitas situações de vulnerabilidade social advêm do afastamento da sociedade moderna das propostas políticas de bem-estar. Para os autores uma das funções essenciais do Estado é a de combater estas situações de vulnerabilidade através de programas de intervenção intitulados de inclusão social. Mas serão estes programas verdadeiramente inclusivos? No caso da população reclusa reduzem a sua situação de vulnerabilidade social? No caso da pobreza é necessário um novo planeamento da atual inserção social através de programas que permitam diminuir estas debilidades. Os grupos sociais considerados nestas situações encontram-se os idosos isolados, as crianças pobres, ex-reclusos, toxicodependentes etc (p.224). Os autores referem Fernández Enguita et al. (2004:129), que defendem estes grupos como o reflexo das transformações da sociedade e

que deveriam ser acompanhados pelos serviços sociais. Nas políticas sociais levadas a cabo pelo Estado serão os reclusos acompanhados no pós reclusão ou entregues à sua sorte? Gomes et al. (2004:27), no caso específico dos reclusos, recomenda um programa de educação e formação profissional ainda durante a reclusão, que acreditam ser uma mais-valia para a reinserção social. Mas o que representa para o recluso a educação e formação profissional no seu futuro em meio livre? Os autores Andreilcy Borba e Herlander Lima mencionam que as transferências sociais monetárias apenas reduzem o risco de pobreza e que a inclusão social através do trabalho possibilita uma maior participação do individuo na sociedade (Borba; Lima, 2011:230). Numa sociedade moderna os cidadãos são no seu coletivo os criadores da autoridade do Estado, são potencialmente ameaçados pela força e coerção levada a cabo pelo Estado e estão dependentes dos serviços e proteção que o Estado presta. Para Claus Offe, a noção de cidadania no Estado Providência liberal tem inerentes três aspetos: os cidadãos são o último recurso da vontade política coletiva, em que estes são chamados a participar de um modo institucional, os indivíduos a quem esta vontade política pode ser forçada, e cujos direitos civis e liberdades impõem pela constituição de uma esfera privada autónoma de ação social, cultural e económica e clientes que dependem dos serviços de provisão do Estado. Este conceito de cidadania tem as suas origens nas teorias políticas do liberalismo, democracia e do Estado Providência. De acordo com este conceito de cidadania defendido por Claus Offe e tendo em conta que um dos aspetos do Estado Providência é dar proteção social aos mais vulneráveis, de que modo é que este incentiva a participação e contribui para a inclusão da população reclusa?

2.As Políticas Sociais

As políticas sociais quando são pensadas vão no sentido de tentar responder a situações de desigualdade social. Estas desigualdades levam-nos a compreender a proteção social, que pretende promover um conjunto de serviços que tenham em conta a previdência e ao mesmo tempo um conjunto de ações mais focadas no assistencialismo e que deem resposta às situações de maior necessidade que possam existir. Abordando a problemática da reinserção social de reclusos importa saber em que medida as políticas sociais são adequadas a um grupo com características tão próprias como o é a população prisional. Esta proteção social deve ser entendida como uma responsabilidade ou compromisso de toda a sociedade. Ao se abordar as políticas sociais que foram sendo aplicadas em Portugal, é necessário que esta abordagem se faça em três momentos. O primeiro momento realça as políticas do estado novo antes de 1974. O segundo momento a partir de 74, numa transição para a democracia. E o terceiro momento com a adesão à Comunidade Económica Europeia. Assistiu-se nestas fases, a uma

alteração do papel do Estado, passando este de uma função de controlo ou supervisão das atividades de organizações privadas para um papel mais ativo. É com a entrada em vigor da lei nº 2115, de 18 de junho de 1962, que se assiste a uma intervenção mais ativa por parte do Estado na previdência social e que englobava um conjunto de novos benefícios e prestações do sistema de previdência. Na década de 60 surge uma consciencialização da relação entre previdência e saúde. As políticas sociais começam a seguir um rumo onde existe um melhor entendimento dos vários setores e de uma forma interrelacionada. É nesta década, que se assiste ao alargamento das coberturas respeitantes à maternidade e ao desemprego involuntário, à proteção dos trabalhadores rurais e à proteção no âmbito de doenças profissionais. A reforma de 62 tem continuidade durante os últimos anos do Estado Novo, com o que se chamava “Estado Social de Marcelo Caetano (Rodrigues et al., 1999:39-41).

É a partir de abril de 1974, que se assiste a um evoluir das políticas sociais na área social, de modo a transmitir uma imagem de mudança política e justiça social. As primeiras reformas incidiam sobre o sistema de assistência ao desemprego (criação do salário mínimo nacional, aumento do abono de família e da pensão mínima) e a criação da pensão nacional. Ao contrário das reformas dos anos 60, as mudanças que ocorrem depois do 25 de abril são de carácter institucional e não ao nível dos benefícios.

Nos anos 80 e a pensar numa possível integração na CEE, Portugal assiste a um momento de estabilidade política, que continua a fazer algumas reformas estruturais com a criação do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Segurança Social e do Conselho de Concertação Social.

Nos anos 90 surge uma grande preocupação com os problemas da pobreza. Conjuntamente com o sistema de ação social surgem outras medidas comunitárias, que visavam colmatar e melhorar as situações de maior necessidade, de modo a acabar com a pobreza e proteger os grupos sociais em risco. Importa destacar o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, que era enquadrado pelo Programa Europeu de Luta contra a Pobreza. As políticas sociais que surgem vão no sentido do combate à exclusão com a participação dos atores sociais. Em 1996 assistiu-se a uma mudança ao nível da proteção social com a criação do rendimento mínimo (Rodrigues et al., 1999:42-44).

A lei de bases da Segurança Social veio demonstrar a preocupação pelo social e bem-estar geral tendo como objetivos a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e a integração comunitária”. Esta lei vem dar especial atenção aos grupos em situações de maior risco nomeadamente “crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como outras pessoas em situações de carência social ou sub o efeito de disfunção ou marginalização social...” (lei 28/84, 14/8).

Importa ainda referir no que concerne ao combate à pobreza e à exclusão social algumas medidas de relevo, como a criação dos Comissariados Regionais do Norte e Sul de Luta Contra a Pobreza (RCM nº8/90, de 3/3), bem como a criação do Serviço de Prevenção e Tratamento

da Toxicodependência (DL. Nº83/90, de 14/03) com o intuito de prevenir, reabilitar e inserir. De referir ainda a criação do Alto-comissário para a Imigração e Minorias étnicas (DL. Nº3-A/96, de 26/1) (Rodrigues, et al. 1999:39-44).

Para António Leal a revolução de 25 de Abril veio aliviar a pressão das forças sociais, que era exercida até então, pela autoridade repressiva do Estado. O autor refere que as políticas sociais são “ações prosseguidas com vista à realização do bem-estar social” e que existem políticas sociais que são “necessariamente múltiplas ou frequentemente dispersas” (1985:925). De acordo com a constituição de 76 torna-se possível que as políticas sociais realizem ou satisfaçam os direitos dos trabalhadores, os direitos sociais, o direito à educação etc. Estas políticas são acima de tudo ações públicas, cuja execução não é direta ou exclusivamente respeitante ao Estado.

A evolução das políticas sociais dos últimos anos são já uma manifestação das vontades que já existiam no pós salazarismo, e que se mantiveram com o 25 de Abril, como é o caso da vontade de se criar o Serviço Nacional de Saúde, a garantia da estabilidade do emprego, a criação do salário mínimo nacional, do subsídio de desemprego. O objetivo da nova política social passava pelo aumento da qualidade de vida de todos os portugueses, devendo esta melhorar os rendimentos dos estratos mais desfavorecidos e reduzir as desigualdades sociais (Leal, 1985:925-927).

Para Francisco Branco (2002) existe uma nova forma de ver os problemas sociais e as políticas sociais, e que é visível através do exemplo dado pela criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que reconhece os direitos sociais com base na condição de cidadania. Uma política de proteção social para todos aqueles que se encontrem em situações de vulnerabilidade, desprotegidos, excluídos e em dificuldades económicas. Se para o autor as políticas sociais ativas no domínio do emprego e formação profissional conseguiram adequar-se às características da população, que apresentava fracas competências sociais, trajetórias longas de pobreza, desemprego etc, importa questionar se o mesmo acontece relativamente aos reclusos e ex reclusos. Será que as políticas sociais no domínio do emprego e formação profissional existentes, se adequam a um grupo tão distinto como o é a população reclusa?

As políticas de educação e formação de adultos ou as políticas de desenvolvimento local têm de ser ativas para se chegar junto daqueles com mais dificuldades a aceder às políticas, programas, medidas. Na opinião de Alberto Melo (2002), para existir uma inclusão social na área da educação/formação é necessário motivar os mais marginalizados, mais excluídos ou em risco de exclusão. No caso das certificações escolares e profissionais, o autor acredita que esta dupla certificação veio ajudar uma população que tinha poucas oportunidades pois mesmo o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) recusava ações de formação a

quem não possuísse a escolaridade obrigatória. Seguindo as palavras de Alberto Melo e contextualizando a problemática desta investigação, é importante questionarmo-nos como é levada a cabo a seleção dos reclusos para cursos de formação profissional, bem como a forma de motivar os reclusos para ao ensino e formação profissional.

Bruto da Costa (2002) refere que os problemas sociais não são um acaso, mas o resultado como a sociedade se organiza. Não se pode intervir localmente sem pensar na macro organização social. O autor menciona que corremos o risco de ter políticas sociais a que chama “esquizofrénicas”, pois quem cria estas políticas, imagina os problemas, a sociedade e os indivíduos de uma maneira, mas a realidade é outra. Para Bruto da Costa a sociedade ainda não criou uma cultura de direitos. A sociedade não está preparada para mudanças sociais. É necessário que se explique à opinião pública o que é a pobreza, a exclusão.

Quando abordamos a questão das “novas políticas sociais” é possível identificar os principais atores envolvidos, como o são o Estado, os que se encontram em situação de exclusão e os mediadores. As políticas sociais são instrumentos criados para fazer face às diversas formas de exclusão, problemas de desenvolvimento e permanência de um desemprego estrutural e insuficiência dos esquemas de proteção da segurança social tradicional. As políticas públicas são uma forma de regulação social e de governação e o resultado de negociações em contextos de poder desiguais. Como o sistema funciona mal, as políticas sociais permitem minimizar estes défices de atuação e surgem como uma forma do Estado regular a vida social. No entanto, outros atores pretendem partilhar com o Estado a responsabilidade social na execução das políticas sociais. São as instituições da “sociedade civil”, que procuram com o Estado a coesão social. Assiste-se a uma politização da vida social e das políticas públicas, em que se entendem as relações sociais como mediatizadas por relações de poder e de troca desigual, que têm sempre uma base de negociação potencial. Cada vez mais, o Estado co-responsabiliza a sociedade civil pelos problemas e soluções, e daí apelar aos mediadores para que intervenham na efetivação das políticas sociais, de modo a que estas permitam um equilíbrio entre os interesses contraditórios de redistribuição social. Para Isabel Guerra (2002:65) o conceito de exclusão aborda noções que vão da pobreza a marginalidades várias e que “é difícil conceber um excluído total”. A autora analisa a exclusão sobre duas vias. A primeira via é a dimensão societária, que analisa os fatores de desintegração social como consequência do enfraquecimento da proteção social, pública ou familiar, a que a autora chama de crise de cidadania. A segunda via é a análise da dimensão micro-social, que tenta compreender uma trajetória social e o que levou à exclusão de indivíduos particulares. Neste sentido, as políticas sociais não são mais do que uma tentativa de resolver o conflito entre indivíduo e sociedade (Guerra, 2002:47-74).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Para Elza Chambel (2008) um pobre não sente apenas falta de bens materiais, perante a sociedade este sente-se "fora de jogo", inútil e sem referências, excluído até dos seus direitos de cidadania. A sociedade moderna origina a pobreza e as exclusões sociais e é pouco integradora. É necessário ouvir quem sofre as consequências da pobreza para que as políticas sociais surtam o efeito desejado e contribuam para uma maior equidade e igualdade de oportunidades. Quando se aborda a questão da pobreza há que olhar o problema sobre três dimensões como causas determinantes: de natureza estrutural, institucional e de caráter individual. A luta contra a pobreza e a exclusão social passa pelo conhecimento dos diferentes contextos e pela coesão social. É necessário estimular e desenvolver as capacidades dos que estão em situação de pobreza e exclusão reforçando as suas competências através das qualificações e apoio ao próprio emprego (Chambel, 2008:6-9). As políticas de reinserção social, em especial de reclusos, devem reforçar as competências de quem se encontra privado da liberdade e que acabará por voltar à sociedade. Mas será que os reclusos vêm as suas qualificações aumentar durante o cumprimento da sua pena? Podem os reclusos contar com o apoio do Estado na procura de emprego?

Fernanda Rodrigues (2003) define a ação social como o conjunto das intervenções sociais públicas e privadas face aos problemas sociais. Estas incluem iniciativas afetas aos desfavorecidos ou em risco de vulnerabilidade. A ação social visa ainda acompanhar social e institucionalmente os destinatários dos processos de inserção em áreas como a educação, emprego e formação profissional, saúde e habitação e nos programas de Rendimento Mínimo. A ação social é parte integrante da política pública da segurança social e uma forma de legitimação do Estado através das políticas sociais. Este é um instrumento do Estado face aos problemas sociais que funciona como forma de regulação das tensões sociais e de prestação de serviços que provê de tudo aos mais carenciados, de modo a diminuir as desigualdades. Nos Estados Unidos da América com o Presidente Kennedy, a ação social desenvolveu-se com uma ligação aos pobres e a uma intervenção comunitária, com uma lógica individual e de redistribuição de recursos para tentar dinamizar a criação ou reforço das solidariedades (Rodrigues, 2003:11-14).

Fernanda Rodrigues introduz Sposati (1994) que refere a ação social como assistencialista, destinada aos pobres. Segundo a autora, as políticas sociais são o resultado do confronto entre movimentos sindicais e o poder instituído e a ação social é uma apropriação do Estado, que visa a coesão e harmonia social. O conjunto das políticas sociais e ação social criam um movimento contraditório entre inclusão, ao promoverem por um lado o acesso a direitos e exclusão por não atenderem às especificidades particulares de cada um. É pelo fato das políticas sociais assentarem numa matriz macro, de universalidade, que estas podem gerar exclusão, ao tentarem incluir, ao colocarem todos na mesma situação. Já a ação social tem uma matriz micro, individual, adaptando-se caso a caso seguindo uma lógica mais seletiva,

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

meritocrática, integrativa. Quer a ação social, quer as políticas sociais trabalham predominantemente ao nível da redistribuição e por isso mais assistencialista. No entanto, a ação social identifica-se mais com os pobres e excluídos (Rodrigues, 2003:16-19). As Políticas de Reinserção Social de Reclusos, apesar de serem vocacionadas para um grupo restrito como a população prisional terão em conta as individualidades, especificidades de cada recluso tendo em conta a sua pena, idade, sexo, contexto socioeconómico, habilitações académicas e profissionais? Qual é o papel da ação social no apoio ao ex recluso?

Para se abordar a exclusão social é necessário que se abordem problemas sociais complexos nos diferentes âmbitos como a saúde, educação, trabalho, recursos, apoios, etc. A multidimensionalidade da exclusão contrasta com a resposta que o Estado Providência oferece - estandardizada e genérica. A integração social só resulta se existir uma intervenção integral e personalizada que possibilite a inclusão. Indo ao encontro desta ideia, no caso dos reclusos, existe o Plano Individual de Readaptação (PIR) que deve acompanhar o recluso desde o seu ingresso até à sua libertação incentivando a sua co responsabilização no processo de reinserção social. Importa assim no decorrer desta investigação perceber se o mesmo funciona nos moldes previstos, quem se encontra abrangido pelo mesmo e avaliar a sua eficácia. A intervenção pública não pode ser compartimentada, que aliada à passividade da mesma, não promove a mudança nos indivíduos nem promove atitudes e compromissos que os ajude a sair da sua situação, criando uma dependência institucional e assim perpetuar a exclusão social. As novas necessidades sociais transcendem as ajudas económicas pontuais. Das políticas sectoriais, Maria José Rubio (2002) destaca a universalização da saúde e da educação, que considera serem os pilares fundamentais na luta contra a exclusão social. Relativamente à educação, menciona que esta tem uma correlação muito grande com a pobreza e a exclusão. Na saúde certos grupos socialmente excluídos não são devidamente apoiados, como é o caso dos doentes mentais crónicos e vítimas de algum tipo de adição. A habitação também é considerada uma necessidade social básica de todas as pessoas. As respostas públicas ao desemprego podem ser de dois tipos: políticas ativas e passivas. As políticas ativas de emprego, normalmente são dirigidas a grupos com dificuldades de inserção ou reinserção laboral (jovens, deficientes, mulheres, pessoas com mais de 45 anos, desempregados de longa duração, toxicodependentes em reabilitação). As políticas passivas, caracterizam-se pelo subsídio de desemprego, prestações económicas para os que descontaram pouco tempo e não têm subsídio de desemprego. Estas políticas sociais que a autora menciona devem apoiar os ex reclusos que, por não trabalharem e não descontarem para a segurança social durante o tempo que estiveram presos, vêm-se sem subsídio de desemprego, sem habitação e a necessitar de cuidados médicos, como por exemplo os reclusos toxicodependentes. Mas podem estas políticas garantir a proteção social necessária a quem sai em liberdade e que passa a ser visto como ex recluso? Para a autora são os serviços sociais públicos que devem garantir um mínimo de proteção social. Mas não só o Estado tem o

dever de cuidar dos seus cidadãos. Cada vez mais a sociedade é chamada a intervir no apoio aos mais carenciados. É um modelo misto de proteção social em que se apela à participação dos cidadãos. O exemplo das ONG's são uma das formas de o Estado executar as políticas sociais (Rubio, 2002:39-42).

Segundo Mozzicafreddo (1992) as políticas sociais são importantes para o Estado, pois são fundamentais no consenso e legitimação política e um dos principais meios de integração social. As medidas redistributivas levadas a cabo pelo Estado nos anos 80, principalmente com a criação da pensão social, beneficiou sobretudo os escalões de mais baixo rendimento. Ao longo do tempo, as políticas sociais têm-se caracterizado pela sua descontinuidade e mudança nas suas orientações. Estas têm dado primazia aos casos de maior necessidade. As prestações sociais vieram combater as situações de maior carência dos grupos mais vulneráveis como as crianças, indigentes, deficientes e contribuir para a sua integração social (p.71-73). Após 1974 assistiu-se a uma política de redução de desigualdades com a reestruturação dos esquemas de proteção social. Contudo, o fato do aumento da proteção social incidir acima de tudo nas pensões, persistiram as condições de vulnerabilidade da pobreza, como é o caso do desemprego de longa duração, procura do primeiro emprego, a exclusão do mercado de trabalho de certas camadas de trabalhadores pelas suas baixas qualificações e as fracas condições de habitabilidade. Mozzicafreddo refere Boaventura S. Santos que menciona que se não fosse a sociedade providência (a rede de relações familiares, de vizinhança ou entreaajuda) a reduzir os problemas sociais, poderíamos assistir a que situações de injustiça social caminhassem para a rutura social e financeira ao nível do Estado (p.75-76). São as políticas sociais, os mecanismos de regulação e a institucionalização da negociação tripartida, que caracterizam o Estado Providência em Portugal. As políticas de conciliação laboral e social têm como objetivo a manutenção do emprego e são um aliado importante em situações económicas difíceis em que o Estado Providência não consegue resposta. As políticas de concertação social tiveram por base a estabilidade no emprego e de intervenção económica de dinamização da reestruturação industrial, medidas estas consideradas compensatórias e imediatistas. Esta concertação social veio dar uma maior autonomia e legitimidade ao Estado (Mozzicafreddo, 1992:80-81).

Dominique Schnapper (1996) refere que a política do Estado Providência perdeu o seu sentido. No entanto, apesar das políticas essencialmente compensatórias, estas constituem-se como um fator de integração. O papel integrador da política social é evidente no que diz respeito ao assistencialismo instalado e também nos que sentem os processos de exclusão e de marginalização mais avançados. Estas transferências sociais têm um efeito perverso ao catalogar os seus beneficiários com o estatuto de assistidos.

Cap. II

A exclusão / inclusão social dos reclusos

Introdução

De acordo com vários autores que abordam a problemática da exclusão social e da pobreza, estes são conceitos abrangentes e de difícil definição. Num contexto prisional estas problemáticas são particularmente pertinentes devido à sua privação da liberdade e à falta de apoio dos seus familiares, os reclusos são excluídos das mais variadas formas. Mesmo em reclusão, um indivíduo apesar de manter os seus direitos e deveres como cidadão, salvo os limites impostos pelas medidas de privação da liberdade, é excluído de alguma forma do trabalho, educação, formação etc. É no sentido de trabalhar contra a exclusão que a administração penitenciária e todos os serviços públicos que participam na execução da pena se devem empenhar na reinserção social dos reclusos através da implementação das medidas e políticas sociais, algumas das quais se descrevem de seguida.

O Sistema Judicial Português tem-se debatido ao longo dos tempos com algumas questões como a execução de um novo paradigma de sanções e medidas de segurança penais e com a questão da reinserção social dos reclusos, que será alvo de uma abordagem mais aprofundada.

O código penal em vigor relativamente às finalidades das penas e das medidas de segurança define como critérios a proteção dos bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade. Um dos pressupostos da aplicação das penas é a sua ressocialização como meio de evitar a reincidência. Apesar de consagrado na lei, levar a reinserir um ex-recluso na sociedade é deveras mais difícil do que o pensado. É uma matéria complexa que engloba não só a questão da reinserção social como também um conjunto de políticas definidas para o sistema judiciário globalmente considerado, diga-se por exemplo as políticas criminais, como as molduras penais, o regime jurídico da prisão preventiva, o regime jurídico da liberdade condicional etc, No caso específico da reinserção social esta depende muito das políticas definidas e executadas para os vários sectores do sistema prisional, como as políticas de saúde, de emprego, formação profissional e do ensino. Depende ainda das medidas de carácter jurídico - organizacional, em especial as medidas de flexibilização de execução das penas.

1.A Prisão

Para Foucault (2001) a prisão existe antes ainda do aparecimento dos novos códigos. A prisão surgiu primeiro fora do aparelho judiciário através da classificação, fixação e distribuição dos delatores, da sua observação numa visibilidade contínua de registos e notações e codificação do seu comportamento. A prisão como instituição surge no fim do séc. XVIII e princípio do séc. XIX com a penalidade da detenção. A sociedade passa a deter o poder de punir, que deve ser estendida a todos da mesma maneira

No fim do Séc XVIII e começo do séc. XIX inicia-se a extinção da punição pública, da exposição do condenado, um ato que deixa aos poucos de ser compreendido por aqueles que até então assistiam ao “espetáculo” da punição. Pretendia-se que a punição fosse fato suficiente para evitar o desvio do crime. A condenação passa a marcar o delinquente de forma negativa. Para Foucault “a execução da pena vai-se tornando um setor autónomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena”. O essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”. (Foucault, 2001:13)

O castigo deixou de ser uma arte de sensações insuportáveis passando a uma economia de direitos suspensos. O carrasco é substituído por técnicos, guardas, médicos, capelões, psiquiatras, etc. assiste-se nos últimos séculos a um diminuir da severidade penal, visto como um fenómeno qualitativo, com menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e humanidade. Procura-se uma justiça criminal mais incorporal, que incida mais sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (Foucault, 2001:18).

È no séc. XIX que o “homem” por trás do criminoso se irá tornar o foco da intervenção penal, que se pretende corrigir e transformar através de ciências e de práticas penitenciárias e criminógenas (Foucault, 2001:64).

Para António Dores (2003) as prisões modernas são um fenómeno social controverso, desde logo pelo fato de estas terem vários condicionalismos, por um lado, o do acesso às instituições prisionais por parte do público, principalmente tratando-se de jornalista ou de cientistas e por outro lado, alega razões teóricas, pela racionalidade limitada da aplicação das penas. Para o autor a prisão limita as condições de vida dos presos e que dela não é de esperar apaziguamentos de possíveis conflitos sociais. António Dores refere que as cadeias albergam essencialmente os indivíduos das classes mais baixas, que existem mecanismos de estigmatização, que nestas existem as maiores taxas de doença e morte que no exterior e taxas elevadas de reincidência. Menciona ainda que as prisões são lugares que servem para efetuar o controlo dos delinquentes e criminosos, local onde estes se treinam e trabalham em atividades de economia paralela, onde o tráfico de droga existe, sem as prisões conseguirem

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

fazer nada, relativamente ao que é proibido no seu interior. Os presos no interior das cadeias alargam-se numa de duas direções. Por um lado, para a flexibilização das penas, para os denominados bem comportados, que se submetem a poderes disciplinadores, e por outro lado, a direção securitária, para os denominados mal comportados, para os quais se intensifica o isolamento, devido a razões que se prendem com o cometimento de crimes durante o cumprimento da prisão, ou porque reagem contra o sistema punitivo com o qual têm de conviver (Dores, 2003:1-2).

De acordo com Roger Matthews (2003) o aumento da população prisional deve-se sobretudo ao aumento do sentimento de punição dos políticos e da população em geral, na maioria dos casos sobre certos grupos raciais e também pela “nova penologia” que tem o seu foco nas classes mais desfavorecidas. Acrescenta ainda o autor, que com a criação de complexos industriais prisionais, investidores e comunidades locais começaram a ver as prisões como uma forma de lucro e investimento o que elevou a escala de aprisionamentos.

A instituição prisional, segundo António Dores (2003), deverá representar um símbolo de esperança e modernidade, um refúgio de ressocialização para os que quebraram as regras de civilidade. Esta deverá cumprir os seus desígnios modernizadores que se desejam, como sejam a racionalidade e eficácia das penas no respeitante às condições de vida humana de todo o condenado, das suas famílias e amigos, e também da(s) sua(s) vítimas(s). Critica-se os investimentos realizados nas prisões, pois os resultados não foram os esperados, principalmente no que diz respeito às capacidades de reorientação social da vida dos reclusos com o objetivo de estes não reincidirem, na prevenção dos crimes e no apoio aos familiares e amigos dos presos e das vítimas. A prisão existe para conter os que em sociedade não se sabem comportar de acordo com as regras. A prisão será o resultado da falta de educação, da falta de civilização, do fracasso de outras instituições, como a escola ou o estado social e a prisão deixará de fazer sentido, apenas quando tais instituições cumprirem o que delas é exigido. Pretende-se que os sistemas judiciais caminhem no sentido da humanização e racionalização das penas. As prisões teimam em resistir à mudança, contudo, existem algumas mudanças que, ao longo do tempo, podem ser referenciadas, caso se definam critérios teóricos e metodológicos que sejam apropriados a essa finalidade. Resumindo, António Dores não acredita haver grande eficácia nas formas de intervenção social das instituições prisionais. Estará o tratamento prisional desfasado da realidade? Os programas levados a cabo na reinserção social dos reclusos são adequados às necessidades dos reclusos?

Tal como António Dores, Manuela Cunha (2002) fala de uma mudança da prisão, de uma ideologia de tratamento e reabilitação para uma maior humanização da prisão, que deve diminuir o fosso com o exterior.

2.A reclusão como forma de exclusão Social

É desde o começo do séc. XIX que várias instâncias de controlo individual são usadas: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiado etc. Existe uma divisão do que é considerado normal e anormal. Estas instituições servem para medir, controlar e corrigir os anormais, os excluídos (Foucault, 2001:165).

Rui Gonçalves menciona Foucault para explicar a exclusão num contexto de reclusão. E esta é explicada pela alegoria da lepra e da peste que são usadas para analisar como o corpo social lidou com a doença. O leproso devido à sua doença era isolado da sociedade para a não contaminar, criando no leproso o estigma do excluído. Com o surgimento da peste, já não era suficiente afastar o excluído, mas sim necessário criar formas de não propagação da doença. O mal existe no seio da sociedade, urge por isso controlá-lo, discipliná-lo e analisá-lo através de vários mecanismos. O nascimento da prisão é assim explicado pela necessidade de excluir, controlar os indivíduos para evitar relacionamentos perigosos. A diferenciação entre normal e patológico levou à criação de instituições com o objetivo de conter os marginalizados e desviantes, como asilos, hospícios e prisões (Gonçalves, 2000:18-19).

Para Rui Gonçalves (2000) ser marginal mais não é que tentar ser original através de certas atitudes, comportamentos e modos de estar que permitam a adesão a outro grupo de pertença que não o seu. Este comportamento, no entender do autor, surge antes do desviante. Quando um comportamento se torna sistemático e organizado ultrapassa os limites da tolerância social e passa a ser seguido pelas instituições (juízes, médicos, psicólogos etc) , este passa a ser considerado um comportamento patológico. Apesar disso, Rui Gonçalves refere que uma boa parte dos comportamentos desviantes são apenas imaturidades, levadas pelos modos e crises de originalidade. No decorrer desta investigação tentaremos compreender se esta associação a outros grupos de pertença, de que Rui Gonçalves fala, influenciou o comportamento desviante dos reclusos.

Para Luís Capucha (2005) definir o conceito de exclusão social não é fácil, existindo já diversas tentativas para clarificar este conceito. O autor menciona a abordagem francófona que se centra nas questões da solidariedade e do tipo de laços sociais e ainda uma natureza institucional dos direitos à participação social como direitos de cidadania. Numa tentativa de tentar compreender o conceito de exclusão social Capucha introduz vários autores para com as suas propostas de definição clarificar o conceito, sendo alguns os seguintes:

Pereirinha menciona que “ *a exclusão referia-se aos aspetos relacionais e aos mecanismos da integração/ desinserção social*”

Já Paugam (2003) refere que “*existe na atualidade uma problemática ligada à desigualdade da distribuição de recursos (incluindo os recursos escolares) atualmente afetada por novos fatores como o desemprego, as ruturas e recomposições familiares, as dificuldades de acesso à habitação. Esta problemática não se opõe à exclusão social mas é complementar a ela*” Poderão muitos destes fatores de exclusão serem responsáveis pela reincidência no crime por parte dos ex reclusos? O fato de se sair da prisão e ficar desempregado, muitas das vezes sem apoio familiar, que se desmoronou com a reclusão, acrescido em muitos casos da falta de habitação poderão condicionar ou fazer fracassar o processo de reinserção social dos reclusos.

Para Luís Capucha a maioria das afirmações dos autores mencionados não acrescenta nada de novo à explicação do conceito de exclusão social, este apenas dá relevância a duas conotações diferentes centradas na natureza dos laços sociais e nos direitos de participação. (Capucha, 2005:75-78).

Estes direitos à participação social de que fala Capucha são apoiados por Esther Diez, que relaciona o conceito de exclusão social com a falta de participação nas relações sociais e de integração e que atribuem um estatuto de cidadania (Diez, 2006:99). Para além disso, a autora considera que a insuficiência de meios é uma das situações que podem levar à exclusão social. Muito associada à noção de pobreza é apenas um dos fatores de exclusão, que aliada à falta de participação nos espaços de convivência social (que dão o estatuto de cidadania) caracteriza a exclusão social (Diez, 2006:55).

Rodrigues refere que a exclusão é um conceito dinâmico e persistente já que no seu núcleo surgem processos de reprodução, que se transmitem de geração em geração, e evolução pois vão surgindo novas formas. Apesar dos conceitos de pobreza e exclusão social por vezes se confundirem mutuamente o autor salienta a posição de Lamarque “*A exclusão, por seu turno, é um processo mais complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si*” Lamarque refere ainda que “*a exclusão é um processo dinâmico, associado a uma trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de handicaps vários (ruturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, etc).*” (in Rodrigues, 1999:69). Mais uma vez vemos abordado a questão das ruturas familiares e as carências de habitação como alguns fatores que podem levar à marginalização e conseqüente exclusão. Ou será que primeiro surge a exclusão e depois a marginalização? Não poderemos considerar como “excluído” alguém que não tem onde morar e que devido a essa situação inicia um comportamento marginal? Quais serão os handicaps dos reclusos que os levaram à marginalização?

Para Iver Moller e Pedro Hespanha para se definir o conceito de exclusão é necessário distingui-lo primeiro dos conceitos de inclusão e marginalização e dos conceitos de integração e de diferenciação. Para os autores, nos dias de hoje é normal considerar o conceito de

inclusão como o oposto de exclusão. A marginalização integra uma situação intermédia destas duas distinguindo-se do conceito de integração apenas pelo seu nível micro ou meso de aplicação. Para os autores a diferenciação precede a exclusão pois o progressivo aumento da diferenciação social leva à emergência de novas formas de integração e de desintegração. Iver Moller e Pedro Hespanha consideram que os conceitos de inclusão e de exclusão são dois conceitos dinâmicos pois vivemos numa sociedade diferenciada onde emergem constantemente novos sistemas e subsistemas do qual os indivíduos podem estar incluídos ou excluídos. São também considerados relacionais “*pois podem ser vistos ao longo de um continuum de situações*” (Moller; Hespanha, 2002:57). No estudo apresentado pelos autores, estes referem que os desempregados se sentiam excluídos ou em “pior situação” que os empregados, quando não se inseriam nos sistemas de trabalho/emprego, rendimento/consumo e participação política. Para um recluso, que já se sente excluído por ter estado preso, ao sair em liberdade e ver-se no desemprego vai sentir-se duplamente excluído. Sem trabalho e um meio de subsistência pode esta situação influenciar a sua reincidência criminal? Se no momento da sua libertação um recluso tivesse um trabalho a sua trajetória teria sido diferente? O que poderá ser feito entre o recluso, instituição prisional e sociedade para que se consiga melhorar o processo de reinserção social dos reclusos e diminuir a taxa de reincidência?

Para Maria Rubio (2002) o conceito de exclusão social tem vindo a ser empregue no terreno operativo das políticas públicas europeias. Considera a exclusão social como um processo que separa um individuo ou grupo das suas possibilidades laborais, económicas, políticas e culturais, a que os demais têm acesso. Significa assim, o não acesso ou pouco acesso aos direitos e oportunidades vitais fundamentais. Para a autora, o que surge de novo neste conceito é a sua capacidade aglutinante, tanto numa ordem conceptual como teórica. A nova lógica dominada pela globalização tecnológica e económica e na questão da política social, o seu potencial como conceito mobilizador obriga a operacionalizar atuações e políticas sociais concretas pondo em evidência as carências protetoras dos Estados-Providência. A autora associa dois conceitos à exclusão social - a pobreza e a marginalização. A pobreza é definida essencialmente pela falta de recursos materiais e económicos e deve ser estudada a partir da desigualdade social, sendo que esta gera pobreza pela desigual repartição de riqueza. A pobreza engloba não só a carência económica, mas também a social e cultural. São estas carências que explicam as condutas e formas de viver fora da norma social e leva ao que Durkeim chama de anomia social. J. Valverde refere que a marginalização implica exclusão e que supõe um afastamento voluntário ou imposto, e a existência de um universo simbólico diferente (in: Rubio, 1988: 24). A marginalização está associada à pobreza e aumenta com situações de carência ou pobreza económica. A exclusão social é o culminar de várias situações como a precaridade económica devida ao desemprego, ao distanciamento dos valores culturais partilhados pela sociedade, e o corte dos vínculos e relações sociais

próximas. Maria Rubio fala ainda da exclusão social como uma característica multidimensional que se pode manifestar pela falta de uma habitação, problemas de consumo de álcool, drogas, baixos níveis de ensino/formação, desemprego de longa duração, afastamento de apoios sociais, etc. As novas formas de pobreza são aquelas relacionadas com a precarização ou flexibilização do mercado do trabalho. (Rubio, 2002:23-26). O que a autora refere vai ao encontro da realidade da população prisional caracterizada por níveis económicos muito baixos, com comportamentos aditivos e níveis de escolaridade e formação baixos. Mas o que se faz na prisão para colmatar estes problemas de exclusão?

3.A exclusão como rutura dos laços sociais

Serge Paugam (1996:7) acredita que a exclusão social demonstra a “nova questão social”, que substitui a “velha” baseada na questão da relação salarial e luta de classes. O autor defende que “(...) *A exclusão é o paradigma a partir do qual a nossa sociedade toma consciência de si própria e dos seus disfuncionamentos*” Assim no século XIX esse paradigma era a pobreza e atualmente esse paradigma evolui para o que hoje conhecemos por exclusão social, uma ideia que pode ser explicada “*por referência a uma ideia de ‘integração social*” (Capucha, 2005:80). Castel menciona que algumas das mudanças ocorridas são o desemprego massivo e a precariedade do trabalho. Também alguns autores portugueses seguem essa mesma linha de pensamento. Isabel Guerra refere que “*o progresso técnico cada vez menos coincide com o progresso social, dado o irresistível aumento do desemprego e a quebra da segurança dos rendimentos que, de alguma forma, significava a relação salarial.* (in Capucha, 2005:80). Outro autor que sugere a ideia de desagregação das relações sociais é Teixeira Fernandes que refere que “*As desigualdades actuais traduzem-se em forma de desintegração social. A desafiliação dos ligames sociais básicos conduz quase sempre a uma relegação social e espacial* (in Capucha, 2005:80). “*tornando a pobreza hoje diferente da do passado, configurada na forma de exclusão social.*” (in Capucha, 2005:81).

Para os vários autores a nova noção de exclusão é um resultado do progresso económico e das consequências que daí advêm. O facto de nos dias de hoje as pessoas se depararem com situações incertas ou precárias leva a que estas vivam angustiadas e percam progressivamente a sua identidade social. A velha pobreza era apanágio dos inadaptados, em regra culpados pela sua situação, daqueles que não eram capazes de acompanhar o progresso.

Relativamente à perda do “laço social” Capucha refere que um acontecimento traumatizante como por exemplo a perda dos laços profissionais ou o divórcio influenciam outras áreas da vida levando à baixa auto estima e também rompendo os laços com os grupos de amigos,

família emergindo assim a solidão e o isolamento. Deste modo, Capucha salienta que o conceito de exclusão não pretende apresentar grupos ou indivíduos que sofrem de marginalização. Mas sim a existência de processos associados a transformações profundas no sistema de emprego e de integração social, cada vez mais visíveis, que põem em risco a coesão social e os próprios fundamentos da sociedade. Paugam (1996) fala de “desqualificação social”, Castel (1995) de “desafiliação” ou “desinserção”, Dubet (2003) fala do “imóvel” daqueles que não se deslocam numa sociedade de mobilidade (Capucha, 2005:82). Surge assim uma ideia nova em que uma situação de rutura de laços sociais das pessoas com entidades de pertença e de referência primária como os amigos ou familiares leva à mesma rutura com a sociedade. Esta problemática promove o isolamento completo considerado um caso extremo de exclusão.

Para Luís Capucha segundo um estudo feito em Portugal sobre o Rendimento Mínimo Garantido não é a ausência de atividade económica que determina as condições dos beneficiários, pois grande parte destas pessoas exerce ou exercia de alguma forma uma profissão. O autor considera sim que o que leva estes beneficiários à exclusão é a herança. Capucha menciona que o problema destas teorias não é a referência às mudanças mas sim o facto de enfatizarem essas mudanças ao ponto de encontrarem nelas um novo paradigma ou a nova questão social, resultante dos processos de ‘desafiliação’ ou ‘desqualificação social’. Para o autor existem vertentes de estruturação da sociedade modernas que se mantêm, como seja as classes sociais e determinados problemas sociais - paz, ambiente, questões de género, etc. (Capucha, 2005:82).

Capucha questiona a ideia inscrita no “novo paradigma social” onde os excluídos são os “inexplorados, descartados” do processo de trabalho e de exploração”. Para o autor a ‘não exploração’ não existe, apenas os locais onde existia essa exploração mudou. Este refere que se a exploração for considerada do ponto de vista territorial *esta sai obrigatoriamente da fábrica e passa a incluir a “organização global do sistema económico e social com uma pluralidade de especializações territoriais”* (Capucha, 2005:86).

Também Eduardo Rodrigues refere o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente englobando no seu núcleo processos de reprodução e evolução que garantem as suas vias de persistência o que implica várias rupturas na coesão social. De acordo com o autor o conceito de exclusão abarca além de uma dimensão material uma dimensão simbólica que se assume pela transformação da identidade do indivíduo, muitas vezes relacionada com uma baixa auto estima, um sentimento de inutilidade o que impede de ultrapassar os obstáculos que levaram à exclusão. Para Eduardo Rodrigues “o excluído” ao considerar-se rejeitado vai interiorizar um sentimento de auto-exclusão. O indivíduo sente-se “inútil”, sem capacidade para superar os obstáculos que levaram à exclusão. Uma situação de

exclusão engloba uma perda de identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Existe um corte com as relações sociais (Rodrigues, 1999:65). Os aspetos mencionados pelo autor refletem-se também numa situação de reclusão. Ao entrar na prisão, o recluso enfrenta não só um corte com as suas relações familiares, com o trabalho, com a comunidade, mas também assiste a uma crise ou perda de identidade. Durante o tempo que passa em reclusão um recluso vai sentindo-se sem propósito de vida, sem projeção de futuro o que resulta num aumento da auto estima. Todo este processo leva a que este interiorize que pouco há a fazer. A reclusão cria o estigma do ex recluso e quebra os laços sociais existentes. O próprio recluso não se sente motivado a trabalhar para a sua inclusão. Um recluso quando sai em liberdade conseguirá sentir-se útil à sociedade que o excluiu? O que representará para o recluso ter estado preso? Sente o estigma do ex recluso? Será possível recuperar a identidade perdida com a sua entrada na prisão?

Para Eduardo Rodrigues o conceito de exclusão é mais do que a mera noção de desigualdades, este assenta na fragilidade ao nível do reforço da coesão identitária. Relaciona também a exclusão à análise das categorias sociais desfavorecidas e refere vários tipos de exclusão social assentes em características desiguais de diversos handicaps podendo falar-se de exclusão económica, social, cultural, etc. Costa dá o seu contributo nesta matéria mencionando que *“À vivência da exclusão social encontram-se associadas situações diferenciadas, pelo que se torna possível falar de tipos de exclusão social. Estes são caracterizados por um peso desigual dos diversos handicaps (exclusão do mercado de trabalho ou precariedade de inserção no mesmo, baixos níveis de rendimentos, carências habitacionais, baixa escolarização e reduzidas qualificações, fraca participação social e política, etc); aquele que reúne maior preponderância contribui para nomear o tipo de exclusão.”* (in Rodrigues, 1999:70).

Ainda sobre este tema Eduardo Rodrigues salienta a necessidade de se identificar os handicaps para desta forma ser possível uma melhor identificação de quem realmente se encontra numa situação de desfavorecimento. *“Será importante delimitar a amplitude destas circunstâncias, ou seja, saber se estas estão apenas relacionadas com a esfera do trabalho (...) ou com um conjunto vasto de questões sociais, políticas e culturais que contribuem para emergência de situações de desfavorecimento”* (Rodrigues, 1999:70).

O autor considera que os atores sociais sofrem de estigmatização e etiquetagem por estes serem identificados como desfavorecidos e vulneráveis a situações de pobreza. Tendo como base os diversos handicaps existentes Eduardo Rodrigues identifica as categorias sociais vulneráveis à exclusão ditas clássicas bem como as novas categorias sociais desfavorecidas emergentes. As primeiras são constituídas por: *“idosos, camponeses pobres, assalariados possuidores de fracas*

qualificações e baixas remunerações” (Rodrigues, 1999:71). As segundas incluem entre outras os *“jovens em risco, toxicodependentes e ex-toxicodependentes, detidos e ex-reclusos, excluídos das principais instituições sociais, tais como a família, a escola, o trabalho, etc; cuja vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social é latente.”* (Rodrigues, 1999:72). Considerando os reclusos ou ex reclusos como uma das novas categorias sociais desfavorecidas emergentes o que tem sido feito para combater a sua exclusão social e consequente estigmatização? De que forma é que os ex reclusos sofrem a estigmatização e como a combatem? Os reclusos, principalmente na procura de emprego sente a “etiquetagem” do ex recluso? Conseguem lidar com este obstáculo?

Eduardo Rodrigues refere ainda que estas categorias sociais desfavorecidas têm todas elas handicaps e graus de desfavorecimento diferentes o que implica que a sua definição deverá ter em conta a complexidade da realidade de cada um. No caso dos reclusos, que se encontram privados da sua liberdade, de que forma é que estes sentem a reclusão? Quais são as suas fragilidades e necessidades durante o cumprimento da pena? No momento de sair em liberdade quais são os maiores handicaps no processo de inserção social de um ex recluso?

Quando chega o momento da libertação, existe sempre muita apreensão por parte do recluso e da sua família pois o acompanhamento que é feito após a libertação, principalmente no auxílio na procura de emprego é quase inexistente. Se pensarmos que o trabalho prisional pouco se aproxima do da vida em liberdade, mais difícil será para um ex - recluso conseguir um emprego.

Existem alguns dados que nos mostram que o divórcio tem vindo a aumentar em Portugal. Isto deve-se sobretudo, por um lado, às mudanças que surgem na família, principalmente pelo aumento das mulheres que se tornaram mais ativas e mais presentes no mercado do trabalho. E por outro lado, estas iniciam-se no mercado do trabalho entre os 25-29 anos sem demonstrarem grande interesse em constituir família, seja através do casamento ou mesmo em terem filhos (Almeida, 1998:46-47).

Se pensarmos numa situação de aprisionamento esta realidade aumenta exponencialmente. A incidência de divórcio, quando existe uma condenação da privação da liberdade de um dos membros de uma família acentua a probabilidade de esta terminar. A reclusão leva a que se percam os laços familiares e à deterioração dos relacionamentos afetivos existentes até então.

Para Isabel Carmo (2008) a conjugalidade permite criar uma identidade pessoal e social, um sentido de existência. É através da relação conjugal que se promovem a pertença a outros grupos sociais. Em reclusão, coloca-se sempre o problema da falta da mãe ou do pai, a falta de acompanhamento que cada um pode proporcionar já que o desempenho que se espera de

cada um é diferenciado mas ambos necessários. Existe um grande impacto da prisão na conjugalidade pois esta torna mais difícil a continuidade da dimensão amorosa e afetiva e consequente manutenção da relação conjugal muito devido ao afastamento físico do casal. O próprio desejo de constituir família cai por “terra” aquando da reclusão.

Segundo a autora, a reclusão prolongada leva a uma deterioração física, emocional e mental dificultando a reinserção social dos reclusos (Carmo, 2008:14). É importante perceber de que forma é que a reincidência criminal e consequentes anos passados em reclusão afetam os reclusos. Existe com o passar dos anos uma adaptação à prisão? Pode um recluso continuar a acreditar na sua reinserção social depois de vários anos a entrar e a sair da prisão?

Existe ainda o problema das famílias mais desfavorecidas, que devido à reclusão de um dos cônjuges, ficam em condições ainda mais difíceis. Isto acontece não só pela razão de ser menos um a trabalhar, mas também traz mais encargos e complicações para a família manter o contato com o preso (Carmo, 2008:15-16). Para um recluso é muito importante conseguir manter os laços sociais pois estes são uma forma de se sentir ligado com o exterior e que o ajudam a não perder a sua identidade.

A autora Megan Comfort descreve muito bem a importância que a mulher representa numa situação de aprisionamento do seu cônjuge. Demonstra também que a própria mulher vive um aprisionamento secundário pois vê a sua vida privada constantemente invadida pelos controles penais. A mulher tenta através do amor, da compaixão e do medo reduzir os constrangimentos e as privações a que os seus companheiros estão sujeitos. Refere que as estratégias passam por “escrever e receber cartas, enviar encomendas, aceitar telefonemas, visitar os companheiros e participar em jogos de fantasias, mesmo que estas atividades impliquem a perda da sua privacidade pessoal, esgotem os seus escassos recursos.” (Comfort, 2007:1056).

A prisão é um lugar fechado ao exterior. Para Ivone Cunha (2003:2) os muros da prisão separam os prisioneiros das suas relações exteriores ou anteriores, assinalando um hiato social que se materializa continuamente, apesar de terem direito a visitas regulares, telefonemas ou cartas. As relações sociais que estes estabelecem passam a ser maioritariamente prisionais, deixando de haver espaço para as relações anteriores à reclusão, sendo os reclusos extirpados do seu mundo social.

Um indivíduo internado numa instituição total como a prisão, com uma estada longa, pode estar sujeito a um “desculturamento”, ou seja, a um “destreinamento” que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspetos da sua vida quotidiana (in Rosa, 2010:48). Goffman salienta igualmente o fenómeno do “eu mortificado”, cuja barreira entre o internado e o mundo externo marca a primeira mutilação do “eu civil” (in Rosa, 2010:48).

Existe uma perda de identidade com a comunidade e com a família. Muitas vezes a possibilidade de trabalhar no meio prisional permite que os reclusos recuperem um pouco da sua identidade. Primeiro a sua própria identidade e depois a criação dos laços sociais com a comunidade e com a família. Apesar da remuneração auferida pelos reclusos não ser equitativa às do mundo exterior, alguns ainda conseguem ajudar as suas famílias que vivem em situação de pobreza. O dinheiro que recebem permite a muitos detidos, pela primeira vez, auferir uma remuneração pelo trabalho que realizam, o que não acontecia em liberdade.

A estigmatização e o preconceito começam no próprio Estado, através dos seus representantes e dos seus discursos políticos. Cria-se a ideia de que quem comete um crime jamais conseguirá ter uma nova vida e pertencer novamente a uma comunidade. (in Sandra Rosa, 2010:51).

4.A exclusão como rutura do contrato social

Capucha relaciona a noção de exclusão à noção de ausência de direitos de cidadania. O autor introduz o conceito de integração salientando que este *“caracteriza a condição de participação dos indivíduos, das famílias e dos grupos nos processos normais da vida em sociedade”* (Capucha, 2005:90). Tendo em conta que um recluso mantém todos os direitos à exceção da privação da liberdade, de que forma é que este continua a exercer a sua cidadania? Ao ficar privado da liberdade inicia-se a rutura com a sociedade. Estar integrado implica uma partilha de cidadania com a sociedade e dos que dela fazem parte. Ao estar integrado na sociedade um indivíduo tem acesso aos direitos cívicos da liberdade mas também aos direitos sociais. Para Capucha estar em situação de excluído é precisamente o oposto do anteriormente referido. Significa possuir um estatuto desvalorizado e uma identidade negativa. Para Luís Capucha *“estar em situação de exclusão, não é ser um ‘não membro’ da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) ‘não cidadão’, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objetivamente direitos de cidadania”* (Capucha, 2005:91). Um recluso sentir-se-á “não cidadão” como diz Capucha? Ou sente que ainda faz parte da sociedade? Nas abordagens efetuadas o autor refere várias dimensões da exclusão, uma dimensão material (pobreza), social (reconstrução de identidades e sociabilidades) e simbólica (estar integrado ou excluído). Para o autor estar em situação de exclusão significa retirar os direitos de cidadania a um membro da sociedade. Fazendo referência ao Observatório Europeu Capucha acrescenta que esses direitos são o direito a um rendimento digno, ao trabalho e à atividade económica, à educação e à formação, à saúde e à habitação e ainda à igualdade de oportunidades.

Relativamente a este tema Eduardo Rodrigues considera que os conceitos de trabalho, emprego e desemprego são importantes quando se aborda a questão da exclusão social e da integração/inserção social. O autor realça a importância política dada a estes conceitos pelas ações de incentivo ao emprego e de combate ao desemprego promovendo assim a inserção social. Quando um recluso sai em liberdade sente muita dificuldade em arranjar emprego sobretudo pelo estigma do ex recluso. Mas que incentivos tem o recluso na procura de emprego? Qual o apoio que é dado na sua inserção social? Qual o papel que este representa na sua auto inserção?

Relativamente ao trabalho o autor dá-nos uma visão macro da definição através do contributo de Kumar “ *o trabalho é analisado como uma atividade de transformação socialmente organizada, através da qual o homem se transforma e se produz a si próprio* (in Rodrigues, 2005:73). Aqui o autor evidencia a importância que o trabalho representa na coesão e participação social e reforço dos laços sociais.

Para Eduardo Rodrigues possuir um trabalho não é condição para a existência de emprego e sobre isto Andrade diz que pressupõe “ *a legitimação de uma atividade de trabalho através de uma relação contratual constituída entre duas partes*” (in Rodrigues, 1999:74). De acordo com Eduardo Rodrigues a principal distinção entre trabalho e emprego é que este último rege-se por um regime contratual institucional sinónimo de trabalho remunerado. Para o autor ter um emprego significa estabelecer um “*contracto social*” entre a organização das relações coletivas de trabalho e o Estado dentro do mesmo sistema económico. Nesta linha de pensamento Eduardo Rodrigues salienta que um enfraquecimento destas relações contratuais leva à precariedade do emprego o que pode gerar instabilidade social. Considera no entanto que o emprego “*reforça a valoração social positiva da atividade, define aspetos do estatuto e identidade pessoal*” (Rodrigues, 1999:75) Segundo o autor é através da posse de um emprego que os indivíduos participam globalmente na esfera económica e consequentemente reforçam os laços e a participação social. Tal como Capucha também Eduardo Rodrigues refere a integração como importante nas relações com a sociedade e o Estado. É necessário que os indivíduos participem ativamente no funcionamento de grupos sociais organizados. Refere que a integração assenta sobretudo na atividade profissional que confere segurança material e financeira e uma identidade no trabalho. Se um recluso quando sai em liberdade conseguisse um trabalho este iria permitir criar novamente uma identidade individual e social. Um emprego permitiria criar novos laços sociais e ao mesmo tempo participar de uma sociedade que o integrasse como um igual evitando a exclusão e consequente reincidência criminal.

4.1. A desqualificação Social

A fragilidade vivida por alguns elementos ou grupos da sociedade, corresponde à provocação provocada pela desqualificação social ou pelas dificuldades de inserção profissional. O fato de alguém perder o trabalho, viver dificuldades de inserção profissional, perder a sua habitação ou o fato de morar num bairro degradado e socialmente desqualificado é considerado uma privação socialmente difícil. Esta fragilidade corresponde à aprendizagem da desqualificação social, que leva as pessoas a compreenderem que existe um distanciamento do resto da população. Estar perante uma situação de trabalho precário ou um desemprego de longa duração, são acontecimentos que deprimem e que enfraquecem a vida social. Um desempregado perde o seu estatuto de trabalhador e as suas relações do dia-a-dia com os seus companheiros no fim do dia de trabalho. Estas situações levam ao desalento e à resignação. No caso dos ex reclusos que se vêm numa situação de desemprego de longa duração também sentem que não fazem parte da mesma sociedade, continuam a sentir-se excluídos, como já se sentiam durante a reclusão. Ao se resignarem perante esta situação sentir-se-ão compelidos a voltar ao crime? Poderiam ter outra alternativa? Esta desqualificação é humilhante e provoca alterações nas relações com os outros e concentra a pessoa em si mesma. Acima de tudo, a desqualificação profissional está associada à deterioração da vida familiar e ao sentimento de culpa. Quem conhece a situação de desqualificação social e aí permanece por um período longo de tempo, acaba por aceitar o estatuto de assistido, que permite de alguma forma o evitar da miséria. Há casos em que certos indivíduos entram numa situação de rutura, que devido à acumulação de fracassos os leva à marginalização e conseqüentemente à sensação de que são inúteis para a sociedade. O Rendimento Mínimo de Inserção (RMI) veio minimizar estas situações diminuindo o risco da quebra total dos laços sociais. Este grupo de marginalizados não são na maioria abrangidos pelas políticas sociais (Paugam, 2003:15-21). Para Serge Paugam uma das faces da exclusão é a pobreza. Mas para o autor não é só a falta de bens materiais que definem a pobreza, mas é também ter um estatuto social inferior e desvalorizado, que muda a identidade de quem a experimenta. Esta tem sempre uma conotação negativa, é símbolo de fracasso social que leva à degradação moral. Além dos poucos recursos económicos, têm pouca influência sobre o poder político. É o descrédito dos que não têm na participação ativa na vida económica e social, que leva à desqualificação social. São duas as teorias sobre o comportamento dos pobres. A cultura da pobreza, que tende a passar de geração em geração pelo efeito que a situação de pobreza tem sobre os filhos, e a teoria das causas internas, que explica a reprodução da pobreza pelas deficiências internas, que são transmitidas de geração em

geração. O fato de aceitar ser assistido socialmente é o mesmo que ser rotulado como pobre. O próprio trabalho social conduz à etiquetagem e à estigmatização (Paugam, 2003:25-31).

4.2. A estigmatização

O conceito de estigma remonta já à altura dos Gregos, que o criaram como referência a sinais corporais. Na Era Cristã atribuía-se o termo aos sinais corporais de graça divina e de distúrbio físico. Atualmente, é mais associado à desgraça pessoal. É a sociedade em que vivemos, que categoriza as pessoas e que identifica os atributos que devem ser comuns e naturais a todos os que fazem parte dela e que nos identifica a todos com uma identidade social. O termo estigma é normalmente empregue para fazer referência a um atributo profundamente depreciativo, mas que Goffman refere, que o que é necessário é uma linguagem de relações e não de atributos, pois o que pode estigmatizar alguém para um é normal para outro. O estigma é uma relação especial entre atributo e estereótipo. Ao abordar este conceito, Goffman (1996) apresenta-o sobre dois pontos de vista. O primeiro é quando a característica do estigmatizado é já conhecida ou é evidente (condição de desacreditado). O segundo acontece quando a característica de estigmatizado não é conhecida e não é imediatamente perceptível (condição de desacreditável). O autor distingue três tipos de estigma. Primeiro, o estigma do corpo (deformidades físicas). Segundo, as culpas de carácter individual (prisão, vontade fraca, vício, alcoolismo, desemprego, distúrbio mental). Terceiro, os estigmas tribais de raça, nação e religião (1996:5-7). Um indivíduo que facilmente poderia ter uma relação social normal possui um traço que afasta a atenção do resto, este traço é um estigma que o priva dos normais. Constrói-se assim uma teoria do estigma com termos específicos como o aleijado, bastardo, retardado etc. Quando alguém tenta corrigir o seu estigma, quando é possível, o que muda não é a aquisição de um status normal, mas uma transformação do ego (através de cirurgia reparar defeitos físicos). Para Goffman o estigmatizado poderá usar o seu estigma para obter ganhos secundários e ver as privações que sofreu como uma bênção secreta. É no momento em que os normais e estigmatizados se encontram frente a frente, que ambos terão de lidar com as causas e efeitos do estigma (p.15). O estigmatizado fica com uma sensação de não saber bem o que realmente pensam dele. A condição de desacreditado acontece quando o defeito, que provoca o estigma, pode apenas ser percebido ao se lhe dirigir a atenção, o que em situações sociais mistas o estigmatizado pode responder através de uma capa defensiva. O visivelmente estigmatizado sente nas interações sociais mistas uma angústia muito grande, o que leva ou ao retraimento ou à agressividade (1996:18). A aprendizagem que um estigmatizado faz relativamente à sua condição leva a mudanças de conceção do eu. O estigmatizado no seu processo de socialização aprende o significado de se possuir um estigma particular e as consequências de possui-lo. Para o autor os estigmatizados

têm quatro modelos de carreiras morais. O estigma congênito, em que a socialização acontece dentro da sua situação de desvantagem. Um segundo modelo é o da capacidade da família constituir uma proteção de uma criança estigmatizada desde que nasceu. A sua experiência moral acontecerá quando este perder a proteção que o envolvia e assim conhecer o estigma. O terceiro modelo de socialização ocorre com o surgimento do estigma numa idade mais avançada, o que pode acontecer com problemas, deformações físicas, ou de indivíduos que só mais tarde percebem que pertencem a um grupo tribal estigmatizado. Um quarto modelo engloba os que sendo socializados numa comunidade diferente têm de aprender uma nova maneira de ser (1996:30-33). Nos casos em que o estigma está associado à entrada numa instituição (como a prisão), Goffman diz que “a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma ser-lhe-á transmitido durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio” (1996:34). Tal como já mencionado pelo autor, uma pessoa sente o estigma de desacreditado quando o seu “defeito”, estigma é conhecido antes ou no momento em que se dá a interação social. No entanto, quando o estigma não é aparente ou não existe um conhecimento anterior e existe uma tentativa de manipulação sobre o seu efeito, estamos perante um estigma, uma pessoa desacreditável (1996:38). O estigma envolve dois tipos de indivíduos, os estigmatizados e os normais, que participam num processo social de dois papéis, em que cada indivíduo participa de ambos (Goffman, 1996:117).

Para Corinne Rostaing (1996) a prisão não significa apenas a privação da liberdade, mas sim a atribuição de um novo estatuto, o de recluso, a adaptação a um regime institucional. A separação de quem lhe é próximo. Ser preso é ver-se rejeitado e colocado à parte da sociedade, como que perdido. A experiência da reclusão constitui um atentado direto à identidade, por isso quando sai, um recluso sai transformado. A prisão tem duas lógicas de funcionamento. Por um lado, a de segurança que “guarda” temporariamente os delinquentes e menos qualificados e que tem como objetivo a sua transformação. Por outro lado, a prisão funciona mais como uma forma de controlo social das populações mais desfavorecidas (profissões pouco qualificadas, situações precárias, emprego, marginalidade) do que um lugar de punição. Para a autora existe uma seleção social dos que habitam a prisão. A probabilidade de se ir parar à prisão é maior quando se é homem, jovem e com um nível de ensino baixo. A prisão não tem como função principal a de aprisionar os criminosos, ela é geradora de delinquentes. A prisão, refere ainda a autora, é um lugar de exclusão temporário, que é a marca de um estigma (1996:354/5). Quando um recluso enfrenta o encarceramento vê-se numa luta pela própria identidade. A privação da liberdade corta as suas relações com a família e o meio social, e coloca-o num meio de regras e constrangimentos. Este momento marca a sua estigmatização como delinquente. O ritual de entrada na prisão, considerada por Goffman (1996) como uma instituição total, é um atentado à imagem de si próprio. É a passagem da vida livre à de recluso. Uma vida privada

da participação coletiva, que recusa a intemporalidade. A reclusão retira o controlo do seu próprio tempo e mesmo o seu tempo a sós é curto. O recluso fica privado da sua intimidade, do controlo da sua própria vida, de bens e serviços, da sua autonomia. Assiste ainda à privação de relações heterossexuais e de segurança. O campo de iniciativa pessoal fica limitado sob a posição de subordinação permanente. O aprisionamento leva a que o recluso interiorize os valores e modos de vida próprios da prisão. Esta situação leva-o a confrontar-se com um novo estatuto, o de recluso, a novos hábitos, num ambiente hostil que leva a que este perca a iniciativa, a pró atividade de fazer algo mais por si. Quer é o mínimo de inconvenientes para poder sair o mais rápido possível em liberdade (1996:356/7). Para vários autores (Sykes, 1958; Morris, 1963; Goffman, 1968) uma instituição não é sempre total. Os reclusos são atores sociais que se organizam socialmente entre eles. É uma adaptação secundária, possível dentro das privações existentes. Existe um sistema económico ilegal na prisão, que permite combater a privação e minimizar os efeitos de perda de autonomia. Para Corrinne Rostaing a prisão é uma experiência dolorosa. Muitos reclusos, de modo a fugirem da realidade em que vivem, refugiam-se na toma de medicamentos ansiolíticos e hipnóticos. O aprisionamento leva a que muitos exprimam o seu mal-estar através das tentativas de suicídio, greves de fome, auto mutilação e se recusem a participar na vida prisional. Os que participam em atividades (desportivas, culturais, manuais) fazem-no apenas para passar o tempo, sair da cela ou encontrar-se com alguns companheiros. Normalmente, estes são indivíduos oriundos de meios desfavorecidos e com uma trajetória social difícil. A prisão não é mais que uma vida artificial, apartada da vida social, que leva à ressocialização. A prisão estigmatiza, ainda que esta população seja excluída socialmente e viva já na marginalidade antes do aprisionamento. A família e todo o apoio afetivo permanente reduzem os efeitos perversos do aprisionamento (Rostaing, 1996:358/9).

5. Integração e Inserção/inclusão

Quando se fala em exclusão social temos de abordar dois conceitos. A integração e a inserção/inclusão social. Para o autor Esther Diez (2006) o conceito de integração social está associado aos elementos sociais que possibilitam a coesão entre os membros de uma determinada sociedade. Esta acentua a responsabilidade da sociedade para ajudar o sujeito a adaptar-se ao meio social. O conceito de inserção está mais ligado à regulação dos salários sociais. Este define-se por oposição à prestação económica e está identificada com o desenvolvimento de uma atividade que deve ser levada a cabo pelo individuo para a sua integração. Este é responsável por tentar encontrar um lugar na sociedade. As políticas sociais também diferem na sua atuação quando se trata de serem integrativas ou inclusivas.

No pós-segunda Guerra Mundial as políticas sociais tinham uma vertente de integração ou coesão social, com o objetivo de realizar uma socialização quase universal dos riscos e reduzir as desigualdades. As políticas de inserção são dirigidas a grupos particulares para fazer face a carências várias. A exclusão como problema social surge a partir dos anos oitenta e substituiu ou aglutinou os conceitos de inserção e integração estando associada às alterações no mercado do trabalho, às políticas sociais e aos sistemas de relação interpessoal (p.19-20). Em 1993 o Conselho de Ministros da União Europeia cria o Livro Branco com o título «Crescimento, competitividade e emprego» para tentar lutar contra a exclusão e o desemprego. Em 1997 o mesmo Conselho de Ministros aumenta as competências da União em termos de política social e de emprego com o tratado de Amsterdão. Em 2000 o Conselho de Ministros enfatiza a necessidade de desenvolver um Estado Providência que lute contra a exclusão e a pobreza. Esta luta contra a exclusão e a discriminação, no entender do Conselho Europeu, deve favorecer a integração social (p.26-27). A exclusão social diferencia-se do conceito de pobreza na medida que não considera apenas a questão económica, mas sim carências pessoais, sociais, laborais e culturais podendo haver exclusão social mesmo de quem trabalha. É o acumular de carências que leva à situação de exclusão. Uma situação de exclusão está ligada com a relação que se estabelece entre o individuo e a sociedade. Este vê-se privado do acesso a um nível de vida e de direitos sociais que são próprios da sociedade a que pertence e que deveriam reduzir os riscos e a insegurança e minimizar as relações de desigualdade entre o sujeito e o resto da sociedade. Esther Diez aborda três tipos de zonas no percurso da exclusão. A zona de integração, que engloba os que têm emprego estável, consomem bens sociais e estão protegidos contra os riscos, sendo o trabalho assalariado a principal via para a integração. A zona de vulnerabilidade, que é caracterizada pela instabilidade e associada à precariedade laboral e fragilidade das relações sociais, muito por culpa da desregulação do mercado laboral e introdução das novas tecnologias no mercado do trabalho. A zona de exclusão, tem o seu peso na ausência de trabalho e pelo afastamento social. Esta situação contribui para a marginalização, a desafiliação e conseqüente corte com as redes de integração primárias. Um individuo excluído encontra-se fora da esfera da participação social. Perde o seu estatuto de cidadão sem acesso aos direitos sociais e políticos (Diez, 2006:30-33). Os reclusos encontram-se na zona de exclusão pois vêm-se sem oportunidades de trabalho quando saem em liberdade, que não foram criadas durante a reclusão nem após regressarem ao meio livre. Isto aliado ao fato de se encontrarem alheados da participação social, que seria possível com o rendimento de um trabalho, torna-os ainda mais vulneráveis a situações de exclusão e marginalização. A insegurança em que um ex recluso se vê quando sai em liberdade deixa-o com poucas opções quando se trata de manter a sua subsistência e muitas vezes da sua família.

Para Dominique Schnapper não existe uma exclusão em absoluto, mas sim uma dialética de inclusão/exclusão em todas as sociedades, haverá sempre a inclusão de uns e a exclusão de

outros. Nos anos 30 a integração social era garantida pelo desenvolvimento económico, pela atividade profissional e pelo enriquecimento coletivo. As transferências sociais levadas a cabo pelo Estado Providência garantiam os recursos a quem se via privado de um emprego e deste modo funcionava como um instrumento de integração e de luta contra os processos de exclusão. A política moderna foi fundada sobre um princípio de inclusão dos membros da comunidade política pela cidadania e de exclusão dos não cidadãos. A noção democrática inclui todos os cidadãos assegurando a sua participação na vida política e exclui os outros das práticas ligadas à sua cidadania. Esta exclusão é um processo que engloba situações sociais, histórias individuais, que limitam as formas de participação e identidade na sociedade, mesmo que provisoriamente. Existem franjas da população, que pela sua situação frágil de precariedade os pode levar a um processo de exclusão. Como menciona Schnapper (1981/1994) a participação dos indivíduos na vida coletiva pode ser analisada sobre o ponto de vista do emprego e da proteção social. Os indivíduos que se encontram melhor integrados têm mais possibilidades de terem um estatuto elevado, um emprego permanente e ter a sua família inserida socialmente. Pelo contrário, os que não têm um emprego, estatuto ou proteção social têm uma grande possibilidade de serem isolados (Schnapper, 1996:28-29).

As populações reclusas são na sua maioria jovens com um nível escolar muito baixo e com hábitos de trabalho pouco vinculativos. Uma grande parte dos que habitam a prisão vem de famílias destruídas, muitas vezes com casos de ausência ou falta de afetividade. Esta crise de família não permite que esta assuma a sua função de socialização, de participação na sociedade, precipita sim para um percurso dissocializador. Moreira Semedo dá alguns exemplos “O meu pai saiu de casa antes de eu ter nascido e nunca o conheci”, “Lá em casa nunca faltou nada, só que os meus pais eram pior que o cão e o gato”, os meus pais morreram era eu pequeno...”, “Descendo de famílias pobres do Alentejo, fiz a quarta classe e até ir para a tropa fui guardador de ovelhas”, “A minha mãe morreu era eu chavalito...”, “os meus pais separaram-se tinha eu três anos e nunca mais o vi”, “A minha família é pobre...o meu pai até morreu por ter sido preso”, “Nem sei se os meus pais eram casados, a minha mãe deixou-nos tinha eu meses...” (1999:108). As histórias de vida apresentadas por Moreira Semedo caracterizam bem a vida sócio económica da população reclusa e que explicam o seio familiar desestruturado de que estes provêm. Estas relações ou falta delas vão criar um efeito dissocializador, o que dificulta ou impede a sua integração social. Este desajuste social reflete-se primariamente na escola com fraco aproveitamento e abandono precoce do sistema de ensino. Com ambientes familiares pouco apelativos, a rua é um chamariz onde fazem a sua aprendizagem marginal, que leva ou à vagabundagem ou à delinquência e à sua participação em bandos. Nos dados apresentados pelo autor, os reclusos não culpam a família pelo seu destino, mas sim as drogas, os azares de estar no sítio e na hora erradas e as companhias (1999:109-113). O recluso é um indivíduo excluído da sociedade por um período de tempo em que o sistema prisional tenta transformar de acordo com os padrões de comportamento

aceites em sociedade. Ao deixar a prisão, o recluso tem de se adaptar a um novo sistema de organização que não parou de mudar, ao contrário do tempo em que este se viu encarcerado, apartado da sociedade. Durante a paragem no tempo em que este se viu envolvido, assistiram-se a transformações sociais que o recluso não presenciou nem participou e que terá agora de se adaptar. Ao entrar na prisão o recluso experiencia um despir da sua personalidade em que lhe é atribuído um número e este deixa de ser pessoa (Semedo, 1994:121).

Num processo de integração um dos fatores considerado importante é o trabalho. Este desempenha um papel preponderante, pois um dos requisitos prévios à inserção social é o de possuir estabilidade num posto de trabalho reconhecido socialmente (Diez, 2002:65). Ter emprego é extremamente importante quando se pretende integrar alguém na sociedade. No caso de um grupo tão vulnerável como os reclusos, mais difícil será a sua integração se estes quando se encontram em liberdade não conseguirem arranjar emprego.

Os reclusos são um grupo cujas habilitações escolares são muito baixas o que pesa negativamente no seu processo de inserção. Para Esther Diez (2002:107) a educação é um mecanismo importante de integração social. Para Pereirinha et al. (2008:73-74) a existência de um baixo nível de escolaridade/qualificação pode desencadear situações de pobreza devido às potenciais dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Esta inserção é um fator importante de integração social uma vez que gera um rendimento e permite a participação na dinâmica social. Será que o percurso escolar e as qualificações que os reclusos adquirem em meio prisional são uma mais valia para a obtenção de um emprego?

5.1. Ensino

Segundo Maria João Vaz (1998:41) “A educação possibilita aos indivíduos a obtenção da base que assegura a aquisição das virtudes sociais e o desenvolvimento das capacidades individuais que os impediriam de enveredar pelo caminho do crime. A educação molda comportamentos e forma cidadãos”. Esta citação espelha bem a importância que a educação pode ter nos processos de reinserção social de reclusos, sendo esta uma das áreas que podem fazer a diferença na redução das taxas de reincidência. Deve-se neste sentido privilegiar a educação como uma forma de não punição, de prevenção e de regeneração do delinquente.

Quando se fala em reinserção social dos reclusos preconiza-se que se deve dar a estes, durante o período em que se encontram privados da liberdade, os meios e as competências necessárias e adequadas para que não cometam novos crimes uma vez em liberdade. De entre essas competências encontra-se a educação e a formação profissional.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Para Esther Diez (2002:107) a educação é um mecanismo importante de integração social. Mas qual é o papel que esta representa na reinserção social de reclusos? Ajuda na prevenção da reincidência criminal?

Para Ana Cameira e Paula Quintela uma das formas de combater e prevenir situações de pobreza e exclusão social é através de uma intervenção ao nível da educação/formação. Neste sentido, a educação/formação deverá ser um aspeto a desenvolver nas iniciativas de inserção social. O aumento das qualificações terá um impacto nos mecanismos de reprodução social, pois muitos dos jovens com abandono escolar são já provenientes de grupos mais desfavorecidos e com histórias de exclusão social (Cameira e Quintela, 2008:10-12).

O comité de Ministros do Conselho da Europa (1989) no ponto 3 da Recomendação (89) 12, de 13 de Outubro refere que “a educação na prisão deve ter como objetivo o desenvolvimento da pessoa como um todo, tendo em atenção o seu contexto social, económico e cultural”. A educação do recluso deve incluir competências sociais que o ajudem a lidar melhor com a adaptação à prisão, bem como a tornar menos penoso o seu regresso ao meio livre.

Num estudo apresentado por Clark (2001) “Effective regimes measurement research”, este refere que num universo de reclusos com baixa escolaridade, os que não frequentavam nenhum grau de ensino ou curso de formação intra muros tinham três vezes mais probabilidades de reincidirem.

Também no relatório “Reducing re-offending by ex prisoners” da Social Exclusion Unit (SEU, 2002) é referida a importância que o ensino e a formação profissional representam na redução da taxa de reincidência, apesar de o mesmo relatório denunciar que estas áreas são vistas pelos reclusos e mesmo pela instituição prisional como uma forma de ocupação e não como um meio de adquirir as competências necessárias para arranjar um trabalho.

Quando se aborda a promoção da inclusão social há duas questões que se colocam: o abandono escolar precoce do sistema de educação e formação e o acesso a oportunidades de educação e formação ao longo da vida para a população em idade adulta. Este tipo de oportunidades é muito importante para a população reclusa, não só por esta se caracterizar por níveis muito baixos de escolaridade e formação, mas também por contribuir para uma melhor inclusão. De acordo com Capucha et al. (2005:44) cerca de 40% dos jovens (auto) excluem-se do sistema de educação e formação precocemente, abordando assim o mercado de trabalho sem qualquer qualificação profissional e com um nível escolar muito baixo e com pouca sustentabilidade futura. Este fato vai agravar ainda mais a situação de exclusão social em que muitos já vivem e que funciona como uma “máquina” de reprodução de desigualdades. Segundo Capucha et al. ao se avaliar as dificuldades que os ex reclusos têm na obtenção e manutenção de um emprego, leva a crer que as atuais medidas não contribuem para melhorar as condições de inserção. Para o autor a solução passaria pelo

acompanhamento, quer durante a formação na prisão, quer durante a fase de inserção depois da saída em liberdade (Capucha et al., 2005:135).

É reconhecido hoje em dia, que os alunos a quem não é dada a oportunidade de desenvolver competências básicas, vão mais tarde apresentar dificuldades em participar na sociedade cada vez mais complexa. A inclusão reconhece que a diferença é inerente a todos os indivíduos (Freire, 2008:9). Ao avaliarmos as habilitações dos reclusos verifica-se que a maioria abandonou precocemente o ensino o que poderá ter contribuído para o seu comportamento criminal. Neste sentido importa questionar de forma é que a educação/formação podem contribuir para a integração/inclusão dos reclusos? Em que aspetos é que se consegue prevenir uma situação de pobreza e exclusão social, quando um recluso não consegue arranjar emprego quando sai em liberdade muitas das vezes devido às suas fracas habilitações? Através da educação consegue-se aumentar as competências interpessoais dos reclusos?

5.2. Formação Profissional

O trabalho deve ter um carácter formativo e dotar os reclusos de hábitos de trabalho e de competências de modo a que este assuma o desejo de participar no seu processo de reinserção e que o impacto com o mundo do trabalho seja menor.

O facto de se estar detido interrompe o percurso normal da vida de um cidadão e aumenta a taxa de desemprego dos ex-reclusos e corrompe a vida familiar. O trabalho prisional tenta aproximar o recluso da sociedade permitindo que este possa ter um trabalho o mais aproximado da vida livre, facilitando a sua adaptação à sociedade e à família.

Para James McGuire (2011) a reinserção deve reunir ensino, treino, aconselhamento, terapia, controlo de comportamento ou outros procedimentos, de modo a que se consiga conceber novos padrões de atitudes ou comportamentos no indivíduo.

Para Foucault (1995) a prisão deve ser mais do que um local onde se executa a pena. Deve ser também um local onde se observa o comportamento do condenado e as progressões que este vai fazendo. Deve ser um local de formação.

De acordo com Rodrigues o trabalho deve *“dotar o recluso de competências para que este em liberdade possa desenvolver uma atividade produtiva de modo a garantir uma independência económica e que facilite a sua reinserção social”* (cit. in Santos, 2003:101).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Também para José Moreira o trabalho prisional *“visa, nos seus princípios gerais, criar, manter e desenvolver nos detidos capacidades profissionais que lhes permitam vir a ganhar a vida após a libertação”* (Moreira,1994:61). Mas será esta formação profissional adaptada às características dos reclusos e necessidades do meio livre? Tem contribuído para a reinserção social dos reclusos? O que pode ser melhorado?

Para Conceição Gomes, Madalena Duarte e Jorge Almeida (2003) é importante que se dotem os reclusos de meios e competências necessárias, de modo a que estes quando saírem em liberdade possam adaptar-se à sociedade e não incidam novamente no crime. Os autores consideram que a formação profissional e a educação são fulcrais na reinserção do recluso. No entanto, uma lacuna que existe é o facto de não existir trabalho para todos os reclusos. Na maioria das vezes os estabelecimentos não possuem as instalações necessárias ou as próprias empresas não se mostram abertas a estabelecer protocolos com as instituições. Existem ainda alguns trabalhos, como as limpezas (faxina), que não dota os reclusos de competências úteis para a sua reinserção social. Também estes autores (apud Moreira, 1994:146-147) referem que não é fácil motivar os reclusos para o trabalho e que na maioria das vezes estes apenas trabalham para ocuparem o tempo e beneficiarem de saídas precárias.

Em 1999, o Provedor de Justiça menciona no Relatório sobre o Sistema Prisional a importância do trabalho prisional referindo que a ocupação laboral em meio prisional é essencial na reinserção social do recluso. Esta permite que estes se mantenham ocupados durante o cumprimento da pena e ao mesmo tempo que possam vir a exercer uma atividade depois da saída em liberdade e minimizem a sua adaptação à sociedade. As recomendações mencionadas neste relatório pelo Provedor de Justiça vão de encontro ao deficit que existe ao nível da qualificação profissional dos reclusos, quando entram no sistema prisional. Uma atividade laboral e a formação profissional vão desta forma diminuir os handicaps e habilitar o recluso a estar preparado para manter a sua vida e eventualmente a da sua família em liberdade. O facto de a formação profissional decorrer num curto espaço de tempo, motiva os reclusos a frequentarem estas formações, pese ainda o facto de que estas são mais bem remuneradas que o ensino. O recluso vê a formação profissional como um contributo para a sua reinserção ou como uma medida de flexibilização da sua pena?

De acordo com o relatório para o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa de Boaventura Sousa Santos (2003), o ensino e a formação profissional têm efeitos positivos sobre a taxa de reincidência. Segundo o autor, os reclusos que frequentam as aulas ou cursos de formação profissional durante o período de reclusão, diminuem a probabilidade de reincidirem quando em liberdade. O ensino e a formação profissional favorecem o aumento da autoestima, a motivação pessoal e uma maior probabilidade de arranjar um emprego. Mas qual será a perceção de um recluso relativamente ao ensino e à formação profissional? Considera-a importante para a sua reinserção social e diminuição da reincidência?

De acordo com Leonor Furtado e Conceição Condeço (2009), a educação, a formação profissional e o acesso ao trabalho têm obtido resultados positivos na taxa de reincidência, como fatores de tratamento penitenciário. Estes referem que apenas a aquisição de competências nestas áreas já referidas, podem proporcionar aos indivíduos em reclusão a obtenção da independência económica, permitindo que estes mais facilmente se insiram novamente na sociedade, sem voltar a reincidir. Como podemos observar são vários os autores que consideram essencialmente três áreas como as mais importantes na reinserção dos reclusos: educação, formação profissional e trabalho. No entanto, qual será o aspeto mais importante para um recluso? O que poderá ter um maior impacto na redução da reincidência?

James McGuire (2011:20) relativamente aos métodos normalmente utilizados para selecionar os indivíduos para frequentar os programas existentes refere que *“é essencial realizar avaliações compreensivas dos indivíduos utilizando os métodos mais bem validados disponíveis e aplicar a informação obtida, de forma refletida, na seleção de indivíduos para programas de intervenção.”* Por vezes a seleção dos reclusos para trabalhar ou frequentar cursos de formação profissional não é a melhor.

Para Armando Ramos a formação profissional é uma das vias mais importantes para a reinserção sócio laboral dos reclusos. Contudo, refere que um obstáculo que surge à sua frequência é a baixa escolaridade dos reclusos e a sua falta de vontade e de hábitos de trabalho. Menciona que tendo em conta as características da população prisional e também as necessidades do mercado de trabalho privilegiam-se as profissões ligadas à construção civil (pedreiros, eletricitas, canalizadores, carpinteiros etc) (Ramos, 1997:12-13).

5.3. Trabalho Prisional

No geral a sociedade coletiva condena o criminoso e só quer vê-lo atrás das grades. Contudo, não se pode apenas fechar uma pessoa e esperar que no fim da sua pena esta se integre normalmente na sociedade. O ex recluso se não for ajudado durante o cumprimento da sua pena a preparar-se para a liberdade este vai continuar a ser uma ameaça à segurança da sociedade coletiva senão ainda pior. Para minimizar o risco da reincidência é dever do sistema prisional o de criar as condições necessárias para que o recluso não reincida. O trabalho é sem dúvida uma mais-valia para o sucesso da ressocialização. É através da inserção no mercado do trabalho e da pertença familiar que se obtém alguma qualidade de vida. O trabalho permite criar perspetivas de futuro, um salário ao fim do mês permite algum alívio para se poder fazer face às várias situações de vida no presente e no futuro. O ter um trabalho reforça competências, cria novas e desenvolve a responsabilidade, o que significa uma maior habilidade para lidar com as necessidades e exigências da vida. Transmite também

uma sensação de controlo da vida social e familiar, há um ganho mútuo entre o trabalho e a família (Rodrigues, 2010; Barroso, 2010; Caetano, 2010:4-9).

No entanto, em Portugal o trabalho prisional enfrenta problemas vários. José Moreira (1994) refere que em 1994, no Estabelecimento Prisional do Linhó havia “*uma capacidade limitada de absorção de mão-de-obra*” (cit. in Santos, 2003:104). A seleção dos que vinham a ter uma ocupação era subjetiva já que as propostas eram apresentadas juntas por guardas e funcionários.

O trabalho prisional assume um papel preponderante na ressocialização dos reclusos pelo facto de uma grande parte deles não terem experiência de emprego estável. José Moreira (1994) afirma que “*o trabalho foi um acidente de percurso na vida de boa parte dos homens que habitam a cadeia. A ausência de especialização, as baixas remunerações, as mudanças frequentes de emprego e os longos períodos de inatividade, constituem um lastro comum a quase todo o “universo” da população prisional*” (cit. in Santos, 2003:104). Para os reclusos o trabalho prisional não atua como uma forma de adquirirem ferramentas e capacidades técnicas que estes podem utilizar em liberdade. De acordo com José Moreira “*o interesse dos presos pelo trabalho tem em vista a ocupação do tempo, estar fora das celas, comer no refeitório e, sobretudo dar de si uma imagem positiva que, acreditam, ajuda à obtenção de saídas precárias e liberdades condicionais*” (cit. in Santos, 2003:104). Para o autor, os reclusos estabelecem uma relação oportunista com o trabalho, deixando de parte os objetivos a que a instituição se propôs.

Com o modelo Auburn os condenados encontravam-se isolados numa cela individual à noite, sendo que durante o dia estes trabalhavam e tinham as refeições em comum, mas em total silêncio. O código de 1808 já previa o trabalho prisional como algo de importante na transformação do condenado e que o legislador refere que deve sempre acompanhá-lo. A própria Instrução de 1816 do Ministério do Interior faz referência à importância de manter os condenados ocupados: e “*É da maior importância ocupar o mais possível os detentos. Deve-se fazer nascer neles o desejo de trabalhar, diferenciando o destino dos que se ocupam e dos detentos que querem permanecer ociosos. Os primeiros serão bem nutridos, mais bem acomodados que os segundos*”. O trabalho deve transformar o prisioneiro violento, agitado, irrefletido. O trabalho veicula a ordem, a regularidade, uma exigência própria que passa a fazer parte integrante do comportamento do condenado. O fato de existir um salário pelo trabalho na prisão, este cria um hábito, um gosto pelo suor, gosto na sua ostensão. Aqui não importa o valor da remuneração, mas sim o valor da transformação individual, da sua regeneração (Foucault, 1995:203).

O trabalho torna-se necessário, pois é uma forma de assegurar que os reclusos têm meios de consumo (Cunha; 2002:35).

5.4. Toxicodependência

De acordo com vários investigadores (Otero, 1994; Agra, 1995, 2002; Brochu, 2000, 2006) existe uma associação entre o consumo de drogas e práticas violentas, o que em termos de opinião pública agrava o estigma sobre a toxicodependência. Esta realidade tem sido ainda confirmada quando se verifica que um grande número de reclusos está ligado direta ou indiretamente ao consumo de drogas ilegais (Gonçalves, 2008).

Para Negreiros (1998) os crimes relacionados com o consumo de drogas ou o seu tráfico é mais patente nos indivíduos que consomem do que os não consumidores. Existem ainda alguns comportamentos criminosos típicos que ocorrem nestes círculos de mercados ilegais de substâncias tais como, ajustes de contas sobre a distribuição, aquisição, controlo e venda de drogas, a prostituição.

Sanchis & Soler (1997) fazem referência à realidade americana em que os delinquentes que consomem substâncias ilícitas cometem 15 vezes mais roubos e 20 vezes mais assaltos a residências quando comparados com os que não consomem.

Num estudo efetuado por Torres & Gomes (2005) revelaram que 72,9% dos reclusos portugueses foram detidos por situações relacionadas direta ou indiretamente com o tráfico de substâncias ilícitas.

Para Mccoun, Kilmer e Reuter (2003) não se pode fazer uma ligação simplista entre drogas e crime. A criminalidade pode levar um individuo ao consumo de drogas, bem como as substâncias podem induzir a práticas criminosas, mas estas não são determinantes suficientes para fazer esta ligação. É necessário ter-se em conta fatores de natureza ambiental, situacional, disposicional e / ou biológico.

Da relação que se estabelece entre consumo de substâncias e crime, num estudo levado a cabo por Bean (2004) refere que o consumo de substâncias psicoativas estaria na origem do crime. Também Agra e Matos (1997) e Johnson (2004) em algumas análises efetuadas indicam para uma relação entre a necessidade de consumir e a prática de crimes.

Outra relação entre crime e consumo é abordada por Otero (1994) que menciona que o crime acontece antes ainda do uso de drogas, existe sim um género de compromisso com a sub cultura que o envolve no mundo do crime e que o induz ao consumo.

Segundo White et al. (2002), seguindo o modelo psicofarmacológico, chegou-se à conclusão que indivíduos sob estados de intoxicação provocados pelo consumo de substâncias estavam relacionados com comportamentos agressivos e atos criminosos. Bean (2004) apresenta o modelo económico compulsivo em que relaciona as necessidades económicas que o

consumidor tem para fazer face às suas necessidades de consumo com o cometimento de crimes para suprir essas mesmas necessidades. O modelo sistémico como refere Brochu (2000) relaciona o consumidor de drogas e o mercado do tráfico, como sendo o clima que se vive neste meio a causa para as práticas criminosas e não tanto as substâncias. Golstein (1995) apresenta um modelo tripartido que concilia vários aspetos distintos, como os efeitos psicofarmacológicos das substâncias, os elevados custos de algumas drogas ilegais e o clima de violência no contexto dos mercados das drogas.

A prisão é um “emaranhado de teias de parentesco, amizade e vizinhança” diz a autora Manuela Cunha (2002). É devido ao mercado das drogas, ao tráfico de droga que muitas destas relações surgem e se encontram na cadeia. Manuela Cunha refere Brochu (1993) em que este menciona que por um lado, existe uma relação causal entre estar dependente de drogas duras e a criminalidade de “aquisição” que está associada à necessidade económica para manter os consumos e por outro lado, em que a vida do crime acontece antes do consumo e que é o fato de o individuo se envolver numa subcultura e estilos de vida desviante que o levam ao encontro das drogas (Cunha; 2002:63).

Vanda Lourenço (2011) (apud Nurco et al.;1990 e Fernandes & Silva; 2009) refere que um individuo com comportamentos aditivos tem mais tendência em cometer um crime de modo a conseguir ganhos económicos para os seus consumos. Os autores associam a criminalidade ao consumo de drogas que pode ter-se iniciado antes ou depois dos crimes.

As drogas intramuros continuam a ser um dos grandes problemas com que as prisões portuguesas têm de lidar, o que tem contribuído para o disseminar de algumas doenças infecciosas como a sida, hepatites e o ressurgir da tuberculose. Um dos fatos para esta realidade é a relação que existe entre a toxicodependência e o crime. Grande parte dos reclusos que habitam o sistema prisional têm como causa da sua reclusão o consumo de drogas, cuja necessidade de consumir os levou a cometer crimes. Cândida Machado e Rui Gonçalves (apud Teixeira e Carvalho, 1995) referem os resultados de projetos de reinserção social de reclusos através da formação profissional e prestes a sair em liberdade condicional constatam, que as taxas de insucesso são três vezes superiores em reclusos cujas penas estão ligadas à droga. Nos consumidores de substâncias prevalecem traços psicopáticos ou características anti sociais (Machado e Gonçalves: 1999:234).

Para Jessor & Jessor (1977) e Mendes et al. (1999) a família desempenha um papel fulcral nos comportamentos aditivos. O risco é menor quando as relações familiares são positivas, em que existe apoio emocional e social dos pais com controlo parental. O uso de substâncias é grande parte das vezes uma resposta à crise familiar, o que leva ainda a um comportamento anti social.

Num estudo apresentado por Vanda Gonçalves (2001) que foi realizado em duas Unidades Livres de Drogas (ULD), chegou-se à conclusão que a grande maioria (70%) dos indivíduos iniciou os consumos entre os 13 e os 19 anos. Permitiu ainda verificar que a tendência para o consumo já existia ainda antes do contato com a instituição prisional. As ULD foram criadas nos anos 90 para combater o problema da toxicodependência e ao mesmo tempo dar uma oportunidade aos reclusos de estes porem fim a um ciclo de consumo de substâncias. Os reclusos que integram estas unidades têm por objetivo contribuir para a sua melhor reinserção social.

6. Crime e Desvio

A prisão fundamenta-se de um modo simples como uma “privação da liberdade”, sendo que a sua perda é considerada um castigo igual para todos. Para Foucault (1995) a prisão é “perigosa quando não inútil”. A prisão deveria transformar os indivíduos, corrigi-los, retreiná-los. Nos códigos de 1808 e 1810 já podemos observar, pelo menos em termos de legislação, a preocupação não só pela punição, com a privação da liberdade, mas também na transformação dos condenados “...se a pena infligida pela lei tem como objetivo principal a reparação do crime, ela pretende também que o culpado se emende” (Foucault, 1995:197).

O autor refere ainda que “dizem que a prisão fabrica delinquentes, é verdade que ela leva de novo, quase fatalmente, diante dos tribunais aqueles que lhe foram confiados” (Foucault, 1995:213). As prisões no entender do autor “não diminuem a criminalidade, podem aumentá-la, multiplica-la ou transformá-la e a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior aumenta”. A detenção provoca a reincidência. Foucault apresenta alguns dados referentes a 1828 e 1834 em que cerca de 35000 condenados, 7400 eram reincidentes. Em 1835 de 7223 de condenados, 1486 eram reincidentes. Em 1839 de 7858, contavam-se 1749 e em 1844 de 7195, 1821 eram reincidentes. A prisão fabrica delinquentes porque os isola numa cela ou lhe atribui trabalhos sem utilidade, não pensa no homem em sociedade, quer educa-los, mas será possível ir contra o desejo da natureza? A prisão impõe limitações violentas, deveria aplicar as leis e ensinar a respeitá-las, o que se torna difícil quando a prisão assenta no abuso do poder, onde existe a corrupção, o medo e incapacidade dos guardas, a exploração por um trabalho penal. A prisão permite que os delinquentes se organizem e sejam solidários entre si, e é na sua primeira condenação que se dá a sua educação para o crime. A reincidência existe porque na sua libertação os ex condenados ficam sob vigilância da polícia, porque têm de mencionar onde ficam a residir, porque têm um passaporte que os marca onde quer que estes vão, porque não encontram trabalho, a vadiagem. A prisão leva também a própria família à delinquência, mas não de forma direta.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Ao deter o chefe de família, a prisão condena “a mãe à penúria, os filhos ao abandono, a família inteira à vagabundagem e à mendicância” (Foucault, 1995:221-223). Esta situação vai ajudar a prolongar o crime e a delinquência.

Foucault (1995) faz uma distinção importante entre ser delinquente e infrator. Para o autor, ser delinquente caracteriza-se não tanto pelo ato de delinquir, mas sim pelo percurso de vida que o levou à delinquência. O infrator pratica um delito mas é importante conhecer o antes do crime, conhecer o percurso biográfico do “criminoso” sob o triplo ponto de vista da organização, da posição social e da educação. O delinquente diferencia-se do infrator por este ter a responsabilidade do ato por vontade livre e consciente e este estar ligado ao delito por ligações complexas como os instintos, pulsões, tendências, temperamento. O tratamento penitenciário deve exercer o seu foco não sobre a relação de autoria, mas sim sobre a afinidade que o criminoso mantém com o seu crime.

Quando abordamos a questão da reclusão e de exclusões temos também de abordar a questão da marginalização. Para Rui Gonçalves (2000) ser marginal mais não é que tentar ser original através da adesão de certas atitudes, comportamentos e modos de estar que permitam a adesão a outro grupo de pertença que não o seu. Este comportamento, no entender do autor, surge antes do desviante. Quando um comportamento se torna sistemático e organizado, ultrapassa os limites da tolerância social e passa a ser seguido pelas instituições (juízes, médicos, psicólogos etc.), este passa a ser considerado um comportamento patológico. Apesar disso, o autor Rui Gonçalves refere que uma boa parte dos comportamentos desviantes ou marginais são apenas imaturidades, levados pelos modos e crises de originalidade (Gonçalves, 2000:21).

Segundo Anabela Gonçalves (2000:40) o ex-recluso ocupará um lugar na estrutura social, e é com base no lugar que este ocupa nessa estrutura, que os programas de reinserção social de reclusos vão trabalhar. A autora concorda com a ideia de Foucault (1975) de que a privação da liberdade provoca a reincidência, e que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, pelo contrário, esta favorece a organização de delinquentes. O que acontece muitas vezes é que a prisão acaba por ser uma escola do crime, em que os reclusos saem ainda mais habilitados a cometerem delitos com mais profissionalismo e ao mesmo tempo com mais violência. Para a autora, o trabalho que está ser feito na área da ressocialização não está a funcionar e que a prisão acaba por favorecer a reincidência dos reclusos. Mas será que o tempo passado em reclusão consegue mudar os valores e comportamentos já adquiridos em meio livre? Depois de passar pela prisão conseguirá um ex recluso sair do “caminho que o levou a delinquir? Após iniciar um percurso de delinquência e conhecer a exclusão poderá um recluso tornar-se um “incluído” quando provavelmente nunca o foi?

O crime pode ser definido segundo Durkheim como “todo o ato que, num qualquer grau, determina contra o seu autor essa reação característica a que se chama pena” (Durkheim, 1977:87). O autor ainda complementa dizendo que “um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva” (id. Ibid.:116).

Na definição do conceito de crime, segundo Helena Machado podem considerar-se três elementos básicos: os danos, que englobam a natureza, dimensão e severidade dos prejuízos e males causados e o tipo de vítimas atingidas; o consenso social sobre os impactos que o crime cria e as respostas sociais, que implicam a existência de legislação criminal que especifica as situações em que um ato que provoca dano pode ser classificado como crime e respetivas sanções a aplicar a quem os cometeu (Machado, 2008:29).

Sellin (1938) tentou afastar-se do conceito de crime na perspetiva jurídico-legal para lhe dar uma definição mais sociológica. Para o autor estamos perante uma perspetiva multicultural do crime que pode ser definida como a transgressão a dois tipos de normas: as normas de conduta (são criadas pela sociedade e podem variar de grupo para grupo social) e as categorias universais de crime (assumem um significado similar em diferentes sociedades) (Machado, 2008:30).

Certamente não será fácil explicar o que leva alguém a delinquir. Desde o séc. XVIII que se tenta explicar o fenómeno da delinquência através da abordagem dos fatores sociais e das variáveis individuais, psicológicas e/ou sociológicas. Segundo a escola clássica (Beccaria) um comportamento desviante é considerado um “ato racionalmente escolhido e a justiça e as punições são aplicadas de acordo com o prejuízo social do ato” (Yela, 2002:315). Tradicionalmente, a sociologia via o desvio como uma oposição ao que era considerado, para a sociedade, como sendo a normalidade na forma de agir ou pensar. Tony Lawson e Tim Heaton (1999:3) mencionam que o comportamento desviante se situa entre o crime e a desigualdade, em que um individuo vive a vida no limite do “normal” para a sociedade. O crime e o desvio são assim consequências inevitáveis das desigualdades individuais que existem na sociedade, sendo o crime, numa definição simples, o que a lei considera como ilegal. Um comportamento desviante pode muitas das vezes não levar a um comportamento criminoso. Uma das formas para se classificar o comportamento é a forma como este é visto pela sociedade. Um mesmo comportamento pode não ser visto por todos os grupos com a mesma severidade e a resposta da sociedade a um comportamento pode variar em termos de punição. A sociologia do desvio está particularmente relacionada com o mundo modernista e o conceito de desvio surgiu como parte da investigação científica na procura de formas de controlar populações, o que levou à criação de novas categorias de pessoas como os doentes mentais ou os delinquentes. Estes novos conceitos foram uma tentativa de controlar alguns problemas sociais e potenciais comportamentos disruptivos que evitassem a opressão autoritária. O conceito de desvio foi mais tarde desenvolvido pela sociologia como parte do

projeto modernista que definiu como desvio inerente as atividades que fossem contra o consenso societal (Lawson & Heaton; 1999:5-7).

O conceito de desvio para Helena Machado engloba comportamentos que contrariam as expectativas da maioria dos membros da sociedade e que origina reações negativas, considerando-se que é um ato que deve estar sujeito a sanções. A abordagem sociológica do crime vai mais além da definição jurídico-legal, passa pela construção social que nunca deixará de estar ligada à lei e ao controlo social formal e informal (Machado, 2008:31).

Durkeim (1895) via o crime e o desvio como parte integrante da sociedade porque haverá sempre aqueles cujo desejo de satisfazer as suas necessidades suplantam o seu cometimento para com as regras da sociedade. A delinquência surge ora pela fraqueza das forças de integração na sociedade (o lado social não é apoiado nem estimulado), ora pela fraqueza das forças reguladoras da sociedade. Merton (1949) afastou-se do defendido pela Escola de Chicago ao argumentar que o crime e o desvio são o resultado da natureza da sociedade Americana como um todo. Merton desenvolveu a Teoria da Anomia ou “Strain Theory” que relaciona o início do desvio com as tensões que são causadas pelo “fosso” entre os objetivos culturais e os meios que as pessoas têm para alcançar esses objetivos. Este estado de anomia pode levar a diferentes reações, variando entre a conformidade e outras reações desviantes como o retraimento, rebelião, ritualismo e inovação (in Lawson & Heaton; 1999:55). De um modo geral, os que têm maior dificuldade em aceder à riqueza e ao sucesso são as classes de um estatuto socioeconómico mais baixo, o que de acordo com esta teoria explica os crimes cometidos pelos mais desfavorecidos, sem no entanto explicar os que ocorrem nas classes altas (Gonçalves, 2002:110).

Outros autores tentaram explicar a delinquência ou o desvio pela Teoria do Controlo Social. Reiss (1951) na sua abordagem, refere que crime e desvio emergem quer da falta de controlo pessoal, em que os indivíduos são incapazes de satisfazer as suas necessidades sem entrarem em conflito com as proibições da sociedade, ou pelo enfraquecimento do controlo social, em que o cumprimento das regras coletivas não são efetivamente reforçadas. Por outro lado, Hirschi (1969) menciona que os indivíduos são acima de tudo egoístas e quando libertos do controlo que a possa impor estes ficam livres para fazer um cálculo racional dos custos e benefícios de embarcarem na atividade criminal. O autor acredita que o controlo social alcança-se pelas barreiras sociais do compromisso, envolvimento, convicção e ligação (in Lawson & Heaton; 1999:74). Na abordagem que faz desta teoria Reckless (1961) menciona que existem forças externas, que incitam o individuo ao desvio (pobreza, conflitos sociais, estatuto minoritário, acesso limitado ao sucesso, sub-cultura delinquente,..) e internas/psicológicas (frustrações, impulsos, sentimentos de inferioridade, hostilidade,...) que quando no meio das duas um individuo terá tendência para cometer atos desviantes, só não o faz porque existem forças de contenção internas (autocontrolo, um superego bem

desenvolvido, boa capacidade para tolerar a frustração) e externas (consistência moral e reforço institucional das normas, controlo e disciplina social, etc) que o impedem (Gonçalves, 2002:114).

A Teoria da Etiquetagem Social tem na sua base a ideia de que a intervenção do Estado no sistema de justiça criminal é em si próprio ciminógeno, que provoca o crime. Os teóricos desta teoria fazem a distinção entre desvio primário, em que todos se envolvem, mas que tem poucas consequências para o indivíduo, e o desvio secundário, em que a reação social a ações desviantes cria um estatuto de delinquente para algumas pessoas (in Lawson & Heaton; 1999:91). Esta abordagem denomina-se por “interacionismo simbólico” em que o comportamento humano ao ser uma ação dinâmica ocorre continuamente no contexto da interação social. Este comportamento está constantemente a ser “codificado” em que é atribuído um significado às nossas ações. Esta “rotulagem” ou “etiquetagem” que é feita ao nosso comportamento fará com passamos a agir em conformidade (Gonçalves, 2002:118).

As primeiras tentativas científicas de explicar o fenómeno criminal foram divididas em duas. A vertente antropológica (o homem delinquente) enfatiza a relação entre o crime e o criminoso e a vertente sociológica (o crime como fenómeno social) incide sobretudo sobre a sociedade que produz a criminalidade e que engloba fatores individuais e sociais (Agra:1997:13).

O fenómeno criminal antes dos anos 60 era explicado como uma relação causal entre A e B. Sendo que o resultado deste fenómeno criminal seria antecedido do efeito de vários sistemas causais seja do corpo, da personalidade ou caracter do indivíduo, da sociedade ou da conjugação dos três sistemas. No entanto, após os anos 60 surgiu um novo modelo explicativo em que intervinham o tempo ou a história individual e coletiva. O olhar criminológico incide nas formas de vida que se constituem ao longo de uma trajetória existencial ao nível psicológico e psicossocial. O fenómeno criminal deixou de ser considerado como entidade à parte ou alheia à sociedade. Este faz parte da própria sociedade sendo esta normal ou patológica. Esta normatividade e transgressão convivem e são a dupla face dum mesmo fato social. O conceito de “desviância” ou desvio vem ajudar a explicar as desordens fisiológicas (doença) e as desordens sociais (o crime e a delinquência). Para Agra (1997) o desvio não pode apenas ser atribuído ao comportamento anti social levado a cabo pelo indivíduo nem situar-se apenas na sociedade e na cultura, este conceito traduz essencialmente as interações entre o indivíduo e a sua sociedade. O processo desviante designa assim a constituição e fases de envolvimento em formas de vida desviante, é também um sistema de comportamentos (droga, criminalidade), estabelece uma dialética entre as determinações psicossociais e a responsabilidade individual e designa ainda as interações estabelecidas entre os comportamentos desviantes e as instâncias (formais e informais) de reação aos comportamentos (entre comportamento individual e controle social) (Agra, 1997:35-36).

Seguindo o raciocínio de Agra faz-nos questionar sobre o que será que distingue os normais e os que transgridem? O que leva alguém a adquirir um comportamento desviante? Tentaremos através desta investigação compreender e explicar quais foram as causas que levaram os reclusos a adquirirem comportamentos desviantes e criminosos.

De Greeff (1946) caracteriza a personalidade criminal como a passagem ao ato, através de mecanismos e processos que o sujeito transporta no seu interior e que podem ou não ser entendidos como elementos intrínsecos de uma carreira criminal (in Gonçalves, 2000).

Para Feldman (1977) a aprendizagem pode ter duas faces: por um lado, podemos aprender a não delinquir pela socialização (consequências positivas do cumprimento das normas) e pela punição (que ocorre quando transgredimos). Por outro lado, a delinquência é uma aprendizagem que surge pela via da modelagem e do reforço pelas recompensas que surgem com as atividades criminosas e que permitem a sua continuidade e consequente comportamento anti-social.

De acordo com Agra (1997:68) as trajetórias desviantes podem ser divididas em três fases: A primeira corresponde às manifestações de comportamento desviantes sistemáticos, de cariz pré delinvente (fugas de casa ou escola, vadiagem, pequenos furtos e/ou pequeno tráfico) e/ou com o consumo de drogas (leves ou duras). A segunda fase ocorre com a intervenção jurídico-penal, ou com a sua proximidade. A terceira fase acontece depois de cerca de cinco contatos com as instâncias de controle social, formais (tribunais) e/ou informais (clínicas de desintoxicação), e com a existência de uma desvinculação social acentuada. O autor apresenta também uma explicação para a prática do crime em cada uma das fases. Na primeira fase da trajetória desviante apresentada, os reclusos justificam o seu comportamento desviante sobretudo pelo contexto familiar ou grupos de pertença e por questões de sobrevivência que referem “Talvez por companhias do lugar onde vivia, me levou a ser outra pessoa...”; “comecei a juntar-me com um grupo e começamos a fazer asneiras”; primeiro foram os roubos por causa das companhias...”; “eram pequenos furtos feitos por necessidade” (Agra, 1997:81). Na segunda fase a explicação dada para a criminalidade são as drogas. “...entraram as drogas, e os roubos começaram a ser por causa das drogas”; “aos 27 anos já tinha que lutar pela substância, para a heroína”; “os roubos estão associados às drogas a partir do momento em que estava viciado na heroína, tinha de roubar para consumir” (Agra, 1997:86). Já na terceira fase a explicação do crime está associada às vicissitudes inerentes ao contexto e pelas drogas. “saí, tornei a entrar pelo mesmo motivo...as drogas, os meus esquemas, os roubos para arranjar dinheiro para as drogas”, “uma pessoa mete-se na droga e no mundo do crime por influências, por afirmação...” (Agra, 1997:91).

A ação criminosa está condicionada a três grandes eixos em que o delator é influenciado pelas suas motivações psíquicas, meio ambiente e a vítima. O estudo do meio onde se desenvolve a

criminalidade descreve as condicionantes ecológicas, socioeconómicas e psicológicas (Silva, 2010:46).

Foi no séc. XIX que surgiu o positivismo criminológico, que ao postular a neutralidade axiológica e a separação entre a ciência e a moral defende que os comportamentos criminosos podem ser explicados por fatores biológicos, psicológicos e sociais específicos, que podem se observados e medidos. A abordagem sociológica do crime tenta explicar por um lado, porque se cometem crimes, e por outro lado, problematiza a própria ordem social, tenta depreender as implicações político-criminais e conceber moldes, conteúdos e alcances de práticas de associação entre a teoria e a prática, nomeadamente ao nível da reinserção social e prevenção da delinquência (Machado, 2008:32-33). Esta investigação tentará seguir acima de tudo esta abordagem sociológica, tendo em vista a sua temática da reinserção social dos reclusos e que se pretende no final compreender como evitar a reincidência e ao mesmo tempo entender as causas do desvio e assim prevenir a delinquência. No caso da população reclusa portuguesa quais serão os fatores que levaram ao cometimento do crime? Pelo que podemos observar dos argumentos apresentados por alguns autores, um só fator não explica per si as causas que levam ao crime. Importará pois nesta investigação compreender quais os fatores e de que forma é que estes induziram os reclusos para um comportamento desviante.

Relativamente às condicionantes do crime nas cidades esta assenta numa política de (in) segurança. Quanto maior o grau de deterioração do espaço público, maior a dificuldade de mobilizar recursos morais, orgulho cívico dos cidadãos, responsabilidades e leva as pessoas a fecharem-se nos seus próprios espaços privados (oásis) num ambiente hostil, rodeados de miséria (Adam, 2000; Beck, 2000, Loon, 2000:40).

6.1. Aspetos Socioeconómicos

No caso das teorias sociológicas, a delinquência é explicada num contexto da estrutura social, do processo social e da reação social. Existem algumas características sócio económicas, que estão relacionadas com a maioria dos indivíduos que cometem delitos. Podemos apontar algumas delas como: o assumir de valores de uma subcultura acompanhada por uma atitude hostil e pouco autocontrolo, sentimentos de frustração e inferioridade, uma aprendizagem escolar deficiente e desorientação laboral, a aceitação da delinquência como realização laboral alternativa, problemas familiares acrescida de uma educação com pouco ou nenhum controlo parental ou demasiado restritiva e a dependência de drogas (Yela, 2002:318).

Num estudo levado a cabo por Agra em 1992, que abrangia uma população reclusa, este verificou que a maioria dos agregados familiares e dos próprios indivíduos tinham um baixo

nível socioeconómico, que existiam várias ruturas familiares (divórcios, separações), uma inadaptação ao contexto escolar e baixo nível de escolaridade, irregularidade dos percursos laborais, a diminuição gradual da vinculação social e irregularidade no trabalho ou mesmo ausência de atividade profissional. Neste estudo o autor demonstra algumas das carências socioeconómicas dos reclusos em que estes mencionam “com 10 anos já ficava fora de casa para ir vadiar com os outros”; “tinha amigos, éramos um grupo de miúdos, uma seita...”; “era chavalito e juntei-me a certas companhias, a certas pessoas mais velhas que roubavam, algumas já consumiam” (Agra, 1997:77). E ainda “o ambiente era mau, o meu era alcoólico, zangava-se, partia tudo”; fui viver para casa da minha avó para fugir aos maus tratos do meu padrasto mas também não gostei”; o meu pai era alcoólico, batia na minha mãe e eu também me posso queixar de ser mais perseguido por ele”; “a minha família era muito pobre, não me dava apoio e eu comecei a fazer isso por necessidade” (Agra, 1997:79-81).

João Apolinário refere que é na classe pobre que a criminalidade se desenvolve. Contudo, menciona que não se pode atribuir à pobreza a condição única e suficiente para a prática de delitos, mas sim de que a pobreza é uma condição social para a ação de delinquir (Silva, 2010:58). Estes aspetos também se refletem na taxa de condenação do criminoso depois do crime, isto porque o mais desprotegido tem menos hipóteses de se defender do que aqueles que possuem um elevado poder aquisitivo (Silva, 2010:60).

Existem muitas desigualdades na distribuição da riqueza e a possibilidade de melhorar os padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria da população (Santos, 2001:163). Cada vez mais a sociedade e o próprio estado excluem em vez de incluírem os seus cidadãos. A exclusão social e a violência em conjunto com a privação crónica podem conduzir os pobres ao crime. Esta referência à pobreza está em sintonia com o defendido por Apolinário quando diz que a pobreza só por si não induz ao crime, mas quando conjugado com outras pode levar à prática de delitos. Quais serão então as condições socioeconómicas dos reclusos? Que outras condicionantes além da pobreza terão levado os reclusos a delinquir? Com outras condições de vida teriam os reclusos evitado uma vida dedicada ao crime?

Num estudo levado a cabo por Rui Abrunhosa Gonçalves e Ana Isabel Sani (1999), que envolveu 66 menores entre os 3 e os 17 anos de idade, chegaram à conclusão que de um modo geral os meios familiares destes jovens eram caracterizados por práticas educativas e modos de interação inexistentes ou inadequados, o que pode advir em competências interpessoais e de trabalho pobres. Uma dessas práticas que mais se notou foi a da supervisão com 59,1% acompanhada pela ausência de figuras parentais com os mesmos 59,1%. Os resultados destas práticas tornam-se evidentes ao nível da paradelinquência caracterizada sobretudo pela vadiagem (fugas de casa ou absentismo escolar) com 69,6%. Esta situação pode ser explicada pela falta de interesse dos pais em saber quais os pares que fazem parte da vida dos seus filhos, as atividades em que estes se envolvem e o que fazem fora de casa. Os pais não

supervisionam, não monitorizam os menores. Estas práticas educativas conjugadas com a inexistência ou inadequação da disciplina e das regras estão também correlacionadas com a delinquência e paradelinquência. No que diz respeito às práticas familiares a coesão familiar é muito baixa (43,9%). Um meio familiar pouco coeso é um meio onde existe pouco envolvimento, pouco afeto e comunicação e em casos mais extremos pode existir a negligência, frieza ou rejeição parental. Será que esta falta de estabilidade afetiva e coesão familiar levou os reclusos a delinquir? Teve um papel importante na vinculação a outros grupos desviantes? Os autores referem que o estatuto socioeconómico está associado ao comportamento anti-social e correlacionado com algumas práticas familiares (Gonçalves e Sani; 1999:128-130).

6.2. Aspetos Ecológicos

Esta condicionante abarca a análise da “teoria da desorganização” aplicada por Bursik (1988) para este compreender o crime no ambiente urbano. Esta teoria tem como foco os lugares e a sua influência no comportamento do crime. Com base nesta condicionante tentou-se explicar a criminalidade através do arranjo das moradias, nos vínculos sociais, na dinâmica dos seus moradores, diminuição das redes sociais, pobreza, capacidade dos moradores do bairro em controlar o comportamento das pessoas e as influências (in: Silva, 2010:47).

O contexto urbano pela sua maior densidade populacional e meio físico é o local onde ocorrem mais crimes. As condições em que as pessoas vivem, como os recursos existentes, alojamentos, levam por vezes a comportamentos criminosos (Gonçalves; 2000:125).

Também Manuela Cunha, no estudo que apresenta, refere que a maioria das reclusas provinham das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa (78%) e que habitavam em bairros de barracas, casas abarracadas ou casas pré fabricadas, bairros de realojamento ou bairros sociais suburbanos (Cunha; 2002:76).

Partindo do pressuposto que o meio influencia o comportamento dos pobres na sociedade, a Escola de Chicago centrou-se na situação urbana quando procurou explicações para a incidência do crime. Os sociólogos argumentaram que o desenvolvimento das áreas urbanas não é acidental, mas sim moldado por processos sociais de uma forma padronizada. O meio urbano pode assim ser observado cientificamente através da observação da vida em sociedade nas diferentes partes da cidade. Shaw e Macky (1942) defendem que a organização social em zonas de transição (centro das cidades em que se situam as casas com piores condições e onde os imigrantes são deixados em primeiro lugar) são normalmente zonas com uma grande incidência de delinquência juvenil. Através de uma série de entrevistas a delinquentes destas

zonas conseguiram comprovar que a desorganização social, como a falta de apoio da comunidade e repreensão, levaram à criação de uma tradição do crime, que passa de geração em geração da mesma forma que outra cultura tradicional. Destes autores surgiu a primeira proposta da Teoria do Desvio Cultural. Também Reiss (1986) demonstrou, que se existir uma boa rede de relações na comunidade, a probabilidade de controlo social de potenciais delinquentes é muito grande. No mesmo sentido, Stark (1987) argumenta que a desorganização social tem relação direta com as incivildades e que leva a um aumento do medo do crime, enfraquece o controlo social e aumenta a delinquência (in Lawson & Heaton; 1999:51-52).

A teoria da ecologia humana (de Robert Park) foi impulsionada pela Escola de Chicago. Esta corrente de pensamento teve como base do seu desenvolvimento o contexto sócio histórico da expansão das cidades. Foi com a industrialização consequente aumento das cidades, que se assiste a alterações de valores, costumes e novas formas de interação e controlo social. Passam a dominar as relações sociais secundárias e assiste-se à quebra da solidariedade e coesão social tradicional. A família, a igreja, a escola vêm os seus mecanismos de controlo a enfraquecer sendo necessário o controlo público através da lei. É neste ambiente que se vive no meio das grandes cidades, assinalado pelas crescentes desigualdades sociais e espaciais e que se torna favorável ao aparecimento de comportamentos desviantes e de crime. A teoria da ecologia humana compreende o crime como algo que não é definido pelas pessoas, mas sim pelo grupo a que pertencem, tendo como premissa que o comportamento humano é modelado e limitado pelas condições sociais presentes no meio físico e social. Esta teoria baseia-se na perspetiva de vida em sociedade como um processo de adaptação às interações existentes entre o meio-ambiente, população e organização. Sobre este ponto de vista o crime é um fenómeno ambiental que aglomera aspetos físicos, sociais e culturais (Machado, 2008:82-83).

Quando se fala em criminalidade esta vem quase sempre associada às zonas urbanas. Cria-se uma imagem negativa e associam-se estas zonas como a causa do início das transgressões. Em certas zonas urbanas criaram-se os “espaços perigosos” muito à conta do pós revolução industrial e que hoje denominamos de bairros sociais de periferia. Uma das razões para a etiquetagem negativa destes locais muito contribuiu a mediatização de alguns fenómenos criminais, que criam uma imagem destes bairros sociais como lugares de desordem, atividades ilícitas, de indivíduos ou grupos marginais, de territórios fora da lei. Machado e Manita referem um trabalho do Observatório Permanente de Segurança do Porto acerca das perceções e figuras do medo, que concluiu que as variáveis ambientais constituem uma das “dimensões causais de medo do crime” (in: Fernandes, 2001). No entanto, não foi encontrada nenhuma referência aos bairros como lugares de “desordem física e ambiental” e que a figura do jovem, sozinho ou em grupo, como potencial agressor, não é oriundo de bairros sociais,

nem o crime temido ocorreria nestes locais. O que se verificou foi a existência mais frequente de atos violentos e de vandalismo, assim como de delitos contra a propriedade e relacionados com drogas nos jovens que habitam nestas zonas. As pessoas que habitam bairros sociais da periferia urbana são mão-de-obra que ficou da sociedade industrial. São estas pessoas que hoje vivem marcadas pela marginalidade, pela inutilidade. Donzelot e Jeillet (1999) apelidam-nas de “normais inúteis” e Dubet e Lapeyronnie (1992) de operários por defeito. Um dos problemas relatados por Fernandes (2001:12) dos bairros sociais é “o do abandono escolar, o do insucesso, o da indisciplina, o não acatar da lógica educativa”. A escola é uma das condições à cidadania plena, é a partir dela que se acede ao trabalho complexo, ao capital e ao estatuto simbólico. O abandono escolar e o insucesso são fatores de exclusão social. É a escola que tem o papel de diminuir as diferenças socioeconómicas. Perante os argumentos que se apresentaram é importante perceber se o fato de um recluso habitar um bairro destruído com poucas condições de habitabilidade contribuiu para que este desistisse precocemente do seu percurso escolar? Terá sido este abandono escolar uma das causas que os levou a delinquir e a conhecerem a exclusão? E o fato de em meio prisional poderem voltar a estudar facilita o seu processo de inclusão/reinserção social?

6.3. Aspectos Psicológicos

A abordagem aos aspetos psicológicos centra-se nos percursos biográficos dos indivíduos, que remetem para processos dinâmicos na sua formação, aprendizagem e socialização. São as variáveis individuais que explicam a prática do crime. Os estudos destas variáveis partem de uma base, que pressupõe a existência de impulsos naturais, que podem entrar em conflito com as resistências criadas pelo processo de socialização e decorrentes mecanismos de indução de comportamentos normais (Machado, 2008:33).

Existem algumas teorias psicológicas que nos ajudam a compreender a delinquência e o comportamento anti-social. A teoria de Eysenck (1964 / 1977) assentava na ideia de que existem certas variáveis da personalidade independentes entre si e geneticamente determinadas. Num primeiro momento, Eysenck (1964) apresenta as variáveis extroversão vs introversão mencionando que os sujeitos extrovertidos são mais tendenciais a adquirir comportamentos delinquentes. Nas variáveis neuroticismo vs estabilidade este refere que, para qualquer nível de extroversão, quanto mais alto for o nível de neuroticismo, maior o nível de delinquência esperado. No que se refere à variável psicoticismo está associada a indivíduos descritos como solitários, desumanos, cruéis, insensíveis aos problemas e sofrimento dos outros, Neste caso, são indivíduos que têm altos valores de psicoticismo, neuroticismo e extroversão (Gonçalves, 2002:64). Na abordagem da teoria da psicanálise

importa referir Kernberg (1992) que segundo a sua perspectiva todas as desordens da personalidade, em que se inclui a anti-social, e por acréscimo a psicopatia, teriam o seu ponto essencial no distúrbio da personalidade limite. A psicopatia é representada pela presença de respostas de evitamento afetivo, baixa ansiedade e baixa insegurança, conteúdos narcisistas e de auto-perceção grandiosa, etc. A teoria da psicanálise conceptualiza o delinquente como psicologicamente imaturo, impulsivo, incapaz de adiar gratificações e instável, fruto da combinação de um Ego e um Super Ego fracos (Gonçalves, 2002:257).

Para Shoemaker (2000:48) as causas da delinquência fazem parte dos modelos e desenvolvimentos do indivíduo e o comportamento desviante é a manifestação de distúrbios internos. Independentemente do distúrbio psicológico que possa existir num determinado modelo de comportamento delinquente, o mais provável é que este se tenha desenvolvido em criança. Para o autor sendo o indivíduo o portador do problema, deve então ser sobre este que nos devemos focar para que o seu comportamento delinquente possa mudar.

As condicionantes psicológicas são as que individualizam o sujeito. João Apolinário refere o transtorno de personalidade anti-social (TPAS) como uma conduta desviante que leva o sujeito à atividade criminosa. Estes indivíduos não têm sensibilidade moral quanto à obediência às regras sociais vindo a cometer vários tipos de crimes. Estes aspetos possuem explicações que perpassam ao entendimento do sujeito motivado por questões próprias dos seus transtornos psíquicos até aqueles que possuem transtornos devido ao uso de substâncias psicoativas (Silva, 2010:76).

Ainda sobre a condicionante psicológica, o autor menciona Fromm (1987) que refere a existência de dois tipos de agressão. A agressão benigna, que faz parte da natureza humana (necessidade de sobrevivência) e a que se insere num quadro de desvio de conduta. A agressão pode ainda ser produto das frustrações sendo esta agressividade usada como meio para superar a pressão psíquica (cit. in. Silva, 2010:78).

Segundo o autor é na conduta delinquente que a criança demonstra o seu desejo e a necessidade de controlo familiar e a falta de amparo familiar. Sendo que por vezes o delinquente espera na punição a resolução do seu conflito.

CAP III

Políticas de Reinserção Social de reclusos

Introdução

A instituição penitenciária tem duas funções, por um lado o de reter quem cometeu um delito, e por outro lado o do tratamento penitenciário que deverá tentar dar ferramentas aos reclusos para que estes consigam colmatar as suas carências e que permitam aceder a melhores condições em liberdade (Yela, 2002:314). Mas, será que o tempo passado em reclusão permite aos reclusos vislumbrar outras opções de vida, ou será que a prisão apenas despersonaliza o recluso e o afasta de vez da participação coletiva?

A prisão, considerada como uma instituição total, pode e deve reduzir os seus efeitos nocivos mediante um regime mais flexível, humano e aberto. Esta deve incentivar a participação dos reclusos em atividades que facilitem as relações com o exterior, para que estes mantenham os vínculos afetivos e sociais, o sentimento de pertença à sociedade e que evoluam pessoalmente (Yela, 2002:320). Estas pretensões são fáceis de teorizar, mas o que tem feito efetivamente o sistema prisional para tentar inserir os reclusos de novo na sociedade? Os programas de reinserção social dos reclusos que são aplicados no desenvolvimento do tratamento penitenciária são eficazes? Conseguem responder às carências que os reclusos evidenciam? Ou será que o esforço empregue na sua reinserção social é perda de tempo? O que pode ser melhorado? Tentaremos no decorrer desta investigação responder a estas e outras questões.

1.0 tratamento Penitenciário

Para Maria Yela o tratamento penitenciário só se pode realizar com a participação de vários atores (Câmaras, Universidades, Hospitais...), com as pessoas que trabalham dentro e fora da Instituição penitenciária e com os reclusos através da sua evolução e compromisso. Não se pretende com o tratamento penitenciário modificar a personalidade dos reclusos, mas sim dotá-lo de competências pessoais e profissionais que o ajudem a reinserir-se novamente na sociedade. Este existe porque a privação da liberdade não “cura” o individuo, por vezes ainda

piora a sua situação (Yela, 2002:322). Mas será possível reinserir alguém com tantas carências pessoais, familiares e profissionais, que são na maioria das vezes a causa que levaram ao cometimento dos delitos? Como é que se reinsere alguém que já teve problemas de inserção?

O tratamento penitenciário é tão antigo como o é a história das prisões. Para Rui Gonçalves (1998) o tratamento penitenciário representa um processo de normalização e normatização social, em que se pretende que um indivíduo condenado possa regressar à sociedade de que faz parte e se readaptar. Considera que este tratamento são procedimentos orientados para a ressocialização do recluso. Para o autor muitos dos “falhanços” nas intervenções penitenciárias são fruto da falta de investigação específica nesta área, do desconhecimento ou ingenuidade dos investigadores que não dão valor à reatividade à mudança das instituições totalitárias e da inadequada apreciação dos reais efeitos dos programas ou intervenções realizadas. Na maioria das intervenções nesta área, estas são direcionadas para o recluso considerando este como o portador do defeito. Para o autor as intervenções devem focar o recluso, mas também o sistema.

Rui Gonçalves (1998 apud Pinatel, 1975:612) compartilha da ideia relativamente ao tratamento penitenciário, em que este é “a ação levada a cabo junto do delinquente, com vista a tentar modelar a sua personalidade com o objetivo de o afastar da reincidência e favorecer o seu enquadramento social”. Para o autor (1998 apud, Alarcón,1986:231) o tratamento penitenciário é ainda “uma ajuda baseada nas ciências do comportamento aceite voluntariamente pelo recluso para que adquira a intenção e a capacidade de viver respeitando a lei penal”. Para Rui Gonçalves estas definições apenas incidem o tratamento no recluso. Segundo Gómez (1979) a intervenção penitenciária deveria incidir a três níveis: evitar a aprendizagem de novos hábitos e atitudes delituosas por parte dos reclusos, influenciar o comportamento dos reclusos e incidir sobre a conduta futura no sentido de prevenir a reincidência. Neste sentido pretende-se que as medidas intervenham não só ao nível do recluso, mas também ao nível da organização e das pessoas que fazem parte dessa organização. Mas que mudanças têm sofrido a instituição penitenciária de modo a contribuir para a redução das taxas de reincidência? As pessoas que lidam diariamente com os reclusos, em especial os Guardas Prisionais, fazem também parte do processo de reinserção dos reclusos? Qual o seu contributo?

Esta teoria vai ao encontro do que é defendido por Rentzmann (1992:9) em que este diz que o tratamento penitenciário deve “englobar tudo aquilo que fazemos conscientemente para influenciar a capacidade do detido para se abster no futuro de atividades criminosas. Isto significa que a disposição material das prisões faz parte do tratamento, e que o regime penitenciário no seu todo constitui de fato um elemento extremamente importante nesse tratamento”(in Gonçalves, 2005:23). É da união destas posições, que Rui Gonçalves entende ser necessário a elaboração de um Plano Individual de Acompanhamento de cada recluso de modo a compreender a adaptação do recluso à prisão, bem como dotá-lo de competências

psicológicas e sociais que possam contribuir para a sua adaptação em sociedade e prevenir a reincidência. Deve pois a intervenção ir mais além que o indivíduo envolvendo outros atores penitenciários (guardas, técnicos, direção,...) e a própria organização prisional, não esquecendo a questão da pós reclusão, que permita que a intervenção em meio prisional não se esgote no momento da libertação. A pós reclusão é um momento difícil para um ex recluso que tem de lidar com a estigmatização e a etiquetagem social e seria importante poder contar com mais alguém além da família.

Para Rui Gonçalves a implantação do tratamento penitenciário em Portugal ocorreu em três fases: uma antes do 25 de abril de 1974, outra com a reforma prisional (1979/1980), a aprovação do novo Código Penal (1982), a implementação das medidas alternativas à pena de prisão e a criação do Instituto de Reinserção Social (1982) e a terceira fase dos finais dos anos 80 até aos dias de hoje (Gonçalves, 1998:65-73).

O tratamento penitenciário para Hernâni Vieira (1998:45) consiste “no trabalho de uma equipa de especialistas que intervêm na prisão, com o objetivo de conseguir a reinserção social de reclusos”. Para o autor existem três fatores que dificultam uma intervenção em meio prisional: os processos de adaptação dos reclusos ao universo prisional, a existência de um sistema normativo informal em conjunto com o sistema normativo formal e os contextos de comunicação no interior da prisão. Pinatel (1975) refere sobre o tratamento penitenciário que este consistiria “na ação levada a cabo junto do delinquente, com vista a tentar modelar a sua personalidade, com o objetivo de o afastar da reincidência e favorecer o seu enquadramento social” (in Vieira, 1998:46) O insucesso dos tratamentos penitenciários, como refere Hernâni Vieira, deve-se a fatores externos e internos. Nos fatores internos podemos referir as deficientes condições ambientais das prisões, a sobreocupação, a regulação do tempo pessoal do recluso, que diminui as suas competências de autonomia e constitui a prisionização e conseqüente desmotivação e incapacidade de organização do seu tempo pessoal. O sentimento de observação e de auto observação provoca sentimentos de repulsa ao sistema prisional e desorganiza a sua vida psicológica. A dificuldade do recluso em se adaptar à prisão cria desgaste, o que leva a que este se desmotive a participar no desenvolvimento de competências para a sua reinserção social. Também a existência de uma subcultura carcerária e de um sistema social informal dificulta a intervenção em meio prisional. O autor refere ainda o sistema de comunicação no interior da prisão como uma dificuldade de intervenção em meio prisional. São várias as situações em que o recluso se sente psicologicamente perturbado por preocupações relativas à sua vida prisional por crenças irrealistas. Mesmo do exterior da prisão surgem situações de instabilidade para o recluso como o é a sua capacidade de entender a linguagem judicial, os procedimentos penais, a morosidade da justiça, etc. Por vezes o apoio familiar, que tem grande importância para o

recluso, cria tensões e ansiedade por não poderem resolver os problemas do exterior (Vieira, Hernâni, 1998:47-53).

O tratamento penitenciário não deve começar e terminar no início da reclusão e cessar após a sua libertação. Deve ser um processo contínuo, que deve ter apoio e seguimento no pós reclusão. Numa análise pós reclusão levada a cabo em 1996 e 1997, Anabela Gonçalves (2000) concluiu que a pós reclusão faz parte de um processo de ressocialização institucionalmente orientado, que deve garantir uma (re)integração social (e moral). Para a autora, a reclusão é biograficamente disfuncional, e que afeta as trajetórias individuais, e dos investimentos profissionais, familiares, afetivos, etc. A reclusão corrompe as sociabilidades existentes antes da reclusão e que de algum modo criavam uma identidade e estatuto sociais. Quanto maior o tempo em reclusão, maior será a perda das suas redes de sociabilidade. São apontados três destinos pessoais possíveis a quem deixa a prisão: a inclusão social, o limbo e a carreira criminal. Será que existe uma relação entre a reincidência e as penas de prisão mais longas? Um recluso ao saber que vai passar muitos anos preso desinveste da sua auto inclusão? O que levará um recluso a pender para a inclusão ou para a vida criminal?

A inclusão social significa adquirir novamente uma cidadania plena, um papel social: ter casa própria, emprego, família. O limbo engloba situações de reclusos em idade de reforma, os que não pretendem uma recomposição matrimonial ou situações sociais precárias como o desemprego, solidão ou pobreza. A carreira criminal como terceiro destino possível é o da inclusão social pelo regresso à criminalidade, à reincidência. As sociabilidades e identidades são conferidas pelo crime (Gonçalves, 2000:41-42).

Quando se aborda o tratamento penitenciário este terá sempre que ter um olhar sobre a pós reclusão. Para Eugénia Silva (2008) é necessário que se criem condições para que um recluso possa regressar de forma progressiva à sociedade. Esta preparação pode passar por um regime preparatório da libertação, ou de liberdade condicional. Para isto acontecer é necessário que, para além de motivado, o recluso seja capaz de seguir a sua vida com autonomia. Mas para isso terá de existir um trabalho em conjunto, para que a transição de uma situação de marginalização ou exclusão social para um estado de integração, ressocialização, reinserção social seja o menos penosa possível. Muitos reclusos, devido ao tempo em reclusão deixam de saber viver autonomamente, e o fato de saírem de um ambiente com muitas restrições para um ambiente com poucas ou nenhuma restrições são por vezes a causa da sua reincidência. Esta ideia é também defendida ao longo desta investigação por vários autores (Reiss, 1951; Hirschi, 1969; Gonçalves, 2002), que alegam a falta de supervisão como uma das causas para a criminalidade. Mas o que poderá ser feito para colmatar esta evidência? Deveria o sistema prisional manter algum controlo ou vigilância sobre os reclusos depois de estes saírem em liberdade? Ou deveria a instituição prisional trabalhar em conjunto com outras entidades civis

no acompanhamento pós reclusão? Existe efetivamente ajuda na adaptação à liberdade? Para a autora, as maiores dificuldades de quem se encontra em exclusão social são nas seguintes áreas: emprego, educação, situação económica, problemas familiares, problemas de saúde/saúde mental e abuso de substâncias. Eugénia Silva menciona o Projeto Oportunidade, que engloba o Modelo Casa de Transição, que tem como público-alvo, indivíduos em reclusão que não possuem apoio no exterior na data de libertação, ausência de enquadramento sócio familiar e profissional e habitacional. Este projeto permite identificar os fatores facilitadores e obstáculos à reinserção, necessidades e desenvolvimento de competências (Silva, 2008:76-81). Este é um bom exemplo do que se pode fazer em termos de adaptação na pós-reclusão. Mas será que os reclusos sabem da existência deste projeto? Se na primeira saída em liberdade, um recluso tivesse oportunidade de recorrer a este projeto teria evitado a reincidência?

Malça Correia relativamente ao tratamento penitenciário refere que antes do 25 de abril 30% dos reclusos libertados não reincidiam e que um recluso quando entrava na cadeia se não tinha profissão adquiria uma para estar capaz de ganhar “o pão de cada dia “. Se tinham profissão aperfeiçoavam-na, pois tinham possibilidade de ter um trabalho compatível e quando saíam construíam o seu lar. Seguindo a ideia do autor, será que a formação profissional existente em meio prisional é a mais adequada e vai ao encontro das necessidades do meio livre? O autor refere que o tratamento penitenciário deve incutir uma participação ativa dos reclusos para que estes deem o seu contributo no seu tratamento ressocializador. Um outro fator que o autor enumera como importante é o exemplo que deve ser dado por todos os que estão ao serviço das prisões. E menciona que “a eficácia do tratamento prisional será tanto maior quanto mais elevada for a idoneidade dos que a executam” (Correia, 1981:139).

Para Malça Correia o problema da reincidência não tem a sua causa nos defeitos da instituição, mas sim no fraco apoio pós reclusão, quer por algumas entidades, quer pela própria sociedade. Sugere assim, que deveria existir um tratamento penitenciário “extra muros”. E relativamente a esta situação, o autor menciona que a família tem um papel importante na continuidade deste tratamento dando refúgio a quem delinuiu e “lançando as amarras” que ajudem a surgir um elemento novo. É necessário que se faça a transição da prisão para o exterior, principalmente na facilitação para que o recluso arranje trabalho. Só que a sociedade não quer correr riscos, mas para que possa haver uma recuperação, uma regeneração é preciso aceitar o risco. O recluso, quando sai da prisão acredita que já não o será mais, mas para as pessoas não. Por toda a parte será sempre um recluso, um ex encarcerado (Correia, 1981:143).

O Plano Individual de Acompanhamento que Rui Gonçalves (1998) menciona, tem atualmente a designação de Plano Individual de Readaptação (PIR), que consta da lei 115/2009 de 12 de outubro em que o artigo 21º diz “sempre que a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação, o qual é periodicamente avaliado e atualizado, nos termos previstos no Regulamento Geral”. O mesmo artigo refere que este PIR é obrigatório, quando se trate de reclusos até aos 21 anos, independentemente da duração da pena. O ponto 3 do mesmo artigo menciona como objetivos do PIR “a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades sócio - culturais e contactos com o exterior”. O nº 5 do mesmo artigo introduz a co responsabilização do recluso, sendo que na elaboração do Plano Individual de Readaptação deve-se procurar a participação e adesão do recluso. No decorrer desta investigação tentar-se-á verificar a exequibilidade e eficácia do Plano Individual de Readaptação de acordo com as premissas defendidas na lei 115/2009. Tentaremos também perceber se todos os reclusos têm um PIR.

A ideia de que é importante um acompanhamento do recluso durante o cumprimento da pena já existia no século XIX. O sistema panóptico de Bentham por volta de 1830-1840 torna-se o sistema arquitetural da maioria dos projetos de prisão. Este sistema permitia documentar de forma individual e permanente a vida de cada condenado e por isso foi criado o sistema “conta moral”, um boletim individual, igual em todas as prisões, que permitia que, quer o Diretor, Chefe de Guardas, o Professor ou o Sacerdote pudessem colocar observações sobre os detidos. A prisão deve recolher o máximo de saber sobre o condenado, de modo a que a medida penal aplicada seja motivo de alteração do seu comportamento e o torne útil para a sociedade (Foucault, 1995:210).

2. Caracterização da população prisional

Relativamente aos dados a que podemos aceder por parte da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (de ora em diante designada DGRSP), a 15 de Abril de 2015 existiam no Sistema Prisional um total de 838 reclusos do sexo feminino e 13191 reclusos do sexo masculino, como se pode ver no gráfico nº1.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

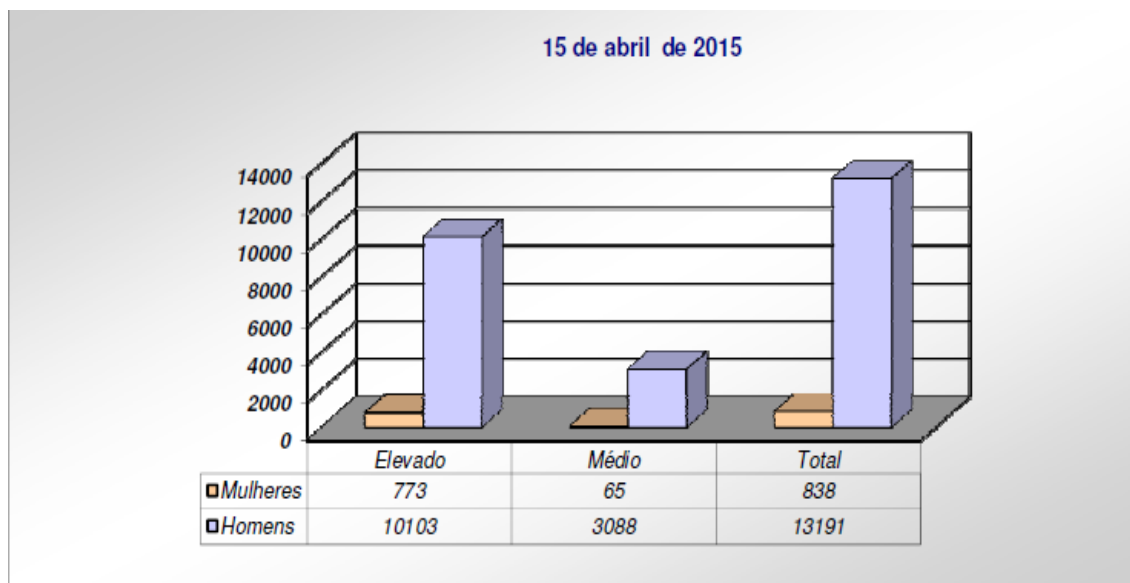


Gráfico 1: População Prisional por sexo

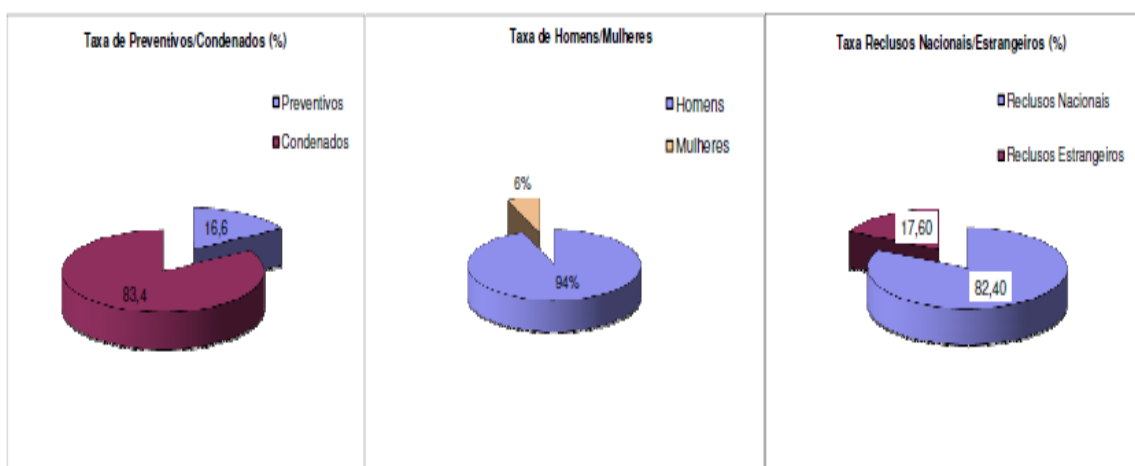
Fonte: DGRSP

Também de acordo com a DGRSP, como se pode observar no quadro nº 1, a 15 de Abril de 2015 existiam 2328 preventivos, que aguardavam julgamento ou trânsito em julgado e 11237 reclusos condenados e 464 condenados por dias livres. Nesta data a população reclusa perfazia um total de 14189 incluindo 160 inimputáveis. Em termos percentuais os condenados representam 83,4% e os preventivos 16,6%. Relativamente aos reclusos de nacionalidade portuguesa contabilizam-se 82,4% e os de nacionalidade estrangeira 17,6%. Importa realçar que nesta data a população reclusa já representava uma taxa de ocupação de 111,4%.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 1: População Prisional segundo a situação Jurídico-penal e nacionalidade

			E. P. Segundo o Grau de Complexidade de Gestão				
			Grau ELEVADO	Grau MÉDIO	TOTAL	Inimputáveis (ENPrs)	Total Geral
31-Mar	Preventivos	Aguardar Julgamento	1032	583			
		Aguardar Trânsito Julg	490	198			
	Condenados	Condenados	9078	2155			
		Condenados Por Dias Livres	222	248			
	Sub-Total			10822	3184	14006	158
15-Abr	Preventivos	Aguardar Julgamento	1079	585			
		Aguardar Trânsito Julg	481	183			
	Condenados	Condenados	9085	2152			
		Condenados Por Dias Livres	231	233			
	Sub-Total			10876	3153	14029	160
Variação	Preventivos	Aguardar Julgamento	47	2			
		Aguardar Trânsito Julg	-9	-15			
	Condenados	Condenados	7	-3			
		Condenados Por Dias Livres	9	-15			
	Sub-Total			54	-31	23	2
Lotação			10042	2549	12591		
Taxa Ocupação Com Condenados Por Dias Livres			108,3%	123,7%	111,4		



Fonte: DGRSP

Considerando os aspetos relativos ao tipo de crime podemos dizer que a população reclusa, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2013, incide maioritariamente nos crimes contra o património (29,2%), nos crimes contra as pessoas (24,9%) e em terceiro os crimes relacionados com estupefacientes (19,4%).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

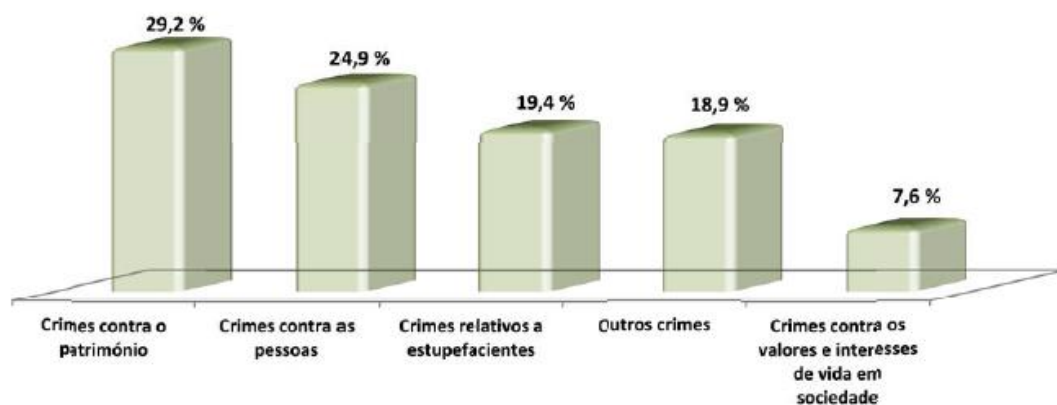


Gráfico 2: Tipo de crime

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2013

Relativamente às penas que são cumpridas pelos reclusos, e de acordo com as estatísticas da DGRSP de 2014 (Quadro 2), estas situam-se maioritariamente entre os 3 e os 9 anos de prisão, sendo que existe uma maior prevalência entre os 3 e os 6 anos.

Quadro 2: Reclusos condenados segundo as penas a 31 de Dezembro de 2014

Sexo/ Nacionalidade	Homens		Mulheres	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Penas				
TOTAL	9.385	1.658	502	128
Penas e medidas aplicadas (a) :				
Por dias livres	426	38	6	0
Prisão não substituída e não suspensa:	8.959	1.620	496	128
Até 6 meses	172	30	16	2
De 6 a 12 meses	378	28	11	3
De 1 a 3 anos	1430	156	62	5
De 3 a 6 anos	2771	619	186	83
De 6 a 9 anos	1900	431	128	20
De 9 a 12 anos	721	146	36	5
De 12 a 15 anos	508	79	12	5
De 15 a 20 anos	502	77	15	2
De 20 a 25 anos	286	42	12	2
Prisão relativamente indeterminada	45	1	1	0
Medidas de segurança	246	11	17	1

Notas:

(a) Inclui 275 inimputáveis, com medidas de segurança aplicadas, internados em clínicas psiquiátricas prisionais 136 e em clínicas e hospitais psiquiátricos não prisionais 139.

Fonte: DGRSP

2.1. Caracterização do ensino

O ensino/formação escolar da população prisional é assegurado em todos os estabelecimentos prisionais nos termos do Despacho-Conjunto n.º 451/99, publicado no DR n.º 127 de 01 de junho de 1999. Segundo o que consta do sítio da Direção Geral dos Serviços Prisionais (04/2014), até 1979 o ensino era levado a cabo por técnicos do Ministério da Justiça, que eram colocados nos Estabelecimentos Prisionais e que ao mesmo tempo exerciam as funções de docentes com outras tarefas na área da educação. Depois de 1979, o ensino passou a ser conjuntamente assumido pelos Ministérios da Justiça e da Educação. Nos últimos anos e tentando colmatar as necessidades educativas da população prisional, o número total de reclusos a frequentar o ensino situa-se próximo dos 3700 indivíduos, correspondendo a apenas 28% da população prisional. Além da componente educativa e ao abrigo do mesmo diploma legal passa a ser possível aos reclusos frequentarem diversas atividades extracurriculares e cursos de educação extraescolar, nomeadamente, Português para Estrangeiros, Educação para a Cidadania, Artes Visuais, Música e Desporto.

O decreto-lei n.º115/2009 de 12 de outubro refere no n.º1 do artigo 38º que o ensino se organiza em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos. O n.º2 do mesmo artigo menciona ainda que a escolaridade obrigatória é assegurada com carácter prioritário a reclusos jovens ou iletrados. De acordo com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) a 31 de Dezembro de 2014 existiam 14003 reclusos no sistema prisional. Como se pode ver no quadro n.º3, a grande maioria dos reclusos têm um nível de ensino muito baixo. Do total dos que se encontram em reclusão, 1004 reclusos não têm escolaridade e 3809 dos reclusos têm no máximo o ensino básico (4º ano). Já no Relatório de Atividades de 2010 apresentado pela DGSP, dos 11613 reclusos que existiam à data no sistema prisional quase 10% estavam sem escolaridade e 55,4% tinham o 1º e 2º ciclo do ensino básico.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 3: Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2014, segundo a instrução, sexo e nacionalidade

Sexo/ Nacionalidade	Homens		Mulheres	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Instrução				
TOTAL (a)	10.898	2.264	636	205
Não sabendo ler nem escrever	402	50	59	5
Sabendo ler e escrever	347	89	36	16
Possuindo o ensino:	10.049	2.099	516	166
1º Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	3241	338	197	33
2º Básico (5º e 6º anos)	3025	382	104	23
3º Básico (7º, 8º e 9º anos)	2782	656	126	51
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	876	659	75	42
Superior	109	60	14	11
Outros cursos	16	4	0	6
Ignorado ou não especificado	100	26	25	18

Nota:

(a) Contabiliza 275 inimputáveis (Mulheres e Homens) internados em hospitais e clínicas psiquiátricas prisionais e não prisionais

Fonte: DGRSP

O Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades do Tratamento Prisional, ora em diante designado por CCGPATP, encontra-se definido na orgânica da DGRSP aprovada pelo decreto-lei nº215/2012 de 28 de setembro e criado por despacho do Diretor-Geral nº10091/2013. O CCGPATP de acordo com a alínea b) do ponto 1 desenvolve em articulação com as competentes entidades, projetos educativos e de formação profissional orientados para a capacitação e qualificação escolar e profissional dos reclusos.

De acordo com a DGRSP a 31 de Dezembro de 2014 encontravam-se a frequentar cursos escolares e profissionais 5047 reclusos.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 4: Reclusos existentes em 31 de Dezembro de 2014, segundo a situação penal, em formação e em atividade, por espécies de estabelecimentos

Situações/Ações Espécies de estabelecimentos	Total	Situação penal			Em ações de formação		Em atividade
		Preventivos	Condenados	Medidas de segurança	Escolares	Profissionais	
TOTAL GERAL	14.003	2.330	11.534	139	3.393	709	5.047
E. P., segundo o grau de complexidade de gestão (a)							
Grau Elevado	10.749	1534	9215		2432	487	4102
Grau Médio	3.115	796	2319		961	222	945
Estabelecimentos Não Prisionais (Inimputáveis)	139			139			

Notas:

(a) O Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, determina que a classificação dos estabelecimentos prisionais se faça em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão. Este, atento o disposto no art.º 2.º da Portaria n.º 13/2013, de 11 de janeiro comporta a partir de 12 de janeiro de 2013 um grau elevado e um grau médio de complexidade de gestão.

Fonte: DGRSP

A oferta formativa no ano letivo de 2009/2010 englobou um total de 2604 reclusos num universo de 11099 reclusos existentes a 31 de dezembro de 2009.

Quadro 5: Parque escolar - Ano letivo 2009/2010

Níveis de ensino	N.º de Alunos	N.º de Professores	Estabelecimentos Prisionais onde funcionou o ensino
1.º ciclo e EFA B1	560	49	12 Centrais, 3 Especiais, 14 Regionais
2.º ciclo e EFA B2	476	95	11 Centrais, 3 Especiais, 8 Regionais
3.º ciclo e EFA B3	654	118	13 Centrais, 3 Especiais, 12 Regionais
Secundário (Recorrente e EFA)	438	97	11 Centrais, 2 Especiais, 4 Regionais
Processo RVCC	434		10 Centrais, 8 Regionais
Superior	42		Apoio das Universidades
Total	2604	437 *	Estas ofertas formativas funcionaram em 44 dos 49 EP que acolheram população prisional, ou seja apenas não funcionou nos EP Regionais de Lamego, Olhão, PJ de Lisboa, PJ do Porto, Hospital Prisional.
<i>* Inclui 9 professores de RVCC e 69 de educação extra-escolar e Formação Modular (UFCD)</i>			

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

De acordo com o relatório de atividades da DGSP de 2010, no ano letivo de 2009/2010 frequentaram o ensino escolar do 1º ciclo ao ensino superior 2170 reclusos, que representa 19,55% da população prisional. No entanto, como se pode ver no quadro 8, o número de reclusos que iniciam um nível de ensino e os que terminam varia bastante. Dos 2170 reclusos que iniciaram a frequência escolar apenas 1148 frequentaram efetivamente o ensino e somente 891 tiveram aproveitamento. De acordo com estes dados impõe-se colocar algumas questões. O que leva os reclusos a não terminarem o ensino? Porque será que se assiste a um número tão baixo de aproveitamentos? Será que os reclusos consideram o ensino como uma parte importante do seu processo de reinserção social? De que forma é que o ensino poderia ser mais motivador de forma a aumentar a sua participação?

Quadro 6: Movimento escolar no ano letivo 2008/2009

Níveis e tipologias de ensino			Inscrições			Anulações				Frequência líquida	Total com Aproveitamento
			No início do ano	Ao longo do ano	Total	Desistências	Libertações	Transferências de EP	Total		
			1	2	3 (1+2)	4	5	6	7 (4+5+6)	8 (3-7)	9
Ensino Básico	Recorrente, por unidades capitalizáveis	1º Ciclo	271	95	366	116	38	23	177	189	76
		2º Ciclo	16	11	27	5	4	3	12	15	3
		3º Ciclo	44	3	47	22	7	6	35	12	16
	Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA	Básico 1	178	16	194	52	14	12	78	116	110
		Básico 1 + 2	23	5	28	17	2	9	28	0	4
		Básico 2	382	39	421	123	46	30	199	222	227
		Básico 2 + 3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Básico 3	511	96	607	197	56	39	292	315	261	
Ensino Secundário	Por Módulos Capitalizáveis	132	1	133	31	23	15	69	64	53	
	EFA NS	249	56	305	88	29	15	132	173	120	
Ensino Superior			42	0	42	0	0	0	0	42	21
TOTAL			1848	322	2170	651	219	152	1022	1148	891
% Vertical			85%	15%	100%	64%	21%	15%	100%		
Nº /Total de inscrições						30,0%	10,1%	7,0%	47,1%	52,9%	41,1%
						Nº /Frequência líquida			77,61%		

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

Além do vários níveis de ensino que a população reclusa pode frequentar, pode-se observar no quadro 9, que estes têm ao seu dispor alguns cursos de educação extraescolar, que têm como objetivos aumentar as competências pessoais, sociais e profissionais dos reclusos. Apesar desta oferta formativa, os reclusos valorizam e compreendem as competências que estas lhes podem trazer? Do que podemos observar do número de participantes em cada área de formação, face ao universo da população reclusa existente, podemos dizer que este poderia e deveria ser bastante superior. Tentaremos desta forma no final desta investigação compreender as causas destes números.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro7: Cursos de educação extra- escolar

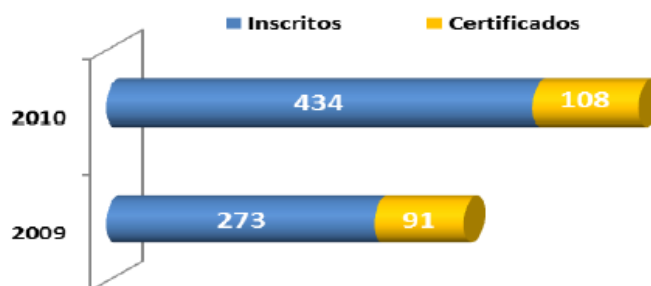
Cursos no âmbito da educação extra-escolar / áreas de formação	Nº de reclusos participantes
Desporto	809
Inglês	310
Português para Estrangeiros	279
Artes Plásticas/Artesanato	258
Alfabetização	162
Informática	152
Música	112
Oficina Português /Laboratório de Letras	75
Teatro	59
Cerâmica	41
Educação para Cidadania	30
Oficina de Matemática	24
Código Estrada/Prevenção Rodoviária	21
Noutras áreas sócio -culturais (com 30 ou < reclusos inscritos)	83

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

No ano de 2010, relativamente ao processo RVCC, o número de reclusos que se encontravam inscritos aumentou 60% relativamente a 2009, no entanto o número de reclusos que obtiveram uma certificação apenas aumentou 18,7%. O processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências é umas das formas que permite motivar os reclusos para a aprendizagem pois possibilita que se faça um diagnóstico das necessidades específicas de cada um. Mas mais uma vez podemos observar que em 2010 dos 434 inscritos apenas 108 obtiveram uma certificação das suas competências.

Quadro 8: Processo RVCC 2010

Inscritos	Processo RVCC				
	Certificados, por nível de certificação				
	Total	B1	B2	B3	NS
434	108	1	5	70	32



Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Pelo quadro seguinte podemos verificar, que se encontravam inscritos 2011 reclusos a 31 de dezembro de 2010 para o ano letivo 2010/2011, o que demonstra uma descida relativamente ao ano anterior.

Quadro 9: Ano letivo 2010/2011

Níveis e tipologias de ensino		Ano lectivo 2010-2011	
		Inscrições até 31-12-2010	
Ensino Básico	Recorrente, por unidades capitalizáveis	1º Ciclo	289
		2º Ciclo	16
		3º Ciclo	22
	Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA	Básico 1	182
		Básico 1 + 2	3
		Básico 2	441
		Básico 2 + 3	11
		Básico 3	592
Ensino Secundário		Por Módulos Capitalizáveis	33
		EFA NS	379
Cursos de Especialização Tecnológica e Ensino Superior			43
TOTAL			2011

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

2.2. Caracterização da formação profissional

O Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades do Tratamento Prisional de acordo com a alínea b) do ponto 1 desenvolve em articulação com as competentes entidades, projetos educativos e de formação profissional orientados para a capacitação e qualificação escolar e profissional dos reclusos. É ainda da sua competência apoiar, acompanhar e supervisionar a atividade desenvolvida pelas equipas nos estabelecimentos prisionais responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena nomeadamente na elaboração e implementação dos projetos educativos e de formação profissional.

Para a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de acordo com o sítio na internet (www.dgsp.pt), a formação profissional é essencial pois funciona como um instrumento que promove a reinserção social dos reclusos e consequente prevenção da reincidência. Para a DGRSP a oferta da formação é constantemente redefinida e reprogramada de forma a responder quer às constantes mutações do contexto prisional, quer às exigências do mercado

laboral. Refere ainda que é elaborado um plano de formação profissional, sendo este alicerçado num diagnóstico que leva em linha de conta as necessidades de aprendizagem da população reclusa e a sua rentabilização em meio prisional e, sobretudo, no meio livre.

A lei nº 115/2009, de 12 de Outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade menciona no nº1 do artigo 40º que “Nos estabelecimentos prisionais são desenvolvidas ações de formação e aperfeiçoamento profissionais que, considerando as necessidades e aptidões do recluso, privilegiem a sua empregabilidade”. Tendo em conta a dificuldade que um recluso tem em arranjar emprego quando sai em liberdade, como é que a formação profissional existente nos estabelecimentos prisionais pode minimizar esta situação? A formação profissional ministrada intra muros preenche as necessidades dos reclusos? Estes sentem que a formação que estão a adquirir os vai ajudar na obtenção de um emprego? O que motiva um recluso a frequentar um curso de formação profissional? Qual a sua perceção sobre a adequabilidade da formação profissional?

O Relatório de atividades de 2010 menciona que a formação profissional em contexto prisional tem como objetivo dar aos reclusos instrumentos que potenciem a sua reinserção sócio-profissional através de competências técnicas, sociais e relacionais de modo a que estes adquiram um desempenho profissional qualificado e se desenvolvam nas áreas pessoal e social.

Apresentam-se a seguir as diferentes modalidades de formação profissional que os Serviços Prisionais facultam à população reclusa. Mas será que esta se adequa às suas necessidades?

Formação Profissional Especial

Esse tipo de formação distingue-se da formação profissional comum pelo fato de abranger não apenas aspetos de formação mas também de inserção socioprofissional, e ainda por se dirigir a segmentos da população com maiores dificuldades formativas e de resolução de problemas de integração, onde se incluem os reclusos e ex-reclusos. (Despacho Normativo n.º 140/93, de 6 de julho)

Qualificação Inicial

Os cursos de qualificação inicial preparam jovens e adultos, candidatos ao primeiro emprego, com a escolaridade obrigatória, para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro)

Reciclagem, Atualização, Aperfeiçoamento

Os cursos de reciclagem, atualização e aperfeiçoamento preparam ativos empregados ou em risco de desemprego e desempregados que procurem, através da atualização (Reciclagem, Atualização) ou do aprofundamento das suas competências (Aperfeiçoamento), melhorar o desempenho profissional, respondendo assim, adequadamente às mudanças tecnológicas e económicas. (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro)

Qualificação e Reconversão Profissional

Os cursos de qualificação e reconversão profissional preparam ativos empregados ou em risco de desemprego e desempregados, semiqualeificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho, quer tenham ou não completado a escolaridade obrigatória. (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro)

Educação e Formação de Adultos (EFA)

Os denominados cursos EFA, preparam cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos, que abandonaram prematuramente o Sistema de Ensino, não qualificados ou sem qualificação adequada e que não tenham concluído a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos, permitindo a obtenção dos 1.º, 2.º ou 3.º Ciclo do Ensino Básico, associados a uma qualificação profissional de níveis 1 ou 2 numa ótica de dupla certificação escolar e profissional. (Despacho conjunto n.º 1083/2000, de 20 de novembro).

O Relatório de Atividades da DGSP 2010 refere que a Formação Profissional “visa fornecer aos reclusos instrumentos potenciadores de uma melhor reintegração sócio - profissional, nomeadamente através da aquisição de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista o desempenho profissional qualificado e o desenvolvimento pessoal e social” (p. 129). Menciona ainda que esta formação pretende contribuir para o aumento das qualificações escolares e profissionais e ao mesmo tempo desenvolver e reforçar outras competências que potenciem a empregabilidade e previna a reincidência.

No quadro seguinte podemos verificar que das 169 ações de formação que estavam previstas para o ano de 2010 nem todas se realizaram tendo ficado em termos percentuais nos 86%.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 10: Nº de ações de formação - 2010

PLANO DE FORMAÇÃO - 2010								
Nº de ações - Indicadores	Total	Por Tipologia da ação						
		EFA - Med.2.2					Formação Modular Certificada - 2.3	Formação Inclusão - 6.1
		B1	B2	B2+3	B3-II	NS-III		
Previstas no Plano de Formação	169		19	0	59	9	56	26
Volume de formação previsto	2161120							
Em execução à	31-03-2010	58	13		31	5	9	
	31-12-2010	51	6	0	22	8	11	4
Situação a 31-12-2010	Anuladas	13	1	0	1	0	11	0
	Com início em atraso	10	1	0	5	0	0	4
	Terminadas	95	11	0	31	1	34	18
	A decorrer	51	6	0	22	8	11	4
% de execução (ações realizadas/acções inscritas no Plano)	86%							
Transitam para 2011	61	0	7	0	27	8	11	8

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

Para as ações de formação que decorreram em 2010 estavam previstos no plano de formação frequentar 2366 reclusos, no entanto como podemos observar no quadro 13, apenas 1414 acabaram por participar, o que perfaz 22,75% da população prisional. Mas um dos aspetos que gostaríamos de realçar é o relativo ao nº de reclusos que abandonou a ação de formação, pois dos 1414 que iniciaram, 392 (27,7%) não chegaram ao fim. E dos 1022 que finalizaram a ação, apenas 706 (49,9%) obtiveram certificação. De acordo com o Relatório de Atividades de 2010, os motivos apontados para a desistência das ações de formação são apontadas num total de dez motivos: a falta de assiduidade (28,1%), a libertação (20,2%) e a pedido do recluso (19,4%). De todas as saídas, 59% são imputáveis aos reclusos, principalmente pela falta de motivação ou por questões disciplinares. Face a este cenário, o que tem sido feito para motivar os reclusos? A estrutura das ações de formação têm sofrido alterações à anteriormente estabelecida de forma a tentar captar mais reclusos e motivá-los ou mantém inalterada? Qual será a perceção dos reclusos relativamente às ações de formação? Haverá sugestões a fazer? Será possível motivar alguém com poucos hábitos de trabalho e pouco qualificado e que saiu precocemente do ensino?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 11: Nº de Formandos - Plano de Formação 2010

Nº de formandos - Indicadores	Total		Por Tipologia da acção						Formação Modular Certificada – 2.3	Formação Inclusão – 6.1
			EFA – Med.2.2							
	Nº	%	B1	B2	B2+3	B3-II	NS-III			
N.º Inicial de Formandos	1414	100,0%		157		460	14	510	273	
N.º de Formandos que abandonou a acção antes do seu termo	392	27,7%		77		206	6	72	31	
N.º de Formandos que finalizaram a acção	1022	72,3%	0	80	0	254	8	438	242	
Nº de formandos certificados	706	49,9%		57		199		342	108	
Nº de formandos não certificados	121	8,6%		19		64		37	1	
Sem informação	195	13,8%	0	4	0	-9	8	59	133	

Fonte: Mapas de Acompanhamento e Avaliação das Acções enviados pelos estabelecimentos prisionais

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

Das várias áreas de formação que a DGSP disponibiliza, podemos verificar no quadro 14 que os reclusos preferem as áreas da construção civil, electricidade e energia, floricultura e jardinagem, apesar de algumas áreas como as ciências empresariais e do desenvolvimento pessoal virem a ganhar uma maior expressão.

Quadro 12: Áreas de formação

ÁREA	ÁREAS DE FORMAÇÃO					Total	
	Tipologia das Acções					Nº	%
	Cursos EFA -Dupla Certificação			Formação Modular Certificada – 2.3	Formação Inclusão – 6.1		
B2	B3-II	NS-III					
Construção Civil e Engenharia Civil	4	11	1	23	3	42	24,9%
Electricidade e Energia	2	10	2	4		18	8,0%
Desenvolvimento Pessoal				2	15	17	7,6%
Floricultura e Jardinagem	1	5	2	1		9	4,0%
Ciências Empresariais					8	8	3,6%
Ciências Informáticas	1	1		6		8	3,6%
Construção e Reparação de Veículos a Motor	2	3		3		8	3,6%
Produção Agrícola e Animal	2	4		2		8	3,6%
Hotelaria e Restauração	1	5	1			7	3,1%
Metalurgia e Metalomecânica	1	5		1		7	3,1%
Comércio		2	1	3		6	2,7%
Electrónica e Automação	1	1	2	2		6	2,7%
Segurança e Higiene no Trabalho				6		6	2,7%
Artesanato	1	3		1		5	2,2%
Materiais (Indústrias da Madeira)		4		1		5	2,2%
Indústrias Alimentares	1	2				3	1,3%
Silvicultura e Caça	2					2	0,9%
Desporto					1	1	0,4%
Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro		1				1	0,4%
Protecção do Ambiente		1				1	0,4%
Secretariado e trabalho Administrativo		1				1	0,4%
TOTAL	19	59	9	56	26	169	100%

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

2.3. Caracterização do Trabalho prisional

Para a DGRSP o trabalho prisional tem uma finalidade educativa e produtiva e é devidamente remunerado de acordo com a aptidão do recluso. Neste ponto tentaremos perceber quais as remunerações que os reclusos auferem e se consideram que estas são equivalentes às que são pagas em meio livre. A mesma refere que o trabalho prisional tem sido desenvolvido dentro dos estabelecimentos prisionais no âmbito das infraestruturas económicas existentes e através da articulação com entidades do setor público/privado, procurando-se assim diversificar as atividades ocupacionais/ laborais adequando-as, sempre que possível, às características da população e à oferta de trabalho. Desde outubro de 2007 está disponível uma Bolsa de Trabalho Prisional (BTP) que tem como principais objetivos: sensibilizar as entidades público/privadas para a participação no processo de empregabilidade de reclusos, reforçar a consciência social, diversificar as opções de oportunidades de emprego, promover redes de cooperação para uma eficaz (re)integração social e mobilizar de forma eficaz os recursos necessários. De acordo com o Relatório de Atividades de 2010 o trabalho executado em parceria com entidades externas (137), representava 19% e por conta do Estabelecimento Prisional 81%. Sendo que, a 31 de dezembro de 2010 a taxa de ocupação laboral era de apenas 40% do total da população prisional. Tendo em conta que o trabalho tem um papel fulcral na reinserção social dos reclusos, não se percebe o porquê de apenas 40% da população reclusa ter uma ocupação laboral. O que acontece com os restantes 60% da população prisional? Não deverão estes ter as mesmas oportunidades que os demais? Poderemos considerar esta situação como uma forma de exclusão pelo trabalho, que a própria instituição deveria contrariar e que no entanto faz o contrário? Na vertente da empregabilidade e capacitação de competências profissionais, o Apoio à Reintegração Social dos Reclusos, baseia-se na colaboração com a Direção Geral de Reinserção Social na preparação da liberdade condicional, interação com redes de apoio social e associações que prosseguem objetivos de reinserção social, implementação de programas de apoio a reclusos com necessidades específicas para preparação da saída, designadamente através do estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e instituições particulares de solidariedade social-IPSS (Projeto Oportunidades, Iniciativa Bairros Críticos) e celebração de Protocolos. Mais uma vez, assistimos a várias iniciativas que são levadas a cabo pela DGRSP e outras entidades, para darem apoio aos ex-reclusos. Contudo, será importante que se verifique se os reclusos têm conhecimento destas iniciativas. Tendo em conta que esta investigação incide na população reclusa reincidente iremos certamente tentar perceber até que ponto os reclusos são informados aquando da sua saída dos apoios e opções que podem ter e em que medida eles se adaptam às suas características e necessidades.

A lei nº 115/2009, de 12 de Outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade refere no nº 1 do artigo 53º que “compete aos serviços prisionais, em articulação com os serviços públicos de emprego e formação profissional, realizar ações com vista à futura colocação laboral dos reclusos”. O nº 2 do mesmo artigo foca um aspeto importante relativamente ao apoio que deve ser prestado ao recluso quando este está prestes a sair em liberdade ao dizer que os serviços prisionais devem promover a inscrição do recluso nos centros de emprego três meses antes da data previsível de libertação. Menciona ainda no nº1 do artigo 41º que “o trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma atividade laboral após a libertação”. Mas será que o recluso sabe que pode fazer a sua inscrição no centro de emprego antes de sair em liberdade? Pode este fato ser um primeiro elo de ligação para com a sociedade? Pode constituir o início de um novo contrato social, perdido aquando da sua reclusão?

3. Medidas de flexibilização da pena de prisão

Apostada em seguir um modelo ressocializador, a instituição prisional demonstrou a sua preocupação na criação de medidas de flexibilização na execução da pena de prisão e de preparação para a liberdade. Deste modo, o artigo 14º do decreto-lei nº 115/2009, de 12 de Outubro prevê que o recluso pode ser colocado em regime aberto sempre que este demonstre um comportamento adequado e que não dê indícios de subtração à execução da pena de prisão.

3.1. Licenças de saída do estabelecimento prisional

Segundo o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade no nº1 do artigo 76º, podem ser concedidas ao recluso saídas do estabelecimento prisional, com o seu consentimento, licenças de saída judiciais ou administrativas.

De acordo com o relatório de atividades da DGSP de 2010 existiram 11085 licenças de saída, sejam saídas judiciais bem como saídas de curta duração. Do total de saídas 67 não regressaram na hora e dia estipuladas o que dá uma taxa de sucesso de 99,4%.

Segundo o Relatório de Segurança Interna de 2014 existiram 10641 licenças de saída, em que 53 não regressaram na hora e dia estipulados. Apresenta uma taxa de sucesso de 99,6%.

3.2. Licenças de saída administrativas

O nº3 do artigo 76º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade menciona que as licenças de saída administrativas compreendem as saídas de curta duração, as saídas especiais, as saídas para realização de atividades e as saídas de preparação para a liberdade.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

As licenças de saída de curta duração (art.º 80º) têm como objetivo manter e promover os laços familiares e sociais e são concedidas pelo Diretor do estabelecimento prisional desde que o recluso cumulativamente se encontre no regime aberto, tenha gozado com sucesso uma licença de saída jurisdicional e a inexistência de evasão, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses que antecederem o pedido. Este tipo de licença pode ser concedido de três em três meses no máximo de três dias seguidos.

As licenças de saída especiais (art.º 82º) são concedidas pelo Diretor do estabelecimento prisional por motivos de particular significado humano ou para resolução de situações urgentes e inadiáveis.

As licenças de saída para a realização de atividades (art.º 81º) são autorizadas pelo Diretor-geral dos Serviços Prisionais a reclusos que se encontrem em regime comum ou aberto no âmbito laboral, do ensino, da formação profissional ou de outros programas, em visitas de estudo, de formação ou lúdicas, adequadas ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, organizadas pelo estabelecimento prisional.

As licenças de saída de preparação para a liberdade (art.º 83º) são concedidas pelo Diretor-geral dos Serviços Prisionais, que pode autorizar o recluso a sair do estabelecimento prisional, até ao máximo de oito dias, nos últimos três meses de cumprimento da pena ou nos últimos três meses que antecedem os cinco sextos de pena superior a seis anos de prisão.

No ano de 2010 e de acordo com o Relatório de Atividades da DGSP existiram 5105 licenças de saída de curta duração, sendo que 19 não tiveram sucesso.

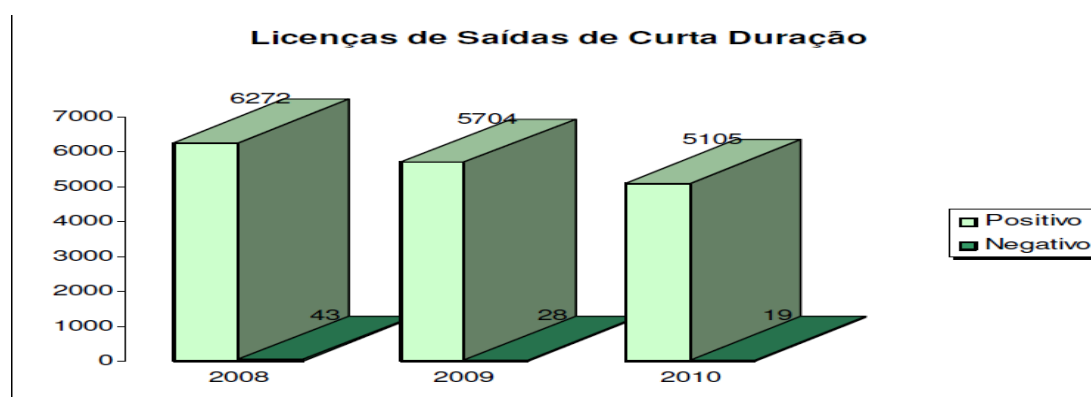


Gráfico 3: Licenças de saída de curta duração

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

3.3. Licença de saída jurisdicionais

O nº2 do artigo 76º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade refere que as licenças de saída jurisdicionais visam a manutenção e promoção dos laços familiares e sociais e a preparação para a vida em liberdade. De acordo com o Código as Licenças de saídas jurisdicionais são concedidas e revogadas pelo Tribunal de Execução das Penas quando o recluso tenha cumprido um sexto da pena e no mínimo seis meses para penas inferiores a cinco anos e ter cumprido um quarto da pena para penas superiores a cinco anos. Não deverá ter processos pendentes em que esteja prevista prisão preventiva. Não existir evasões, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses que antecedem o pedido e quando se verifique a execução da pena em regime comum (pode usufruir no máximo cinco dias seguidos) ou aberto (pode usufruir no máximo sete dias seguidos). Esta licença de saída pode ser concedida de quatro em quatro meses.

De acordo com o Relatório de atividades da DGSP de 2010 existiram 5980 licenças de saída jurisdicionais, sendo que 48 dessas saídas não tiveram sucesso.

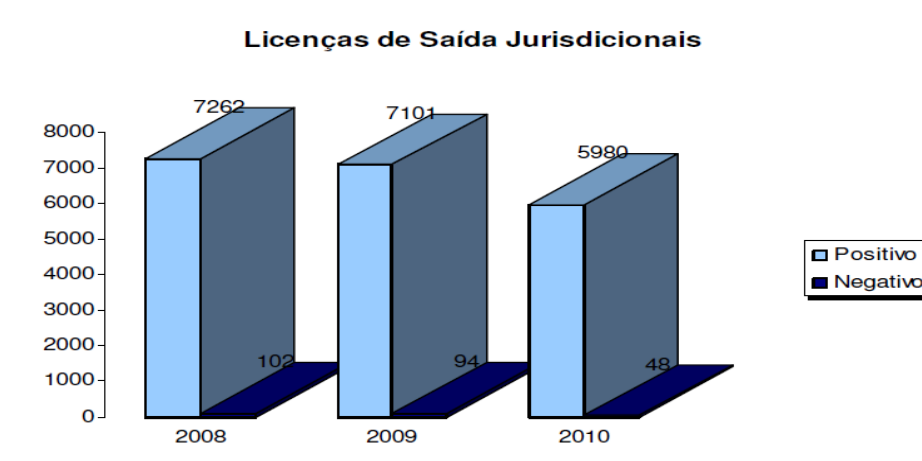


Gráfico 4: Licenças de saída jurisdicionais

Fonte: Relatório de atividades de 2010 da DGSP

4. Regimes de execução da pena

De acordo com o artigo 12º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade o recluso, depois de efetuada a sua avaliação e a sua evolução ao longo da pena pode ser colocado em regime comum, aberto ou de segurança, sempre atendendo ao que privilegie mais a sua reinserção social.

Regime comum: decorre em estabelecimento prisional ou unidade de segurança alta e caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades em espaços de vida comum.

Regime de segurança: decorre em estabelecimento ou unidade prisional de segurança especial e de acordo com o nº 1 do art.º 15º do Código, o recluso é colocado neste regime quando a sua situação jurídico-penal ou o seu comportamento em meio prisional revelem, fundamentadamente, perigosidade incompatível com outro regime.

O regime aberto é o que mais privilegia a reinserção social dos reclusos podendo estes aceder ao regime no interior ou exterior mediante alguns pressupostos.

4.1. Regime Aberto no interior (RAI):

O regime aberto no interior pode-se caracterizar pelas atividades desenvolvidas no perímetro do Estabelecimento Prisional ou imediações, com vigilância reduzida. O nº 1 do art.º 14º do Código refere que são colocados em regime aberto os reclusos que não sejam de recear que se subtraíam ao cumprimento da pena ou que se aproveitem das possibilidades que tal regime lhes possibilita para delinquir e que se mostre adequado ao seu comportamento prisional à proteção da vítima e à defesa da ordem e da paz social.

Podem ser colocados em regime aberto no interior os reclusos condenados em pena de prisão com duração igual ou inferior a um ano. Nos casos de penas de prisão superior a um ano têm de ter cumprido um sexto da pena. A concessão deste regime é da competência do Diretor do estabelecimento prisional.

De acordo com o Relatório de Segurança Interna de 2014 existiam 1358 reclusos com Regime Aberto ao Interior.

4.2. Regime aberto no exterior (RAE)

O regime aberto no exterior caracteriza-se pelas atividades desenvolvidas nas áreas do ensino, formação profissional, trabalho ou programas em meio livre, sem vigilância direta. O nº 4 do art.º 14º do Código menciona que a colocação em regime aberto no exterior depende do cumprimento de um quarto da pena, do gozo prévio de uma licença jurisdicional com êxito e a não existência de processos pendentes que ditem a prisão preventiva. A colocação neste regime é da competência do Diretor-geral dos Serviços Prisionais.

De acordo com o Relatório de Segurança Interna de 2014 existiam 61 reclusos com Regime Aberto ao Exterior.

5.A liberdade condicional

É a partir do decreto-lei 265/79, de 29 de outubro, que a aplicação da liberdade condicional passou a ser aplicada com mais frequência. A liberdade condicional tem como premissas duas ideias força principais, a do privilégio, que premeia a boa conduta do recluso e a do tratamento penitenciário, que privilegia a reinserção individual e diminui a reincidência criminal. O código penal de 1982 instituiu duas modalidades de liberdade condicional, uma facultativa, que se podia aceder a partir do meio da pena por mérito individual e uma obrigatória, para penas superiores a 6 anos acedida aos cinco sextos da pena. Por um lado, a liberdade condicional permite reduzir os efeitos negativos do aprisionamento e no caso das penas mais longas permite reduzir os encargos diretos e indiretos com a população reclusa. Por outro lado, a liberdade condicional facultativa vicia as relações institucionais pelo fingimento, pela representação de modo a conseguir uma libertação precoce.

A revisão do Código Penal, que data de 1995, veio alterar os pressupostos de concessão da liberdade condicional. Nos casos de penas de prisão superiores a 5 anos, por crimes contra as pessoas ou crimes de perigo comum, a liberdade condicional só pode ser concedida após o cumprimento de dois terços da pena. Este maior rigor perante a execução da pena de prisão deve-se sobretudo à gravidade dos crimes e ao alarme social que provocam. Segundo Rodrigues (1996:36) *“a concessão da liberdade condicional deve, em todas as suas formas e, portanto, mesmo na forma dita da concessão obrigatória, estar na dependência do consentimento do condenado”*. Refere ainda que *“o tempo de duração da liberdade condicional não deve, em hipótese alguma, ultrapassar o tempo de prisão que falte cumprir...”*. Para qualquer uma das modalidades de liberdade condicional, a lei passou a prever expressamente a necessidade do consentimento do recluso para a sua aplicação. A liberdade condicional tem como pressupostos a obrigatoriedade de se encontrar cumprida

metade da pena e no mínimo 6 meses, desde que, *“For fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da pena de prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes;”* e *“A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem e da paz social.”* (Rodrigues, 1996:36). O recluso pode ainda ser colocado em liberdade condicional quando este tenha cumprido dois terços da pena e no mínimo seis meses, desde que se revele preenchido o requisito constante da alínea a) do artigo 61º. Nas situações em que o recluso não preencha os pressupostos para a liberdade condicional facultativa, nas penas superiores a 6 anos, este é colocado em liberdade condicional obrigatoriamente aos cinco sextos da pena sem necessidade de um parecer favorável ao seu comportamento futuro. Isto significa *“atalhar às situações de desinserção na vida social, originadas pela aplicação de penas longas...”* *“o ónus da recuperação do condenado é transferido para o Estado, competindo à sociedade o risco da sua libertação condicional.”* (Rodrigues, 1996:37). Quando um recluso sai em liberdade condicional, esta será igual ao tempo restante em falta do cumprimento de pena, até ao máximo de cinco anos. Existe ainda a possibilidade de o recluso passar por um processo de adaptação à liberdade condicional. O tribunal poderá antecipar a colocação de um recluso neste regime de permanência na habitação, por um período máximo de um ano, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, cumpridos os pressupostos do artigo 61º. A liberdade condicional, de acordo com a alínea a) e b) do artigo 56º será revogada sempre que o recluso *“Infringir grosseira ou repetidamente os deveres ou regras de conduta impostos ou o plano de reinserção social”* ou *“Cometer crime pelo qual venha a ser condenado, e revelar que as finalidades que estavam na base da suspensão não puderam, por meio dela, ser alcançadas”*. Nos casos em que haja lugar à revogação da liberdade condicional o recluso terá de cumprir a pena de prisão fixada na sentença.

Para o Comité de Ministros do Conselho da Europa (1987), de acordo com o ponto V da Recomendação (99), de 30 de Setembro *“a liberdade condicional deve ser considerada como uma das medidas mais eficazes e construtivas, que não só reduz a duração da detenção como também contribui substancialmente para um regresso planeado dos reclusos à comunidade”*.

CAP IV

Metodologia

1. Investigação e estudo

A ciência é uma atividade meritória e prestigiante para uns e uma maneira de conhecer a realidade que é organizada a partir de um conjunto de premissas para outros. Esta realidade dá origem a um conhecimento científico e crítico, tentativo e sujeito a modificação. (Moreira, 2007:13).

O contexto social em que vivemos vai sempre influenciar-nos, no entanto o nosso comportamento não é determinado apenas por esse contexto. Todos possuem a sua própria individualidade, por isso é que a sociologia tenta na sua investigação perceber as relações que existem “entre o que a sociedade faz de nós e o que nós fazemos de nós próprios” (Giddens; 1997:22). A sociologia possibilita que se olhe o mundo social de vários pontos de vista e ao ajudar a compreender o modo como os outros vivem, percebemos melhor os seus problemas.

Esta investigação tem por objetivo compreender de que forma as políticas de reinserção social podem fornecer aos reclusos as ferramentas essenciais para que estes estejam mais preparados a enfrentar as dificuldades que surgem no processo de integração / inclusão na sociedade. Pretende ainda, verificar até que ponto estas políticas capacitam os reclusos para a sua própria inclusão através da co responsabilidade no processo de reinserção e reforço de capacidades que permitam a sua autonomia.

Durante esta investigação pretende-se entender se as políticas de reinserção social que são levadas a cabo durante o cumprimento da pena de prisão se estendem no acompanhamento aos reclusos depois de estes saírem em liberdade. O processo de reinserção social é um processo moroso e difícil em que tem de existir um acompanhamento constante, para que o recluso entenda que a sua reinserção na sociedade é um processo constante, que se inicia com a sua reclusão, que deve ser feito com a sua participação e que se deverá manter após a sua saída de modo a evitar a sua reincidência. Mas será que este existe?

È também intenção perceber as percepções que os reclusos têm das políticas de reinserção social, podendo a partir daí compreender quais são consideradas as que mais os capacitam para uma melhor integração na sociedade.

2. Metodologia qualitativa

A metodologia a adotar nesta investigação será uma metodologia qualitativa pois é uma metodologia que permite trabalhar com significados, motivações, valores e crenças (Boni & Quaresma, 2005:70).

O método qualitativo de acordo com Moreira (2007) “talvez seja, portanto, a descoberta (captação e reconstrução) de significados, aquilo que melhor define a abordagem qualitativa”. Para Moreira a investigação qualitativa vai ao interior do processo de construção social. Para o autor este método permite uma descrição e compreensão em maior detalhe dos meios através dos quais os indivíduos intentam ações com significado e criam um mundo seu e dos outros. Permite também conhecer como se constrói a estrutura básica da experiência, o seu significado, manutenção e participação através da linguagem e de outras construções simbólicas. O método qualitativo favorece o conhecimento em profundidade dos contextos em que decorre a experiência, sendo que, no caso desta investigação o contexto onde esta experiência acontece é o meio prisional (Moreira; 2007:49).

Considera-se o método qualitativo como o mais adequado a esta investigação por ser um método que permite uma maior envolvimento com as experiências do objeto de estudo e que vai ao encontro dos objetivos a que nos propusemos, ou seja, que pretende auscultar as percepções e representações que os reclusos têm da sua realidade específica, das suas expectativas.

A investigação qualitativa segundo Ribeiro (2007) tem como objetivo obter dados que vão surgindo de forma natural ao se estudar as pessoas nos seus ambientes naturais e assume também um caráter de proximidade com os sujeitos, o que permite aprofundar a maneira como estes sentem, pensam, experimentam, interpretam os acontecimentos em estudo. Para o mesmo autor o grande objetivo da metodologia qualitativa é “compreender o significado do fenómeno em estudo, tomando a perspectiva única dos indivíduos estudados, e no contexto onde ocorrem os fenómenos, permitindo considerar a complexidade dos fenómenos em estudo” (Ribeiro, 2007:66). Esta metodologia é assim a mais adequada no nosso entender, pois os entrevistados, os reclusos, ao viverem a realidade prisional vinte e quatro horas por dia, são os sujeitos ideais para relatarem as suas experiências, percepções sobre as políticas de reinserção social no seu “ambiente natural”.

Para Isabel Guerra na pesquisa (qualitativa ou quantitativa) definir o objeto é algo de difícil e que se prolonga no tempo. A autora refere Lionel-Henri Groulx (1997) que aponta como objetos mais adequados à pesquisa compreensiva as pesquisas descritivas e explorativas, estudo do quotidiano e do vulgar, estudo do transitório e mutável, estudo do sentido da ação

e a avaliação de políticas. O objeto vai-se construindo de forma progressiva no terreno a partir da interação com a recolha dos dados e a análise. Neste tipo de pesquisa é importante que se evite o senso comum e se afaste as ideias pré concebidas pois um primeiro obstáculo epistemológico que surge é familiaridade com o objeto de análise (Guerra, 2006:37).

Depois de definido o objeto é necessário aprofundar a realidade empírica através da recolha sistemática da informação no qual se englobam as entrevistas a informadores privilegiados. Na pesquisa qualitativa procura-se a diversidade e não a homogeneidade, como tal, privilegia-se a diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo. A utilização das entrevistas deve ter em conta a heterogeneidade dos sujeitos para deste modo se contraporem o maior número de informações face ao objeto estudado. Nesta investigação em termos de “amostragem” optou-se por uma amostragem não probabilística intencional (os sujeitos são selecionados de acordo com critérios definidos pelo investigador). Interessava a diversidade dentro do grupo, que permitisse obter as posições do ator face ao objeto. No caso desta investigação o que se pretendeu estudar é a população prisional do sexo masculino, reincidente, sendo que internamente neste grupo interessou entrevistar os reclusos que frequentavam ou frequentaram algum tipo de nível de ensino, formação profissional ou ocupação prisional, de modo que se consiga obter as suas perceções sobre as políticas de reinserção social, tendo em conta estas variáveis. Neste estudo realizaram-se 21 entrevistas que se achou serem as necessárias para se obter as informações suficientes para a análise do estudo que, segundo Isabel Guerra não deverão ultrapassar as 30. A seleção dos sujeitos a serem entrevistados deve permitir obter as suas perceções da realidade através da sua experiência vivida, de modo a fornecer uma representatividade social (Guerra, 2006:46). Os reclusos entrevistados eram todos reincidentes e frequentavam algum grau de ensino, formação profissional ou tinham uma ocupação laboral, pois serão talvez, no nosso modo de ver, os que melhor conhecem o sistema prisional, as suas políticas de reinserção social, bem como explicar as causas da reincidência.

3.A Técnica: Entrevista semiestruturada

Nesta investigação a técnica de recolha de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada cujo guião (anexo 1), combina perguntas abertas e fechadas, onde o investigador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Para Denzin (in: Moreira, 2007), a entrevista semiestruturada caracteriza-se por um conjunto de questões ordenadas, de resposta livre ou aberta e que são aplicadas a todos da mesma maneira. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões já previamente definidas, mas que serão colocadas num

contexto de conversa informal, onde se podem fazer questões adicionais e levar à discussão ao assunto pretendido.

A entrevista deve decorrer de forma aberta e flexível e o entrevistador deve evitar fazer muitas perguntas para que o entrevistado não pense que a entrevista é um interrogatório em que apenas se lhe pede que responda a uma série de perguntas. Neste caso em particular estes cuidados são ainda mais importantes tendo em conta o objeto em análise e o grau de confidencialidade que envolve. Importa, como tal, que o entrevistado se sinta à vontade para assim ir ao fundo do seu pensamento e da sua experiência (Quivy & Compenhoudt, 2005:71).

A entrevista semiestruturada permite dar tempo ao entrevistado para pensar, refletir sobre as suas recordações e sentir que tem liberdade durante a realização da entrevista. Esta permite por um lado, um contato direto entre o entrevistador e os entrevistados em que estes exprimem as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências. Por outro lado, ao ser semiestruturada, possibilita que através de algumas perguntas abertas se obtenha por parte do interlocutor o máximo de autenticidade e de profundidade. A entrevista semiestruturada terá algumas perguntas que ajudarão a guiar o entrevistador durante a entrevista. Esta técnica deixará o entrevistado mais à vontade para falar abertamente e usar a sua linguagem devendo este ser orientado no sentido que se pretende. É também uma técnica que permite alguma flexibilidade e profundidade dos elementos de análise e que se tenciona que esta leve a respostas espontâneas (Quivy & Compenhoudt, 2005:191).

Tendo em conta os objetivos a que esta investigação se propôs, a entrevista privilegia a obtenção da informação, já que esta permite que entrevistador e entrevistado estejam presentes no momento em que as perguntas são colocadas e assim existe uma maior flexibilidade para aprofundar os temas mais relevantes. A entrevista facilita a cooperação, pois os entrevistados apenas têm de falar e não se sentem intimidados com a possibilidade de terem de ler, como acontece com os questionários, bem como existe sempre a possibilidade de se repetir uma questão ou explicá-la de outra forma para que não se perca a informação que se pretende obter. Espera-se que com a entrevista semi-estruturada os reclusos se sintam mais há vontade para falarem das suas perceções, emoções e assim explorar as áreas de maior interesse, que podem não se ter conseguido com as perguntas base do guião de entrevista.

Julga-se que a entrevista semiestruturada será a opção mais indicada tendo em conta o nível escolar dos entrevistados. Segundo a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais os índices de escolaridade da população reclusa são muito baixos, sendo que, a 31 de dezembro de 2012 existiam 4982 reclusos que ou não sabiam ler ou escrever ou tinham no máximo o ensino básico. De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005) a entrevista semiestruturada

possibilita ao entrevistado, que este aborde a sua própria realidade usando a sua linguagem, as suas características e os seus quadros de referência.

Ao se entrevistar os reclusos espera-se que estes revelem informações sobre um tema que é complexo e sobre o qual não é fácil obter informação. A escolha pela técnica da entrevista baseia-se na possibilidade que esta nos dá de criar uma atmosfera que liberte o entrevistador para que este exprima os seus sentimentos e opiniões.

Devah Pager considera que as entrevistas realizadas em contextos mais informais e com níveis menos estruturados revelaram-se uma boa opção na obtenção das opiniões dos entrevistados quando abordados sobre tópicos sensíveis. Nesta investigação, tendo em conta que o tema a abordar são as políticas de reinserção social de reclusos, que é sempre considerado um tema fechado, pouco acessível ou inconveniente falar, julga-se que a entrevista será importante para colocar os reclusos confortáveis e à vontade para expressarem as suas opiniões, crenças contrárias às normas e algumas questões mais delicadas (Pager, 2006:71).

4. Caracterização dos participantes

Esta investigação permitiu recolher dados junto de uma amostra de 21 reclusos do sexo masculino. A seleção dos reclusos a entrevistar teve apenas como condicionante o fato de estes terem de ser reincidentes, frequentarem algum grau de ensino, curso de formação profissional ou terem uma ocupação laboral, sendo os restantes fatores aleatórios e alheios ao investigador.

Para que pudéssemos realizar as entrevistas previstas, dirigimos um pedido ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da Reinserção e Serviços Prisionais (anexo 2), em que solicitávamos autorização para a realização das entrevistas nos Estabelecimentos Prisionais selecionados, tendo nós obtido um parecer positivo (anexo 3). Os reclusos que participaram neste estudo encontravam-se a cumprir pena de prisão efetiva no Estabelecimento Prisional de Alcoentre (n=7) e no Estabelecimento Prisional Regional da Covilhã (n=14). Tínhamos intenção de realizar sete entrevistas no Estabelecimento Prisional de Coimbra, no entanto, por não se ter obtido parecer favorável à gravação das entrevistas, o que inviabilizava o estudo, optou-se por uma questão metodológica, solicitar em adenda ao pedido já efetuado ao Senhor Diretor Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, autorização para a realização de 7 entrevistas adicionais no Estabelecimento Regional da Covilhã (anexo 4), que foi concedida (anexo 5).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Depois de concedida a autorização para a realização das entrevistas por parte do Diretor da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, entrou-se em contato com os Diretores dos Estabelecimentos Prisionais, de modo a agendar as datas para a realização das mesmas.

Depois de realizadas as entrevistas, através de análise documental obtiveram-se os dados sociodemográficos (anexo 6), que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 13 - Características sociodemográficas dos participantes

Variável	Categorias	N=
Idade	[20-30]	2
	[31-40]	7
	[41-50]	5
	[51-60]	6
	[61-70]	1
Profissão	Construção Civil	9
	Futebolista Profissional	1
	Funcionário Público	1
	Pedreiro	2
	Carpinteiro de Cena	1
	Aplicador de Estuque	1
	Motorista de Veículos Pesados de Mercadorias	1
	Trabalhador Agrícola	1
	Padeiro	1
	Empregado de Balcão	1
	Mecânico	1
	Vendedor Ambulante	1

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Escolaridade	Sabe ler e escrever	2
	1º Ciclo	4
	2º Ciclo	7
	3º Ciclo	8
Estado Civil	Casado	1
	Solteiro	7
	União de Facto	4
	Divorciado	9
Agregado Familiar	1 a 3 elementos	13
	Mais de 3 elementos	8
Situação Jurídico-penal	De 1 a 5 anos prisão	10
	De 5 a 10 anos de prisão	7
	Mais de 10 anos de prisão	4
	Reincidência:	
	De 1 a 3 vezes	12
	Mais de 3 vezes	9

Se observarmos o quadro podemos constatar que a maioria dos participantes (n=11) se situa entre a faixa etária dos 41-60 anos, que podemos relacionar com a reincidência e com os anos de prisão efetiva, sendo que, mais de metade dos sujeitos (n=12) já reincidiu entre 1 a 3 vezes (n=11) e têm uma pena de prisão efetiva com uma duração que vai de 5 a mais de 10 anos. Outro facto que também podemos verificar é o baixo nível de habilitações dos participantes em que a maioria (n=13) tem apenas o 2º ciclo de escolaridade e (n=8) o 3º ciclo. Relativamente às profissões que os sujeitos exerciam antes de terem de cumprir uma medida privativa da liberdade podemos comprovar que estas são pouco qualificadas e que exigem níveis habilitacionais baixos. No que diz respeito ao estado civil assiste-se a um

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

grande número de divorciados (n=9) mas também de solteiros (n=7). Ao conferirmos o número do agregado familiar identificamos que a maioria (n=13) é composta por 1 a 3 elementos.

Durante a realização das pesquisas e reflexões teóricas surgiram cinco problemáticas: Percurso Educativo, Formação Profissional, Emprego, Reinserção Social e Família e comunidade. Estas problemáticas foram o ponto de partida para a elaboração do guião de entrevista. As entrevistas depois de transcritas (anexo 7) foram alvo de uma análise temática o que permitiu identificar algumas dimensões e indicadores.

CAP V

Resultados

Nesta investigação adotou-se uma metodologia qualitativa em que se levou a cabo uma entrevista semi estruturada a uma amostra de 21 reclusos. Os reclusos foram selecionados de acordo com um conjunto de critérios que respondessem às principais problemáticas, como o fato de serem reincidentes, terem frequentado ou estarem a frequentar algum grau de ensino ou curso de formação profissional e terem uma ocupação laboral. A apresentação dos resultados engloba cinco problemáticas: percurso educativo, contexto em formação profissional, contexto familiar e comunitário, reinserção social e emprego. Através destas problemáticas foi possível identificar algumas dimensões e indicadores que nos ajudaram a melhor compreender as Políticas de Reinserção dos reclusos. Neste capítulo, apresentaremos os dados recolhidos em que tentaremos confirmar ou infirmar algumas das questões que surgiram no enquadramento teórico. Para cada categoria selecionamos alguns exemplos de respostas dos entrevistados que melhor transmitem as suas perceções e experiências.

Ponto 1 - Percurso Educativo

Neste ponto pretendemos abordar o percurso educativo, que para a maioria dos autores a reclusão surge associada a percursos escolares precários, marcados por um abandono precoce do sistema de ensino, com profissões pouco qualificadas e hábitos de trabalho pouco vinculativo. De notar igualmente que os jovens que abandonaram a escola são já provenientes de grupos mais desfavorecidos e com histórias de exclusão social, à semelhança do que é referenciado por outros trabalhos de investigação (cfr: Diez, 2002; Semedo, 1999; Rostaing, 1996; Carreira & Quintela, 2008).

1.1 Nível habilitacional

Problemática 1: Percurso Educativo		
Dimensão		Indicadores
1. Percurso escolar	1.1. Nível habilitacional	a) Sabe ler e escrever (2) b) 1º Ciclo (4) c) 2º Ciclo (7) c) 3º Ciclo (8)

À semelhança de Semedo (1999), os dados obtidos desta investigação mostram-nos um nível de escolaridade muito baixo dos sujeitos entrevistados e com profissões pouco qualificadas. No que diz respeito ao nível habilitacional dos entrevistados, apurou-se através das suas respostas e da análise documental, que do total dos entrevistados, dois (2) sabem ler e escrever, quatro (4) têm o 1º ciclo, sete (7) o 2º ciclo e oito (8) possuem o 3º ciclo, o que vai ao encontro do defendido por Corinne Rostaing (1996:354/5) que refere duas lógicas de funcionamento da prisão. Por um lado, a de segurança que “guarda” temporariamente os delinquentes e menos qualificados e que tem como objetivo a sua transformação. Por outro lado, a prisão funciona mais como uma forma de controlo social das populações mais desfavorecidas (profissões pouco qualificadas, situações precárias, emprego, marginalidade) do que um lugar de punição. No que diz respeito às qualificações profissionais este estudo revelou, que são profissões essencialmente desqualificadas, ligadas à construção civil (servente de construção civil, pedreiro, carpinteiro etc.). Estes fatos foram também já assinalados por Semedo (1999), que refere que os que se encontram em reclusão são na sua maioria jovens com um nível escolar muito baixo e com hábitos de trabalho pouco vinculativos. Também Esther Diez (2002:107) menciona que os reclusos são um grupo cujas habilitações escolares são muito baixas, o que pesa negativamente no seu processo de reinserção. Perante os dados que obtivemos podemos afirmar que muito pouco tem sido feito para aumentar os níveis habilitacionais dos reclusos. Não verificamos um esforço por parte dos responsáveis no sentido de melhorar e aumentar os níveis habilitacionais dos reclusos. Os nossos dados confirmam uma realidade já apresentada no Relatório de Atividades da DGSP em que dos 434 inscritos no programa de RVCC, apenas 108 obtiveram uma certificação das suas competências. Podemos ainda verificar neste mesmo relatório que dos 2170 reclusos que iniciaram a frequência escolar apenas 1148 frequentaram efetivamente o ensino e somente 891 tiveram aproveitamento. As ofertas de ensino existem, mas o que se pode fazer no nosso entender, é por um lado, em conjunto com o recluso, perceber o que os motiva para a aprendizagem e ao mesmo tempo apelar para a importância que o conhecimento/educação podem representar na sua reinserção social. Por outro lado, é preciso que se adequem os métodos de ensino e também os conteúdos a lecionar a uma população que não tem hábitos de estudo, que abandonou precocemente o ensino e como tal não vê qualquer utilidade em voltar a estudar.

1.2 Razões do Abandono escolar

Problemática 1: Percurso Educativo		
Dimensão		Indicadores
1. Percurso escolar	1.2. Razões do Abandono escolar	a) Razões económicas e familiares (SA, SS, SC, SN, SU) b) Razões pessoais (SE, SG, SL)

No que diz respeito ao abandono escolar, o nosso estudo demonstrou um abandono muito precoce do sistema de ensino, sendo que os entrevistados referem acima de tudo que este teve origem em razões pessoais (9) e económico/familiares (12).

Quadro 1- Razões do abandono escolar - Razões pessoais

Problemática	Dimensão	Indicadores	SE	SG	SL
Percurso Educativo	Razões do abandono escolar	Razões pessoais	«Sei lá, porque é que deixei de estudar, foi um conjunto de fatores, comecei a fumar marijuana, comecei a beber e comecei a ter problemas em casa, essas coisas.»	«Na altura pronto, não quis estudar mais, o meu pai queria que eu estudasse mas aí depois eu não quis mais. Eu depois fui trabalhar para as obras, para pedreiro.»	«Não, não, reprovei 3 vezes por faltas mas foi por faltas, reprovei 3 anos mas foi por faltas. Não ia à escola.»

Relativamente às razões pessoais (quadro 1), estas estão associadas à falta de motivação para o estudo (SE, SG, SL) e ao mesmo tempo com o surgir da curiosidade em experimentar algumas drogas e álcool, tal como sugere o sujeito E, ao referir que começou a fumar marijuana e a beber e os problemas no seio familiar começaram depois a surgir. Esta falta de motivação que os sujeitos referem pode estar relacionada com os baixos níveis de escolaridade que o nosso estudo também revelou e que consideramos como uma das

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

principais limitações das políticas de reinserção social dos reclusos. O desinteresse pelo estudo foi outra das causas apontadas para o abandono precoce. Podemos verificar pelo quadro 1, que num dos casos (SG), o sujeito refere que o pai até queria que ele continuasse a estudar só que ele desinteressou-se e abandonou. Os dados obtidos identificaram ainda o absentismo como causa para o abandono escolar precoce. O sujeito L exemplifica bem este fato «Não, não, reprovei 3 vezes por faltas mas foi por faltas, reprovei 3 anos mas foi por faltas. Não ia à escola.». Os dados por nós obtidos com esta investigação vão ao encontro do defendido por Capucha et al. (2005:44), que refere que cerca de 40% dos jovens se auto-excluem do sistema de educação e formação precocemente, abordando assim o mercado de trabalho sem qualquer qualificação profissional e com um nível escolar muito baixo e com pouca sustentabilidade futura.

Quadro 2 - Razões do abandono escolar - Razões económico/familiares

Problemática	Dimensão	Indicadores	SA	SS	SC	SN	SU
Percurso Educativo	Razões do abandono escolar	Razões económicas	«...a necessidade de trabalhar. Tinha necessidade de trabalhar. A família é de, somos 10 irmãos. Precisava de trabalhar para sustentar, não é? Para sustentar a família.»	«Por questões financeiras. Não, não era que eu precisasse de trabalhar. A minha mãe é que não tinha possibilidades para eu continuar a estudar.»	«Também foi mais porque a minha mãe estava sozinha, éramos dois irmãos, mais para ajudar, mais para ajudar a minha mãe.»	«O meu pai estava preso, não tinha como, a minha mãe não tinha como subter tudo o que tínhamos, então comecei a trabalhar cedo, até agora.»	«Porque eu estava a trabalhar numa fábrica a ajudar o meu pai. O meu pai tinha uma doença ruim, teve que deixar de trabalhar e os patrões pediram-me para eu ficar no lugar dele.»

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

							Por esse motivo é que eu deixei de ir à escola. »
--	--	--	--	--	--	--	--

No que diz respeito às razões económico/familiares (quadro 2), os dados apurados vão ao encontro do defendido por (Semedo, 1999:109-113), que menciona que uma grande parte dos que habitam a prisão vem de famílias destruídas, muitas vezes com casos de ausência ou falta de afetividade. Para o autor este desajuste social reflete-se primariamente na escola com fraco aproveitamento e abandono precoce do sistema de ensino. Os dados obtidos permitem-nos ainda dizer que algumas das justificações dadas para o abandono escolar, prendem-se por um lado, com a necessidade de trabalhar para apoiar financeiramente a família. Alguns dos sujeitos entrevistados referem isso mesmo (quadro 2), mencionando que abandonaram a escola porque precisavam de ajudar a mãe e tinham de contribuir com alguma ajuda financeira (Sujeito C, Sujeito N). Por outro lado, alguns sujeitos referem a necessidade de ajudar os pais no trabalho «Porque eu estava a trabalhar numa fábrica a ajudar o meu pai. O meu pai tinha uma doença ruim, teve que deixar de trabalhar e os patrões pediram-me para eu ficar no lugar dele. Por esse motivo é que eu deixei de ir à escola.» (Sujeito U). Nenhum dos entrevistados, apesar de abandonarem os estudos precocemente para ajudarem os pais, não os culpabilizam pelo abandono escolar precoce. Alguns sujeitos (SA, SS) referem ainda, que abandonaram os estudos acima de tudo pela necessidade de terem de trabalhar para ganharem dinheiro e assim poderem contribuir financeiramente e ajudar os pais «...a necessidade de trabalhar. Tinha necessidade de trabalhar. A família é de, somos 10 irmãos. Precisava de trabalhar para sustentar, não é? Para sustentar a família.» (Sujeito A), e o fato de os pais não terem capacidade económica para os manter a estudar pesou na decisão de abandonar a escola «Por questões financeiras. Não, não era que eu precisasse de trabalhar. A minha mãe é que não tinha possibilidades para eu continuar a estudar.» (Sujeito S). Estes dados estão na mesma linha do defendido por Cameira e Quintela (2008:10-12), que mencionam que os jovens com abandono escolar são já provenientes de grupos mais desfavorecidos e com histórias de exclusão social. O que podemos depreender pelos dados obtidos é que, apesar do ensino em Portugal ser uma obrigatoriedade até ao 12º ano, o Estado através das suas políticas, não tem conseguido apoiar as populações mais desfavorecidas. Muitos dos que se encontram em reclusão poderiam ter tido outras oportunidades e seguido outro caminho, que não o do crime se tivessem recebido apoio em momento oportuno. O indicador que consideramos mais preponderante neste ponto para explicar o abandono

escolar são essencialmente os motivos económico/familiares, muitas vezes interligados, pois muitos reclusos abandonaram os estudos para trabalhar e assim poderem contribuir com algum dinheiro para a sua família. O que podemos verificar pelos nossos dados é o de que a reclusão não atenua os efeitos negativos da fraca escolarização e do abandono escolar.

2 - Delinquência e crime

Muitos são os autores que relacionam a delinquência e a prática de crimes com o tráfico de substâncias ilícitas. As companhias e a curiosidade em experimentar as drogas estão também associadas com o início da delinquência (Torres & Gomes, 2005; Semedo, 1999; Bean, 2004).

2.1. Motivos facilitadores do crime

Problemática 1: Percurso Educativo		
Dimensão		Indicadores
2. Delinquência e crime	2.1. Motivos facilitadores do crime	a) Razões pessoais e sociais (SD, SF) b) Razões Económicas (SD, SR, ST)

Relativamente aos facilitadores das práticas criminais, os dados recolhidos nesta investigação revelam que os motivos apontados pelos entrevistados como facilitadores do crime são acima de tudo razões pessoais e sociais (n16) e razões económicas (n=5).

Quadro 3 - Motivos Facilitadores do crime - Razões pessoais e sociais

Problemática	Dimensão	Indicadores	SD	SF
Percurso Educativo	Motivos Facilitadores do crime	Razões pessoais e sociais	«Pois quer dizer, isso não tem princípio, não é? Eu acho que foi mais a curiosidade, comecei logo a roubar uns cigarrinhos ao meu pai, uns	«...pronto comecei a acompanhar com companhias que não devia acompanhar e entretanto comecei a experimentar...a heroína, a

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

			definitivos e não sei que mais, depois entrei por aquele caminho na altura do charro, da erva e do haxixe.» (Sujeito D)	cocaína, comecei a experimentar, porque isto é assim, no início é a gente que manda na droga e depois é ela que manda na gente...» (Sujeito F)
--	--	--	--	---

Pelos dados que obtivemos, podemos confirmar, tal como já mencionado pelos autores (Agra e Matos, 1997; Semedo, 1999 e Torres e Gomes, 2005), que as razões apontadas pelos sujeitos (quadro 3) estão associadas à curiosidade em experimentar as drogas e também às redes de amizades ou grupos de pares. No que diz respeito aos aspetos que podem induzir a práticas criminais, num estudo efetuado por Torres & Gomes (2005) revelaram que 72,9% dos reclusos portugueses foram detidos por situações relacionadas direta ou indiretamente com o tráfico ou consumo de substâncias ilícitas. Na opinião de Semedo (1999), com ambientes familiares pouco apelativos, a rua é um chamariz onde fazem a sua aprendizagem marginal, que leva ou à vagabundagem ou à delinquência e à sua participação em bandos. Nos dados apresentados pelo autor, os reclusos não culpam a família pelo seu destino, mas sim as drogas, os azares de estar no sítio e na hora erradas e as companhias (Semedo, 1999:109-113). À semelhança do defendido pelo autor, os dados que obtivemos nesta investigação também apontam nesse sentido. O sujeito D refere que «entrei por aquele caminho na altura do charro, da erva e do haxixe.» No caso do sujeito F este menciona que foram acima de tudo as companhias que o levaram para o mundo da droga e do crime e refere «...pronto comecei a acompanhar com companhias que não devia acompanhar e entretanto comecei a experimentar...a heroína, a cocaína ...» Da relação que se estabelece entre consumo de substâncias e crime, num estudo levado a cabo por Bean (2004) refere-se que o consumo de substâncias psicoativas estaria na origem do crime. Também Agra e Matos (1997) e Johnson (2004) em algumas análises efetuadas indicam para uma relação entre a necessidade de consumir e a prática de crimes.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 4 - Motivos Facilitadores do crime - Razões económicas

Problemática	Dimensão	Indicadores	SD	SR	ST
Percurso Educativo	Motivos Facilitadores do crime	Razões económicas	«...a condição social também teve bastante influência.» «Sim, sim, foi é um conjunto, é o estado de pobreza, é a curiosidade de um jovem» (Sujeito D)	«E por necessidade, por deslocação para o trabalho e às vezes por precisar de ir por o meu filho ao médico ou com a minha esposa ou assim, punha-me.» (Sujeito R)	«Sim, sim é crime que vinha por necessidade que eu queria ter outras coisas, queria ter coisas boas, queria sair com os amigos, queria-me divertir.» (Sujeito T)

Indo ao encontro do defendido por João Apolinário Silva (2010), que refere que é na classe pobre que a criminalidade se desenvolve, alguns dos inquiridos (quadro 4) mencionam a sua condição social para explicar o que o levou à criminalidade «...a condição social também teve bastante influência.» «Sim, sim, foi é um conjunto, é o estado de pobreza, é a curiosidade de um jovem» (Sujeito D). Contudo, o autor menciona que não se pode atribuir à pobreza a condição única e suficiente para a prática de delitos, mas sim de que a pobreza é uma condição social para a ação de delinquir (Silva, 2010:58). Indo ao encontro do defendido pelo autor, os dados que obtivemos indicam que alguns dos sujeitos inquiridos apontam como causas para as práticas criminais a necessidade de ganhar dinheiro para fazer face a uma situação de carência, de necessidade. «E por necessidade, por deslocação para o trabalho e às vezes por precisar de ir por o meu filho ao médico ou com a minha esposa ou assim, punha-me.» (Sujeito R); «Sim, sim é crime que vinha por necessidade» (Sujeito T). Os dados obtidos permitiram-nos ainda perceber que a maioria dos inquiridos (n11) iniciaram-se na prática de crimes já em idade adulta «Pronto, tive lá 28 anos a trabalhar na Câmara, na altura, quando vim preso, depois tive preso a primeira vez...» (Sujeito G). No entanto, alguns dos inquiridos (n7), referem que a sua primeira ilicitude ocorreu na adolescência «A idade foi logo com 13,

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

14 anos que comecei logo a fumar as primeiras gansas e depois na altura praticamente que era moda, não é? » (Sujeito D), (n1) na infância e (n2) não se recordam.

2.3. Reincidência

Problemática 1: Percurso Educativo		
Dimensão		Indicadores
2. Delinquência e crime	2.3. Reincidência	a) Razões económicas (SH, SN, SP, SQ) b) Razões familiares (SB, SF) c) Razões pessoais (SA, SE)

Relativamente à explicação para as taxas de reincidência Machado e Gonçalves (1999:234) referem que as taxas de insucesso são três vezes superiores em reclusos cujas penas estão ligadas à droga. De acordo com as respostas obtidas nesta investigação, os sujeitos atribuíram a sua reincidência a razões pessoais (n=12), económicas (=5) e familiares (=4).

Quadro 5 - Reincidência - Razões pessoais

Problemática	Dimensão	Indicadores	SA	SE
Percurso Educativo	Reincidência	Razões pessoais	«É o mesmo motivo, o consumo de heroína.» (Sujeito A)	«A reincidir? Talvez seja eu que tenha dificuldade em adaptar-me à sociedade, algum problema a nível psíquico, alguma anomalia psíquica, que seja já, prontos nem todas as pessoas

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

				<p>nascem 100% perfeitas, ou se tiver alguma anomalia psíquica de nascença ou alguma dificuldade em socializar.» (Sujeito E)</p>
--	--	--	--	--

Para Silva (2010) nos consumidores de substâncias prevalecem traços psicopáticos ou características anti sociais e as condicionantes psicológicas são as que individualizam o sujeito. O autor refere o transtorno de personalidade anti-social (TPAS) como uma conduta desviante que leva o sujeito à atividade criminosa. Estes indivíduos não têm sensibilidade moral quanto à obediência às regras sociais, vindo a cometer vários tipos de crimes. Estes aspetos possuem explicações que perpassam ao entendimento do sujeito motivado por questões próprias dos seus transtornos psíquicos até àqueles que possuem transtornos devido ao uso de substâncias psicoativas (Silva, 2010:76). À semelhança do autor, também os nossos dados (quadro 5) identificaram os consumos «É o mesmo motivo, o consumo de heroína.» (Sujeito A), e os problemas psíquicos «A reincidir? Talvez seja eu que tenha dificuldade em adaptar-me à sociedade, algum problema a nível psíquico, alguma anomalia psíquica... » (Sujeito E), como os aspetos mais relevantes para a repetição de um ato criminoso. A reincidência existe porque na sua libertação os ex-condenados ficam sob vigilância da polícia, porque têm de mencionar onde ficam a residir, porque têm um passaporte que os marca onde quer que estes vão, porque não encontram trabalho ou porque optam pela vadiagem (Foucault, 1995:221-223).

Quadro 6 - Reincidência - Razões familiares

Problemática	Dimensão	Indicadores	SB	SF
Percurso Educativo	Reincidência	Razões familiares	«Foi o consumo, desta vez agora não é, nesta não foi o consumo, foi, pronto,	«...tive a infelicidade, pronto, morreu o meu pai e eu não andava bem e só me sentia aliviado

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

			foi o meu filho ter morrido e eu não ir-me apresentar dois meses.» (Sujeito B)	era, pronto como se costuma dizer, de cabeça cheia, pronto é quando eu me sentia aliviado e não pensava, pronto, tanto é que comecei a cometer pequenos roubos...» (Sujeito F)
--	--	--	--	--

Um dos aspetos que achamos estar relacionado com os problemas psíquicos são as razões familiares apontadas pelos sujeitos, que referem o falecimento de um familiar como o motivo que despoletou a ação para o cometimento de novo crime «nesta não foi o consumo, foi, pronto, foi o meu filho ter morrido e eu não ir-me apresentar dois meses.» (Sujeito B); «...tive a infelicidade, pronto, morreu o meu pai e eu não andava bem ...» (Sujeito F).

Quadro 7 - Reincidência - Razões económicas

Problemática	Dimensão	Indicadores	SH	SN	SP	SQ
Percurso Educativo	Reincidência	Razões económicas	«Isso, pronto, mau companhia e falta de dinheiro.» (Sujeito H)	«Foi na altura que, eu estava a trabalhar para um firma, a firma ficou sem trabalho, depois apareceu-me esse rapaz,	«Epa, isto está mau, não há trabalho«, «...depois não há trabalho, falta dinheiro no coiso, põe a dar cabo da cabeça...»	«...já não dava e levou-me à prática de um crime, porque já não conseguia sustentar, já não dava para sustentar nem a

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

				dinheiro fácil, dinheiro fácil entrei nos furtos.» (Sujeito N)	(Sujeito P)	casa, nem os meus filhos, nem o meu filho, porque a minha filha sempre esteve com os meus pais, nem o meu filho, nem a ela, nem à droga, nem ao consumo. Levou-me ao crime.» (Sujeito Q)
--	--	--	--	---	----------------	--

Relativamente às razões económicas (quadro 7), estas vão ao encontro do referido por Agra (1997) e Silva (2010), sendo que os inquiridos referem a falta de dinheiro «Isso, pronto, má companhia e falta de dinheiro.» (Sujeito H), associada à perda ou falta de um trabalho «Epah, isto está mau, não há trabalho», «...depois não há trabalho, falta dinheiro no coiso, põe a dar cabo da cabeça...» (Sujeito P) como os motivos que os levaram à reincidência criminal. O que nos apercebemos relativamente a esta problemática é de que os consumos e os problemas psíquicos são as duas grandes razões apontadas pelos entrevistados para a reincidência. Foi no entanto interessante perceber que muitos dos problemas psíquicos se agravaram com o falecimento do pai ou da mãe dos entrevistados, que no nosso entender foi um aspeto

preponderante para que os entrevistados voltassem a consumir e a reincidir na prática criminal. No ponto que se segue iremos abordar a formação profissional que é ministrada no sistema profissional.

Ponto 2 - Formação Profissional

Este ponto aborda a problemática da formação profissional em contexto prisional, o que nos permitiu compreender as perceções dos sujeitos relativamente à formação profissional que estes frequentam. Por um lado, esta investigação ajudou-nos a compreender o nível de participação em ações de formação profissional por parte dos sujeitos antes da prisão e depois em cumprimento de pena, o que permitiu entender a importância que a formação tem para os reclusos. Por outro lado, os dados obtidos permitiram obter as perceções dos sujeitos relativamente à avaliação que estes fazem da formação, quer durante a formação, quer depois da formação. Outro objetivo conseguido com esta investigação foi o de obter a visão crítica por parte dos sujeitos relativamente a possíveis melhorias à formação dada nas prisões. Segundo vários autores (Gomes et al, 2003; Borba e Lima, 2011) a formação profissional é uma mais-valia para a reinserção social dos reclusos, pois esta irá dotá-los de competências e recursos que serão depois muito importantes no processo de inserção e participação na comunidade.

2.1. Participação em ações de formação

Problemática 2: Formação Profissional		
Dimensão		Indicadores
2. Percurso de formação	2.1. Participação em ações de formação	a) Antes da Prisão (SA, SC, SD) b) Em cumprimento de pena (SA, SB, SC, SF)

De acordo com o relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa de Boaventura Sousa Santos (2003) os reclusos que frequentam as aulas ou cursos de formação profissional durante o período de reclusão, diminuem a probabilidade de reincidirem quando em liberdade. O ensino e a formação profissional favorecem o aumento da autoestima, a motivação pessoal e uma maior probabilidade de arranjar um emprego. De acordo com Leonor Furtado e Conceição Condeço (2009), a educação, a formação profissional e o acesso ao

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

trabalho têm obtido resultados positivos na taxa de reincidência, como fatores de tratamento penitenciário. Dos dados que se obtiveram, relativamente à participação em ações de formação antes da prisão, 12 dos entrevistados responderam que já tinham participado em ações de formação profissional e 9 responderam que não tinham participado em nenhuma ação de formação profissional. No que diz respeito à participação em ações de formação em cumprimento de pena, 14 responderam que sim e 7 responderam que não.

Quadro 8 - Participação em ações de formação - Antes da prisão

Problemática	Dimensão	Indicadores	SA	SC	SD
Formação profissional	Participação em ações de formação	Antes da prisão	«Dois. Faianças e porcelana, não, não, só um. Faianças e porcelana.»	«Já, tinha tirado o curso de jardinagem, pelo coiso de Santarém e foi lá que eu fiz o 9º ano.»	«Civilmente não, tenho uma profissão, sou ladrilhador, ladrilho dentro da construção civil e no campo também sei trabalhar. Mas foi tudo sem cursos, sem...»

Antes da prisão os sujeitos mencionaram que frequentaram cursos de formação nas áreas da eletromecânica e refrigeração, cozinha, condução de máquinas agrícolas, jardinagem (SC), faianças e porcelana (SA) etc. Contudo, 9 dos sujeitos, apesar de exercerem uma profissão, não frequentaram nenhuma formação profissional (SD).

Quadro 9 - Participação em ações de formação - Em cumprimento de pena

Problemática	Dimensão	Indicadores	SA	SB	SC	SF
Formação profissional	Participação em ações de formação	Em cumprimento de pena	«Dentro da cadeia nunca fiz.»	«Sim, aqui já fiz dois cursos.» «Formação agrária geral e tratador de cavalos.»	«Aqui na cadeia, nada.»	«Aqui já, de pedreiro.»

À semelhança do já havia referido Ramos (1997), em cumprimento de pena, os cursos que têm uma maior representatividade são os de agricultura, carpintaria, eletricidade e pedreiro, refletindo as próprias características dos reclusos, em particular os baixos níveis de qualificação e a desqualificação profissional. Podemos verificar pelos dados obtidos que, na sua maioria, os reclusos já frequentaram cursos de formação profissional, quer antes da reclusão, quer depois em cumprimento de pena. No entanto, um número ainda importante de reclusos (n=7), não tinha ainda frequentado nenhum curso de formação profissional em reclusão. Consideramos que a formação profissional em reclusão deve abarcar toda a população reclusa pois, tal como defende Gomes et al. (2004:27), no caso específico dos reclusos, recomenda um programa de educação e formação profissional ainda durante a reclusão, que acreditam ser uma mais-valia para a reinserção social. Também Andreilcy Borba e Herlander Lima mencionam que o trabalho possibilita uma maior participação do indivíduo na sociedade (2011:230). As políticas de reinserção social, em especial de reclusos, devem reforçar as competências de quem se encontra privado da liberdade e que acabará por voltar à sociedade.

2.2 Avaliação da formação

Problemática 1: Formação Profissional		
Dimensão		Indicadores
2. Percurso de formação	2.2. Avaliação da formação	a) Visão / crítica sobre a oferta formativa (SF, SM, SO, SP, SK) b) Expectativas (SD, SL, SQ, ST) c) Motivações (SD, SF, SH, SK, SL, SR, SS)

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Relativamente à avaliação da formação tentou-se obter as perceções que os sujeitos tinham relativamente à oferta formativa, as suas expectativas e motivações face à formação. No que se refere à oferta formativa uma grande parte dos sujeitos, (n=8) menciona que a oferta de formação é escassa e que ficam limitados em termos de escolha «Era o único que cá tínhamos.» (Sujeito M), «É porque era o único que estava para o 6º ano, era o único que havia.» (Sujeito P). De um modo geral, referem que a formação é adequada e bem dada (SO). A nossa investigação tinha também como objetivo obter, através de uma visão crítica de quem frequentou uma formação, sugestões de melhoria. De um modo geral, os dados que obtivemos referem-se sobretudo à falta de materiais para a formação (SP), a escassez de formação prática (SK) e uma melhor remuneração dos cursos (SF).

Quadro 10 - Visão / crítica sobre a oferta formativa

Problemática	Dimensão	Indicadores	SF	SM	SO	SP	SK	SF
Formação profissional	Avaliação da formação	Visão / crítica sobre a oferta formativa	«Porque era esse que estava em vigor na altura.»	«Era o único que cá tínhamos.»	«É boa, adequada e é boa mas é pouca, está a perceber.»	«Falta a prática e a gente com a teoria sem prática a gente não chega lá.» «...o problema está é no material para a gente poder trabalhar, não temos material, não temos serras, não	«É assim, a mim só houve e uma coisa que eu acho que devia mais motivação o era pagar mais qual quer coisa à gente, nest e	«Diferente e por exemplo era, dava mais motivação o era pagar mais qual quer coisa à gente, nest e

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

						temos...»		caso dão 50 cênti mos à hora. »
--	--	--	--	--	--	-----------	--	--

Quanto às expetativas que os entrevistados tinham da formação estes referem na sua maioria, que esta correspondeu às suas expetativas e que permitiu criar competências e obter conhecimentos. O que os nossos dados demonstram vai ao encontro do defendido por Gomes et al (2003) ao referirem que é importante que se dotem os reclusos de meios e competências necessárias, de modo a que estes quando saírem em liberdade possam adaptar-se à sociedade e não incidam novamente no crime. Podemos observar isso mesmo pela resposta do sujeito D e do sujeito L (quadro 11), que referem o adquirir de competências e conhecimentos como uma das suas expetativas ao frequentarem os cursos de formação profissional. Os autores consideram ainda, que a formação profissional e a educação são fulcrais na reinserção do recluso.

Quadro 11 - Expetativas

Problemática	Dimensão	Indicadores	SD	SL	SQ	ST
Formação profissional	Avaliação da formação	Expetativas	«As expetativas era de adquirir competências...»	«Pois era isso que eu queria também, para ter alguns conhecimentos.»	«Corresponderam, porque aprendi mais alguma coisa que não sabia, carpintaria que não sabia, aprendi mais alguma coisinha que foi lidar com a madeira.»	«Sim. Correspondeu sim. Mais o de carpintaria...»

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

No que diz respeito às suas motivações para frequentarem cursos de formação profissional, estas vão ao encontro do já referido por alguns autores (Gomes, 2003; Duarte, 2003; Almeida, 2003). Os nossos dados apuraram, que os reclusos frequentam os cursos de formação como uma forma de ocuparem o tempo (n=5), para aumentarem o nível de escolaridade (n=4), poderem obter um certificado (n=4) e também com o intuito de ganharem algum dinheiro (n=3). Podemos também confirmar que, em termos de expectativas de emprego os sujeitos acreditam poder vir a trabalhar nas áreas da formação, que estas são uma mais-valia para o futuro e que terão mais oportunidades de emprego. Os dados obtidos vão também ao encontro do defendido por Alberto Melo (2002) referindo que a dupla certificação (escolar e profissional) veio dar uma ajuda importante a uma população que tinha poucas oportunidades. Tal como referem alguns reclusos, o seu intuito principal era o de conseguir obter uma certificação escolar, mais do que obter uma formação profissional «Para eu tirar o 12º ano, o único curso que havia era esse...» (Sujeito K), «Para tirar o 9º ano.» (Sujeito L). À semelhança do defendido por Moreira (1994), que refere não ser fácil motivar os reclusos para o trabalho e que na maioria das vezes estes apenas trabalham para ocuparem o tempo e beneficiarem de saídas precárias, também os nossos dados verificaram essa realidade, sendo que alguns sujeitos referem «O que me motivou aqui neste caso foi, passar o tempo, de passar o tempo melhor e adquirir algumas competências, sem dúvida e depois também o pouco dinheiro que se ganha também é necessário...» (Sujeito D), «Porque não tinha nada para fazer, só por isso e para ganhar alguma coisita para fazer umas (centenas?) para me dar, para tabaco...» (Sujeito F). Esta realidade é também referenciada por Clark (2001).

Quadro 12 - Motivações

Problemática	Dimensão	Indicadores	SD	SF	SH	SK	SL	SR	SS
Formação profissional	Avaliação da formação	Motivações	«O que me motivou aqui neste caso foi, passar o tempo, de passar o tempo melhor e adquirir algumas competências, sem dúvida e depois também o pouco dinheiro que se ganha também é	«Porque não tinha nada para fazer, só por isso e para ganhar alguma coisita para fazer umas (centenas?) para me dar, para tabaco...»	«Gostava mais, estava a fazer os bancos, depois um gajo passa também o tempo e um (?) a	«Para eu tirar o 12º ano, o único curso que havia era esse...»	«Para eu tirar o 9º ano...»	«Pessoal que tem terrenos e quintas e sempre trabalha nisto toda a vida, e eles até tem um certificado, sempre é outra	«Eu reconheci que era bom para mim, eu sabia que era bom para mim e ficava com o diplom

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

			necessário...»		pensar noutras coisas assim.»			coisa, sempre é melhor para isso, não é?»	a e isso era mais fácil arranjar trabalho lá fora.»
--	--	--	----------------	--	-------------------------------	--	--	---	---

2.3 Pós formação

Problemática 1: Formação Profissional		
Dimensão		Indicadores
2. Percurso de formação	2.3. Pós formação	a) Expectativas de emprego / Competências adquiridas (SB, SD, SH, SM)

Relativamente ao pós formação interessou obter as percepções dos sujeitos acerca das suas expectativas de emprego e competências adquiridas com a formação. Verificou-se que em termos de expectativas de emprego estes acreditam poder vir a trabalhar nas áreas da formação, que estas são uma mais-valia para o futuro e que terão mais oportunidades de emprego. No que diz respeito às competências adquiridas apenas referem que a formação lhes deu mais conhecimentos. Mais uma vez os dados que obtivemos vão ao encontro ao já referido por vários autores (Furtado e Condeço, 2009; Santos, 2003; Gomes, 2003; Duarte, 2003 e Almeida, 2003). Os dados obtidos vão também ao encontro do defendido pelo Provedor de Justiça (1999) no Relatório sobre o Sistema Prisional ao referir, que uma atividade laboral e a formação profissional diminuem handicaps e habilitam os reclusos a estarem mais preparados para manter a sua vida em liberdade. Alguns dos reclusos referem isto mesmo sobre as suas expectativas de emprego com a formação profissional que adquiriram em reclusão dizendo que «...por exemplo se for para a agricultura, estou mais bem preparado hoje do que o que estava antes, tenho outro género de conhecimentos e se for fazer Arraiolos estou muito melhor, porque não sabia mesmo fazer, não é?» (Sujeito D), e mencionam ainda que «Arranjar trabalho para uma carpintaria, um gajo aqui já vai, já sabe como é que é, assim não é preciso, já estava lá a fazer isto e aquilo, um gajo já sabe como é que é para

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

cortar e é medido.» (Sujeito H). Estas declarações proferidas dos sujeitos inquiridos vão também ao encontro do defendido por Rodrigues (1999), ao referir que a integração assenta na atividade profissional, que confere segurança material e financeira e uma identidade no trabalho. Espera-se assim, que um recluso ao frequentar uma formação profissional lhe permita aumentar as possibilidades de arranjar um trabalho, quando em liberdade, e assim integrar-se de novo em comunidade.

Quadro 13 - Expectativas de emprego / Competências adquiridas

Problemática	Dimensão	Indicadores	SB	SD	SH	SM
Formação profissional	Avaliação da formação	Expectativas de emprego / Competências adquiridas	«Sim, a formação geral, por exemplo acho que lá fora não, mas tratador de cavalos por exemplo é uma coisa que é fácil e existe muita procura, por exemplo.»	«...por exemplo se for para a agricultura, estou mais bem preparado hoje do que o que estava antes, tenho outro género de conhecimentos e se for fazer Arraiolos estou muito melhor, porque não sabia mesmo fazer, não é?»	«Arranjar trabalho para uma carpintaria, um gajo aqui já vai, já sabe como é que é, assim não é preciso, já estava lá a fazer isto e aquilo, um gajo já sabe como é que é para cortar e é medido.»	«Para futuro, é uma mais-valia...»

Podemos concluir deste capítulo, que a maioria dos sujeitos inquiridos já tinha frequentado um curso de formação profissional e que também o fizeram durante o cumprimento da sua pena. Os dados que obtivemos demonstraram que a formação profissional em meio prisional é uma mais-valia para os sujeitos inquiridos, sendo esta no entanto considerada escassa. O que podemos constatar com os dados obtidos, foi de que a formação profissional disponível reflete as características dos reclusos, que apresentam baixos níveis de qualificações e desqualificação profissional. Para os sujeitos inquiridos, a formação permitiu obter mais conhecimentos e competências. Estes consideram que a formação profissional será uma mais-

valia para a obtenção de um emprego. Relativamente às suas motivações, os nossos dados apuraram, que os reclusos frequentam os cursos de formação como uma forma de ocuparem o tempo, para aumentarem o nível de escolaridade, poderem obter um certificado e também com o intuito de ganharem algum dinheiro. No ponto 3, que apresentaremos de seguida, vamos abordar a questão da reinserção social dos reclusos e perceber qual a importância que a formação profissional representa para os reclusos quando saem em liberdade.

Ponto 3 - Reinserção Social

Como podemos observar no ponto anterior, a formação profissional em meio prisional é uma mais-valia para a reinserção social dos reclusos. Esta formação permite aos reclusos adquirir competências e ferramentas que serão importantes na obtenção de um emprego quando em liberdade. Este ponto que abordamos de seguida poderemos verificar se esta formação profissional tem impacto no processo de reinserção social dos reclusos. No ponto 3 abordamos a problemática da reinserção social dos reclusos. A reinserção social, que é levada a cabo no tratamento penitenciário não deve iniciar-se quando o recluso entra no sistema prisional e cessar após a sua libertação. Deve ser um processo contínuo, que deve ter apoio e seguimento no pós reclusão. Numa análise pós reclusão levada a cabo em 1996 e 1997, Anabela Gonçalves (2000) concluiu que a pós reclusão faz parte de um processo de ressocialização institucionalmente orientado, que deve garantir uma (re)integração social (e moral). Quando se aborda o tratamento penitenciário este terá sempre que ter um olhar sobre o pós reclusão. Para Eugénia Silva (2008) é necessário que se criem condições para que um recluso possa regressar de forma progressiva à sociedade.

3.1. Facilitadores da reinserção

Problemática 3: Reinserção Social		
Dimensão		Indicadores
3. Reinserção Social	3.1. Facilitadores da reinserção	a) Trabalho prisional (SC, SI, SJ,) b) Saídas precárias (SJ, SL, SN,)

No que diz respeito aos dados obtidos nesta investigação sobre o que facilita o processo de reinserção social dos reclusos, os sujeitos referem que, por um lado o trabalho prisional funciona como uma forma de estarem ocupados «Estar ocupado e prontos.» (Sujeito I). Também o sujeito (J) menciona o mesmo fato e acrescenta que o poder trabalhar diminui a

revolta e a agressividade e explica que «...se a gente trabalhar temos uma ocupação e já espairose mais o cérebro...». Estes dados vão ao encontro do defendido por José Moreira (1994) ao referir que o trabalho prisional para os reclusos não atua como uma forma de estes adquirirem ferramentas e capacidades técnicas que estes podem utilizar em liberdade, mas que funciona como uma forma de estes ocuparem o tempo, de poderem estar fora das celas, de poderem comer no refeitório e, acima de tudo para dar de si uma imagem positiva que, acreditam, os ajudará na obtenção de saídas precárias e liberdades condicionais. Os nossos dados estão também na mesma linha do que defende Foucault (1995) sendo que este menciona que o trabalho deve transformar o prisioneiro violento, agitado, irrefletido. Alguns sujeitos mencionam ainda que o trabalho prisional é uma forma de estes criarem hábitos de trabalho, para assim fazerem uma melhor adaptação ao meio livre «Dentro do estabelecimento prisional se pusessem mais pessoas a trabalhar, se calhar as pessoas adaptavam-se melhor ao lá fora do que aqui dentro» (Sujeito N). Por outro lado, referem também que o trabalho prisional é uma forma de obterem um rendimento para os gastos do dia-a-dia na prisão «queria era levar, se calhar mais algum dinheiro, tenho 100 euros na reserva, mas os 50 ou 60 que a gente aqui ganha de faxina, eu fumo, gosto de tomar o meu café, produtos de higiene... ou seja nós temos de comprar aqui de tudo» Sujeito (M). Para Corinne Rostaing (1996) o trabalho prisional assume um papel preponderante na ressocialização dos reclusos pelo facto de uma grande parte deles não terem experiência de emprego estável. Alguns dos sujeitos entrevistados mencionam ainda que o dinheiro que recebem do trabalho que realizam nas prisões é escasso para fazer face às suas necessidades do dia-a-dia e mesmo para amealhar algum para quando saírem em liberdade. O sujeito (C) refere isso mesmo ao dizer «já vi a saírem daí, com 200 e 300 euros. O que é que faz com isso? Não faz nada.», e contrapõe, dizendo que alguns reclusos ao trabalharem fora das cadeias recebem o ordenado mínimo «isso sim, quando saírem já levam um bom dinheiro.» Relativamente a esta questão também o sujeito (C) refere que «não é com o que se ganha aqui, que se vai sair em liberdade...», e menciona ainda o fato da necessidade de haver mais equidade entre o que se ganha em liberdade, com o que se ganha em reclusão «as pessoas deviam ter um ordenado mínimo para os presos em proporção à sociedade civil...». Podemos dizer depois de apresentarmos estes dados, que o trabalho prisional é uma forma de os reclusos ganharem hábitos de trabalho, obterem uma profissão e poderem ganhar algum dinheiro para fazerem face aos gastos do dia-a-dia da vida prisional. No entanto, achamos que nas situações em que um recluso exerça uma profissão em idênticas condições às do meio livre, deveria este ter direito a receber um ordenado mínimo nacional. Desta forma, seria certamente mais fácil para um recluso inserir-se novamente na sociedade. Os dados obtidos nesta investigação reforçam a importância que o trabalho prisional representa na reinserção social dos reclusos. No nosso entender, os responsáveis por esta área do tratamento penitenciário não têm conseguido dinamizar nem impulsionar o trabalho prisional de modo a

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

conseguir abranger um maior número de reclusos e que podemos confirmar não só através dos nossos dados, mas também através do Relatório de Atividades de 2010 da DGSP, que refere a 31 de dezembro uma taxa de ocupação laboral de apenas 40%.

Quadro 14 - Facilitadores da reinserção / Trabalho prisional

Problemática	Dimensão	Indicadores	SC	SI	SJ
Reinserção Social	Facilitadores da reinserção	Trabalho prisional	«já vi a saírem dai, com 200 e 300 euros. O que é que faz com isso? Não faz nada.» , ««trabalham para as juntas e para as câmaras, recebem o ordenado mínimo, isso sim, quando saírem já levam um bom dinheiro.»	«Está ocupado e prontos, eu estou convencido que toda a gente se tivesse uma ocupação, não é?... Não se dirigia para atos ilícitos.»	«a gente não trabalhar aqui dentro, a gente fica revoltado, fica mais agressivo, agora se a gente trabalhar temos uma ocupação e já espairose mais o cérebro...»

Os dados obtidos permitiram-nos ainda verificar que os sujeitos entrevistados acreditam que o fato de poderem usufruir de saídas precárias, é um facilitador, por estas permitirem uma adaptação faseada à sociedade e de ligação e manutenção de laços afetivos com a família. Esta realidade será também confirmada mais à frente no ponto 5.

Podemos comprovar esta situação pelos vários depoimentos que nos foram dados. O sujeito (A) menciona que «O processo de inserção, torna-se mais fácil, já não há aquele impacto depois da pessoa sair passado 5, 6, 7, 8 anos de estar preso se for várias vezes, se for visto várias vezes em casa, no meio onde vive, as pessoas começam-se a habituar e torna-se mais fácil.» O mesmo é referido pelo Sujeito (G) «Sim, acho que para mim é importante também ir a casa, não é? Acho que é bom para começar a adaptar depois à rua.» Dos dados que

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

obtivemos podemos dizer que as saídas precárias são uma parte muito importante no processo de reinserção social dos reclusos. No entanto, um dos aspetos que nos chamou à atenção e que é referido por alguns sujeitos (quadro 15) é a demora a que os reclusos estão sujeitos para poderem obter uma saída precária. Um dos aspetos que os sujeitos mencionam é o de que, quando saem de precária depois de tantos anos fechados, tudo está mudado, e a adaptação torna-se cada vez mais difícil. Um dos sujeitos refere «olhe que a primeira precária que eu sai ao fim de 7 anos, eu apanhei o autocarro... estava tudo mudado.» (Sujeito F). Também o sujeito (J) menciona a mesma situação «se não houvesse precárias, não houvesse nada, agente chegava lá fora, começava a olhar: O que é isto?». Os dados obtidos nesta investigação referem a importância que as precárias têm na ligação e manutenção de laços afetivos com a família. O Sujeito (M) refere isso mesmo ao mencionar que as precárias são muito importantes porque permitem «A proximidade para quem tem família, a proximidade à família». Podemos apurar dos dados obtidos que as saídas precárias são uma ponte importante entre o mundo prisional e o meio livre. São fundamentais para a continuidade da ligação e manutenção dos laços familiares. Permitem diminuir o fosso que se cria no momento da reclusão e ao mesmo tempo minimiza as dificuldades de inserção / integração do recluso na comunidade / sociedade. Apesar destas medidas de flexibilização da pena serem um importante elo de ligação ao exterior e contribuírem positivamente para a reinserção social dos reclusos é de crer, pelos dados que obtivemos, que ainda existe alguma resistência por parte das autoridades em conceder as saídas precárias de forma mais breve e com mais regularidade. Este fato pode também ser comprovado pelo Relatório de Atividades da DGSP de 2010, que refere terem existido 5980 licenças de saída judiciais, sendo que 48 dessas não tiveram sucesso, e 5105 licenças de saída de curta duração, sendo que 19 não tiveram sucesso. Ou seja, existiram em 2010 um total de 11085 licenças de saída em que apenas 67 não regressaram na hora e dia marcados. Achamos que 99,4% de sucesso são um número suficiente para que estas licenças sejam concedidas mais cedo durante o cumprimento da pena e com mais regularidade.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 15 - Facilitadores da reinserção / Saídas Precárias

Problemática	Dimensão	Indicadores	SJ	SL	SN
Reinserção Social	Facilitadores da reinserção	Saídas Precárias	«É diferente, a gente em precária é diferente, a gente não se pode meter em asneiras, não pode fazer nada, porquê? A gente mete-se em asneiras, vem mais um processo, se a gente vai de precária não fazer asneiras nem nada:»	«Eu acho que não, da minha parte não, se eles quisessem apoiar, uma pessoa, um recluso, davam um bocado mais de oportunidade, não é? Estou aqui há 27 meses e ainda não fui a casa, que apoio é que eles me estão a dar? Nada.»	«Tem muita importância, que é uns dias que a gente vai estar com a família, para se habituar ao meio lá fora, que lá está fora e depois ainda vai passar, no meu caso vou passar 8 anos aqui, ou 6 anos aqui, não é? Eu só daqui a 2 ou 3 anos é que vou ter precárias, nesses 3 anos muita coisa muda lá fora e a gente aqui dentro não tem noção daquilo que se passa lá fora.»

3.1. Obstáculos à reinserção

Problemática 3: Reinserção Social		
Dimensão		Indicadores
3. Reinserção Social	3.1. Obstáculos à reinserção	a) Dificuldades socioeconómicas - falta de emprego (SB, SD, SE)

Os dados que obtivemos nesta investigação relativamente aos obstáculos que os reclusos sentem no seu processo de reinserção social vão ao encontro do defendido por (Gonçalves, 2000; Silva, 2008; Correia, 1981), sendo que um dos grandes obstáculos à reinserção social dos reclusos é o fraco apoio no pós reclusão. Os sujeitos apontam sobretudo razões socioeconómicas e pessoais para explicar o processo de reinserção social no pós reclusão (quadro 16). As razões socioeconómicas referidas pelos sujeitos englobam o estigma associado ao ex-recluso, a falta de emprego e escassez de recursos económicos para fazer face às necessidades do dia-a-dia e que podemos observar no quadro 16. A falta de emprego é sem dúvida um obstáculo que o recluso enfrenta no momento em que é posto em liberdade. Segundo Rodrigues (1999) a integração assenta sobretudo na atividade profissional, que confere segurança material e financeira e uma identidade no trabalho. Esta realidade já tinha sido verificada no ponto 2, em que os sujeitos inquiridos referiram ser muito importante a formação profissional dada em meio prisional como uma forma de estes arranjam um emprego em liberdade. Um dos sujeitos relativamente ao apoio que teve no momento em que saiu em liberdade diz «Não há um apoio, não há nada, não há uma base, é muito fácil de cair aqui outra vez...» (Sujeito B). A mesma situação refere o sujeito (D) que diz «agora o que é que eu ia esperar da rua nessa altura, era arranjar um trabalhito na minha área, na construção civil e não foi fácil, não arranjei». Os nossos dados vão ao encontro do defendido por Pereirinha et al. (2008) ao referir que a existência de um baixo nível de escolaridade / qualificação pode desencadear situações de pobreza devido às potenciais dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Esta inserção é um fator importante de integração social uma vez que gera um rendimento e permite a participação na dinâmica social. À semelhança de Pereirinha, os nossos dados vão também ao encontro do defendido por Esther Diez (2002) ao considerar o trabalho como um dos fatores importantes no processo de integração. Apesar de algumas competências adquiridas na prisão alguns sujeitos mencionam que as dificuldades se mantêm na hora de procurar trabalho «As pessoas saem com competências, depois não há trabalho na rua também, não há trabalho para estar lá fora.» (Sujeito E). Relativamente à perceção que os inquiridos têm do apoio que lhes é dado no pós reclusão estes afirmam que é pouco ou nenhum «Tem havido assim acompanhamento, mas pronto, não acho que entre a

prisão e lá fora a rua, sei lá, não tem assim muito, muito acompanhamento...» (Sujeito G). Também o sujeito (I) demonstra muito bem qual a sua perceção do apoio na libertação ao dizer «abriram-me as portas, nem me perguntaram se eu tinha dinheiro, nem nada, abriram-me as portas: - Olha vai-te embora, chegou a tua hora e acabou». Estes dados que obtivemos vão ao encontro do defendido por Malça Correia ao referir que o problema da reincidência não tem a sua causa nos defeitos da instituição, mas sim no fraco apoio pós reclusão, quer por algumas entidades, quer pela própria sociedade. Também Semedo (1994) menciona este desalento e desorientação que o recluso sente quando sai em liberdade. O autor refere que ao deixar a prisão, o recluso tem de se adaptar a um novo sistema de organização que não parou de mudar, ao contrário do tempo em que este se viu encarcerado. Um aspeto importante que os nossos dados obtiveram foi o estigma que os sujeitos inquiridos revelaram sentir como sendo um obstáculo à sua reinserção. Um dos inquiridos revela que se sentiu discriminado «Foi um bocado, entrar na sociedade é normal que a gente somos um bocado discriminados, não é?», «...claro que as pessoas vão olhar um bocado diferente» (Sujeito L). Também o Sujeito (N) refere que »As pessoas mais antigas: -Ai aquele já esteve preso por furtos». E o Sujeito (A) diz «Tem, então isso é um estigma». Estes dados estão na mesma linha do defendido por (Rodrigues,1999; Goffman,1996; Rostaing, 1996), sendo que Rodrigues (1999) considera que os atores sociais sofrem de estigmatização e etiquetagem por estes serem identificados como desfavorecidos e vulneráveis a situações de pobreza. Goffman (1996) refere que o ritual de entrada na prisão é um atentado à imagem de se si próprio. Também Rostaing (1996) menciona que a prisão estigmatiza, ainda que esta população seja excluída socialmente e viva já na marginalidade antes do aprisionamento. Os dados que obtivemos permitem-nos dizer que outro dos obstáculos à reinserção são a escassez de recursos económicas e dificuldades pessoais. São vários os sujeitos inquiridos que mencionam as dificuldades económicas que terão quando saírem em liberdade «Vou enfrentar muitas dificuldades...apoio social e trabalhos e tudo eu vou passar um bocado de dificuldades, claro que vou» (Sujeito L); «Há aí muitos que vão sair daqui com uma mão à frente e outra atrás, não tem família, não tem nada. Para quê? Daqui a 7, 8 meses, estão cá dentro outra vez...» (Sujeito C); «era sozinho a trabalhar, duas crianças pequenas, a receber só 180 euros de abono dos miúdos ou 150...» (Sujeito N). Estes dados vão ao encontro do defendido por (Agra, 1997; Santos, 2001; Silva, 2010). Os dados que obtivemos nesta investigação apuraram também alguns problemas pessoais que interferem com o processo de reinserção social no pós reclusão. Muitos dos inquiridos dizem sentirem-se desorientados, deslocados da realidade. Sentem que tudo mudou muito depressa e agora é mais difícil acompanhar uma sociedade que muda constantemente. Perante esta situação o Sujeito (E) diz «quanto mais tempo se está fora da sociedade, mais se dissocializa, eu próprio também não, eu próprio já olhava a sociedade com outros olhos, que não olhava antes de vir preso... fica sempre connosco aquele sofrimento que se sofreu...». Também o Sujeito (K) representa bem esta realidade em que diz

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

«...uma pessoa quando sai daquela porta para fora, o choque é imediato... é assim os primeiros dias é complicado, uma pessoa os primeiros dias anda um bocado à toa». Estes dados estão de acordo com o defendido por Carmo (2008), ao mencionar que a reclusão prolongada leva a uma detioração física, emocional e mental dificultando a reinserção social dos reclusos. Os nossos dados vão ainda ao encontro do defendido por Ivone Cunha (2003) ao referir que os muros da prisão separam os prisioneiros das suas relações exteriores e anteriores, assinalando um hiato social que se materializa continuamente.

Quadro 16 - Obstáculos à reinserção / Dificuldades socioeconómicas - emprego

Problemática	Dimensão	Indicadores	SB	SD	SE
Reinserção Social	Obstáculos à reinserção	Dificuldades socioeconómicas - emprego	«Uns 40%, é. Muita gente não tem casa para morar e vai lá para fora, andam lá fora um tempo e diz assim: -Eu estou melhor lá dentro do que estou aqui fora.»	«... tive aqui, 2005, 2006, 2007, aí já doeu um bocado mais, aí já, tive 4 anos e tal sem ir à rua, perto de 5 anos, aí já foi um bocado mais esquisito, falta de perceção da realidade, não saber andar na rua, atravessar a estrada de qualquer	«A reação das pessoas e a nossa reação, porque quanto mais tempo se está fora da sociedade, mais se dessocializa, eu próprio também não, eu próprio já olhava a sociedade com outros olhos, que não olhava antes de vir preso,...»

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

				maneira, sem olhar para um lado e para o outro e saber que havia veículos e seguir, o carro a travar:»	
--	--	--	--	---	--

O que podemos concluir deste ponto é o de que há ainda um longo caminho a percorrer no diz respeito ao acompanhamento pós reclusão. Apesar de os sujeitos inquiridos mencionarem, que durante o cumprimento da pena sentem algum apoio no sentido de se contribuir para a sua reinserção social, o mesmo não acontece no momento da sua libertação, em que estes sentem que são empurrados para a sociedade sem que haja um acompanhamento / seguimento do processo de reinserção que o recluso já deveria estar a fazer durante o cumprimento da pena. Achamos que os responsáveis pela reinserção social deveriam fazer o acompanhamento / seguimento dos reclusos pelo menos durante um ano após a sua saída em liberdade, de modo a que fosse avaliada a sua situação socioeconómica, pessoal, psicológica, familiar, habitacional etc. No nosso entender, pelos dados obtidos nesta investigação, ficamos com a ideia de que o processo de reinserção social dos reclusos termina quando um recluso sai da prisão, o que a acontecer, deita por terra todo o esforço feito, quer pelo recluso, quer pelo sistema prisional durante o cumprimento da pena. Se o objetivo da reinserção social é o de inserir / integrar novamente o agente na sociedade sem que este volte a reincidir no crime, é necessário na nossa opinião, que se melhore o processo de reinserção social dos reclusos no pós reclusão. Este ponto demonstrou ainda, que as competências e as ferramentas adquiridas na formação profissional dada em meio prisional perdem o seu objetivo principal, que é permitir que os reclusos obtenham um emprego quando em liberdade. E os reclusos vêm assim goradas as suas expectativas, que estes criaram quando frequentaram a formação e que podemos verificar no ponto anterior. Mais uma vez ficamos com a ideia de que não existe um acompanhamento entre o que se faz durante o cumprimento da pena e o pós reclusão. No ponto que abordaremos de seguida poderemos verificar as dificuldades / obstáculos, que os sujeitos inquiridos sentiram na hora de procurarem um emprego quando saíram em liberdade, apesar das competências e ferramentas que adquiriram em meio prisional.

Ponto 4 - Emprego

Como podemos observar no ponto anterior, um dos grandes obstáculos à reinserção social é o fraco apoio no pós-reclusão. No ponto que agora abordamos iremos perceber as dificuldades que os reclusos tiveram na procura de emprego. A problemática do emprego abordada neste ponto pretendeu obter as perceções dos sujeitos relativamente à sua situação face ao emprego. Tentamos assim perceber a importância que o trabalho representa num processo de adaptação à liberdade como forma de integração e participação cívica, bem como os obstáculos e expectativas que os entrevistados têm relativamente ao emprego., que constitui uma das formas de integração e participação social mais importantes. Num estudo apresentado por Moller e Hespanha (2002:57), estes referem que os desempregados se sentiam excluídos ou em “pior situação” que os empregados, quando não se inseriam nos sistemas de trabalho/emprego, rendimento/consumo e participação política. Para um recluso, que já se sente excluído por ter estado preso, ao sair em liberdade e ver-se no desemprego vai sentir-se duplamente excluído.

4.1. Situação crítica face ao emprego

Problemática 3: Emprego		
Dimensão		Indicadores
4. Emprego	4.1. Situação crítica face ao emprego	a) Obstáculos / Expectativas (SB, SD, SE, SF, SI, SF)

Ao abordarmos esta problemática tentamos obter as perceções dos sujeitos relativamente à sua situação face ao emprego no pós reclusão, para deste modo perceber os obstáculos e expectativas relativamente à obtenção de um trabalho. No que diz respeito aos dados recolhidos sobre os obstáculos sentidos pelos sujeitos em obter um emprego depois da reclusão (quadro 18), estes estão em linha com o defendido por alguns autores (Moller e Hespanha, 2002; Rodrigues, 1999; Diez, 2006).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 18 - Situação crítica face ao emprego - Obstáculos / Expectativas

Problema	Dimensão	Indicadores	SB	SD	SE	SF	SI	SF
Emprego	Situação crítica face ao emprego	Obstáculos / Expectativas	«Quando saí pela primeira vez não conseguí.»	«Claro, agora o que é que eu espero da rua nessa altura, era arranjar um trabalho na minha área, na construção civil e não foi fácil, não arranjei.»	«Para a sociedade, para o desemprego que temos, mesmo que... As pessoas saem com competências, depois não há trabalho na rua também, não há trabalho para estar lá fora...» «Uma pessoa que já tem cadeia no registo, é complicado.»	«Encontrei, estive a trabalhar num campo de golfe, a fazê-lo de raiz praticamente...»	«Eu estou preparado porque eu tenho trabalho, eu arranjo logo trabalho lá, imediatamente.»	«Encontrei, estive a trabalhar num campo de golfe, a fazê-lo de raiz praticamente...»

Uma parte considerável dos sujeitos (n=8) considera que o estigma associado ao ex recluso é um impedimento à obtenção de um trabalho «Quando saí fui logo à procura de trabalho, foi ao centro de emprego, cheguei lá, dei o meu bilhete de identidade, chamaram-me e deram-me para carpintaria, fui lá à carpintaria o homem disse que já tinha gente, viu que eu já estive preso e tal: - Já tenho gente, não sei quê.» (Sujeito J). Esta realidade é defendida por Eduardo Rodrigues (1999) ao referir que “o excluído” ao considerar-se rejeitado vai interiorizar um sentimento de auto-exclusão. O indivíduo sente-se “inútil”, sem capacidade para superar os obstáculos que levaram à exclusão. Uma situação de exclusão engloba uma perda de identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Existe um corte com as relações sociais. A reclusão cria o estigma do ex-recluso e quebra os laços sociais existentes. O Sujeito (E), no quadro 18, refere isso mesmo ao mencionar, que o fato de ter estado preso vai condicioná-lo na obtenção de um trabalho. Eduardo Rodrigues (1999) refere ainda, que a integração assenta sobretudo na atividade profissional, que confere segurança material e financeira e uma identidade no trabalho. Outros sujeitos entrevistados referem sentir este mesmo estigma «Ou pediam-me o meu currículo, pediam as coisas, bastava por no número de contribuinte ao computador, tiravam o nosso cadastro, dizem eles, não é?», «E bastava ir à Segurança Social, qualquer coisa que eu pedia, eles viam logo tudo e era um bocado rejeitado» (Sujeito L). Também o sujeito (N) menciona ter sentido o mesmo e diz «O problema é que as pessoas quando saem, por ser recluso do estabelecimento prisional, as pessoas, muitas ficam coiso não dão trabalho a essas pessoas e se calhar deviam deitar mais a mão a essas pessoas para não voltar mais ao mundo da reincidência.» Os sujeitos referem que o fato de terem estado presos os vai acompanhar sempre, mesmo depois de cumprida a sua pena «As pessoas estão lá fora, 500 mil pessoas desempregadas, sem subsídio nenhum, que não tem cadastro, não tem registo criminal, não tem nada. Não tem subsídio para elas. Eu que já foi, prontos, que já pratiquei, já pisei as normas da sociedade várias vezes, porque é que me havia de dar a mim?» (Sujeito E). Sentem que são discriminados, rejeitados das ofertas de trabalho por serem ex-reclusos «Não é assim, há um bocado a gente se for a uma empresa e disser: - Olha eu tive preso, saí agora da prisão. Se calhar não nos facilitam» (Sujeito L). No entanto, dos dados recolhidos, apenas (n=6) sujeitos mencionaram não terem conseguido arranjar trabalho. A grande maioria dos sujeitos (15) referiram que quando saíram da prisão procuraram e encontraram trabalho e que terão trabalho quando saírem novamente em liberdade (quadro 18). Apesar destes números, acreditamos que o número de reclusos com dificuldades em arranjar um trabalho depois da reclusão é grande, já que muitos referiram que dependiam do apoio familiar ou de amigos para a obtenção de um trabalho «Sim, o meu pai tinha uma firma de construção civil e eu sempre trabalhei com ele. Já tinha trabalho com a família, não sentia essa dificuldade, mas muitos...» (Sujeito A). Esta situação é também defendida por Boaventura S. Santos (In Mozzicafreddo, 1992:75-76) ao mencionar, que se não fosse a sociedade providência (a rede

de relações familiares, de vizinhança ou entreajuda) a reduzir os problemas sociais, poderíamos assistir a que situações de injustiça social caminhassem para a rutura social e financeira ao nível do Estado. Deste ponto podemos deduzir, que ter um emprego é fulcral na integração de um ex-recluso. Ter um emprego possibilita ter um rendimento, permite que haja lugar à participação e à manutenção das redes de relação social. Um recluso ao regressar novamente à sociedade, só poderá sentir-se novamente integrado / inserido no meio social através do emprego. A falta de um trabalho, faz com que se seja excluído da sociedade, e tal como defende Diez (2006) a zona de exclusão, tem o seu peso na ausência de trabalho e pelo afastamento social. Esta situação contribui para a marginalização, a desafiliação e consequente corte com as redes de integração primárias. Um indivíduo excluído encontra-se fora da esfera da participação social. Perde o seu estatuto de cidadão sem acesso aos direitos sociais e políticos. É esta realidade apontada por Diez (2006), que as Políticas de Reinserção Social de Reclusos deveriam tentar evitar, mas na realidade o que podemos confirmar, é uma realidade bastante diferente. Apesar de a nossa investigação ser apenas um estudo de caso, sem qualquer pretensão de analisar / explicar a realidade nacional, achamos que o apoio a um ex-recluso na obtenção de um emprego é ainda escasso. Não só o recluso sente muitas dificuldades em obter um emprego, quando o consegue, como tem ainda que lutar contra o estigma do ex-recluso. Neste caso, consideramos que seria importante preparar melhor os reclusos para a realidade que vão encontrar em liberdade, já que essa é certamente muito diferente daquela que deixaram aquando da sua reclusão. Deve existir uma maior ligação entre a prisão e a sociedade, não se pode abrir a porta a alguém que esteve confinado a uma cela vários anos, com pouco contato com a evolução da sociedade, e esperar que este refaça a sua vida sem poder obter um trabalho e um rendimento. Podemos concluir deste ponto, que mais uma vez não há um acompanhamento dos reclusos na sua integração socioprofissional. A problemática do emprego aqui abordada identifica alguns dos problemas já referidos no ponto anterior. Ou seja, apesar de existir formação profissional, que fornece ferramentas e competências e que é considerada pelos sujeitos inquiridos como uma mais-valia na obtenção de um emprego, esta acaba por ser pouco útil pela falta de apoio no pós reclusão. Esta situação leva a que o recluso tenha dificuldades acrescidas na procura de um trabalho. Neste sentido, a problemática do emprego está também relacionada com a problemática da reinserção social abordada no ponto 3, principalmente na questão das saídas precárias, muito referida pelos sujeitos inquiridos. No nosso entender, as saídas precárias poderiam mitigar o problema do emprego, no sentido de gradualmente se reinserir o sujeito na sociedade, para deste modo, criar uma adaptação à sociedade e da sociedade ao recluso. O sujeito (A) no ponto 3 já havia referido isto mesmo ao mencionar que se este fosse visto mais vezes na comunidade antes de sair em liberdade, as pessoas habituavam-se. Pelo que podemos confirmar pelos dados obtidos, quando mais tempo um recluso passa no sistema prisional, sem ter uma participação social, os laços que o uniam à sociedade vão-se perdendo. Isto, aliado

ao estigma do ex-recluso, à dessocialização que a prisão cria, mais difícil será de no futuro se obter um emprego. No ponto seguinte, poderemos verificar a importância que a família e a comunidade representam para os sujeitos inquiridos, bem como os obstáculos à manutenção das relações familiares durante o cumprimento de pena.

Ponto 5 - Contexto familiar e comunitário

Tal como observámos no ponto anterior, a obtenção de um emprego é um dos obstáculos que os ex-reclusos têm de vivenciar quando saem em liberdade. No entanto, existem outros problemas com que este têm de se deparar. O regresso à comunidade e à família, que deixaram faz tempo, será também um problema com que estes terão que se debater. No ponto 5, abordamos o contexto familiar e comunitário. Ao abordarmos esta problemática, consideramos como dimensões a família e a comunidade. A partir destas dimensões tentamos, por um lado, perceber como funcionam as relações familiares que os reclusos têm durante o cumprimento de pena, de modo a compreendermos a importância do apoio da família. E, por outro lado, também foi nossa intenção verificar os obstáculos existentes às relações familiares durante a reclusão. Esta problemática permitiu-nos obter as percepções que os sujeitos têm sobre a sociedade e deste modo compreender a forma como a sociedade é vista pelos reclusos depois de estes terem estado em reclusão. *Capucha refere que* uma situação de rutura de laços sociais das pessoas com entidades de pertença e de referência primária como os amigos ou familiares leva à mesma rutura com a sociedade. Esta problemática promove o isolamento completo considerado um caso extremo de exclusão (2005:82).

5.1. Relações familiares

Problemática 5: Contexto familiar e comunitário		
Dimensão		Indicadores
5. Família	5.1. Relações familiares	a) Apoio familiar (SA, SK, SL, SN) b) Obstáculos (SE, SI, SL)

A abordagem do contexto familiar e comunitário permitiu entender as mudanças que a reclusão tem na família, assim como a relevância que a família representa para alguém que se encontra privado da liberdade. Relativamente às relações familiares, os dados que obtivemos estão de acordo com o defendido por alguns autores (Rostaing, 1996; Carmo, 2008), ao referirem que a família e todo o apoio afetivo permanente reduzem os efeitos

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

perversos do aprisionamento. Para um recluso é muito importante conseguir manter os laços sociais pois estes são uma forma de se sentir ligado com o exterior e que o ajudam a não perder a sua identidade «É bom, é bom saber que eu tenho apoio da minha família, ainda. É bom que não perdi o apoio deles, claro que é bom» (Sujeito J).

Quadro 19 - Relações familiares / apoio familiar

Problema	Dimensão	Indicadores	SA	SK	SL	SN
Contexto familiar e comunitário	Relações familiares	Apoio familiar	«Não é o que elas trazem ou deixam de trazer, quase que não deixam entrar nada. Mas é a saudade, é o carinho que elas deixam aí»	«...a visita dessa tal minha amiga, da Patrícia, tem sido muito importante, tem sido porque é o apoio que ela me dá, que tem sido imenso...as visitas dela para mim são mesmo muito boas»	«Apoio, principalmente para me dar força»	«Agora tenho menos porque tinha visitas quartas e fins-de-semana, tinha sempre visita, agora a minha mulher mudou-se lá para baixo para o pé da família.»

Do que podemos apurar dos dados obtidos, todos os sujeitos, com a exceção de um, referem que o apoio familiar é muito importante durante o cumprimento de pena e que podemos observar pelos depoimentos de alguns dos entrevistados (quadro 19). Este apoio materializa-se nas visitas que estes recebem e salientam, que as visitas são uma forma de receberem força, carinho, afeto, conversar e estabelecer uma ligação à família «As visitas é a ligação à família, pronto mantêm-se a noção de família mais, tem-se mais a noção de família, não se sente o individuo tão isolado» (Sujeito E). Apesar de os reclusos poderem realizar chamadas telefónicas, receberem correspondência ou encomendas, os nossos dados dizem-nos que as visitas dos familiares são a forma que os entrevistados têm para poderem “matar saudades”, manterem vivos os laços e relações familiares, que se vão desvanecendo com o tempo. Os nossos dados vão ao encontro do defendido por Rostaing (1996) ao referir que a família e todo o apoio afetivo reduzem os efeitos perversos do aprisionamento.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Quadro 20 - Relações familiares / obstáculos

Problemática	Dimensão	Indicadores	SE	SI	SL
Contexto familiar e comunitário	Relações familiares	Obstáculos	«Após eu sair não, mas a sair a pessoa fica por conta dela e pronto e a própria família já tem alguma reticência porque sabe que a pessoa já falhou perante o sistema, já se deixou cair nas malhas do sistema, já não vão estar a desperdiçar muitas energias (?) pode estar sujeito com a sociedade que temos, pode estar sujeito a acontecer o mesmo. Há logo ali um desinteresse também, desinvestimento, começa logo na família.»	«agora é muito longe, então pior»	«É normal, muda sempre, que eles começam se a gente não muda, começam a (?) mais a ver se a gente começa a endireitar, é normal.»

Apesar dos nossos dados referirem a importância das relações familiares, existem alguns obstáculos que dificultam estas mesmas relações. Os dados que obtivemos estão na mesma linha do que defende Carmo (2008), ao referir que a reclusão prolongada leva a uma deterioração física, emocional e mental dificultando a reinserção social dos reclusos. Para a

autora, um outro problema ocorre com as famílias mais desfavorecidas, que devido à reclusão de um dos cônjuges, ficam em condições ainda mais difíceis. Isto acontece não só pela razão de ser menos um a trabalhar, mas também traz mais encargos e complicações para a família manter o contato com o preso. Isto mesmo refere o Sujeito (N), que diz «...eu lá fora podia trabalhar, eu lá fora podia estar com os meus filhos, podia estar com a minha mulher, dava educação aos meus filhos e agora não a dou». À semelhança do que refere a autora, também os nossos dados identificaram as dificuldades económicas que as famílias dos reclusos passam, como um obstáculo à manutenção dos laços familiares. Estas dificuldades influenciam depois nas visitas e apoio que é dado durante a reclusão. Os sujeitos inquiridos referem esta realidade, ao apontarem sobretudo a distância a que a família se encontra do Estabelecimento Prisional e que dificulta e muito as deslocações para as visitas, pois fica muito dispendioso. As famílias, pelas carências económicas que apresentam, não conseguem manter o contato tão assíduo como gostariam «Os meus filhos e agora é muito longe, então pior... É muito longe, são quase 200km, é impossível.» (Sujeito I). Também o Sujeito (J) menciona o mesmo dizendo «É raramente visitam, como eu sou de longe, sou da Mealhada.» (Sujeito J). Os sujeitos mencionam que o fato de não terem tantas visitas como gostariam e o fato de estarem em reclusão modificou as relações familiares que estes tinham antes da prisão. À semelhança do que defende Ivone Cunha (2003) ao mencionar que os muros da prisão separam os prisioneiros das suas relações exteriores ou anteriores, assinalando um hiato social, também os nossos dados apuraram que as relações familiares que os sujeitos entrevistados tinham antes da reclusão, foram penalizadas «Muita, muita, perde-se muita ligação. Não só sou eu que noto, mesmo a minha mulher nota isso...» (Sujeito N). Os sujeitos referem que o tempo que se encontram em reclusão os priva do contato com a sua família e que isto se torna ainda mais problemático pelas penas longas que são atribuídas no nosso sistema prisional. Mencionam que o fato de permanecerem muitos anos na prisão dificulta o reatar das suas relações anteriores «...o tempo que nós aqui perdemos, queremos recuperar lá fora e eu estou só a perder o meu tempo aqui, também estou a perder o crescimento da minha filha que vai fazer agora 4 anos...» (Sujeito K). Também o Sujeito (E) menciona o fato de estar muito tempo em reclusão como um obstáculo à manutenção das relações familiares e diz «Se for uma prisão de um ano é uma coisa, se começa a passar mais de 2 anos, 3 anos quando regressa ou se vira por ele ou de certeza também não vão estar a investir naquilo que não sabem...». O Sujeito (E), no quadro 20, também menciona que o fato de estar muito tempo em reclusão leva a que a própria família com o passar do tempo deixe de investir no desenvolvimento e reforço dos laços familiares. Esta realidade é também apontada por Semedo (1999), ainda que este acescente, que grande parte dos reclusos já vem de famílias desestruturadas com casos de ausência ou falta de afetividade e que esta situação precipita para um percurso dissocializador.

5.2. Percepções sobre a sociedade

Problemática 5: Contexto familiar e comunitário		
Dimensão		Indicadores
5. Comunidade	5.2. Percepções sobre a sociedade	a) Dessocialização / Auto estigmatização (SA, SC, SD, SE, SM, SP)

A forma como um ex-recluso vê a sociedade que o recebe vai influenciar a sua capacidade de reagir perante uma situação de exclusão. A sociedade tem a sua parte de responsabilidade em ajudar o sujeito a adaptar-se ao meio social. No entanto, tal como refere Diez (2006), o sujeito tem também a responsabilidade de desenvolver atividades que potenciem a sua integração. Este é responsável por tentar encontrar um lugar na sociedade. Tendo em conta que uma situação de exclusão está ligada com a relação que se estabelece entre o indivíduo e a sociedade, este ponto tentou perceber de que forma é que um ex-recluso vê a sociedade que o vai receber.

À semelhança do defendido por vários autores (Goffman, 1996; Rodrigues, 1999; Paugam, 2003; Capucha, 2005;), os dados obtidos nesta investigação revelaram que a reclusão levou os sujeitos inquiridos à desconfiança, ao afastamento da sociedade, à dessocialização, à auto estigmatização e também à falta de percepção da realidade «Não, fiquei assim um bocado, não é? Uma pessoa chega à rua, aqui só vejo paredes e muros e grades.» (Sujeito C). Também o sujeito (D) refere o mesmo «...tive 4 anos e tal sem ir à rua, perto de 5 anos, aí já foi um bocado mais esquisito, falta de percepção da realidade, não saber andar na rua, atravessar a estrada de qualquer maneira, sem olhar para um lado e para o outro e saber que havia veículos e seguir, o carro a travar: - Não estou dentro da cadeia, estou na rua. É assim...». Os dados recolhidos sobre as percepções dos sujeitos sobre a sociedade vão assim ao encontro do defendido por Rodrigues (1999) e Capucha (2005). Para Eduardo Rodrigues “o excluído” ao considerar-se rejeitado vai interiorizar um sentimento de auto-exclusão. Este sentimento de exclusão que refere Rodrigues é apontado pelo Sujeito (A) que diz «As pessoas pensarem e sentirem isso, acho que é normal, uma pessoa que vem presa 5 vezes, inspira o quê perante o meio onde vive? Para não falar da sociedade, o que é que nos vai criar? Inspira-me, não digo que inspire desconfiança, mas inspira-me, não inspira aquela confiança total.»

A percepção que os sujeitos têm da sociedade fica alterada pelo fato de terem estado em reclusão. Estes auto excluem-se por pensarem, que ao serem ex-reclusos já não serão aceites novamente na sua comunidade. O indivíduo sente-se “inútil”, sem capacidade para superar os obstáculos que levaram à exclusão. Uma situação de exclusão engloba uma perda de

identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. A prisão estigmatiza, ainda que esta população seja excluída socialmente e viva já na marginalidade antes do aprisionamento. Os reclusos referem que passaram a ver a sociedade com outros olhos, «há muitos que saem daqui e, a gente sai daqui de dentro, as pessoas podem nem estar a olhar para a gente, mas a gente pensa que toda a gente está...» (Sujeito P). Esta situação também é apontada pelo Sujeito (E) «A reação das pessoas e a nossa reação, porque quanto mais tempo se está fora da sociedade, mais se dessocializa, eu próprio também não, eu próprio já olhava a sociedade com outros olhos, que não olhava antes de vir preso». Esta sensação que sentem os sujeitos entrevistados vai ao encontro do defendido por Goffman (1996) ao mencionar que o estigmatizado fica com uma sensação de não saber bem o que realmente pensam dele e que o Sujeito (M) exemplifica quando diz «Não, não, uma pessoa anda truncado nos primeiros tempos...Exatamente de olhares, fazemos, podemos fazer um bocado de filmes, aquela mania da perseguição ou que estão a olhar para a roupa ou...». Estes exemplos dados pelos reclusos são um caso típico de estigma desacreditável defendido por Goffman (1996). Para o autor, é no momento em que os normais e estigmatizados se encontram frente a frente, que ambos terão de lidar com as causas e efeitos do estigma (p.15). O estigmatizado fica com uma sensação de não saber bem o que realmente pensam dele. A condição de desacreditado acontece quando o defeito, que provoca o estigma, pode apenas ser percebido ao se lhe dirigir a atenção, o que em situações sociais mistas o estigmatizado pode responder através de uma capa defensiva. A dessocialização, a auto exclusão, a auto estigmatização referida pelos sujeitos inquiridos, e que os coloca na zona de exclusão, aumenta pelo fato de um ex recluso quando se encontra em liberdade não encontrar trabalho o que provoca um afastamento social. Esta situação vai aumentar ainda mais o sentimento de exclusão, o que contribui para a marginalização, a desafiliação e conseqüente corte com as redes de integração primárias. Ao considerar-se excluído, o sujeito encontra-se fora da esfera da participação social.

Podemos concluir deste ponto, que os sujeitos incluídos neste estudo consideram muito importante o apoio familiar que recebem durante a reclusão. Referem que é através das visitas que este apoio é mais visível pois é uma forma de “matar saudades”, receberem carinho, afeto, conversarem, terem mais força para continuar e reforçarem as suas relações familiares. Apesar de considerarem importante este apoio familiar, mencionam que o fato de terem de cumprir penas longas e da família residir longe dos Estabelecimentos Prisionais, são obstáculos à manutenção dos laços familiares. Na nossa opinião, seria importante que os responsáveis pela distribuição / colocação dos reclusos pelos Estabelecimentos Prisionais tivessem em atenção a área de residência dos reclusos. Deste modo seria mais fácil para as suas famílias realizarem as visitas aos Estabelecimentos com maior regularidade, para assim minimizarem o desgaste das relações familiares. No nosso entender, não se pode conseguir uma reinserção social com êxito sem o apoio da família.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Mais uma vez, os dados que obtivemos e que referimos no ponto 3 relativamente às saídas precárias, aplica-se também neste ponto. Não se pode querer que haja reforço ou manutenção de laços sociais e familiares se os reclusos se mantiverem sem contato com a sociedade e com as suas famílias. As Políticas de Reinserção Social de reclusos existem, e consideramos que estas foram bem planeadas tendo em conta os seus objetivos, no entanto o que podemos confirmar pelos nossos dados, é que a aplicação no terreno pelos responsáveis por cada área do tratamento penitenciário está a ser pouco eficaz.

Relativamente às perceções sobre a sociedade, os reclusos revelaram que, por um lado, o tempo mantido em reclusão os fez ver a sociedade de forma diferente. Por outro lado, a reclusão fê-los criar um sentimento de auto exclusão, de auto estigmatização e que por vezes se encontra desfasado da realidade. Com base nos dados obtidos, acreditamos, que quanto maior for o tempo afastado da sociedade e da participação social, maiores serão as dificuldades na reinserção social. O processo de integração social deve envolver sempre uma parte de responsabilidade do ex-recluso, o que é dificultado por uma uma visão distorcida da realidade e por processos de auto-exclusão e auto-estigmatização.

CAP VI

Conclusões

Quando iniciámos este trabalho era nossa intenção, por um lado, tentar compreender de que forma é que as atuais políticas de reinserção social de reclusos contribuem para uma melhor integração / inclusão dos mesmos na sociedade, e por outro lado, perceber se a prisão exclui os reclusos da sociedade e se durante o cumprimento da sua pena se lhes dá as ferramentas necessárias para que estes se integrem novamente na sociedade. Era também nossa intenção, ao se abordar esta temática, tentar compreender o fenómeno da reincidência criminal. Para alcançarmos os objetivos a que nos propusemos foram efetuadas 21 entrevistas a reclusos do sexo masculino, reincidentes, para que deste modo pudéssemos obter as suas perceções sobre as Políticas de Reinserção social levadas a cabo no tratamento penitenciário. Estes reclusos entrevistados encontravam-se a frequentar algum grau de ensino, curso de formação profissional ou com uma ocupação laboral. Durante a realização desta investigação foram identificadas cinco problemáticas: percurso educativo, contexto em formação profissional, reinserção social, emprego e contexto familiar e comunitário. Tendo em conta os objetivos a que nos propusemos no início deste estudo foi possível conhecer melhor as políticas de reinserção social de reclusos através das perceções de quem vive a realidade prisional. Ao terminar esta investigação e depois de analisados os dados recolhidos, importa agora apresentar as conclusões a que chegámos.

Relativamente ao percurso escolar, à semelhança de Semedo (1999), os dados obtidos desta investigação mostram-nos um nível de escolaridade muito baixo dos sujeitos entrevistados e com profissões pouco qualificadas. No que diz respeito ao abandono escolar, o nosso estudo demonstrou um abandono muito precoce do sistema de ensino, sendo que os entrevistados referem acima de tudo que este teve origem em razões pessoais e económico/familiares. Relativamente às razões pessoais, estas estão associadas à falta de motivação para o estudo (SE, SG, SL) e ao mesmo tempo com o surgir da curiosidade em experimentar algumas drogas e álcool. Outra das razões apontadas para o abandono escolar são o desinteresse pelo estudo e o absentismo, que já havia sido referido por Capucha et al. (2005). No que diz respeito às razões económico/familiares, os dados apurados vão ao encontro do defendido por Semedo, (1999). Os dados obtidos permitem-nos dizer que algumas das justificações dadas para o abandono escolar, prendem-se por um lado, com a necessidade de trabalhar para apoiar financeiramente a família e por outro lado para ajudar os pais no trabalho, tal como referem alguns dos reclusos entrevistados (SA, SS, SC, SN, SU). Podemos constatar que relativamente ao ensino, os reclusos são uma população com níveis muito baixos de escolarização, que o

sistema prisional não tem conseguido atenuar, mantendo-se como tal os efeitos negativos da fraca escolarização e do abandono escolar durante o cumprimento das penas.

Foi também possível conhecer a trajetória de vida que levou os entrevistados a iniciar-se no mundo do crime. Desta forma podemos concluir que no caso dos sujeitos entrevistados estes iniciaram-se na criminalidade entre a adolescência e a idade adulta. As causas apontadas para o início da delinquência prendem-se com a curiosidade em experimentar as drogas, ou seja com o consumo de estupefacientes e também muito ligadas ao grupo de pares. Os nossos dados vão assim ao encontro do defendido por alguns autores (Semedo, 1999; Bean, 2004; Torres & Gomes, 2005). Principalmente neste ponto, os sujeitos referem, que apesar de consumirem drogas, se não fossem “as companhias” provavelmente não teriam cometido crimes. O sujeito F refere isto mesmo, dizendo que foram acima de tudo as companhias que o levaram para o mundo da droga e do crime e diz «...pronto comecei a acompanhar com companhias que não devia acompanhar e entretanto comecei a experimentar...a heroína, a cocaína ...». Relativamente às causas da reincidência, estas estão associadas aos consumos e a problemas psíquicos sendo estes os aspetos mais relevantes para a repetição de um ato criminal. Os nossos dados vão assim ao encontro do defendido por Machado e Gonçalves (1999:234) ao referirem que as taxas de reincidência são três vezes superiores em reclusos cujas penas estão ligadas à droga. Perante estes dados podemos dizer que os objetivos das políticas de reinserção social de reclusos, em tentar evitar que os reclusos reincidam, não estão a ser eficazes. Apesar de existirem programas para o tratamento da toxicod dependência, uma das causas para a reincidência continua a ser o consumo de drogas, estando ainda associado a estes consumos os problemas psíquicos, que são outra das causas para a reincidência. Estando estes problemas identificados durante a permanência do recluso em meio prisional, podemos concluir com os nossos dados, que o acompanhamento do recluso além de escasso durante o cumprimento de pena termina na sua saída do sistema prisional. O apoio no pós-reclusão pelo sistema prisional deveria ter uma continuidade num tempo alargado, que permitisse a total recuperação do ex-recluso.

Os dados que obtivemos demonstraram que a formação profissional em meio prisional é uma mais-valia para os sujeitos entrevistados, sendo esta no entanto considerada escassa pelos mesmos. O que podemos constatar com os dados obtidos, foi de que a formação profissional disponível reflete as características dos reclusos, que apresentam baixos níveis de qualificações e desqualificação profissional. Para os sujeitos, a formação permitiu obter mais conhecimentos e competências. Isto mesmo refere o sujeito (D) ao referir que «As expectativas era de adquirir competências...». Estes consideram que a formação profissional será certamente uma vantagem na hora de procurar um emprego. O que os nossos dados demonstram vai ao encontro do defendido por Gomes et al (2003). Relativamente às suas motivações, os nossos dados, que vão ao encontro do já referido por alguns autores (Gomes,

2003; Duarte, 2003; Almeida, 2003 - que os reclusos frequentam os cursos de formação como uma forma de ocuparem o tempo, para aumentarem o nível de escolaridade, poderem obter um certificado e também com o intuito de ganharem algum dinheiro.

Neste sentido, podemos afirmar, que nesta área as políticas de reinserção social de reclusos estão a conseguir dar algumas competências/ferramentas para que os reclusos se possam integrar melhor na sociedade. A formação profissional, que permite aprender uma profissão, é uma das formas apontadas pelos reclusos como facilitadora da sua reinserção. No entanto, não podemos deixar de referir que a mesma é escassa, o que limita as escolhas de quem quer aprender um ofício. Esta realidade é apontada por alguns sujeitos entrevistados que referem «Era o único que cá tínhamos.» (Sujeito M), «É porque era o único que estava para o 6º ano, era o único que havia.» (Sujeito P). Apesar de os reclusos acharem que a formação profissional é uma mais-valia para estes se incluírem de novo na sociedade, os dados que obtivemos, à semelhança de Semedo (1994), também revelaram que alguns reclusos apenas a frequentam para se manterem ocupados. No nosso entender, é importante que o sistema prisional encontre formas de motivar os reclusos para uma aprendizagem ao longo do cumprimento da pena, para que estes tenham um papel mais ativo, uma co-responsabilidade no seu processo de reinserção.

Para que possa existir uma Reinserção Social eficaz no sistema prisional, é necessário que se prepare um recluso para a liberdade desde o momento em que este entra na prisão. Indo ao encontro do defendido por Foucault (1995) e Corinne Rostaing (1996), os nossos dados identificaram o trabalho prisional como uma das formas que contribui para uma melhor reinserção social dos reclusos. Contudo, também de acordo com os dados desta investigação, as ofertas de trabalho em meio prisional não conseguem ocupar toda a população prisional. Sendo um dos obstáculos à reinserção a falta de emprego, o trabalho em meio prisional torna-se a única fonte de rendimento que um recluso tem para tentar amealhar algum dinheiro para a sua saída. Alguns dos reclusos entrevistados mencionam esta situação ao referirem que «o pouco dinheiro que se ganha também é necessário...» (Sujeito D), «Porque não tinha nada para fazer, só por isso e para ganhar alguma coisita para fazer umas (centenas?) para me dar, para tabaco...» (Sujeito F). Esta realidade é também referenciada por Clark (2001).

Associada à falta de emprego, um recluso tem ainda de lidar com a exclusão e o estigma. De acordo com os dados obtidos, e à semelhança do já referido por Goffman (1996), podemos dizer que, depois da prisão, a vida de um recluso nunca mais será a mesma. Terá sempre de lidar com o estigma desacreditável. No nosso entender, os responsáveis por esta área do tratamento penitenciário não têm conseguido dinamizar nem impulsionar o trabalho prisional de modo a conseguir abranger um maior número de reclusos e que podemos confirmar não só através dos nossos dados, mas também, como já havíamos referido, através do Relatório de Atividades de 2010 da DGSP, que refere a 31 de dezembro uma taxa de ocupação laboral de

apenas 40%. No nosso entender, tendo em conta a importância do trabalho prisional referida pelos reclusos entrevistados, deveria ser feito um esforço por parte dos responsáveis por esta área do tratamento penitenciário em aumentar o número de ofertas de trabalho em meio prisional.

Os dados obtidos permitiram-nos ainda verificar que os sujeitos entrevistados acreditam que o fato de poderem usufruir de saídas precárias, é um facilitador para a sua reinserção, por estas permitirem uma adaptação faseada à sociedade e de ligação e manutenção de laços afetivos com a família. Esta realidade é apontada pelo sujeito (A) e pelo sujeito (G). Os dados que obtivemos nesta investigação relativamente aos obstáculos que os reclusos sentem no seu processo de reinserção social vão ao encontro do defendido por Correia (1981), Gonçalves, (2000) e Silva (2008), sendo que um dos grandes obstáculos à reinserção social dos reclusos é o fraco apoio no pós reclusão. No sistema prisional, não pode apenas existir um tratamento penitenciário durante o cumprimento da pena, pois os problemas não acabam com a saída do recluso. É necessário dar continuidade ao apoio que se iniciou intra-muros. Esta falta de apoio reflete-se depois nas taxas de reincidência, em que os reclusos sentem que foram retirados da sociedade e para a qual não estão aptos a regressar.

A questão do emprego, é no nosso entender, um problema difícil para um ex recluso. Os nossos dados vão ao encontro do defendido por Pereirinha et al. (2008) ao referir que a existência de um baixo nível de escolaridade / qualificação pode desencadear situações de pobreza devido às potenciais dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Um aspeto importante, que podemos aferir dos dados da investigação, é o da falta de acompanhamento do recluso na procura de emprego. Um recluso que esteve afastado da sociedade, quando sai vai encontrar uma sociedade mudada, que este não conhece e à qual tem dificuldade em se adaptar. Esta situação é referida pelo sujeito (D) que diz «agora o que é que eu ia esperar da rua nessa altura, era arranjar um trabalhito na minha área, na construção civil e não foi fácil, não arranjei». Pelos dados obtidos, e à semelhança do referido por Diez (2006), podemos dizer que quanto mais tempo um recluso passa no sistema prisional, sem ter uma participação social, mais se vão perdendo os laços que o uniam à sociedade. Isto, aliado ao estigma do ex-recluso, à dessocialização que a prisão cria, mais difícil será de no futuro obter um emprego. Esta realidade é-nos mencionada pelo sujeito (N) que diz «O problema é que as pessoas quando saem, por ser recluso do estabelecimento prisional, as pessoas, muitas ficam coiso não dão trabalho a essas pessoas e se calhar deviam deitar mais a mão a essas pessoas para não voltar mais ao mundo da reincidência.». Ensinar o recluso a fazer um curriculum vitae ou ajudá-lo numa entrevista de emprego, são algumas formas reveladas pelos reclusos, como uma forma de minimizar os problemas da estigmatização, da falta de emprego. Uma das melhorias que sugerimos, tendo em conta os dados recolhidos, seria o de dar continuidade ao apoio psicológico, que muitos recebem na prisão e que acaba no dia da sua saída. Não se

pode também pedir a um recluso que teve poucas oportunidades de trabalho em meio prisional, ou poucas ofertas de formação, que saia em liberdade sem qualquer apoio económico. Dar um apoio financeiro no momento da sua saída poderá ajudar a minimizar algumas das suas carências económicas, principalmente se este não conseguir arranjar um emprego.

No que diz respeito ao apoio familiar e comunitário os dados recolhidos estão de acordo com o defendido por alguns autores (Rostaing, 1996; Carmo, 2008) que revelaram que a família representa um apoio basilar na reinserção dos reclusos. Esta ajuda a manter os laços afetivos e cria de alguma forma uma ligação ao exterior. As visitas são para os reclusos uma forma de manter estes laços, contudo, as suas famílias têm algumas dificuldades em realizarem visitas com mais regularidade por habitarem longe do estabelecimento prisional. Isto mesmo é referido por alguns dos sujeitos entrevistados «Os meus filhos e agora é muito longe, então pior... É muito longe, são quase 200km, é impossível.» (Sujeito I). Também o Sujeito (J) menciona o mesmo dizendo «É raramente visitam, como eu sou de longe, sou da Mealhada.» No nosso entender, seria importante que os responsáveis pela afetação / transferências dos reclusos tivessem em consideração a área de residência das famílias dos reclusos, no momento da sua colocação num estabelecimento prisional.

As penas elevadas são também um elemento que contribui para a quebra destes laços e que criam obstáculos à manutenção das relações familiares. Os nossos dados vão ao encontro do defendido por Cunha (2003), que menciona que os muros da prisão separam os prisioneiros das suas relações exteriores ou anteriores, promovendo um hiato social. Alguns dos sujeitos referem esta realidade «...o tempo que nós aqui perdemos, queremos recuperar lá fora e eu estou só a perder o meu tempo aqui, também estou a perder o crescimento da minha filha que vai fazer agora 4 anos...» (Sujeito K). Também o Sujeito (E) menciona o fato de estar muito tempo em reclusão como um obstáculo à manutenção das relações familiares e diz «Se for uma prisão de um ano é uma coisa, se começa a passar mais de 2 anos, 3 anos quando regressa ou se vira por ele ou de certeza também não vão estar a investir naquilo que não sabem...». Apesar de os reclusos entrevistados mencionarem as penas elevadas como um obstáculo à reinserção social, esta investigação conseguiu apurar igualmente que as saídas precárias são uma das formas que os reclusos têm para gradualmente fazerem a sua integração/inclusão na sociedade e ao mesmo tempo fazerem a adaptação ao meio familiar e à comunidade. Assim sendo, na nossa opinião, os responsáveis pela concessão destas medidas poderiam alterar os seus pressupostos de modo a que mais reclusos e mais precocemente pudessem usufruir de saídas precárias. À semelhança do defendido por vários autores (Goffman, 1996; Rodrigues, 1999; Paugam, 2003; Capucha, 2005;), os dados obtidos nesta investigação revelaram que a reclusão levou os sujeitos inquiridos à desconfiança, ao afastamento da sociedade, à dessocialização, à auto estigmatização e também à falta de

percepção da realidade. A prisão altera a forma como o recluso vê a sociedade e como se vê a si próprio. O Sujeito (M) exemplifica esta situação quando diz «Não, não, uma pessoa anda truncado nos primeiros tempos...Exatamente de olhares, fazemos, podemos fazer um bocado de filmes, aquela mania da perseguição ou que estão a olhar para a roupa ou...». Ao considerar-se excluído, o recluso deixa de ter uma participação social o que dificulta ainda mais a sua reintegração na sociedade.

As políticas de reinserção de reclusos, de acordo com os dados desta investigação, ficam muito aquém dos objetivos de evitar a reincidência e facilitar a reinserção. Consideramos que as Políticas Sociais existentes no Sistema Prisional poderiam e deveriam ser mais audazes na reinserção social dos reclusos. Do que podemos verificar das percepções dos reclusos, apenas na área da formação profissional se tem conseguido alguns indícios positivos que contribuem para a reinserção social dos reclusos. E mesmo neste caso, o fato de existir pouca oferta de formação é uma lacuna que deveria ser colmatada. No decorrer deste trabalho sentimos algumas dificuldades em nos descolarmos da realidade sobre a qual esta investigação versou, tendo em conta a relação profissional com o sistema prisional. Quando já se lida com a realidade sobre a qual vamos produzir conhecimento científico, torna-se mais difícil conseguirmos o afastamento necessário para se realizar um trabalho imparcial. Julgamos que apesar das dificuldades sentidas, esse objetivo não só foi conseguido, como permitiu ficar a conhecer de uma outra perspectiva uma realidade até então pouco conhecida ou distorcida do real. Na nossa opinião, o tratamento penitenciário é um trabalho difícil e penoso. Primeiro, pela população alvo. Uma população com baixos níveis habilitacionais, fracas qualificações e com famílias desestruturadas. Segundo, pelo elevado número de reclusos que habitam o sistema prisional. Quanto maior o número de reclusos, maiores serão as necessidades humanas e financeiras para o tratamento penitenciário. Terceiro, o sistema prisional é avesso a grandes mudanças, o que em termos de aplicabilidade de determinadas medidas que se queiram tomar em termos de reinserção, será um pouco mais moroso que o considerado normal. Com esta investigação conseguimos perceber que depois de um indivíduo entrar na prisão, a sua vida não voltará a ser a mesma. O próprio recluso passa a acreditar que uma vez recluso, recluso para sempre. Ainda assim, pensamos que com algumas mudanças nas políticas de reinserção social dos reclusos poderíamos vir a assistir a mais casos de sucesso de inserção/integração de ex reclusos na sociedade com diminuição das taxas de reincidência.

Depois de realizada esta investigação, consideramos que as Políticas de Reinserção Social levadas a cabo no tratamento penitenciário foram bem desenhadas, no entanto, a avaliação que podemos fazer dos dados obtidos é a de que na prática estas são pouco eficazes e carecem de algumas mudanças para se adaptarem a uma população com características muito específicas. Na nossa opinião, tendo em conta que esta investigação é apenas um estudo de caso, não reflete a realidade nacional, seria pois no futuro importante que se alargasse este estudo a um nível mais lato, para que assim se pudessem tirar outras ilações relativamente às Políticas de Reinserção Social de reclusos. Consideramos também, pelo que podemos observar

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

dos dados obtidos, que seria importante no futuro realizar-se um estudo mais aprofundado das Políticas de Reinserção Social de reclusos no apoio ao ex recluso. Se tivermos em consideração, que um dos grandes problemas da reincidência se encontra no pós reclusão, achamos muito importante que se realizasse um estudo que envolvesse apenas ex reclusos não reincidentes, para deste modo perceber o que funcionou na sua reinserção e assim melhorar alguns aspetos que possam ter falhado com outros reclusos que reincidiram.

Referências Bibliográficas

- Abric, Jean-Claude (2003). *Exclusion Sociale, Insertion et Prévention*. Édition érès.
- Adam, Barbara; Beck, Ulrick e Loon, Joos van (eds.) (2000). *The Risk Society and Beyond. Critical Issues of Social Theory*. London, Sage Publications Ltd.
- Agra, Cândido e Matos, Ana (1997). *Trajelórias Desviantes*. Lisboa, GPCCD, Ministério da Justiça.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo* (3ª ed), Lisboa, Edições 70.
- Boni, Valdete e Quaresma, Sílvia (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista eletrónica dos pós graduados em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2 nº1 (3) janeiro-julho, p. 68-80.
- Borba, Andreilcy Alvino e Lima, Herlander Mata (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, nº 106, Apr./June
- Branco, Francisco; Costa, Bruto da e MELO, Alberto (2002). Mesa Redonda: A nova era das políticas sociais ativas. *TEXTOS, Instituto para o Desenvolvimento Social*, fev
- Cabral, Manuel Villaverde (1995). Equidade social, estado-providência e sistema fiscal: Atitudes e perceções da população portuguesa (1991-1994). *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. Nº 17, pp. 9-34.
- Caetano, A. e Velada, R. (2007). O problema da transferência na formação profissional. In: Caetano, A. (Ed.). *Avaliação da formação: Estudos em organizações portuguesas*. Lisboa Livros horizontes, pp. 19-37.
- Cameira, Ana e Quintela, Paula (2008). Na criação de novas oportunidades. *Revista Cidade Solidária*, Lisboa, nº20, Julho, pp.10-17.
- Capucha, Luís (2005). *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora
- Cardim, J. E. V. C. (2005). *Formação profissional: Problemas e Políticas*, Lisboa.
- Carmo, Isabel Maria Nobre (2008). *O impacto da prisão na conjugalidade*. Tese de Mestrado do ISCTE
- Chambel, Elza (2008). Pobreza, intervir para mudar. *Revista Cidade Solidária*, nº20, julho, pp.6-9.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Comfort, Megan (2007). Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Revista Análise Social*, XXII (185), pp.1055-1077.

Comissão das Comunidades Europeias (2003). Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Ação Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005), Bruxelas, COM (2003) 773 Final.

Comité de Ministros do Conselho da Europa (1987), ponto V da Recomendação (99), de 30 de Setembro

Correia, Malça (1981). *Tratamento penitenciário: contém a nova Lei prisional*. Editora Centro do Livro Brasileiro

Costa, A. B. (2007). *Exclusões sociais*. Lisboa, Gradiva Publicações, Lda.

Costa, António e Viegas, José (1998). *Portugal que Modernidade?* Celta Editora, pp. 45-78.

Cunha, Manuela I. P. P (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e trajetos*. Lisboa, Fim de Século.

Cunha, Manuela I. P. P.. (1994). Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina. Centro de Estudos Judiciários, ed. 1, 1 vol. Lisboa.

Dantas, D. (2004). Está alguém aí fora? Reflexões sobre o trabalho oficial na prisão. *Temas penitenciários*, III (1 e 2), 71-78.

Decreto- Lei 401/91, de 16 de Outubro (quadro legal da formação profissional).

Decreto-lei 265/79, de 29 de outubro.

Decreto-Lei n.º 132/99 de 21 de Abril (Ministério do Trabalho e da Solidariedade)

Decreto-Lei n.º 387/99 de 28 de Setembro (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA)).

Decreto-Lei nº 125/2007, de 27 de Abril e foi criado por despacho do Diretor Geral de 30 de Abril de 2007 (Centro de Competências para a Educação e Dinamização Sócio - Cultural e Desportiva).

Despacho conjunto n.º 1083/2000, de 20 de novembro dos Ministérios da Justiça e da educação

Despacho conjunto n.º 451/99, publicado no DR nº 127 de 01 de junho de 1999 dos Ministérios da Justiça e da Educação.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Despacho conjunto n.º 561/2001 dos Ministérios da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social.

Despacho n.º 18361/2008 (regulamentos específicos do Programa Operacional Potencial Humano (POPH)).

DIEZ, Esther Raya (2006). *Indicadores de exclusión social - Una aproximación al estudio aplicado de la exclusión*. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

Direção Geral dos Serviços Prisionais: Bolsa de Trabalho Prisional - Um Guia para as Entidades Empregadoras. Centro de Competências Para Apoio à Reintegração Social.

Dores, António (2003). *Prisões na Europa: um debate que apenas começa*. Oeiras: Celta Editora.

Dores, António Pedro. (2003). A Modernização das Prisões. In Dores, António Pedro (org.). *Prisões na Europa*. Oeiras, Celta.

Durkheim, Émile (1977). *DIVISAO DO TRABALHO SOCIAL*. Lisboa. editora presença.

Faugeron, Claude. (1996). The Changing Functions of Imprisonments. In Mathews, Roger e Francis, Peter (org). *Prisons 2000: An International Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. Houndmills, Macmillan Press.

Feldman, Philip (1977) *The Psychology of Crime*. Cambridge, University Press 1993

Ferreira, Eduardo Viegas (2011). Privação económica e criminalidade: o caso português (1993-2009) *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º67, Setembro, pp. 107-125

Ferreira, Vitor peña. (1999). Sobrepopulação Prisional e Sobrelotação em Portugal. *Temas Penitenciários*, Série II, 3 e 4; pp. 7-38.

Figueiredo, João. (1983). *Antecedentes Legislativos da Reinserção Social. Cidadão Delinquent: Reinserção Social?* Instituto de Reinserção Social, pp. 17-47.

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. (20ª edição), Petrópolis, editora vozes.

Freire, Sofia 82008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação* Vol. XVI, nº1, pp.5-20.

Furtado, L. e Condeço, C. (2009). A reinserção pelo trabalho ou a importância do trabalho e da formação profissional na reinserção de pessoas sujeitas a medidas judiciais. *Revista Ousar integrar*, nº3, pp. 39-52.

Giddens, A. (2000). *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

- Giddens, Anthony (2000). *Sociologia*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian
- Goffman, E. (1996). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva S.A.
- Gomes, Conceição. (2002). *As Tendências da Criminalidade e das Sanções Penais na década de 90 - Problemas e Bloqueios na Execução da Pena de Prisão e da Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais/Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.
- Gomes, Conceição; Duarte, Madalena e Almeida, Jorge (2003). Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. *Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação Ateliê: Direito, Crimes e Dependências.
- GONÇALVES, Anabela (2000). Pós - Reclusão: punição a tempo indeterminado?”, *Temas Penitenciários*, 2000, Série II, nº5, pp. 39-43.
- Gonçalves, P. C. (2009). *A pena privativa de liberdade - evolução histórica e doutrinal*. Lisboa: Quid Juris? - Sociedade Editora Lda.
- Gonçalves, R. A. (1994). Um olhar sobre as prisões: A necessidade de um plano de futuro. *A razão*, v (39), pp. 62-64.
- GONÇALVES, R. A. (1998). Tratamento Penitenciário: Mitos e Realidades, Ilusões e Desilusões. *Temas Penitenciários*, 1998, Série II, nº1, pp. 65-73.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra, Quarteto.
- Gonçalves, R. A. e Sani, Ana (1999). *Crimes: práticas e testemunhos*. *Atas do congresso crimes ibéricos*, universidade do Minho, 26 a 26 de setembro de 1998
- GONÇALVES, R. A. e Vieira, Sandra (2005). Atitudes face aos Reclusos em Guardas Prisionais: Implicações para a formação do pessoal. *Temas Penitenciários*, 2005, Série III, nº1 e nº2, pp. 23-28.
- Graffam, J., Shinkfield, A. J. e Hardcastle, L. (2008). The perceived employability of ex-prisoners and offenders. *International Journal of offender therapy and comparative criminology*, 52 (6), pp. 673-685.
- Guerra, Isabel (2000) *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de ação - O planeamento em Ciências Sociais*, 2ª edição, Principia.
- Guerra, Isabel (2002). Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”, *Revista Critica de ciências Sociais*, 63, outubro, pp.47-74.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Guerra, Isabel (2006) *Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e formas de uso*, 1ª edição, Principia

Hespanha, Pedro (2002). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas, *Revista Critica de ciências Sociais*, 63, outubro, pp.21-30.

<http://dre.pt/pdf2sdip/2009/03/048000000/0925609258.pdf> (Centro de Competências para a Dinamização e Gestão de Actividades.)

http://www.legislacao.mvdj.org/educacao/ensino_recorrente/Despacho_Conjunto_451-99.htm (ensino recorrente nos estabelecimentos prisionais)

Jean, Jean-Paul. (1999). Os Reclusos Perigosos. *Revista Reinserção Social*. Instituto de Reinserção Social.

Jessor, R. e Jessor, S. L. (1977). *Problem behavior and psychosocial development: A longitudinal study of youth*, New York, Academic Press.

King, Roy D. e Mc Dermott, Kathleen, (1995). *The state of our prisons*, Oxford, Clarendon press.

Lawson, Tony e Heaton, Tim (2009). *Crime and Deviance*, 2nd edition, Palgrave Macmillan.

Leal, António (1985). As políticas sociais no Portugal de hoje. *Análise social*, Lisboa, 21 (87-88-89), pp. 925-943.

Lei de bases da Segurança Social (lei 28/84, 14/8)

Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro - Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

Lourenço, Vanda Silvestre (2008). Dos maus tratos ao estigma: uma análise ao discurso do recluso toxicod dependente a realizar tratamento em unidade livre de droga, *Revista Ousar Integrar*, Lisboa, N.1, Set., pp.41-53.

MacCoun, R., Kilmer, B. e Reuter, P (2003). Research on Drugs-Crime Linkages: The Next Generation, *NIJ Special Report*

Machado, Cândida e Gonçalves, R. A. (1998). Intervenção em reclusos seropositivos: descrição de um programa, *Temas Penitenciários*, Vol. 2, nº 1, pp. 19-32.

Machado, Helena. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. ed. 1, Porto, Afrontamento.

McGUIRE, James (2011). Redução da reincidência de ofensores adultos: uma revisão de métodos e resultados. *Revista Ousar Integrar*, Lisboa, Nº.8, Ano 4, Janeiro, pp.9-25.

Mellor-Clark, J. et al. (2001). Counselling outcomes in primary health care: a CORE system data profile. *European Journal of Psychotherapy & Counselling*, 4 (1), pp. 65-86.

Moller, Iver e Hespanha, Pedro (2002). Patterns of exclusion/inclusion and people's strategies. In: Berkel, Van and Moller, Iver (org.). *Active Social Policies in the EU. Inclusion Through Participation?* Bristol, The Policy Press, pp. 137-156.

Moreira, C.D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, J. J. Semedo. (1994). Vidas Encarceradas: Estudo Sociológico de uma Prisão Masculina. *Coleção Cadernos do CEJ*. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários. Lisboa: nº 1/93.

Mozzicafreddo, Juan (1994). O Estado-Providência em transição. *Revista: Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, CIES, nº16, pp. 11-40.

Mozzicafreddo, Juan (1997). *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta editora.

Mozzicafreddo, Juan (1992). O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias, *Revista: Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES, nº 12, pp. 57-89.

Negreiros, Jorge (1998). Relação entre o consumo de álcool e drogas e comportamentos anti-sociais nos jovens. *Toxicodependências*, Vol.4 nº 1, pp.51-58.

Offe, Claus (1981). PRAXIS International, issue: 3, pages 219-229. [Em linha]. Disponível em www.ceeol.com [Consultado em 10/02/2014].

Offe, Claus. (1981). *Contradictions of the Welfare State*. London, Hutchinson.

Oliveira, Nuno (2010). Diferença e integração. *CIES e-WorkingPapers nº 87*

Pager, Devah (2006). *Revista de Sociologia da USP*. V. 18, nº2, nov.

Paugam, Serge (1996). *EXCLUSION, L'ETAT DES SAVOIRS*, PARIS: La Decouvert.

Paugam, Serge (2003). *A Desqualificação Social - Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto, Porto Editora.

Pereirinha, J. (coord) (2008). *Género e Pobreza: Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino*. CIG, Lisboa.

Portaria n.º 1082-A/2001 de 5 de Setembro (Cria os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Portaria n.º 286-A/2002 de 15 de Março (Regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Portaria nº538/88, de 10 de Agosto (Centro Protocolar da Justiça).

Provedoria de Justiça (1999). *Relatório sobre o Sistema Prisional*. Lisboa, Provedoria de Justiça.

Quivy & Compenhoudt (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª edição, Gradiva Publicações.

Ribeiro, J.L.P. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e saúde*, Porto, Legis Editora/Livpsic.

Roberts, Jenny (1996). The Relationship Between the Community and the Prison. In: Mathews, Roger e Francis, Peter (org.), *Prisons 2000: An International Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. Houndmills: Macmillan Press.

Rodrigues, Anabela Miranda. (1996). O Sistema Punitivo Português. *Sub Judice n.º 11*, Janeiro/Junho, pp. 27-39.

Rodrigues, Anabela Miranda. (1999). Consensualismo e Prisão. In: *Documentação e Direito Comparado*, n.º 79/80, pp. 355-377.

Rodrigues, Anabela Miranda. (2000). *Novo Olhar Sobre a Questão Penitenciária - Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização; Jurisdicionalização; Consensualismo e Prisão*. Coimbra Editora.

Rodrigues, Eduardo et al. (1999). Políticas sociais e exclusão em Portugal. *Revista: Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, n.º31, pp. 39-67.

Rodrigues, Eduardo; Barroso, Margarida e Caetano, Ana (2010). Trabalho, família e bem-estar: fatores e padrões de qualidade de vida na Europa; *CIES e-WorkingPapers n.º 93*.

Rodrigues, Fernanda (2003). *Ação Social na Área da Exclusão Social*, Universidade Aberta.

Rosa, Sandra (2010). *Avaliação do Impacto da Implementação de um Programa de Formação para o Empreendedorismo em Ex-Reclusos*, Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana.

Rostaing, Corinne (1996) Les détenus de la stigmatisation à la négociation d'autres identités. In: Paugam, Serge (1996), *L'exclusion. L'état des savoirs*, Paris, La découverte.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Rubio, M^a. José e Monteros, Silvina (2002). *La Exclusión Social - Teoría y práctica de la intervención*, Editorial CCS.

Santos, Boaventura de Sousa (1987). Estado, sociedade, políticas sociais: o caso da política de saúde, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, pp.13-74.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2001). *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Edições Afrontamento, Porto.

Santos, Boaventura Sousa, (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Schnapper, Dominique (1996). Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. In: Paugam, Serge (dir.) (1996). *L'Exclusion. L'Etat des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 23-31.

Sellin, Johan Thorsten (1938). *Culture conflict and crime*, Social Science Research Council

Shoemaker, Donald J. (2000). *Theories of Delinquency: An Examination of Explanations of Delinquent Behavior*, Oxford University Press.

Silva, Eugénia (2008). Reinsereir com autonomia - O caso dos ex reclusos, *Revista: Cidade Solidária*, Lisboa, nº20, pp.76-81.

Social Exclusion Unit (2002). *Reducing re-offending by ex-prisoners*, HMG Cabinet Office.

Sykes, Gresham M. (1958). *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*, Princeton University Press.

Torres, Anália e Gomes, Maria (2005). Drogas e Prisões: relações próximas, *Toxicoddependências*, Ano 11, nº2: pp.23-40.

Tumin, Stephen (1996). The State of the Prisons. In: Mathews, Roger e Francis, Peter (org.). *Prisons 2000: Na International Perspective on the Current State and Future imprisonment*. Houndmills: Macmillan Press.

Vala, J. (2001). A Análise de conteúdo. In: A.S. Silva & J.M. Pinto (Eds), *Metodologia das Ciências Sociais* (11^a ed., pp. 108-128), Porto, Edições Afrontamento.

Vaz, Maria J. (1998). Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX. Oeiras: Celta.

Vieira, Hernâni (1998). Intervenções em Meio Prisional - Abordagem Exploratória. *Temas Penitenciários*, Série II, 1, pp.45-54.

Webster, Cheryl Marie. (1997). *O Dever de Trabalho do Recluso e a Sua Ressocialização. Uma Coexistência Impossível?* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Williams, C. (2007) Research methods, *Journal of Business & Economic Research*, 5 (3), pp. 65-72.

www.dgsp.pt

Yela, María (2002). *Breve reseña teórico-histórica de la institución penitenciaria, La exclusión social: teoría y práctica de la intervención* / coord. por María José Rubio Martín, Silvina Monteros, Editorial CCS

Anexo 1 - Guião de entrevista

Entrevista

Sujeito: _____ Data:

Local:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Agregado familiar: Antes da prisão:

Depois da prisão:

Situação jurídico-penal:

Percorso Educativo

- 1-Quando veio preso pela 1ª vez tinha que escolaridade?
- 2-Abandonou os estudos com que idade?
- 3-O que o levou a abandonar a escola?
- 4-Acha que teria seguido outro rumo se tivesse continuado a estudar?
- 5-Quando e porquê se iniciou na delinquência?
- 6-Quem mais o influenciou a cometer crimes?

Contexto em formação profissional

- 1-Quando veio preso já tinha frequentado algum curso de formação profissional?
- 2-Está a fazer algum curso de formação profissional na prisão?
- 3-O que o levou a frequentar um curso de formação profissional na prisão?
- 4-Segundo a sua opinião, qual a importância que a formação terá quando sair em liberdade?
- 5-Como teve conhecimento das formações existentes na prisão?
- 6-No seu entender os cursos de formação existentes adequam-se às necessidades liberdade?
- 7-O curso que está a frequentar ou o/os que já frequentou correspondem às suas expectativas?
- 8-Na sua opinião, o que se poderia melhorar na formação oferecida nas prisões?

Contexto familiar e comunitário

- 1- Teve o apoio de alguém quando veio preso da 1ª vez?
- 2- Com que frequência tem visitas?
- 3- Quem o visita mais frequentemente?
- 4- Qual a importância das visitas para si?
- 5- Como foi efetuada a sua transição entre a prisão e a liberdade? (apenas para reincidentes)
- 6- Qual foi a reação das pessoas quando saiu em liberdade depois da 1ª condenação?
- 7- O que mudou na sua relação familiar antes e depois de vir preso?

Reinserção Social

- 1- Quantas vezes já esteve preso?
- 2- O que o levou a reincidir?
- 3- Quais os maiores obstáculos que sentiu quando saiu pela primeira vez?
- 4- De quem sentiu mais apoio quando saiu em liberdade?
- 5- Na sua opinião, o que poderia ter facilitado o seu regresso à liberdade?
- 6- Durante o cumprimento da pena sentiu que foi preparado para sair?

Emprego

- 1- Qual era a sua situação profissional quando veio preso pela 1ª vez?
- 2- Quando saiu pela primeira vez em liberdade procurou e conseguiu emprego?
- 3- Quais foram as maiores dificuldades que sentiu na procura de emprego?
- 4- Se tivesse arranjado emprego, acha que não teria reincidido? (apenas para os que não encontraram emprego)
- 5- Considera importante ter uma profissão para se reinserir na sociedade?

Anexo 2 - Pedido de autorização para a realização de trabalhos de Mestrado



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Exmo. Sr.

Director Geral dos Serviços
Prisionais

Travessa Cruz do Torel, 1

1150-122 Lisboa Codex

Covilhã,

Assunto: Autorização para realização de trabalhos de Mestrado

Exmo. Senhor Director,

Nuno Augusto professor da área de Sociologia da Universidade da Beira Interior, na qualidade de orientador do mestrando Carlos Manuel Cardoso de Sousa no projeto de investigação intitulado "**As Políticas de Reinserção Social de Reclusos**", conducente ao grau de Mestre em Sociologia pela Universidade da Beira Interior, vem muito respeitosamente solicitar autorização a V. Ex.^a para que o referido estudante possa recolher dados no âmbito da sua investigação nos E. P. de Alcoentre, Covilhã e Coimbra.

Conforme regulamento em vigor, junta-se o projecto de investigação (entretanto já aprovado pela Universidade da Beira Interior).

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Prevê-se que a recolha de dados possa estar concluída no prazo de 12 meses após o seu deferimento, aproveitando-se desde já a oportunidade para assegurar que o estudo não envolve qualquer procedimento invasivo e serão rigorosamente garantidos todos os princípios éticos, especialmente os de **participação informada, voluntariamente consentida e anónima.**

Agradecendo antecipadamente a atenção dispensada, subscrevo-me na expectativa de resposta favorável.

Com os melhores cumprimentos,

A orientadora/director do Curso de
Mestrado em Sociologia da
Universidade da Beira Interior

(Nuno Augusto)

O Mestrando

(Carlos Manuel Cardoso de Sousa)

Anexo 3 - Diferimento ao pedido de autorização para a realização de trabalhos de Mestrado



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)

Dr. Carlos Manuel Cardoso de Sousa

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
C Eletrónico 7/8/2014		193/DSOPRE/2014	20 / 08 /2014

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Sociologia pela Fac. de Ciências Sociais e Humanas da U. da Beira Interior

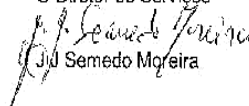
Tenho a honra de informar V. Exa. de que, por despacho do Senhor Diretor – Geral datado de 20.08.2014, e tendo em vista a elaboração do trabalho supramencionado, está autorizado a fazer a sua pesquisa nos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre, Coimbra e Covilhã. Daqui decorre que pode entrevistar em cada um dos estabelecimentos prisionais uma amostra de sete reclusos.

Dando cumprimento ao disposto na Circular n.º 5 / GDG / 2001 de 18 de Junho – que regula estágios e investigações académicas - chama-se a atenção para o facto de a investigação estar sujeita às condições de:

- a realização das entrevistas estar sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação. A autorização deve ser expressa por escrito e guardar-se cópia nos respetivos estabelecimentos;
- a calendarização e o modo de organização da pesquisa dever ser acordada com a Direção dos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre, Coimbra e Covilhã por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana dos estabelecimentos;
- haver obrigação de preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- remeter cópias do trabalho final à Direção de Serviços de Organização Planeamento e Relações Externas, assim como aos Estabelecimentos Prisionais onde realizou o estudo.

Com os melhores cumprimentos.

O Diretor de Serviços


João Semedo Moreira

Anexo 4 - Pedido de autorização para a realização de 7 entrevistas adicionais

Exmo Senhor Diretor Geral de Reinserção e Serviços Prisionais,

Carlos Manuel Cardoso de Sousa, a realizar uma investigação para Mestrado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, vem por este meio solicitar, em adenda ao ofício 193/DSOPRE/2014 de 20 de Agosto, que se digne autorizar a realização de 7 entrevistas adicionais a reclusos reincidentes no Estabelecimento Prisional Regional da Covilhã, por motivo de alteração metodológica.

Com os melhores cumprimentos.

Carlos Manuel Cardoso de Sousa

Anexo 5 -Resposta ao pedido autorização para a realização de 7 entrevistas adicionais

RE: Adenda a pedido de autorização para investigação

semedo

10-09-2014

Para: 'carlos sousa'



Exmo. Senhor Dr. Carlos Sousa

Tenho a honra de informar V. Exa. de que, tendo em vista a elaboração do trabalho autorizado por despacho do Senhor Diretor – Geral datado de 20.08.2014, está autorizado a entrevistar adicionalmente mais sete reclusos do Estabelecimento Prisional da Covilhã.

Dando cumprimento ao disposto na Circular nº 5 / GDG / 2001 de 18 de Junho – que regula estágios e investigações académicas - chama-se a atenção para o facto de a investigação estar sujeita às condições referidas no nosso Ofício 193/DSOPRE/2014 de 20 de agosto e que se indicam:

- a realização das entrevistas estar sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação. A autorização deve ser expressa por escrito e guardar-se cópia nos respetivos estabelecimentos;
- a calendarização e o modo de organização do alargamento da pesquisa dever ser acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional da Covilhã por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana do estabelecimento
- haver obrigação de preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- remeter cópias do trabalho final à Direção de Serviços de Organização Planeamento e Relações Externas, assim como aos Estabelecimentos Prisionais onde realizou o estudo.

Com os melhores cumprimentos.

Anexo 6 - Dados Sócio demográficos dos reclusos entrevistados

Sujeito: A

Idade: 52

Profissão: Construção Civil

Escolaridade: 6º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 1 filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 9 Anos e 3 meses

Reincidência: 5

Sujeito: B

Idade: 48 Anos

Profissão: Futebolista Profissional

Escolaridade: 6º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 1 Filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 3 Anos

Reincidência: 3

Sujeito: C

Idade: 43 Anos

Profissão: Servente de Construção Civil

Escolaridade: 9º Ano

Estado Civil: União de Facto

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Agregado familiar: 3 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 14 Anos e 6 meses

Reincidência: 2

Sujeito: D

Idade: 51 Anos

Profissão: Servente de Construção Civil

Escolaridade: 9º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 1 Filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 10 Anos e 6 meses

Reincidência: 3

Sujeito: E

Idade: 54 Anos

Profissão: Construção Civil

Escolaridade: 9º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 1 Filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 9 Anos

Reincidência: 3

Sujeito: F

Idade: 53 Anos

Profissão: Servente de Construção Civil

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Escolaridade: 6º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: Divorciado

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 9 Anos

Reincidências: 3

Sujeito: G

Idade: 58 Anos

Profissão: Funcionário Público

Escolaridade: 4º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 2 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 9 Anos

Reincidência: 3

Sujeito: H

Idade: 49 Anos

Profissão: Servente de Construção Civil

Escolaridade: Sabe ler e escrever

Estado Civil: União de Facto

Agregado familiar: 3 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 4 Anos

Reincidência: 4

Sujeito: I

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Idade: 62

Profissão: Pedreiro

Escolaridade: 4º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 3 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 1 Ano e 10 meses

Reincidência: 4

Sujeito: J

Idade: 25 Anos

Profissão: Carpinteiro de Cena

Escolaridade: 9º Ano

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: 1 Filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 6 Anos e 6 meses

Reincidência: 2

Sujeito: K

Idade: 32 Anos

Profissão: Aplicador de Estuque

Escolaridade: 8º Ano

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: 1 Filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 12 Anos

Reincidência: 3

Sujeito: L

Idade: 40 Anos

Profissão: Servente de Construção Civil

Escolaridade: 6º Ano

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 2 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 2 Anos e 6 meses

Reincidência: 3

Sujeito: M

Idade: 35 Anos

Profissão: Motorista de Veículos Pesados de Mercadorias

Escolaridade: 7º Ano

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: 2 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 4 Anos e 11 meses

Reincidência: 2

Sujeito: N

Idade: 29 Anos

Profissão: Trabalhador Agrícola

Escolaridade: 8º Ano

Estado Civil: Casado

Agregado familiar: 2 Filhos

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 9 Anos e 2 meses

Reincidência: 4

Sujeito: O

Idade: 36 Anos

Profissão: Padeiro

Escolaridade: 5º Ano

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: Sem filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 5 Anos e 6 meses

Reincidência: 2

Sujeito: P

Idade: 40

Profissão: Pedreiro

Escolaridade: 4º Ano

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: 5 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 3 Anos e 7 meses

Reincidência: 7

Sujeito: Q

Idade: 36

Profissão: Empregado de Balcão

Escolaridade: 4ºAno

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: 3 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 5 Anos e 6 meses

Reincidência: 2

Sujeito: R

Idade: 43 Anos

Profissão: Mecânico

Escolaridade: 9º Ano

Estado Civil: União de Facto

Agregado familiar: 1 Filho

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 2 Anos e 10 meses

Reincidência: 4

Sujeito: S

Idade: 42 Anos

Profissão: Pintor de Construção Civil

Escolaridade: 6º Ano

Estado Civil: Solteiro

Agregado familiar: Sem Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 3 Anos

Reincidência: 4

Sujeito: T

Idade: 35 Anos

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Profissão: Vendedor Ambulante

Escolaridade: 6º Ano

Estado Civil: União de Facto

Agregado familiar: 3 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 1 Ano e 6 meses

Reincidência: 4

Sujeito: U

Idade: 52

Profissão: Servente de Construção Civil

Escolaridade: Sabe ler e escrever

Estado Civil: Divorciado

Agregado familiar: 3 Filhos

Situação jurídico-penal: Pena de prisão: 3 Anos e 6 meses

Reincidência: 3

Anexo 7 - Transcrição das entrevistas (apenas em formato digital - CD)

Índice

Sujeito A.....	169
Sujeito B.....	179
Sujeito C.....	191
Sujeito D.....	198
Sujeito E.....	207
Sujeito F.....	214
Sujeito G.....	226
Sujeito H.....	233
Sujeito I.....	240
Sujeito J.....	247
Sujeito K.....	259
Sujeito L.....	270
Sujeito M.....	279
Sujeito N.....	286
Sujeito O.....	292
Sujeito P.....	306
Sujeito Q.....	315
Sujeito R.....	324
Sujeito S.....	331
Sujeito T.....	336
Sujeito U.....	343

Sujeito A

Entrevistador: Ora, sujeito A, Estabelecimento Prisional de Alcoentre. Então é assim, primeiro só que lhe queria perguntar a sua idade.

SujeitoA: 53.

E: A escolaridade concluída?

SA: 9º ano.

E: Estado civil? É casado?

SA: Divorciado.

E: O seu agregado familiar antes de vir para a prisão?

SA: Antes de vir para a prisão?

E: Sim.

SA: Tenho uma filha.

E: Já tinha antes de vir preso? Sim?

SA: Já tinha.

E: E antes de vir preso o senhor ainda estava casado?

SA: Não, não, já não estava.

E: E a sua filha não vivia consigo, não?

SA: Não, vive com a mãe.

E: Então o senhor vivia sozinho antes da prisão já, não é?

SA: Vivia sozinho.

E: A sua situação jurídica neste momento? O senhor está preso, posso saber qual é a sua pena?

SA: 9 e 3 meses.

E: 9 anos e 3 meses, isto é só em termos socioeconómicos para eu saber. Agora vou fazer algumas perguntas em determinadas áreas e o senhor fala normalmente, está-me a entender? E formalmente, está bem? Uma conversa informal como se estivesse lá fora.

SA: Está bom.

E: O senhor quando veio preso pela primeira vez tinha que escolaridade?

SA: Tinha o 9º ano.

E: Já tinha na altura.

SA: Já tinha.

E: E abandonou os estudos com que idade?

SA: 14.

E: Com 14 anos, então e o que é que o levou a abandonar a escola?

SA: Problemas, problemas não, a necessidade de trabalhar.

E: Tinha necessidade de trabalhar.

SA: A família é de, somos 10 irmãos.

E: Precisava de trabalhar para sustentar, não é?

SA: Para sustentar a família.

E: E acha que teria sido outro rumo se tivesse continuado a estudar?

SA: Claro.

E: Sim?

SA: Claro, era a minha intenção, só que...

E: Era?

SA: O meu pai tratou para nos colocar a trabalhar, chegar aquela idade e colocar-nos todos a trabalhar.

E: Mas fez o 9º ano e depois foi trabalhar?

SA: Foi.

E: Então e quem é que acha que mais o influenciou a cometer crimes?

SA: Isso já foi pós, já foi pós, o que me influenciou foi a necessidade, foi... Meti-me na heroína, comecei a consumir heroína.

E: Acha que a droga foi uma das causas?

SA: Foi.

E: Foi?

SA: Foi, veio até como eu nem precisava, porque eu tinha, eu sempre trabalhei na construção civil, tinha um bom ordenado, não precisava de nada de cometer qualquer crime...

E: De se meter na droga.

SA: ...nem e mesmo meter na droga, mas prontos aquilo foi influências. A gente diz sempre que é tudo influências dos amigos mas nós vamos lá porque queremos.

E: Claro e em que altura é que se iniciou?

SA: Com 28 anos.

E: Então e quando veio preso, é assim se quiser dizer alguma coisa esteja à vontade, está bem? Se quiser parar... Quando veio preso já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SA: Dois. Faianças e porcelana, não, não, só um. Faianças e porcelana.

E: Então e neste momento, está a fazer algum curso de formação profissional na prisão?

SA: Neste momento não.

E: Ou já fez?

SA: Também não.

E: Nunca fez desde que veio preso?

SA: Dentro da cadeia nunca fiz.

E: Nunca fez?

SA: Não.

E: Então, mas considera importante fazer formação cá dentro?

SA: Eu considero, para mim a intenção de dar formação dentro das cadeias é boa, agora a forma como ela é dada, talvez não seja a melhor, não é?

E: Sim. O que é que acha que se deveria mudar em termos da formação profissional?

SA: Mais, haver mais meios, mais aplicação, mais disponibilidade, muita coisa.

E: Acha que os cursos que existem em termos de formação profissional dentro das prisões, acha que se adequam depois às necessidades lá fora?

SA: Não, ainda não.

E: E em termos de quantidade? Acha que são suficientes os que existem?

SA: A quantidade são, agora a qualidade deixa muito a desejar.

E: Teve o apoio de alguém quando veio preso a primeira vez?

SA: Sim, sim. Toda a minha família.

E: Toda a família?

SA: Toda a família.

E: Com que frequência tem visitas?

SA: Atualmente já não tenho, tenho o... Os meus irmãos estão todos no estrangeiro.

E: Então neste momento não recebe visitas?

SA: Neste momento não recebo visitas, há quase um ano estou para receber, mas há quase um ano que não recebo.

E: Mas antes desse ano, antes disso recebia?

SA: De 15 em 15 dias tinha...

E: De 15 em 15 dias? E quem é que o vinha visitar?

SA: Os meus irmãos, a minha ex-mulher, a minha filha.

E: Então e qual é essa importância para si, essas visitas?

SA: A importância é um ânimo, é uma força que nós encontramos ali, nas visitas encontramos aquilo que não temos, que nos falta, além de liberdade encontramos aquilo que é nosso, que é do nosso sangue, aquela hora que estamos ali, nós estamos presos é a melhor forma de passar uma hora na cadeia com alguém que nos é querido e é assim e as visitas para mim são isso, não é?

E: Como é que foi efetuada a sua transição, entre a prisão e a liberdade?

SA: Como é que foi efetuada?

E: Ou seja, quando veio preso a primeira vez, depois quando saiu, que ajudas é que existiram, como é que se processou a sua saída da prisão para a liberdade?

SA: Ajudas a nível de reinserção social, foi zero.

E: Foi?

SA: Foi, completamente zero. Tive ajudas familiares, o apoio familiar, a disponibilidade de todos, trabalho agora em termos de reinserção foi zero.

E: Ou seja, da parte do sistema prisional, da reinserção social, sentiu que não houve apoio nenhum?

SA: Não tive mesmo ajuda nenhuma.

E: Foi mesmo só da parte da família?

SA: Foi da parte da família.

E: Qual é que foi a reação das pessoas quando saiu em liberdade a primeira vez? Ou seja, da comunidade, das pessoas que viviam próximo de si.

SA: Não, foi normal porque eu antes de sair beneficiei das saídas precárias e as pessoas começaram a ver-me regularmente, de mês e meio, de dois em dois meses ia a casa.

E: Considera importantes essas saídas precárias?

SA: É muito importantes, para quem usufruir, não é fácil usufruir delas mas para quem usufrui delas é extremamente importante.

E: Sim, acha que ajudou a, foi mais fácil depois o processo de se inserir novamente?

SA: O processo de inserção, torna-se mais fácil, já não há aquele impacto depois da pessoa sair passado 5, 6, 7, 8 anos de estar preso se for várias vezes, se for visto várias vezes em casa, no meio onde vive, as pessoas começam-se a habituar e torna-se mais fácil.

E: O que é que acha que mudou na sua relação familiar antes e depois de vir preso?

SA: Isso mudou, mudou, muda, isso muda sempre. Há a decepção da parte da família e há aquilo que eu sinto que é o, não digo o remorso, mas é o sentimento de culpa de lhes causar essa decepção e isso até por vezes nos dificulta, viver não, não é? Não é viver, é lidar.

E: Torna mais difícil lidar com essa situação, com esse sentimento de culpa?

SA: É.

E: Por ter que vir preso.

SA: Claro.

E: Sente que os desiludiu é?

SA: É a desilusão é, é a dor da desilusão.

E: Então e acha que isso afetou depois a sua relação que tinha com eles antes e depois? Ou acha que manteve a mesma relação que tinha com a família?

SA: Mantenho o mesmo, a relação que eu sinto da parte deles é a mesma, a relação é a mesma. Da minha parte talvez não seja derivado a esse sentimento de culpa.

E: Pois da parte deles mantém o apoio na mesma, acompanham-no na mesma?

SA: Tudo, tudo.

E: Da sua parte é que sente que falhou com eles?

SA: Falhei com eles.

E: Quantas vezes é que o senhor já esteve preso?

SA: Com esta é a quinta vez.

E: E o que é que o levou a reincidir?

SA: É o mesmo motivo, o consumo de heroína.

E: Quais é que acha no seu entender os maiores obstáculos, quando saiu pela primeira vez em liberdade? Depois de estar preso, qual é que sentiu assim a maior dificuldade quando saiu?

SA: A primeira vez, na primeira condenação, não senti grande dificuldade, a segunda vez também não, a partir da terceira, quarta e agora vamos ver como vai ser esta, mas a terceira e quarta já, há o cansaço da parte das pessoas, sei lá...

E: Acha que com as vezes que foi vindo preso e que foi saindo, considera que foi mais difícil...

SA: Foi.

E: ...para a família e para a comunidade aceitá-lo, recebê-lo?

SA: Sim, sim, não é que eu note isso mas sinto, não é que eu veja isso por atos, palavras...

E: Não sente da parte deles, sente você próprio...

SA: Eu sinto isso.

E: ...sente que não é a mesma coisa...

SA: Já não é a mesma coisa.

E: ...que é mais difícil?

SA: É, torna-se mais difícil.

E: E acha que isso tem a ver com o quê? Com o tempo que passou de estar muito tempo preso?

SA: Claro, isso tem a ver com a minha reincidência, conforme ia reincidindo, as pessoas e acho que se é normal, eu considero normal, acho que sim, acho que é normal. As pessoas pensarem e sentem isso, acho que é normal, uma pessoa que vem presa 5 vezes, inspira o quê perante o meio onde vive? Para não falar da sociedade, o que é que nos vai criar? Inspira-me, não digo que inspire desconfiança, mas inspira-me, não inspira aquela confiança total.

E: Pois, acreditam que se calhar pode voltar a reincidir, não é?

SA: Claro, a voltar a reincidir.

E: Na sua opinião o que é que poderia ter facilitado o seu regresso à liberdade?

SA: Neste...

E: Ou seja, o senhor esteve preso, não é? Quando foi em liberdade a primeira vez, da primeira vez ou dias seguintes, pronto...

SA: Dias seguintes.

E: ...como já veio várias vezes, o que é que acha que poderia ter ajudado a ser melhor reinserido na sociedade e ajudá-lo ao mesmo tempo a não ter que vir (?), o que é que acha que poderia ter sido facilitado?

SA: É a tal falta de processo de reinserção da parte de quem tem essa...

E: Competência?

SA: Sim. É a falta essencialmente de reinserção, não há, já fiz um tratamento à toxicod dependência num centro e eu acho, aqui dentro da cadeia eu sei disso, neste momento não estou a consumir, mas já consumi dentro da cadeia e sei que por enquanto, acho que vou sair daqui sem consumir, já estou há 8 meses sem consumir, faltam 10 meses e vou sair sem consumir, será mais fácil para mim lá fora, pelo menos tentar estabilizar, organizar a minha vida fora, porque de uma outra forma que organizaria se estivesse a consumir. Acho que um homem quando sai da cadeia se estiver a consumir, alguém neste caso, devia ter condições para que eu saísse da cadeia e fosse instituído num centro de recuperação, uma vez que não consigo dentro da cadeia.

E: Exato.

SA: Aí julgo que, pelo menos essa tentativa é uma tentativa válida de reinserção, agora sem isso não.

E: Das outras vezes que saiu, alguma dessas vezes saiu a consumir?

SA: Saí, duas vezes.

E: E acha que esse facto também contribuiu para voltar a reincidir?

SA: 100%.

E: Sim?

SA: 100%.

E: Ou seja considera que, o facto de, neste aspeto do consumo se houvesse um tratamento, quer dentro da cadeia e depois continuasse, mesmo que não terminasse a esses consumos dentro da cadeia, se houvesse um acompanhamento quando saísse, para tentar não é tratar, para parar esses consumos ou pelo menos a continuar a ter o acompanhamento que existe cá dentro, acha que isso iria ajudar a não reincidir?

SA: Ajuda, a não reincidir, a não reincidir, vamos lá ver há uma diferença entre o sair daqui e ter que fazer o tratamento para tentar organizar a vida, agora o não reincidir, isso já inclui aí muitas situações, se há ou não trabalho, se há apoio familiar, isso é tudo. Havendo isso e uma insistência, haver insistência da parte de quem manda, acredito que até possa haver uma grande percentagem que não reincidia, agora não acredito que 100% não reincida.

E: Mas ouça, então acredita que, ou seja, daquilo que conhece, não é? De ajudas, de políticas de reinserção social para vocês, para ajuda-los a preparar quando saem em liberdade, o que é que acha então que o sistema prisional deveria incidir mais, para tentar ajudar as pessoas a não reincidirem?

SA: Exatamente na reinserção.

E: E na área da reinserção, em que áreas é que acha que se deveria focar mais a...

SA: Apoio.

E: Em qua áreas?

SA: Apoio, quem for toxicodependente, apoio nessa área, apoio psicológico, muito, muito apoio psicológico, para quem está como eu, sinto esse peso, não é que no total das minhas penas tenha muitos anos de cadeia em relação a muitos colegas meus, mas quem sai por exemplo daqui com 40, 50 anos e com 20, 25 anos de cadeia no total, essa pessoa vai precisar mesmo muito e nota-se aqui a necessidade de apoio psicológico, eu próprio sou capaz de me incluir nesse grupo, portanto há a parte de toxicodependência, na parte do apoio psicológico e depois muitos, 90% talvez dos presos, 90% não digo, mas entre 70 a 90% não têm condições, nem financeiras, nem de habitação, não têm condições, a família já deixou de existir para eles, peço às pessoas aí, eu acho que o Estado devia, sei lá ter uma maior atenção na parte financeira e habitação.

E: E de habitação.

SA: E de habitação, porque não têm, daqui vão para a rua.

E: Pois não têm sequer onde ficar (?).

SA: Não têm onde ficar.

E: Além de não terem nenhum apoio familiar, também não têm apoio para sequer...

SA: Há aqui muitos casos, houve aqui um recentemente que lhe foi, o juiz concedeu uma saída precária e ele não foi porque...

E: Não tinha para onde ir.

SA: Não tinha para onde ir e também há outros casos, principalmente os açorianos que estão aqui no continente, vão para uma associação que é o Companheiro, que é em Lisboa, não sei onde é que fica e passam lá as precárias, porque senão não iam.

E: Porque não têm rendimentos sequer, não têm apoio monetário para irem por exemplo às ilhas visitar a família.

SA: A esses não, a família deles não... Aqui, alguns trabalham, recebem uma mensalidade, acho que é 60€ por mês, metade é para um fundo de reserva que é para quando saírem e outra metade é para consumo, tabacos, produtos higiénicos e tudo, mas isso não chega, não chega porque...

E: Acha que, ou seja, a remuneração que é atribuída pelos trabalhos que fazem, acha que é pouco?

SA: É muito pouco, 2€ por dia é muito pouco, o que é que é 2€ por dia, não dá para comprar nem um maço de tabaco.

E: Acha que se houvesse uma maior remuneração, um bocadinho melhor em termos dos salários que fazem que iria ajudar depois quando saíssem em liberdade?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SA: Porque fazem-se aí trabalhos tão especializados, quase tão especializados como se fazem lá fora, exato, quase tão especializados, pronto.

E: E esses trabalhos que são equivalentes aos que são feitos lá fora, não são remunerados da mesma forma.

SA: Nem nada que se pareça, lá fora ganham num dia o que eles pagam aqui num mês.

E: Pois, isso também dificulta depois.

SA: A gente temos que gerir, quem não tem outros meios, tem que gerir esse pouquinho (?)

E: Que se vai receber, não é?

SA: Dá para o seu tabaco, os seus produtos higiénicos, não dá para mais nada.

E: Qual é que era a sua situação profissional quando veio preso pela primeira vez? O senhor trabalhava quando veio preso pela primeira vez?

SA: Trabalhava na construção civil.

E: Quando saiu pela primeira vez em liberdade, procurou e conseguiu emprego?

SA: Sim, o meu pai tinha uma firma de construção civil e eu sempre trabalhei com ele.

E: Foi trabalhar com ele, ou seja, não sentiu dificuldades então nessa procura de trabalho porque já tinha esse trabalho com o seu pai.

SA: Já tinha trabalho com a família, não sentia essa dificuldade, mas muitos...

E: No seu caso, como saiu e foi trabalhar, não considera então que o facto que estava a trabalhar não foi esse facto que o fez voltar a reincidir?

SA: Não, não, no meu caso foi, eu culpabilizo a droga, como poderia culpabilizar outra coisa qualquer, mas não foi de facto de eu sair a consumir.

E: Neste caso saiu a consumir, não tirou os consumos, depois uma coisa levou...

SA: Uma coisa leva a outra.

E: ...a outra.

SA: Deixa-me, começo a faltar ao trabalho, começa a não haver dinheiro e então tenho que traficar, tenho que vender.

E: Porque considerava que o que recebia de ordenado ao fim do mês, mesmo estando a trabalhar já não era suficiente para os consumos?

SA: Já não era suficiente. Eu consumia uma média de 3, 4 gramas de heroína, 3 não, 4, 3 e duas, três de branca de cocaína por dia.

E: Isso fez com que tivesse que ir, arranjar outras formas de ganhar dinheiro.

SA: Tive que arranjar outra forma de arranjar dinheiro para me sustentar.

E: Para sustentar esse vício que tinha. Considera no entanto que é importante ter uma profissão, para se reinserir na sociedade quando se sai?

SA: É.

E: Sim. Acha que se não tivesse esses consumos, estando a trabalhar no seu caso, estava a trabalhar, conseguiu trabalho, se não tivesse esses consumos, acredita que não teria reinserido, reinserido?

SA: Sem dúvida.

E: É só isto então que eu tenho para dizer, não sei se quer dizer mais alguma coisa destas questões? Acima de tudo...

SA: Posso dizer um bom trabalho, espero que consiga com isso levar outras ideias a quem manda...

E: O senhor por exemplo em termos da reinserção social como estávamos a falar há bocado que é uma das grandes falhas que o senhor estava a apontar como, que não existe.

SA: Não existe.

E: O que é que reconhece das políticas, das políticas ou seja, do que existe de oferta nas cadeias para ajudar os reclusos a estarem mais bem preparados ou se acha que existe ferramentas que são dadas aos reclusos ou seja em termos de informação, em termos de escola, em termos de trabalho, acha que em termos destas políticas, nestas áreas, que existe alguma coisa?

SA: Existem como já disse, existir, existe, até em quantidade até, posso dizer isto, agora a forma como ela é aplicada, não era, implementada a um recluso, os formadores, eu acho que os formadores deviam, têm terem, tem que arranjar uma forma diferente de ensinar cá dentro da cadeia à que ensinam lá fora.

E: Ou seja, acha que tem que se adaptar a esta realidade que é diferente.

SA: Que é diferente e a forma como eles aplicam, aqui dentro é igual à de lá de fora e assim vão lá...

E: E acha que deveria ser diferente?

SA: Deveria ser diferente porque a mentalidade de quem está preso não é a mesma de quem está na rua, não é? É totalmente diferente, sob pressão sob esta pressão e daí o não aproveitamento e depois também tiram um curso aqui dentro da cadeia, é-lhes dado um diploma, chegam lá fora a uma firma, apresentam o diploma, aquele diploma e vem lá a empresa, vem lá Ministério da Justiça...

E: E acha que isso tem influência?

SA: Aconteceu muitas vezes. Tenho conhecimento de muitos casos.

E: Ou seja, é uma forma que o próprio Estado está a discriminar, ou está a criar um “rótulo”...

SA: Sim, sim.

E: ... ao atribuir o diploma em que vem lá mencionado, diz Ministério da Justiça e as pessoas associam isso a que a pessoa esteve preso, não é?

SA: Mesmo que nós queira, quem precise e queira manter o anonimato que esteve preso para a firma onde está a pretender trabalhar, não consegue.

E: E acha que a pessoa cria logo ali, afasta logo por ser ex-recluso?

SA: Em muitos casos nem o aceita, a maioria dos casos não aceita e aqueles que aceitam, já ficam, a relação já não é, patrão - empregado já não é a mesma, é diferente com a dos outros empregados que nunca estiveram presos e isso cria instabilidade nessa pessoa, sente-se discriminado, sente-se...

E: E acha por exemplo no seu caso, foi para uma empresa que era do seu pai, se calhar não aconteceu, mas acredita que o facto de alguém ser ex-recluso vai condicionar depois a pessoa a arranjar um trabalho?

SA: Tem, então isso é um estigma.

E: Sim, acha que existe esse estigma nas pessoas?

SA: Claro que existe.

E: E o senhor de alguma forma sentiu esse estigma quando saiu? Não só em termos de trabalho, neste caso (?).

SA: Em termos de trabalho, não. Já na quarta vez que saí já senti.

E: Sim.

SA: Senti.

E: Sentiu mais conforme foi saindo, das outras vezes sentiu que inicialmente (?)

SA: (?) e eu aceito isso como uma coisa natural da parte das pessoas. Acho que é uma reacção natural, não sei se estivesse no lugar delas, não sei como é que isto iria, eu agora posso dizer que não agia assim porque estou nesta situação, mas se nunca tivesse passado por esta situação mas iria como as pessoas, eu acho que é uma reacção natural, embora não seja...

E: Não devesse ser assim.

SA: Não devesse ser assim.

E: Quando saem daqui já cumpriram o que tinham a cumprir.

SA: Claro.

E: Não é?

SA: Claro.

Sujeito B

E: Ora então diga-me só uma coisa, quando foi preso pela primeira vez tinha que escolaridade?

SB: Tinha 6º ano.

E: Já tinha o 6º ano. E abandonou os estudos com que idade?

SB: 14 anos.

E: E o que é que o levou a abandonar os estudos?

SB: O desporto, eu jogava o futebol, fazia ginástica e jogava futebol.

E: Mas como profissional?

SB: Sim, jogada no Torres Novas, pronto e a minha família também tinha posses.

E: Não tinha posses para o deixar continuar a estudar era?

SB: Tinha, tinha posses, na minha altura tinha uma loja, uma taberna e pronto e eu disse que gostava de jogar futebol e deixavam-me jogar futebol.

E: E deixou os estudos por causa disso não é?

SB: Deixei, disse que depois continuava mais tarde.

E: E continuou?

SB: Continuei, quer dizer, continuei aqui mas depois não acabei.

E: Não chegou a fazer mais que o 6º ano então?

SB: Eu era para fazer o 9º aqui e não acabei.

E: Iniciou aqui para fazer o 9º ano mas nunca chegou a terminar, ou seja concluído mantém o 6º ano de escolaridade, então não é?

SB: Sim, sim.

E: Então e acha que teria seguido outro rumo se tivesse continuado a estudar?

SB: Sim.

E: Acha que teria sido importante na altura?

SB: Sim, acho que sim, acho que os estudos fazem falta e acho que os estudo se a gente terminou os estudos, sim. Se a gente for para a faculdade, a gente tem outro rumo.

E: Acha que tinha tido outras oportunidades mesmo em termos de trabalho?

SB: Sim e era outra vida, faz parte das coisas é normal ter outra vida, ter outras condições de trabalho, condições de trabalho do que as condições com o 6º ano.

E: Se tivesse tido, pronto uma escolaridade mais elevada, tinha tido outras oportunidades era?

SB: Claro.

E: Então e quando é que se iniciou na delinquência?

SB: Com 17, 18 anos.

E: E porquê?

SB: Delinquência, quer dizer...

E: Ou seja quando é que se desviou assim do percurso normal, não é? Andava a jogar futebol, já ganhava dinheiro, não era?

SB: Sim.

E: Chegou algum momento...

SB: Sim, consumi droga e isso, foi com 17 anos...

E: Foi quando começou a consumir, foi?

SB: Foi.

E: E foi com esta idade, 17 anos?

SB: Foi, já estava, ia para os chanatos, mesmo assim ainda tive nos seniores, ainda estive no Fátima, no Torres novas, no Tomar, só que depois foi pesando e eles disseram que pronto, não era bom para o clube, não era bom para mim e eu tive que abandonar.

E: E então que este momento aqui em que começou a consumir, foi o momento em que...

SB: Foi o momento crucial.

E: Foi o início foi para o início depois dos crimes?

SB: Foi, foi.

E: E quem é que mais o influenciou a cometer crimes? Foi a droga ou foram pessoas?

SB: Acho que foi as amizades.

E: As amizades?

SB: As amizades e as pessoas em si, que a gente via, que a gente tinha, que a gente, pronto, que a gente via como ídolos não é?

E: Tinha como referência?

SB: Como referências, pronto e a gente queria ser como eles e acabamos por ir atrás do rabo deles.

E: E essas pessoas também estavam inseridas neste mundo da droga?

SB: Estavam sim.

E: E sentiu-se influenciado por eles para cometer crimes?

SB: Sim.

E: E esses crimes foram também, provocados pela droga ou seja mas já para consumo ou não?

SB: Só para consumo sim.

E: Já cometia crimes para consumir? Para ter dinheiro para a droga?

SB: Sim, sim.

E: Então e por exemplo, quando veio preso já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SB: Não.

E: Nunca tinha feito nada lá fora?

SB: Não.

E: E aqui na prisão já fez algum curso de formação profissional?

SB: Sim, aqui já fiz dois cursos.

E: Quais é que foram?

SB: Formação agrária geral e tratador de cavalos.

E: E o que é que o levou a frequentar um curso de formação profissional aqui na prisão?

SB: Achei que era importante, depois no exterior vi que quando ia de precária, como no exterior estava mudado, estava complicado e achei que era com esses cursos tinha oportunidades, era mais fácil ter oportunidades com esses cursos.

E: Quando saísse ou seja, acha importante, essas formações que tira cá dentro na prisão ou que tirou cá dentro na prisão, serão importantes quando sair em liberdade?

SB: Exatamente.

E: Mesmo até depois para arranjar trabalho?

SB: Sim é mesmo para isso.

E: E como é que teve conhecimento dessas formações que existem dentro da prisão?

SB: Através de educadoras e de panfletos que meteram de notificados, de notificações que meteram nas paredes e do serviço de educação.

E: E acha que essas formações que existem na prisão, adequam-se depois às necessidades do mercado lá fora em liberdade?

SB: Algumas, nem todas mas algumas.

E: Acha que algumas estão totalmente desadequadas depois lá fora?

SB: Sim, sim.

E: Tiram cá dentro mas depois chegam lá fora e não serve para nada, acha que isso acontece?

SB: Sim, algumas sim.

E: Consegue-me dar assim um exemplo ou dois? Alguma que tenha, mesmo que não tenha frequentado, no caso das que frequentou, acha que quando sair tem trabalho com a formação que tirou?

SB: Sim, a formação geral, por exemplo acho que lá fora não, mas tratador de cavalos por exemplo é uma coisa que é fácil e existe muita procura, por exemplo.

E: Já acha que existe muita oferta depois quando sair para trabalhar nessa área?

SB: E é onde se ganha dinheiro, no trabalho, uma colocação onde realmente pode ganhar um bom dinheiro e é fácil de, pronto, ter o trabalho em qualquer país até, mesmo cá dentro e fora do país.

E: Então e quando foi frequentar essas formações profissionais, a expectativa que tinha relativamente a essas formações profissionais, corresponderam aquilo que tinha em mente? Do que pensava ser?

SB: Sim.

E: Imaginava, “eu vou para isto”, porque “acho que é, tenho que fazer aquilo, tenho que fazer isto”, acha que depois quando teve a formação, foi exatamente isso que se passou ou foi diferente daquilo que estava à espera?

SB: No tratador de cavalos foi, no outro não, no outro foi mais para ganhar dinheiro, na altura pagavam-me bem e foi mais para ganhar dinheiro.

E: Não tanto pela expectativa que tinha?

SB: Não, não a expectativa não, conhecimento já tinha mais ou menos uma base de conhecimento do que era aquilo, mas não era pela expectativa de...

E: De vir a trabalhar?

SB: Não, de vir a trabalhar naquilo.

E: Na sua opinião o que é que acha que se poderia melhorar nessas formações que são dadas aqui nas prisões?

SB: Aqui, não sei.

E: Das que já frequentou não é? O que é que acha que se podia ter feito melhor? Se podia ter feito diferente?

SB: Diferente? Não, acho que devia era de haver mais. Mais, por exemplo...

E: Mais oferta?

SB: Mais oferta como a por exemplo, a de tratador de cavalos, há certos cursos que deviam de repeti-los mais, não estou a falar de formação geral, mas como há muitos, muitos cursos lá fora depois não existem.

E: Lá fora depois lá, existem aqui mas chegam lá fora e depois não servem para nada, acha?

SB: Sim, há muitos cursos lá fora, não existem que dão aqui, não existem lá fora.

E: E acha que há outros que lá fora que existem e que se calhar se existissem cá dentro também, podiam ter outra importância depois quando saíssem?

SB: Sim.

E: Consegue-me dar por exemplo, um exemplo que se lembre de alguma área que achasse importante ter cá dentro, para depois quando saíssem poderem ter melhores oportunidades?

SB: Jardinagem por exemplo. Jardinagem, de restauração.

E: Acha que são duas áreas importantes? Que tem oferta depois lá fora?

SB: Sim, são. Não só, há mais, muito mais, não é? (?) mas há mais.

E: Mas pelo menos estas duas, jardinagem e a restauração, acha que eram importantes, em termos depois de oferta de trabalho?

SB: Jardinagem, restauração, pedreiros também mas é um bocado complicado saírem daqui, rapazes jovens e irem trabalhar para pedreiro lá fora, não é?

E: Mas acha que tem oferta e as pessoas depois não querem ir trabalhar como pedreiros?

SB: Claro que, quase que não, pelo que eu vi lá fora. É um bocado complicado.

E: Mas por que é que achas que as pessoas tiram na mesma esses cursos cá?

SB: Porque é, aqui é uma forma de irem de precária, de condicional de ganhar dinheiro, estarem ocupados, pronto é...

E: Ou seja, quando vão fazer às vezes estas formações, até podem considerar que podem não ter muita influência em termos de trabalho na rua mas estando cá dentro, tem outros ganhos do que estarem a fazer essas formações?

SB: É bom para a condicional, é bom para a precária, é bom para ganharem dinheiro para comprarem as coisas para eles.

E: Para o dia-a-dia não é?

SB: Claro.

E: Então e o senhor quando veio preso pela primeira vez teve o apoio de alguém?

SB: Tive o apoio da minha mãe, do meu pai, umas amigas, as minhas amigas, a minha namorada, tive azar os meus pais morreram cedo e os meus irmãos também.

E: Mas sentiu sempre apoio desde, quando veio preso a primeira vez? Sentiu sempre apoio dos seus familiares?

SB: Senti, para o fim não, para o fim só o meu pai é que era viúvo.

E: Era o único que já o vinha visitar?

SB: Não, já não me vinha visitar porque ele tinha um cancro no pulmão.

E: E já não conseguir vir visitá-lo também?

SB: Não, entretanto já ia (?) já estava no (?) da mãe e desde ali visitar eu é que o ia visitar.

E: E então neste momento recebe visitas?

SB: Sim de amigas minhas.

E: E com que frequência é que o vêm visitar?

SB: Quando eu peço, ou quando eu digo que as precisava de as ver ou também digo:

- Olha estou um bocado aflito, precisava de algum dinheiro.

E mandam-me dinheiro.

E: Mas normalmente só vem quando o senhor pede para vir?

SB: Sim.

E: Então e o que é que considera mais importante nessas visitas, quando o senhor as recebe? O que é que considera importante nessas visitas? O facto de receber essas pessoas e ter essas pessoas a virem visitá-lo?

SB: A amizade e vê-las e a saudade, é um bocadinho delas, não é? Não é o que elas trazem ou deixam de trazer, quase que não deixam entrar nada. Mas é a saudade, é o carinho que elas deixam aí.

E: É uma forma de, por um bocadinho...

SB: De animar um bocado.

E: Animarem e fazerem um bocado de companhia.

SB: Sim.

E: Como é que foi efetuada a sua transição entre a prisão e a cadeia, ou seja quando foi em liberdade a primeira vez, primeira vez e mesmo as restantes, mas pelo menos desde a primeira vez em que foi em liberdade, como é que se processou essa transição? Ou seja, o apoio por parte do sistema prisional, da família quando saiu em liberdade a primeira vez?

SB: É muito complicado sair e dizem que é uma coisa e depois é outra. É muito complicado. Não há um apoio, não há nada, não há uma base, é muito fácil de cair aqui outra vez porque a gente dá um passo em falso está aqui outra vez. Não arranjam uma base para a gente se sentir um bocado seguros, não é tudo, estar livre, está a andar é como um animal selvagem, caiu numa armadilha, partiu uma pata, está em quarentena, está coiso, está-se a curar, curou-se, mete-se na vida selvagem outra vez.

E: Sentiu que não houve apoio nenhum quando saiu em liberdade?

SB: Não, nenhum, nenhum.

E: O que é que acha que podia ter sido diferente? Ou seja que tipo de apoios é que acha que haveria de ter sido dado?

SB: Devia-se acompanhar pelo menos durante 1 ano, devia de ser acompanhado, psicologicamente, assistência social, sei lá, vir ver a vida da pessoa como é que está, como é que não está? O que é que é preciso o que é que não precisa, para arranjar um trabalho, se não conseguem arranjar um trabalho, arranjar um trabalho. Acompanha-lo durante um ano pelo menos, acho que devia de haver pelo menos isso.

E: E sente que não houve apoio nenhum nesse aspeto?

SB: Acho que era uma base para não cair cá tantas vezes preso, portanto reincidência.

E: Se houvesse esse acompanhamento?

SB: Não havia tanta incidência, afastar um pouco do sistema da droga, pronto, eu acho que a minha ideia é esta, não sei.

E: O senhor é consumidor?

SB: Não, já não consumo há muitos anos.

E: Mas já consumiu?

SB: Já, já.

E: Então e quando saiu pela primeira vez em liberdade? Saiu a consumir?

SB: Saí, saí, não consumia mas saí, mal saí passado um mês ou dois, comecei a consumir e porque não havia estrutura não havia nada, não, a companhia lá fora é que pensei que tivesse melhor, foi era pior 3 vezes, pior que quando eu entrei e então foi muito mais fácil cair outra vez na droga, por isso eu, na altura não vi nem pensei que era assim, não é? Agora desde que foi (?) foi aí que o passo foi mal dado e o pensamento foi para aí, acho que foi aí que houve, pronto houve esse engano moral da gente, que a gente pensa que lá fora está tudo bem, que sai e que está tudo bem, não está nada bem, aí é que falta ajuda. Mesmo que os pais estejam lá, que acompanhem a gente e coiso, nunca consegue, porque a gente estamos aqui, estamos aqui mas lá fora não sabemos como é que está a situação das pessoas, dos amigos (?) amigos e aquela gente, porque está 3 vezes mais com velocidade do que quando a gente entrou, então é aí que é preciso a ajuda é aí que é preciso por o travão, é aí que é preciso ter a assistente social em cima, é só (?) isso ter uma certa, umas certas coisas, uns certos, um certo trabalho que é preciso ser feito, pelas entidades que era para a gente não cair novamente.

E: Acha que esse apoio psicológico era uma parte importante?

SB: Pelo menos apoio psicológico, enquanto não ter trabalho para ir, levá-los para desporto, não sei, eu não sei que eu sou...

E: Acha que podiam arranjar algum tipo de ocupação, manter as pessoas ocupadas quando saem?

SB: Então na altura, saiu, saia foi na altura dos computadores e isso levava-se para ir aprender, fazer a iniciação informática, uma pessoa quando gosta de uma coisa não é? Começa a gostar daquilo já não tem tendências para ir para outro lado.

E: Ou seja, tem o pensamento longe de outras coisas que não deveriam pensar não é?

SB: Pois, a gente chega lá fora, é miúdas, coisas, as miúdas são todas malucas também, os amigos também a gente acaba por afastar-se da família e torna-se a mentira outra vez para a família e então acho que não há, sai-se daquela porta acabou, esquecem a gente e a gente...

E: Qual é que acha que foi a reação das pessoas quando saiu pela primeira vez?

SB: A reação, a reação foi boa, foi que: “Estás gordinho”, tá coiso, tá assim, tá assado, mas não viram por dentro a gente, quer pessoalmente, o que é que a gente pensa, o que é que não pensamos, como é que a cabeça está da gente, a reação foi boa, só que não, psicologicamente não sabem como é que a gente está, é um bocado confuso não é? (?) não é? Não sei.

E: Mas não sentiu da parte das pessoas, ou seja, não só família, mas amigos, a comunidade, quando foi, quando saiu da cadeia não sentiu, ficou rotulado por ser ex-recluso nem nada?

SB: Eu não, mas há pessoas que sim, por acaso um nome que eu, pronto, sempre fui uma pessoa daquela zona, mas a minha zona, uma pessoa que viva, não é? Mas eu sei que há pessoas assim, mas nessas circunstâncias, penso que a pessoa, quando sai, só tem que dar ao outro que perceba disso, não é? Não se pode abater nem deixar ir abaixo. Mas eu por acaso não, não senti isso, mas senti sim, de dia dava as respostas fazia o meu trabalho e pronto...

E: Ou seja, se houvesse um apoio psicológico se calhar as pessoas se calhar podiam lidar melhor com as situações que vão acontecendo, quando estão em liberdade?

SB: Eu acho que sim, acho que o país está muito atrasado. O país está no aspeto de ajudar as pessoas, da mentalização, está muito afastado.

E: Devia haver mais apoio? Mais ajuda?

SB: Está muito, não é só ajuda, mentalmente, ajuda tem que lá ir mesmo ver, tem que ver o que se passa lá dentro de casa, como é que é, como é que não é, se tem dinheiro para comer, se não tem dinheiro para comer, o por que é que não tem dinheiro para comer, o que é que se passa realmente...

E: Se tem habitação para morar?

SB: Há aí muitos não têm.

E: Acha que isso também é uma das causas que leva as pessoas a reincidir o facto, por exemplo, não terem onde morar?

SB: Uns 40%, é. Muita gente não tem casa para morar e vai lá para fora, andam lá fora um tempo e diz assim:

-Eu estou melhor lá dentro do que estou aqui fora.

E: E acha que antes de as pessoas irem em liberdade essas situações, não são verificadas? Ou seja, verificar pelo menos se a pessoa tem um sítio para onde ir morar?

SB: Eu acho que não, acho que eles têm essas casas tipo, vão, que eles dizem para irem dormir para lá, tem um horário para entrar à noite, almoçam, jantam e tem uma hora para entrar e eles sentem-se estão presos na mesma e então vão-se embora, dormem em qualquer lado e vão reincidir...

E: Sentem que estão num regime igual, como se estivessem na cadeia?

SB: É, sentem-se presos, sentem-se, estão numa situação de cadeia outra vez e vão-se embora, vão incidir outra vez, juntam-se com um e com outro e olha é assim, lá fora está assim, eles começam com, que funcionam, esses albergues, essas coisas funcionam, não funcionam.

E: Acha que não?

SB: Não, não sei, eu não sei o que é que eles iam fazer, mas acho que eles tinham que fazer algo que era para não, pelo menos, isso pelo menos não haviam de fazer, isso é bom para fazer para certas pessoas com idade, a pessoas de idade, não é? Gostam e pronto têm em casa, não têm nada gostam de ir para aí, não é? Não se importam de ir...

E: Ter horários na mesma...

SB: Ter o horário na mesma e arranjar aí um empregozito qualquer lá, agora para a rapaziada nova, isso não, a rapaziada nova, nem pensar:

- Estou preso outra vez, aquela, aquele e o outro é que mandam em mim, sou obrigado aqui a estar a esta hora, sou obrigado a levantar-me a esta hora.

Há regimes e regimes.

E: Então e o que é que acha que mudou na sua relação familiar antes e depois de ir preso? Acha que mudou alguma coisa?

SB: Ah?

E: A relação que tinha com a sua família, antes de vir preso e depois de vir preso, acha que mudou alguma coisa quando saiu em liberdade, acha que mudou alguma coisa nessa relação que tinha? Ou manteve-se igual? O apoio e os afetos.

SB: Manteve-se igual ou talvez até melhor, mais coiso, só que tive o azar de falecer, pronto, foi o meu mal de falecer.

E: Mas em vida mantiveram sempre um apoio? Quer antes, quer depois?

SB: (?) sempre visitar-me, senti apoio.

E: Então e quantas vezes é que o senhor já esteve preso?

SB: Esta é a terceira vez.

E: Então o que é que o senhor considera que o levou a reincidir? Ou seja, saiu, voltou, nestas três vezes que entrou e saiu o que é que acha que o levou a reincidir?

SB: Foi o consumo, desta vez agora não é, nesta não foi o consumo, foi, pronto, foi o meu filho ter morrido e eu não ir-me apresentar dois meses para o (?)

E: Não fez as apresentações que tinha?

SB: Pronto, faltavam uns meses para acabar as apresentações só que eu, a minha cabeça, esqueceu-se de tudo (?) o meu advogado e eu (?) e pronto foi assim.

E: Qual é que foram os maiores obstáculos que sentiu quando saiu pela primeira vez? Sentiu alguma coisa, o que é que dificultou mais quando saiu, o que é que sentia de mais falta quando saiu? Depois de passar o tempo que passou da primeira vez na prisão, qual é que foram as maiores dificuldades que encontrou lá fora?

SB: A amizade.

E: Sim, achou que tinha perdido as amizades?

SB: Senti muito as amizades, muitas amizades e o contato com muita gente.

E: De quem é que sentiu mais apoio quando saiu?

SB: O apoio das cinco irmãs e da mãe do meu filho e da família dela.

E: Porque das outras amizades que tinha, sente que perdeu essas amizades por causa de ter estado preso?

SB: Algumas, outras fiquei admirado porque começaram a consumir também drogas, uma coisa que eu não pensava, mas pronto, essas amizades já não fui (?).

E: Sente que essas pessoas que poderiam ter mudado?

SB: Não rejeitei, mas não fui atrás deles, não é?

E: Mas além dessas amizades que perdeu, que outras dificuldades é que sentiu, quando saiu? Sentiu dificuldade por exemplo em arranjar trabalho?

SB: Sim.

E: Sentiu?

SB: Bastante.

E: E essa dificuldade acha que teve a ver pelo facto de ser ex-recluso?

SB: Sim.

E: As pessoas não gostavam, o desagrado...

SB: As pessoas se a gente falar a verdade, eles dizem mesmo, a gente somos sinceros e coiso, mas eles voltam a cara, não é? Uma pessoa às vezes quer ser sincero, dizer:

- Olha, eu já estive detido, por isto, por isto e por isto, mas não é por isto que eu não dou valor ao trabalho, vou faltar ou isto, não eu sou uma pessoa de trabalho e coiso mas já estive detido pronto foi (?) e coiso.

Mas eles riem-se e:

- Isso não há problema, coiso.

Mas nota-se que depois há ali uma rejeição.

E: Acha que o rejeitam por um trabalho por causa de ter sido ex-recluso?

SB: Claro que rejeitam, isso é mesmo assim, não é?

E: Na sua opinião o que é que acha que podia ter sido facilitado o seu regresso à liberdade? Ou seja, durante o tempo que esteve aqui preso o que é que acha que podia ter...

SB: A reabilitação cá dentro, devia de haver aqui alguma, pelo menos um ano antes de sair e uma reabilitação que era para a gente não levar um choque tão grande lá fora, não é?

E: E esse ano antes o que é que acha que deveria ser feito? Ou seja, em que áreas ou de que forma o que é que deveria ser feito para minimizar depois esse impacto lá fora?

SB: Não sei, mas acho que deviam de haver cursos, entrevistas...

E: Entrevistas para emprego?

SB: Para emprego, para a gente saber como lidar com as entrevistas e currículos, essas coisas todas mas a gente não sabe fazer nada disso. Chega lá fora e não sabe:

- O que é que eu vou fazer? Vou para as obras, olha...

É só chegar lá e ter, quer (?) e quer trabalhar, não, uma pessoa quer um trabalho mais limpo, um trabalho com condições que seja para a vida toda, tem que fazer um currículo, tem coiso e não sabe.

E: E acha que nesse aspeto, são coisas até básicas e as pessoas não sabem?

SB: Acho que aqui deviam de fazer isso. Devia de haver uma reabilitação para isso, para as pessoas depois lá fora saberem fazer isso.

E: Sentiu durante o tempo que cá esteve que foi preparado para sair?

SB: Não, nada disso.

E: Apesar das formações profissionais que fez, não sentiu que isso iria ser suficiente?

SB: Não, eu é que tive que me mexer.

E: O que é que, durante este tempo que esteve preso, o que é que acha que fez para tentar depois quando saísse, ser melhor reinserido na sociedade e evitar que reincidisse?

SB: Diga, não percebi, não...

E: O que é que o senhor durante o tempo que esteve cá dentro, não é? Preso, nas vezes que cá esteve, o que é que acha que fez da sua parte e o próprio sistema prisional, o que é que acha que foi feito para o preparar para sair? Acha que foi feita alguma coisa em termos de ensino, em termos de formação profissional, em termos de ofertas de trabalho?

SB: Acho que não foi feito nada, senão aqueles cursos que eu tirei, acho que a única coisa que fizeram.

E: Acha que essa formação que tirou é a única coisa que acha que lhe pode valer lá fora?

SB: Acho que sim. Quer dizer eu não me vali disso, eu vali-me, eu geri um restaurante, teve o meu pai tinha um alvará, servi-me do alvará, comprei um restaurante e pronto e (?) um restaurante com a mãe do meu filho, não é? Mas, se não fosse isso ia procurar um emprego com as características do curso que eu tirei aqui.

E: E qual era a sua situação profissional quando veio preso pela primeira vez? Trabalhava?

SB: Não, não, era futebolista profissional.

E: Então e quando saiu pela primeira vez, procurou e conseguiu trabalho?

SB: Quando saí pela primeira vez não consegui.

E: Mas procurou trabalho?

SB: Procurei.

E: Quais é que foram as maiores dificuldades?

SB: Foi na zona que, foi lá na zona depois e eu, depois faleceu o meu pai e então eu abri o restaurante, mas procurei trabalho primeiro, mas não consegui.

E: Qual é que acha que foram as maiores dificuldades nessa procura do trabalho?

SB: Foi de ter estado preso.

E: Acha que foi por ser ex-recluso que dificultou...

SB: Sim, claro.

E: Acha que se tivesse arranjado emprego, acha que não teria reincidido? Quando fez essa procura de trabalho, se tivesse encontrado trabalho, se alguém lhe tivesse dado trabalho, acha que não tinha reincidido? Acha que tinha voltado a vir preso?

SB: Pois não, se eu apostasse no meu emprego, talvez não, que isto é assim uma pessoa para ter um emprego, nem é só ter um emprego, nem receber o dinheiro, tem que gostar do emprego, não é? Chegam de tudo, uma pessoa, quando o senhor tem um emprego, o senhor tem que (?) desse emprego para estar aí, senão estar aí só para o senhor, ninguém gosta. Acho que não aguenta, não é? Eu para ter um emprego tenho que, para ter um emprego tenho que gostar desse meu emprego...

E: Estar motivado, não é? Para ir trabalhar...

SB: ...(?) fazer que é para todos os dias de manhã me levantar e dizer:

- Vou para o meu emprego, está lá aquela coisa que eu gosto de fazer.

Acho que é isso.

E: Então e considera então importante ter uma profissão para se reinserir melhor na sociedade?

SB: Sim, qualquer pessoa, até a pessoa mais rica do mundo.

E: Acha que é uma profissão ou ter um emprego é importante para a pessoa poder-se reinserir novamente depois de ter estado preso?

SB: Sim, sim, qualquer pessoa (?) e é preciso um emprego, nem é só um, até quantos mais empregos puder ter é melhor.

Sujeito C

E: Ora, sujeito C, Alcoentre. Então o que eu vou começar primeiro por lhe perguntar é quando é que veio preso pela primeira vez? Tinha que escolaridade? Quando veio preso pela primeira vez.

SC: Quando vim preso a primeira vez, tinha, ora tinha o 2º ano, o 6º ano.

E: E abandonou os estudos com que idade?

SC: Abandonei os estudos devia ter os meus 13, 14 anos, comecei a trabalhar em padeiro.

E: E o que é que o levou a abandonar os estudos?

SC: Coisas de miúdo, sei lá, companhias, querer ir para um lado e para o outro, depois fui trabalhar para padeiro, depois então conheci uma rapariga, que estivemos para casar e tudo, mas não casamos, correu mal e eu fui viver para o, isto uns anos já depois fui viver para o Algarve e depois lá comecei a roubar, que eu nunca tinha problemas com a justiça nem nada, fui preso em 2008, em 2008 tive 8 meses de preventiva e meteram-me na rua, agora em 2012 foram-me buscar à ordem desse processo, e deram-me esses anos todos, não são poucos.

E: Acha que, na altura o que é que o levou a abandonar a escola? Por que é que decidiu abandonar a escola?

SC: Também foi mais porque a minha mãe estava sozinha, éramos dois irmãos, mais para ajudar, mais para ajudar a minha mãe.

E: Para ajudar em casa.

SC: Ajudar em casa.

E: E acha que teria sido outro rumo, a sua vida, se tivesse continuado a estudar?

SC: Se calhar sim.

E: E quando é que se iniciou na delinquência? Ou seja, que se virou mais para o crime?

SC: Já há mais, há quase antes de ir para a tropa, já andava assim, pronto com as companhias que tinha, menino de bairro, mas depois fui para a tropa, saí da tropa andei muito bem uns aninhos, depois então aí fui para o Algarve, no Algarve é que meti os pés pelas mãos.

E: O que é que, ou seja, o que é que depois de estar aí no Algarve, o que é que o levou então depois a cometer crimes?

SC: Foi um primo meu, é um primo que está preso, está em Pinheiro da Cruz que é (?), eu ia sempre, andava a trabalhar nas obras, andava a meter telha e eu via-o sempre, cheio, cheio de dinheiro e ele disse:

- Deixa estar que um dia vais comigo”

Fui com ele, comecei a ver como é que ele fazia as coisas e depois comecei a andar sozinho a fazer. Era dinheiro fácil...

E: Foi levado pela companhia desse...

SC: Desse primo.

E: ...desse primo.

SC: Está preso no Pinheiro da Cruz.

E: Então, ou seja quem o influenciou a cometer crimes neste caso foi esse seu primo?

SC: Foi, maldita a hora, mas já está, já está.

E: Já não se pode mudar não é?

SC: Já não se pode fazer nada.

E: Então quando veio preso já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SC: Já, tinha tirado o curso de jardinagem, pelo coiso de Santarém e foi lá que eu fiz o 9º ano.

E: E neste momento, desde que veio para a prisão?

SC: Aqui na cadeia, nada.

E: Nunca fez nada em termos de formação profissional?

SC: Não, nada, nada.

E: E em termos de ensino?

SC: não, andei aqui a trabalhar na ala, em faxina, só que tive uma discussão com o chefe, que ele também viu que errou, mais errei eu que me despedi, por causa de uma *playstation*, e ele disse:

- Aguenta-se, nunca mais...

Eu era assim:

- Aguenta-se? Não é preciso estares a falar assim para mim, estás a falar assim para mim.

Fui buscar as coisas:

- Agora trabalhas tu.

E: E deixou o trabalho? Mas não está...

SC: Mas estou arrependido. Não, não estou a estudar.

E: Não estava a estudar?

SC: Não, não, não.

E: Ok, mas considera importante que havia de existir cursos de formação profissional, nos estabelecimentos prisionais?

SC: Sim, sim, sim. Claro que sim.

E: Relativamente à sua família, teve apoio de alguém quando veio preso pela primeira vez?

SC: Tive, sempre tive apoio, dos meus pais, o meu irmão não, que o meu irmão não gosta de vir às cadeias, mas a minha mulher, as minhas filhas, mesmo amigos e amigas.

E: E qual é a frequência em que costuma a ter visitas?

SC: Todos os meses tenho visitas aqui no, já no Algarve tinha e era mais longe. Não tinha era tantas, não é? Da minha mãe, da minha mulher, dos meus filhos.

E: Quem o visita então mais frequentemente é então a sua família, não é?

SC: É a minha família.

E: É a mulher e as filhas então?

SC: E a minha mãe, a minha mãe também vem sempre.

E: Qual é que é a importância que tem as visitas da sua família para si?

SC: Para mim, dá-me mais força para continuar esta batalha que estou emparedado, que não é pequena, são uns bons anos.

E: Como é que foi efetuada a sua transição, quando foi em liberdade a primeira vez? Como é que foi o processo entre você, não é? Estar preso e passar para a liberdade? Como é que isso aconteceu? Houve apoio da parte do sistema prisional? Houve apoio da família? Houve ali algum apoio?

SC: Não, houve apoio da minha família, depois foi pedir o (?), demorou cerca de 4 meses, fui pedir, aquilo que se pede em assistência social? Que é?

E: Rendimento Social de Inserção?

SC: E foi logo dado passado 4 meses, de resto não me deram mais nada, mas também não sei para quê meterem-me na rua, depois ao fim de um, 4 ou 5 anos vêm-me por cá dentro e quando me puseram agora cá dentro eu era empregado do Estado, trabalhava na Junta de Alcanena, com casa, com 3 filhas menores e com tudo e vieram-me cá por, ainda por cima uma carrada de anos, essa parte é que eu não percebo.

E: É uma pena bastante grande, não é? Daí a importância da família também neste aspeto, não é?

SC: É verdade.

E: Para o ajudar a levar isto um bocadinho melhor avante. Qual é que foi a reação das pessoas quando você saiu da primeira vez em liberdade? Não só da família, como também dos amigos próximos, da comunidade, qual é que foi a reação das pessoas?

SC: Não, correu bem. Foi boa, sim. Não tenho inimigos na rua.

E: Não?

SC: Não, não tenho.

E: E acha que mudou alguma coisa na sua relação familiar antes de vir preso?

SC: Se mudou...

E: Ou seja, houve alguma alteração entre a relação que tinha com a família antes de vir preso e depois de já estar preso? E de sair e depois voltar?

SC: É o que estou a dizer, saí e agora ter voltado, isso não, a minha mulher e as minhas filhas, elas todos os dias esperam por mim, só que isto depois também começa-se a tornar cansativo, não é? Porque vêm de Lisboa, a mulher vem de Alcanena para aqui, ainda mais longe, mas prontas elas vem, mas torna, elas dizem:

- Isto é mais uns 4, 5 anos que se faz.

Não me acredito muito, mas vamos ver.

E: Pois, tem que esperar agora para ver o que é que vai dar em termos de, se lhe reduzem a pena ou não, não é?

SC: Pois e se houvesse um perdão também, era coisas que ajudava. Já desde 99 que não dão um perdão.

E: Mas considera que, ou seja o facto de estar, ou quanto mais tempo tiver preso, acha que isso vai desgastar a sua...

SC: Não começa, como disse só a mim, porque a gente falamos todos não é? E muitos já têm 20 e tal anos de cadeia e eles dizem, muitos perdem a família, por causa do tempo que as pessoas estão na cadeia. Porque quem está tanto tempo lá fora à espera, não é?

E: Pois, pelas penas longas, não é?

SC: Acho que o nosso Governo dá penas muito altas. Eles se tivessem aqui só um mês fechados para sentir o que isto é, se calhar não davam penas tão altas, quando fossem a dar.

E: Então você já esteve preso, esta é a segunda vez?

SC: Sim é a segunda vez mas à ordem do mesmo processo.

E: Ou seja, neste caso, não foi uma reincidência, ou seja, você não reincidiu no crime?

SC: Não, não.

E: Não cometeu um crime para voltar a ser preso?

SC: Não, eu vim, estou preso à ordem do mesmo processo, não fiz nada para vir outra vez, senão depois levava com o outro também, não era? Não, eu estou à ordem do mesmo processo.

E: Então explique melhor então, ou seja você estava a cumprir uma pena, saiu...

SC: Eu estava a cumprir uma pena, eu e o meu primo está no Pinheiro da Cruz, que a condenação dele até é maior que a minha e ele tinha processos pendentes como eu também tinha, eu saí em liberdade, ele ficou lá e depois ele ao fim de, ele começou a recorrer, a recorrer, a recorrer e acho que na última vez que ele recorreu, mexeu nos nomes que estavam com ele, então foi aí que me foram buscar.

E: Já o foram buscar depois, ainda dentro do mesmo processo ainda.

SC: Sim, sim.

E: Sentiu algum obstáculo, alguma dificuldade em reinserir-se novamente na sociedade depois de estar preso?

SC: Quando eu saí a primeira vez?

E: Quando saiu a primeira vez?

SC: Não, fiquei assim um bocado, não é? Uma pessoa chega à rua, aqui só vejo paredes e muros e grades.

E: Mas não sentiu assim algumas dificuldades em ser inserido novamente?

SC: Não.

E: Quando saiu, arranhou trabalho?

SC: Arranhei, no café, a minha mãe teve um casal do (?) e por baixo tem uma mobiliária, tem o Sr. Zé, eu comecei a trabalhar com esse senhor, ajudante de motorista, carregar móveis para um lado ou para o outro...

E: E sentiu por exemplo da parte, neste caso da pessoa que o contratou, sentiu da parte dele uma estigmatização ou seja algum receio por causa de ter estado preso?

SC: Não, não.

E: Não sentiu nada disso?

SC: Para já, já me conhece há muitos anos e não, não.

E: Davam-se sempre bem na mesma depois de estar preso?

SC: Sim, sim, ia almoçar fora com a mulher dele e com os filhos, nunca houve problemas, conhece a minha mulher e as minhas filhas, nisso não houve problemas nenhuns.

E: E sentiu da parte do sistema prisional, sentiu que por exemplo, o tempo que cá esteve, que o prepararam? Que lhe deram ferramentas para você quando saísse, fosse mais bem preparado para a...

SC: Eu não, eu sou contra isso, sabe porquê? Porque eu não vejo eles aqui mesmo da primeira vez, eles a prepararem a gente para a liberdade.

E: Não?

SC: Não. Então aqui muito menos.

E: Acha que a reinserção social que se fala, das políticas de reinserção social que se fala existir para os reclusos, quer em termos de ensino, formação profissional ou trabalho, acha que não existe?

SC: Não.

E: Na prática não funciona?

SC: Na prática não funciona, não. E pode perguntar aos reclusos todos que estão nesta cadeia que vão todos dizer o mesmo. Olhe e a gente fala isso aí muitas vezes durante o dia. Há aí muitos que vão sair daqui com uma mão à frente e outra atrás, não tem família, não tem nada. Para quê? Daqui a 7, 8 meses estão cá dentro outra vez é o que vai acontecer.

E: E o que é que acha que falha, nisto tudo?

SC: Olhe para já o que pagam aqui, por exemplo nos cursos, pagam 50 cêntimos por dia. A trabalhar, 50 cêntimos por dia, chega ao fim do mês, nem sei quanto é que isso dá, dá para aí 20 ou 30 euros, não é? E depois é metade para o disponível e metade para a reserva, não é?

E: A reserva serve para quê?

SC: Diga?

E: A reserva serve para quê?

SC: Quando você sair da cadeia, para ter esse dinheiro.

E: Tipo uma ajuda para quando saem em liberdade?

SC: E o disponível é para você todas as quintas-feiras para fazer cantina, comprar tabacos, para produtos de higiene, então o que precisar, comida.

E: E as pessoas chegam a ter alguma coisa nesse fundo de reserva quando saem para ir em liberdade? Ou seja é suficiente para fazer alguma coisa?

SC: Não, já vi a saírem daí, com 200 e 300 euros. O que é que faz com isso? Não faz nada.

E: Ou seja considera que a remuneração que é atribuída ou o valor, não é? O dinheiro que dão, seja por formação, seja até para cursos de formação profissional ou trabalho que têm, que é mal remunerado? Ou que deveria ser melhor remunerado? Deviam pagar melhor?

SC: Sim, porque aqui não, no RAVI não, mas no RAVI de Torres Novas, que eu estive em Torres Novas antes de vir para aqui, eu estou aqui vai fazer dois anos, lá saem de manhã e chegam por volta das 6, 7 da noite, almoçam fora e tudo, trabalham para as juntas e para as câmaras, recebem o ordenado mínimo, isso sim, quando saírem já levam um bom dinheiro.

E: Isso aí já seria uma forma, mais útil, mais eficaz para quem sai depois em liberdade?

SC: Claro.

E: Qual é que era a sua situação profissional quando veio pela primeira vez? Trabalhava?

SC: Quando fui preso a primeira?

E: Sim, quando foi preso a primeira vez, a primeira vez.

SC: A primeira vez...

E: Trabalhava?

SC: Trabalhei, andei a meter telha, a meter telhado, na construção civil depois fui trabalhar para a doca, que os meus tios, que os irmãos da minha mãe são pescadores em Portimão, cheguei a andar ao mar com eles. Depois entretanto, andei lá, não gostei muito daquilo, andar ao mar, depois saí e antes disso, fui bombeiro em Paço de Arcos e na Chamusca, bombeiro contratado, durante 9 anos fui bombeiro.

E: Considera importante ter uma profissão?

SC: Considero.

E: Para qualquer recluso se inserir na sociedade?

SC: Sim.

E: Acha que isso é importante?

SC: Acho que sim.

E: Qual é que é a mais-valia de se ter um emprego, por exemplo quando se sai? É pela parte da remuneração é ter outras coisas mais importantes?

SC: Não, penso que sim, hoje então ter uma profissão chegando lá fora, não é? É meio caminho andado para nos darem, não é? Agora chegar aqui:

- O que é que sabe fazer?

- Não sei fazer nada.

Não é?

E: Acha que por exemplo, hoje um recluso quando vai pedir trabalho, acha que vai sentir, o estigma, vai sentir o “rótulo” de ter sido um ex-recluso?

SC: Eu penso, eu falo como recluso, eu se for pedir trabalho, pronto, não tenho nada escrito na testa que estive preso, não é? Tenho tatuagens, penso, já se chegou pior a esse lado, mas eu acho que não há problema. Eu se saísse agora, ainda na sexta-feira tive visita, os patrões da minha mulher estavam a dizer, todos sabem que eu estou preso e digam:

- Mal o Miguel sair (?) começa a trabalhar.

Ou roubou, ou não roubou, há gente que nunca roubou nada, todos, a gente gosta dele e é verdade.

E: Alguma vez, quer antes ou depois de já ter estado preso, consumiu droga? Ou estupefacientes?

SC: Sim, já consumi.

E: E acha que o facto de ter consumido, condicionou ou influenciou em você ter vindo preso?

SC: Não, não, não.

E: Não? Isso nunca teve a relação, só mesmo a parte da companhia...

SC: Sim, porque quando eu fui roubar não andava a consumir drogas, mas já consumi em miúdo, já, em miúdo já consumi drogas.

Sujeito D

E: Sujeito D, Alcoentre. Pronto, então olhe, primeiro só lhe queria perguntar é, quando veio preso pela primeira vez, qual é que era a escolaridade que o senhor tinha?

SD: Tinha o tal segundo ano, no ciclo preparatório (?).

E: Da Telescola, não é?

SD: Sim.

E: E abandonou os estudos com que idade?

SD: Aos 12.

E: E o que é que o levou a abandonar a escola?

SD: Ter que ajudar a família e trabalhar e fui, trabalhei para as obras, portanto à serventia.

E: A ganhar algum dinheiro para ajudar a família?

SD: Sim, sim, somos um extrato social, eu nem acho pobre, pronto na altura era pobre, desfavorecido mesmo.

E: Então, acha que teria seguido outro rumo se tivesse continuado a estudar? Se tivesse tido oportunidade de continuar a estudar?

SD: Só Deus sabe.

E: É difícil de saber, não é?

SD: Pois, só Deus sabe.

E: Então e quando e porquê é que se iniciou na delinquência, ou seja no crime, quando é que se começou a desviar? Mais ou menos a idade...

SD: A idade foi logo com 13, 14 anos que comecei logo a fumar as primeiras ganzas e depois na altura praticamente que era moda, não é? E fui por aí fora, até chegar à situação em que estou.

E: Mas acha que aquilo que despoletou o seu desvio, acha que foi o quê? A droga, os consumos?

SD: Pois quer dizer, isso não tem princípio, não é? Eu acho que foi mais a curiosidade, comecei logo a roubar uns cigarrinhos ao meu pai, uns definitivos e não sei que mais, depois entrei por aquele caminho na altura do charro, da erva e do haxixe. Aquilo era praticamente, ninguém ligava a nada disso, não é? E depois a curiosidade. Falta de informação, depois eu considero que se calhar há demais e por haver tanta, passa ao lado de certas pessoas, há certas pessoas que se calhar, por haver tanta informação...

E: Ou seja, está a falar relativamente às drogas, não é?

SD: Sim.

E: Ou seja, acha que isso, as drogas, depois o facto de ter entrado, entrou no mundo das drogas foi? Isso influenciou a cometer crimes ou não?

SD: Como é que você disse?

E: Eu estou-lhe a perguntar se está a falar relativamente às drogas, ou seja, hoje em dia há mais informação...

SD: Claro, há mais informação, mas as pessoas se calhar estão mais desatentas e se calhar por haver tanta informação é que as pessoas estão desatentas, isso acho eu, mas a curiosidade está lá na mesma na juventude, não é? Em todo o lado isso está lá na mesma, os problemas residem sempre na mesma.

E: Mas considera que só para eu entender bem, considera que o que o levou, por exemplo, para o crime, para cometer crimes, a droga teve influência ou não?

SD: Eu não considero, quer dizer, teve a sua influência, agora a condição social também teve bastante influência.

E: Pronto é isso que eu quero entender, ou seja, acha que foi mais o facto de pertencer um extracto muito de pobreza, de...

SD: Sim, sim, foi é um conjunto, é o estado de pobreza, é a curiosidade de um jovem, é o conselho que eu, entre aspas, os meus pais, mas ser um bocado desapoiado pelos pais, haver um desligamento, sermos 6 irmãos, essas coisas todas, tudo isso contribuiu.

E: E quem é que acha que, ou se é que existiu alguém, alguém o influenciou para o mundo do crime, a ir para o mundo do crime?

SD: Não.

E: Não? Acha que foi mesmo por si é que a tal curiosidade que fala, foi isso que o levou a ir para o mundo do crime?

SD: Sim, sim, a curiosidade, a necessidade, para não passar tão mal, que é mesmo assim, o mundo do crime, entenda-se por tráfico, não quer dizer que não tenha já roubado também, pelo menos para sobreviver já o fiz.

E: É mesmo importante é só perceber, pronto o que é que levou neste caso, o senhor já esteve a explicar, o que é que o levou a isso. Agora relativamente à parte da formação profissional também me interessa abordar, quando o senhor veio preso, já tinha feito algum curso de formação profissional?

SD: Não.

E: Civilmente?

SD: Civilmente não, tenho uma profissão, sou ladrilhador, ladrilho dentro da construção civil e no campo também sei trabalhar. Mas foi tudo sem cursos, sem...

E: E aqui na, quando diz que veio preso, fez algum curso de formação profissional?

SD: Fiz, fiz o curso de Arraiolos, faço bem Arraiolos, eu considero que até faço mesmo bem que é mesmo assim, há muita gente que faz, pronto, com curso é outra coisa. Que eu vejo outras pessoas fazem isso em curso, aprenderam uns com os outros, mas a gente com o curso aprende de maneira diferente.

E: Ou seja, acha que foi importante esse curso para si, cá dentro?

SD: Foi, nessa área foi. Eu podia aprender Arraiolos mas não aprendia com tanta mestria, como aprendi através do curso.

E: E o que é que o motivou a ir tirar esse curso em específico?

SD: O tempo livre, temos muito tempo livre, até demais que temos de saber gerir, quer dizer...

E: Poupar um bocadinho o tempo também.

SD: Nem é bem gerir o tempo que temos ocupado, infelizmente tenho uma ocupaçãozinha, mais não sei quê, agora e tenho procurado sempre, ou de uma maneira ou de outra, já fiz Arraiolos lá em cima quando foi permitido, agora estou aqui faxina não sei que mais, mas pronto. É gerir, é o tempo que não fazemos nada. À noite na cela quando um homem está fechado, pole aí um bocado, ou isto ou aquilo, cada um gere à sua maneira, pronto.

E: Claro, claro. Acha importante esse curso de formação profissional por exemplo para quando sair em liberdade?

SD: Quer dizer, eu nunca sei o dia de amanhã, mas fora isso também já tirei outros, já tirei horticultura e fruticultura, fora isso e pronto eu fui para a rua e sempre fiz uns Arraiolos lá para uma pessoa ou outra.

E: Acha que esses cursos de formação que são dados cá dentro, adequam-se depois às necessidades lá fora?

SD: Quer dizer, os cursos adequam-se sempre às necessidades, agora depende das situações, depende das situações que a gente esteja enquadrados, por exemplo se for para a agricultura, estou mais bem preparado hoje do que o que estava antes, tenho outro género de conhecimentos e se for fazer Arraiolos estou muito melhor, porque não sabia mesmo fazer, não é? E aprendi, foi aqui e aprendi a ter paciência também para fazer aquilo, é preciso muita paciência.

E: Claro. Mas acha por exemplo, quem fizer cá uma formação profissional, independentemente da área, acha que quando sair em liberdade, está mais preparado para arranjar um trabalho, para se inserir melhor?

SD: Sim, sem dúvida, sem dúvida.

E: Sim?

SD: Sem dúvida, então, isso era estar a dizer mal disto, dos livros, das Universidades e não, de maneira nenhuma, então é sempre importante, está bem que a gente com, como é que eu hei de dizer, com, estou um bocado nervoso também, com a experiência de vida, tudo isso é bom e a gente profissionaliza, mas através dos livros, é sempre melhor, não é?

E: Pois ganhar outras capacidades, outras ferramentas, preparam melhor a exercer uma profissão lá fora...

SD: Sim, sim, sim.

E: E na sua opinião o que é que acha que em termos dessa formação, como é que se poderia melhorar? Daquilo que conhece não é? E como já fez mais que um curso de formação profissional, o que é que acha que se poderia mudar? Ou melhorar.

SD: Melhorar, pode-se sempre melhorar agora, o que se poderia melhorar, sei lá. Quem sou eu para dizer aquilo que se poderia melhorar a esse nível, mas...

E: É uma pessoa que já frequentou e são estes cursos e que são feitos para vocês, por isso têm todo o direito em dar opinião.

SD: Melhorar, por exemplo a este nível eu falo por mim se houvesse por exemplo empresas como há noutras áreas, empresas que garantissem nem que fosse, sei lá, pré-estágio ou um estágio, qualquer coisa, ver também o que é que a pessoa desenvolve e como desenvolve, seria melhor. Mais quantidade, isso também não sei.

E: Acha que deveria de existir mais cursos de formação? Mais, não seja, mais variedade.

SD: Sim, sim poderia haver mais variedade, por claro mais variedade.

E: Sim, mas acima de tudo considera importante haver um estágio, não era?

SD: Sim, um estágio, não estou a falar em questão de remunerações, não estou a falar nada disso, só um estágio porque quer dizer a gente quer dizer temos que ser avaliados constantemente e as empresas já se sabe, porque eu vejo aqui há muita gente que quer fazer mais não sabe, coisas simples, coisas simples, porque...

E: Só na prática, não é?

SD: A gente só a teoria, muitas vezes não chega, é preciso a teoria, a prática e a pessoa querer, porque muitas vezes quando a pessoa não quer, isso nem com teoria, nem com prática não vamos lá de maneira nenhuma.

E: E acha que as pessoas e no seu caso também, sentiu-se motivada a fazer essa formação profissional? Ou esses cursos de formação profissional que frequentou? O que é que o motivou a frequentar esses cursos de formação profissional?

SD: O que me motivou aqui neste caso foi, passar o tempo, de passar o tempo melhor e adquirir algumas competências, sem dúvida e depois também o pouco dinheiro que se ganha também é necessário, isso sem dúvida nenhuma, tem-se de sobreviver de alguma maneira.

E: E as expectativas que você criou, ou seja a ideia que você tinha, em determinado curso quando se candidatou, depois de o frequentar, acha que foi de acordo com aquilo que estava à espera?

SD: A expectativas era de adquirir competências, não estava à espera, também não sou, eu sou um delinquente comum, não há esse estatuto em Portugal, mas eu sou um delinquente comum, sou um fruto da sociedade, felizmente e graças a Deus, não me arrependo de nada daquilo que, dos erros que cometi, mas de qualquer das maneiras, as expectativas eram essas. As expectativas eram de criar umas competências e saber, mais nada.

E: Teve o apoio de alguém, quando veio preso pela primeira vez?

SD: Como, como? Não percebi.

E: Se teve o apoio de alguém, quando veio preso pela primeira vez?

SD: O apoio era sempre da família, da minha mãe.

E: Sentiu esse apoio?

SD: Sim, agora está doente, deixou de me apoiar, quer dizer de me apoiar, de me fazer umas visitas, agora (?).

E: Costuma a ter visitas?

SD: Tenho, tenho do meu filho mais...

E: Mais ou menos com que frequência?

SD: A frequência não é regular, mas aí de 3 em 3 meses, de 2 em 2 meses tenho uma visita, tenho uma amiga minha, que é assistente social, que é de uma associação, sou daqui, uma associação de solidariedade social, que é aqui do Ribatejo e tem o meu filho que vem quando pode, não está tão mal agora.

E: Também é difícil para eles, não é? Visitá-lo mais vezes.

SD: E eu também, portanto isto exige uma série de condicionantes a nível de visitas e é um bocado pesado, também não quero estar, mas ele vem sempre quando pode, não vem mais vezes, porque pronto, não pode vir.

E: E qual é a importância para si estas visitas?

SD: É sempre bom, a gente ver a família, conversar um bocadinho, assim como é bom estar a conversar consigo agora aqui.

E: Ótimo é isso que a gente quer, que se sintam bem, falem, para tentarmos de alguma forma, não é?

SD: É sempre importante socializar com as pessoas...

E: Tentarmos melhorar não é?

SD: Apesar de ultimamente, pronto, ser uma pessoa assim um bocado mais, mas o ambiente é outro, é um bocado mais de pressão, aqui e ali há sempre um interesse secundário, as pessoas tem tendência a fechar-se, alguns até fechados demais, quem diz isso (?) pessoas e eu também, eu também, provável também já, a cabeça já não há muito, costuma-se dizer aí, a gente entre uns e outros:

- Estás todo queimado, estás todo queimado!

E é, não fosse isto cadeia, não é?

E: Pelo tempo que cá passam, não é?

SD: Ora bem.

E: Como é que foi efetuado, ou seja como é que aconteceu entre, quando veio preso a primeira vez, como é que foi o processo de estar preso e passar para a liberdade?

SD: A primeira vez foi assim, aquilo foi em 1991, foi 3 meses de preventivo, ainda se podia desistir das queixas e eu fui lá a uma loja, dessas cheias de comprimidos, fui lá a uma loja e trouxe uma televisão, mais umas coisas para comer, mas andava a dormir em pé e estive 3

meses, ao fim de 3 meses, é assim há a tal curiosidade, cadeia, isto e aquilo, também aquilo foi em 1991, em 91 portanto teria eu, para aí 20 e tal anos, 21, 2001, 2014, 20 e tal ou 30 e tal não sei bem, mas passei 3 meses nas Caldas, foi assim um bocado, levar porrada de uns dos outros, não sei que mais (?) e aquelas coisas todas, pronto era um bocado assim meio abrutalhado, depois quando saí passado 3 meses, parece que não tomei bem o gosto, agora desta vez já foi diferente, desta vez não, da outra, já tive aqui outra, tive aqui, 2005, 2006, 2007, aí já doeu um bocado mais, aí já, tive 4 anos e tal sem ir à rua, perto de 5 anos, aí já foi um bocado mais esquisito, falta de percepção da realidade, não saber andar na rua, atravessar a estrada de qualquer maneira, sem olhar para um lado e para o outro e saber que havia veículos e seguir, o carro a travar:

- Não estou dentro da cadeia, estou na rua.

É assim...

E: Mas acha que se perde um bocado a noção da realidade, de se conviver em sociedade? Ao fim de passar muito tempo preso?

SD: Perde-se, perde-se.

E: E acha que o tempo que cá passou, se calhar não tanto a primeira vez, mas da segunda que passou mais tempo, sentiu que o sistema prisional preparou para você depois sair em liberdade? Deu-lhe algumas competências? Deu-lhe algumas ferramentas?

SD: As competências, foi os cursos que tirei, mas pronto, as ferramentas, pronto eu acho que não, não se preocupam com isso, eu acho que não há preocupação da parte dos serviços prisionais, chega aquele dia:

- Olha, vai-te embora, toma lá.

E: O que é que acha neste processo, o que é que acha que faz falta? Ou seja, nesta preparação para a liberdade, se lhe podemos chamar assim ou seja aquela transição entre cadeia e a rua, o que é que acha que devia ser feito pelo sistema prisional para facilitar a vossa reentrada por assim dizer, na sociedade?

SD: Isso é um bocado complexo, mas eu acho que os serviços prisionais, eu também acho que cumprem a parte deles.

E: Sim?

SD: Eu acho que sim. E se calhar se não cumprem melhor, também é porque não podem, que eu já estive cá na outra vez e as coisas era diferentes e disto, a gente estamos a falar da reincidência, eu tenho um irmão preso, um irmão meu preso no Vale dos Judeus, que é um que faleceu aqui em Alcoentre e os serviços prisionais já tiveram, quer dizer, da crise também, dessas coisas todas, as coisas eram de outra maneira, quase toda a gente trabalhava, só não trabalhava mesmo quem não queria, e a reinserção, também quem se tem que reinserir é se eu não me quiser reinserir, por mais reinserção que me deia eu nunca me vou reinserir de maneira nenhuma.

E: Ou seja também quem neste caso recusa, também tem que querer, não é?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SD: Completamente, se eu disser não, a coisas que às vezes, eu até posso gostar, mas socialmente não são aceitáveis, eu tenho que dizer não, eu tenho que fazer a minha parte, eu não vou exigir que as outras pessoas ou que você faça a sua parte e que eu não faça a minha e depois diz assim:

- Não, eu quero a reinserção.

Eu não fiz e as outras pessoas tem de fazer, eu acho que isso é um bocado injusto, não é? Claro que hoje em dia as coisas estão um bocado mais difíceis. E provavelmente você estará aqui por isso, por as coisas estarem um bocado mais difíceis e estarem a ser analisadas por quem de direito lá fora, eu parto desse princípio, mas melhores dias virão.

E: Mas acha que no seu caso por exemplo, acha que a formação profissional que tirou foi suficiente para voltar à sociedade? Sentiu-se preparado quando saiu em liberdade?

SD: Preparado, preparado para ir de liberdade, a gente estamos tão saturados disto, que...

E: Pois para sair para a rua, não é? É normal, há de ter vontade, não é?

SD: Claro, agora o que é que eu ia esperar da rua nessa altura, era arranjar um trabalhito na minha área, na construção civil e não foi fácil, não arranjei. Porque eu sou de uma aldeia e lá está a tal coisa, na cidade se calhar não passa mais disfarçado de como na aldeia, mas também não me senti apontado, não posso...

E: Não sentiu que por ser ex-recluso, que lhe apontavam o dedo?

SD: Não, não.

E: Mesmo quando foi procurar trabalho, sentiu que alguém...

SD: Pelo contrário, até me senti foi acarinhado pelas pessoas.

E: Foi?

SD: Eu agora por exemplo, vou ao hospital, já aconteceu pessoas lá da minha aldeia me verem:

- É velhote...

E eu algemado,

- ...toma lá isto e aquilo para comprares tabaco.

A gente tem que dar valor e eu dou valor, a pessoa de as pessoas ficar:

- Então, mas não podes receber?

- Não, não, não posso levar nada

Mas pronto.

E: Mas nessa altura procurou e arranjou trabalho?

SD: Arranjei alguns trabalhos, esporádicos arranjei, esporadicamente arranjei alguns trabalhecos (?), mas pronto, isto não está bom.

E: Mas não arranjou nada certo? Em termos de trabalho, não é?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SD: Se há uns anos desde que eu enveredei por este caminho dos consumos, que me deixou doente também, eu sou portador do HIV, mudou um bocado a minha atitude, quer dizer, mudou, mudou eu não tenho problemas nenhuns, eu vivo bem com o HIV, eu trato-o bem, ele trata-me bem a mim, felizmente graças a Deus, estamos os dois bem um com o outro, mas pronto foi mais uma espada da vida, mais uma pancada da vida e é assim cá estou.

E: Qual é os maiores obstáculos que sentiu quando foi procurar trabalho? Qual é que foi as maiores dificuldades ou obstáculos que encontrou quando foi procurar trabalho?

SD: Obstáculos, é que já não é novo, enquanto eu tinha 17, 18 anos, 20, 25, 30 anos, fisicamente um homem está bem, não sei que mais, a idade, principalmente a idade.

E: Mas considera importante ter uma profissão? Para se reinserir na sociedade quando sai?

SD: Sim, claro então, isso é sempre uma profissão, isso é mais que, desde os primórdios da humanidade, uma profissão é sempre importante, o conhecimento é sempre importante, claro.

E: Quando saiu em liberdade se tivesse arranjado um emprego, com estabilidade, acha que não teria reincidido?

SD: Eu acho que sim, mas com estabilidade, lá está um homem gosta tanto, gostava daquilo, agora acho que a idade, foi a única coisa e acho que é a única coisa que me vai deixar de consumir e que me levou a deixar de consumir foi a idade. Eu dizia:

- Aos 30 deixo, aos 40 deixo.

Mas pronto obrigatoriamente tive que deixar foi a cadeia.

E: Consumia mas já não consume neste momento?

SD: Não, já não consumo há uns anos.

E: Acha que relativamente, por exemplo, há relação familiar que tinha, antes e depois da prisão, sentiu que de alguma forma foi abalada a sua relação familiar?

SD: Não, não, não de maneira nenhuma, nem com o meu filho nem com a minha mãe, a minha mãe sempre foi bastante tolerante nesse aspeto, quer dizer bastante tolerante, até nos 3 anos consumidores, a minha mãe sempre foi bastante tolerante. O meu filho até por acaso pus a questão, pus a questão:

- Atenção que tu sempre me conheceste a consumir drogas, amanhã é outro dia e eu provavelmente, um dia que deixe, se calhar vou ser outro género de pessoa.

Virou-se para mim e disse:

- Não te preocupes com isso pai, isso é coisas que a gente resolve.

Mas pronto, foi uma questão que eu pus a mim próprio, porque para ele eu sempre fui assim e por acaso surgiu-me essa questão e pus essa questão a mim próprio e a ele.

E: E foi da sua família que sentiu mais apoio quando saiu? Todas as vezes que tem saído em liberdade é da sua família que tem sentido mais apoio?

SD: Sim, sim, apesar dessa amiga minha, pronto conversar muito comigo ela é psicóloga também e também me apoiar economicamente e a levar-me comida, não sei quê e tudo, lá está, é assim...

E: Obrigadíssimo.

SD: De nada.

Sujeito E

E: Sujeito E, Alcoentre. Então diga-me só, quando é que veio preso pela primeira vez? Qual é que era a sua escolaridade?

SE: A escolaridade era a mesma.

E: Já tinha na altura o 2º ciclo?

SE: Sim, sim, em 1993

E: Então e por que é que o senhor abandonou, com que idade é que o senhor abandonou os estudos?

SE: Abandonei os estudos para aí com 16 anos.

E: Ainda se lembra por que é que deixou de estudar na altura?

SE: Sei lá, porque é que deixei de estudar, foi um conjunto de fatores, comecei a fumar marijuana, comecei a beber e comecei a ter problemas em casa, essas coisas.

E: E o que é que, acha que teria sido outro rumo se tivesse continuado a estudar, a sua vida talvez poderia ser diferente?

SE: Com certeza.

E: Sim?

SE: Com certeza.

E: E quando e porquê é que se iniciou na delinquência ou no mundo do crime? Foi mais ou menos com que idade ainda se lembra?

SE: Sim, foi nessa altura, portanto...

E: 16, 17 anos?

SE: Eu disse 93, mas é 83, 1983.

E: Devia ter 16, 17 anos, é?

SE: Não, tinha mais, já tinha 23 anos.

E: E ainda se lembra por que é que na altura, o que é que o levou a entrar no mundo do crime ou delinquência?

SE: Portanto, quando me separei, separei-me nessa altura e comecei a beber e comecei a frequentar sítios frequentados por pessoas que já andavam na vida do crime e companhias e isso.

E: Acha que essas companhias, também eram influenciáveis, foi? E o senhor quando veio preso já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SE: Não, não.

E: Nada? E aqui na prisão já frequentou algum?

SE: Não, não.

E: Também nunca frequentou nada? Sentiu apoio de alguém quando veio preso da primeira vez? Família, amigos?

SE: Não, o apoio que tive era os meus pais que eram vivos ainda.

E: Então e neste momento, tem visitas de alguém?

SE: Não, nada.

E: Não tem, mas considera importante essas ou seja durante o tempo que esteve preso ou nas várias vezes que teve preso...

SE: A primeira vez que tive preso, tive o apoio dos meus pais que eram vivos e da segunda vez também antes de terminar a segunda condenação é que o meu pai faleceu é que comecei a deixar de ter o meu pai, pronto deixei de ter apoio.

E: E nessa altura que tinha visitas, qual é que era a importância para si essas visitas?

SE: As visitas é a ligação à família, pronto mantém-se a noção de família mais, tem-se mais a noção de família, não se sente o indivíduo tão isolado.

E: Exato. Então, quando o senhor teve preso, entre a altura que teve preso e depois aquela transição entre o estar preso e ir em liberdade, como é que foi efetuada essa transição? Sentiu apoio? Não só da família, mas do próprio sistema prisional, sentiu apoio nessa transição para a liberdade?

SE: Após eu sair?

E: Sim.

SE: Após eu sair não, mas a sair a pessoa fica por conta dela e pronto e a própria família já tem alguma reticência porque sabe que a pessoa já falhou perante o sistema, já se deixou cair nas malhas do sistema, já não vão estar a desperdiçar muitas energias (?) pode estar sujeito com a sociedade que temos, pode estar sujeito a acontecer o mesmo. Há logo ali um desinteresse também, desinvestimento, começa logo na família.

E: Pois, sente que quanto mais tempo passa preso, mais a família desinveste também...

SE: Se for uma prisão de um ano é uma coisa, se começa a passar mais de 2 anos, 3 anos, depois quando regressa ou se vira por ele ou de certeza também não vão estar a investir naquilo que não sabem, o que é que vai ser, também tem os problemas deles, tem a vida deles para tocar para a frente.

E: E sentiu por exemplo, durante o tempo que cá esteve, sentiu que o sistema preparou-o para ir em liberdade? Que lhe deu ferramentas, competências.

SE: Isso não dá a ninguém, o sistema que temos toda a gente, qualquer preso que você fale, sabe que o sistema que temos é para cumprir a condenação e ir à sua vida, há esses mais jovens que já fazem cursos não sei quê, mas acho que, pronto também são cursos que depois na prática não sei se terão muita...

E: Acha que se calhar não tem depois...

SE: Para a sociedade, para o desemprego que temos, mesmo que... As pessoas saem com competências, depois não há trabalho na rua também, não há trabalho para estar lá fora...

E: Mais difícil será...

SE: Uma pessoa que já tem cadeia no registo, é complicado.

E: Qual é que foi a reação das pessoas quando saiu em liberdade da primeira vez? Ou seja, o que é que achou da reação das pessoas?

SE: A reação das pessoas e a nossa reação, porque quanto mais tempo se está fora da sociedade, mais se dessocializa, eu próprio também não, eu próprio já olhava a sociedade com outros olhos, que não olhava antes de vir preso, porque o facto de ter estado preso, de ter estado recluso, não queremos perceber porquê ou quem é o responsável e acaba-se por perceber que isso, pronto que é a vida que é assim, que nos colocou assim, eu penso por mim, falo por mim que tive este destino, tive esta pouca sorte de ter este percurso, como podia até ter outra pouca sorte, até pior talvez, não sei, dificilmente... Mas eu próprio, não consigo já olhar para a sociedade com aqueles bons olhos com aquela tolerância, com aquela falta de, prontos, como é que eu hei de dizer, com a facilidade que olhava dantes, com a empatia que olhava antes de vir preso, porque havia uma pessoa ou outra, a gente sempre tem uma pessoa ou outra que não tem, prontos, tem aquela antipatia aqui, ali ou acolá, mas depois de se estar preso já se carrega-se aquela tristeza na prisão, fica sempre connosco aquele sofrimento que se sofreu, não se deixa aqui, leva-se connosco, com a nossa vida, a gente tenta-se libertar...

E: Sentem esse peso?

SE: Se trabalhar, se tiver (?), há sempre aquelas pessoas que já não se aproximam, porque sabem e nós porque sabemos que tivemos aqui, também já não nos queremos aproximar delas, porque já sabemos o que é que vai dar, porque não adiantar criar conflitos de borla, é complicado.

E: Sente que as pessoas apontam o dedo por ser ex-recluso?

SE: Claro, ninguém está livre, ninguém pode fugir disso.

E: E sente que relativamente, por exemplo à sua família que mudou também a relação deles para consigo pelo facto de já ser reincidente ou seja, entrar e sair?

SE: Não, os meus pais não.

E: Não?

SE: Os meus pais pronto, é diferente, os pais são sempre pais, mas tirando os pais, depois os irmãos e as outras famílias...

E: Já se afastaram?

SE: Estão sempre naquela, eu não tenho muita razão de queixa com a minha família, mas...

E: Sente alguma desconfiança?

SE: E à terceira condenação, à terceira condenação, não posso estar a exigir nada.

E: Então o senhor já esteve preso 3 vezes é?

SE: Sim, estive.

E: Então e o que é que o levou a reincidir no seu caso?

SE: A reincidir? Talvez seja eu que tenha dificuldade em adaptar-me à sociedade, algum problema a nível psíquico, alguma anomalia psíquica, que seja já, prontos nem todas as pessoas nascem 100% perfeitas, ou se tiver alguma anomalia psíquica de nascença ou alguma dificuldade em socializar...

E: E acha que por exemplo nesse aspeto, devia de haver maior, por exemplo mais apoio a nível psicológico, quando um recluso sai em liberdade? Para fazer um acompanhamento depois de estar na prisão?

SE: Sim, pronto, uma pessoa que tem noção da sociedade, do país em que estamos, não pode estar à espera de milagres, não é? Se as pessoas estão lá fora, tem o que tem, se a gente, o que é que eu vou estar à espera da sociedade, se a sociedade mal, pronto, as instituições funcionam com dificuldades todas elas, qual é a instituição que me vai ajudar quando eu sair da cadeia? As pessoas estão lá fora, 500 mil pessoas desempregadas, sem subsídio nenhum, que não tem cadastro, não tem registo criminal, não tem nada. Não tem subsídio para elas. Eu que já foi, prontos, que já pratiquei, já pisei as normas da sociedade várias vezes, porque é que me havia de dar a mim? Também a tentar aqui poupar o máximo possível para quando sair ter um pezito-de-meia para ver se descubro um caminho ou um sítio que me leve a um biscate aqui, um biscate ali, a tentar ganhar para...

E: Acha que o que lhe pagam aqui é suficiente?

SE: Não, nem a mim nem a ninguém, mas prontos. A pensar no futuro no dia de amanhã, para sairmos, não é com o que se ganha aqui, que se vai sair em liberdade com o dinheiro para poder, pronto a pessoas que nem toda a gente está aqui porque quer, nem toda a gente faz disto vida, é próprio, sei lá é difícil explicar por que é que se está preso, as pessoas se perguntar a toda a gente, por que é que está preso? Ou por que é que se escolheu este caminho? Ninguém escolheu este caminho. Há pessoas que pronto (?) desconhecido certas normas, mas já toda a gente sabe que roubar é proibido, toda a gente sabe que traficar droga é proibido, mas se você começa a ver a sua vida, sem outra saída, sem outro recurso, quer comer, quer beber, quer vestir, quer calçar, não está a vir de mais lado nenhum, se os outros estão a fazer, por que é que você não vai fazer? Eu tenho que roubar também, tenho que vender droga também, então é a lei da sobrevivência.

E: E o senhor o que é que sentiu maior dificuldade quando saiu? Ao encontrar outra vez a sociedade, não é? Qual é que foram as maiores dificuldades?

SE: A maior dificuldade é reinserir-nos (?) por os documentos todos legais porque os documentos entretanto ficam todos caducados, se tem carta de condução, a carta de condução fica caducada, o bilhete de identidade fica caducado, essas coisas todas, tem que pronto, a nível de documentos, legalizar-se, pôr-se legal perante a sociedade. A primeira coisa e que é preciso papéis, é preciso fotografias, é preciso dinheiro para tirar fotografias e é preciso preencher papéis e é preciso ir aqui, é preciso ir ali, entretanto tem que se comer e tem que se beber, prontos, essas coisas. E depois você pode viver num sítio e quando vem saber que há um trabalho noutra sítio e quer ir e vir, ou quer ficar lá durante a semana e vir ao fim de semana e você tem que ter esse tal pé-de-meia que lhe permita comprar os

alimentos até receber, pagar os transportes ao fim de semana para lá e a deslocação ao fim de semana, prontos não vai ficar uma hora abandonado no meio do nada no fim de semana sozinho, pronto é os transportes e é a comida, alimentação e vestuário, calçado, até se aperceber, para se começar até a inserir, é preciso isso, depois a pessoa, por exemplo eu, como já tenho uma falta de vista, fui ao médico e receitou-me uns óculos, mas eu tenho que comprar os óculos quando sair, os meus pais morreram, tem o meu irmão que tem outra casa, vive na casa dele, a casa que era dos meus pais é para dividir pelos dois filhos. Mas pronto, agora chego lá, eu é que preciso da casa, primeiro vou ter que pagar a água, o que ficou por pagar, ter que pagar a luz que ficou por pagar, pagar a tv cabo que ficou por pagar e depois vou ter que pagar mais ainda para ser tudo ligado novamente, como é que eu vou fazer isso?

E: E o que é que acha então que poderia ter facilitado, ou o que é que pode ser feito para facilitar então a sua melhor reinserção?

SE: O que é que podia ter sido feito? O que podia ter sido feito, prontos, o que é que poderia ter sido feito? A minha vida toda podia ter sido diferente também.

E: Sim, mas acha que por exemplo, o Estado devia, sei lá darem por exemplo um valor monetário para ajudar quando sai?

SE: Sim, as pessoas trabalham deviam ter um ordenado mínimo para os presos em proporção à sociedade civil ter um ordenado mínimo e a comunidade prisional também que trabalha devia ter um ordenado mínimo.

E: Isso facilitaria ou seja teria um fundo de maneiio maior para quando saísse em liberdade.

SE: Em proporção, aquilo que é o ordenado em liberdade, o ordenado mínimo em liberdade, haver um ordenado mínimo para quem trabalha dentro das cadeias. Isso já era o grande passo, se um dia mais tarde aqui, sei lá a 20 ou 30 anos talvez seja possível isso acontecer, não se sabe.

E: Exato. Claro, esperemos que algum dia haja essa impulsão, não é? Por isso é que e eu num caso específico agradeço sempre a vossa participação, porque é através das vossas percepções que a gente pode a vir tentar fazer alguma coisa, porque se não houver estudos, se não houver nada feito, não se chega a lado nenhum não é? O senhor já me tinha dito qual é que era a sua profissão antes de vir preso?

SE: Eu prontos, eu nunca me especializei, trabalhava na construção civil, tinha carta de pesados e era conforme...

E: Então o senhor quando saiu pela primeira vez e saiu em liberdade, procurou e conseguiu emprego?

SE: Sim, sim, sim, na construção civil antes da crise arranjava-se trabalho com facilidade.

E: E qual é que foram então as maiores dificuldades que sentiu então em encontrar trabalho nessa altura? Ou sentiu dificuldades em encontrar?

SE: Não, não senti, o único problema que eu tive, portanto é o viver também em, um dos problemas é as pessoas que vivem em comunidades pequenas, cidades ou vilas pequenas, não

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

sei quê, têm de viver ali e quando eu chego, a sociedade quando se apercebe que eu vou logo procurar trabalho e já estou a trabalhar não sei quê, tudo bem e depois as pessoas falam no:

- Olha, ele esteve preso.

Porque é uma novidade uma pessoa é mais uma novidade que:

- É, aquele é homem da prisão e tal.

É mais novidade sempre, uma pessoa passa a ser uma novidade nos primeiros tempos. A falta de outras novidades é mais uma novidade, num sítio onde haja poucas novidades, pior ainda e depois porque isso vai-se refletir se você arranja um emprego, por exemplo, eu arranji emprego numa obra que estava a acabar, para fazer os acabamentos e as limpezas da obra, a obra estava a acabar e fez-me um contrato de 3 meses, nesses 3 meses, já muita gente à minha volta já falava:

- Olha, saiu, está cá, está a trabalhar nas obras, não sei quê.

Essa publicidade negativa que era feita vai-nos dificultar depois o segundo emprego, depois como está muita gente à procura de trabalho é mais seguro dar trabalho a uma pessoa que nunca esteve presa, do que dar trabalho a uma pessoa que já esteve na cadeia, não se sabe o que é que se passa na cabeça dela, ouve-se falar que as cadeias isto, que as cadeias aquilo, não é?

E: Ou seja, acha que leva o “rótulo” de ex-recluso?

SE: O ideal seria, prontos, as pessoas poderem, poder haver uma parceria entre a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, a nível do Governo e as empresas que dessem trabalho aos presos que tirassem cursos por exemplo, na cadeia, essas empresas terem...

E: Benefícios?

SE: ...um benefício a nível fiscal, uma pessoa tem uma empresa mas se der trabalho a ex-reclusos, é-lhe deduzido menos impostos, ou é prontos, não paga tanto imposto como, percebe? Mas isso tinha que ser o Governo a ter essa iniciativa.

E: Até para permitir, por exemplo quem tira cá por exemplo, formações, permitir por exemplo...

SE: Aquelas formações eram aproveitadas depois, porque o próprio Governo incentivava isso a nível fiscal...

E: As empresas vir busca-los, não é?

SE: As empresas começavam, prontos tinham uma margem, um benefício fiscal, tinha que haver uma contrapartida da parte do estado como iniciativa para promover a inserção dos presos.

E: E acha que se tivesse conseguido sempre manter um trabalho, durante o tempo que esteve fora, acha que isso tinha evitado ter reinserido?

SE: Sim, claro.

E: Sim? Ou seja, e acha importante ter um trabalho...

SE: Porque naquela altura em que por exemplo, sai-se de um trabalho, um contrato, um contrato de 3 meses ou de 6 meses, no meu caso foi 3, depois a partir dali meti-me a vender droga, porque o que eu economizei em 3 meses, com o panorama que se está a desenhar à minha volta, com esta publicidade toda, depois está aqui, depois está ali, depois é assim, não sei quê. Eu se não vou conseguir emprego, este dinheiro vai-me desaparecer e depois a minha mãe já é viúva e eu tenho 40 anos, 40 e tal anos, eu não vou estar agora todos os dias a vir pedir dinheiro para um café e à espera que ela me dê o almoço e jantar, já não tenho estômago para isso com 40 e tal anos, há pessoas que tem, há outras que não tem, nem que eu vá vender droga, porque é uma coisa que já tinha estado preso por isso e que se sabe fazer e é sempre a primeira tentação para repetir-se aquilo que já se sabe fazer. Uns é outras coisas, uns é isto, outros é aquilo.

E: Considera então importante ter uma profissão, quando se sai em liberdade?

SE: Claro, se houvesse uma formação profissional, mais intensiva nas cadeias, mais abrangente a todas as idades e se houvesse uma iniciativa do Estado junto das empresas, dar uma iniciativa às empresas que dessem trabalho aos ex-reclusos, como disse um dia se o ajudar e for possível medir, sei lá não sei ou talvez seja. As coisas nessa altura poderão evoluir poderão sair-se deste ciclo vicioso, mas acho que isso enquanto não acontecer, o ciclo vicioso tem que se manter forçosamente, não há milagres.

E: Daquilo que você conhece em termos de formação profissional, acha que a formação que existe, adequa-se depois ou...

SE: Para os tempos que correm, para a sociedade que temos e para a evolução que a sociedade teve, prontos, podia sempre ser melhor, mas já é bom que seja, o que haja é bom que seja, devia era haver mais uma adaptação mais abrangente e uma adaptação à capacidade realmente precisam lá fora.

E: Ou seja, noutras áreas? Formação noutras áreas?

SE: Não é estar a dar formação se se sabe que lá fora também não há trabalho, quem é que vai? O que é que se precisa lá fora, precisasse pessoas para o turismo, porque neste momento o país está a ver a situação dele muito rígida, toda a gente que veja a comunicação social, a televisão, sabe que Portugal tem que apostar no turismo, pronto há partida vai substituir a construção civil. A construção civil havia e dava origem a muitos empregos, hoje em dia está-se a ver que a nossa solução é o turismo.

E: Ou seja, acha que se calhar neste momento, a formação profissional já devia estar a acompanhar...

SE: Já devia de haver nas cadeias, já devia estar-se a adaptar a essa nova realidade. Ensinar aqui as pessoas na cadeia, a falar inglês, a servir à mesa, por exemplo, já era um passo.

E: No ramo da restauração.

SE: Mas pronto, é assim, as coisas, tem o seu percurso, tem o seu tempo, depende das sociedades, de quem as dirige.

E: Obrigadíssimo.

Sujeito F

E: Sujeito F, Alcoentre. Então, quando o senhor veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

SF: Pela primeira vez tinha o 4º ano

E: 4ª classe, não é?

SF: Exato.

E: E abandonou os estudos com que idade?

SF: Abandonei os estudos com 13 anos, 14.

E: Ainda se lembra o que é que o levou a abandonar a escola?

SF: Pronto, houve lá, a porcaria da, pronto da brincadeira, as brincadeiras de miúdos e era mais o tempo que eu não estava na escola, do que estava na escola. Para já chega a um ponto, desisti e depois fui trabalhar. Comecei a trabalhar.

E: E acha que teria seguido outro rumo na sua vida se tivesse continuado a estudar?

SF: É possível.

E: Sim?

SF: É possível.

E: Acha que teria sido importante, teria feito diferença se tivesse continuado a estudar?

SF: Teria, lógico, por exemplo quando, esta pena que eu estou a cumprir 9 anos já é outra, porque eu 7 anos na rua e antes tinha cumprido 10 anos. No Linhó e então tive várias possibilidades de tirar um curso de informática e não fui tirar, não fui tirar, estupidez minha, pronto não fui tirar e hoje torço a orelha ainda nesta (?), mas gostava de ter tirado esse curso de informática.

E: Então e diga-me uma coisa, quando e porquê é que o senhor se iniciou na delinquência, no mundo do crime? Ou seja, mais ou menos com que idade, lembra-se?

SF: Isto foi tudo, quando vim da Suíça, eu tive lá 6 anos, foi para lá em 84, vim em 90, foi lá que me separei, portanto, entretanto vim para cá em 90 e não tinha, tinha trabalho lá ao pé de casa, tive lá a trabalhar num prédio, a dar serventia, como servente durante uns 2 meses, depois saí, porque havia lá uns indivíduos que não interessavam e eu entrei e saí. Entretanto, saí, há um rapaz meu amigo, de minha criação, que é o Vítor Machado que tinha uma empresa de alumínios, montagens de marquises, janelas de alumínio, portas, tudo que tem alumínio e convidou-me se eu queria ir trabalhar com ele, e eu disse:

- Sim, vou trabalhar contigo.

Dava-me na altura 45 contos mensais, tive a trabalhar com ele uma série de meses, entretanto telefonam-me da Lousã, um colega meu que teve lá comigo na Suíça, a trabalhar sempre na hotelaria, que me diz:

- Manuel, estás a fazer alguma coisa?

e eu disse:

- Epah, estou, estou a trabalhar numa empresa assim, assim, assim...

e ele disse:

- Epah, precisava aqui de ti.

- E então porquê?

- Todas as semanas mudo de empregado...

Como é que hei de explicar, todas as semanas metia dois empregados novos, porque faltava sempre dinheiro na caixa e eu disse:

- Epah, vou falar com o meu patrão, a ver o que é que ele diz, depois eu ligo-te.

E assim foi, falei com ele e pronto e ele disse:

- Epah, amigo não empata amigo, pronto eu arranjo outro, não há problema.

E assim foi, fui para a Lousã, mas eu iniciei o cartão de...

E: Ou seja, quando, ou seja sabe mais ou menos com que idade é que se iniciou, ou seja que começou no mundo do crime que o levou depois a vir preso.

SF: Exato, comecei por vender haxixe e entretanto, pronto comecei a juntar dinheiro.

E: Da venda da droga?

SF: Exato, comecei a juntar dinheiro, entretanto o pessoal estava lá no café à noite, era sempre até fechar e começaram a convidar se eu queria ir com ele, quando o café fechava à meia-noite, se queria ir com eles até ao Casal, ao Casal Ventoso e eu:

- Vou. Fico lá na carrinha à espera, espero lá na carrinha e vocês vão fazer o que tem a fazer.

Nunca tinha tocado naquilo, nem cocas, nem heroína...

E: Ou seja só tinha traficado até aquela altura.

SF: Só, só tinha traficado haxixe e tinha fumado. Portanto, depois fui por aí fora e entretanto quando fui para a Lousã, a única coisa que consumia também era só haxixe, estive lá 6 ou 7 meses e depois arranjei uma pessoa, uma pessoa de, o irmão que estava na Suíça, que é o Vítor para o ajudar lá e coiso e disse-me que se eu quisesse ficar que ficava, ficava na mesma, mas se eu quisesse vir embora para baixo para Lisboa, podia vir. E eu disse:

- Epah, vou-me embora até...

Que eu moro em Oeiras.

- Vou-me embora.

Eu tinha um e assim foi, vim-me embora e quando cheguei cá baixo, pronto comecei a acompanhar com companhias que não devia acompanhar e entretanto comecei a experimentar...

E: Drogas duras, drogas pesadas.

SF: ...a heroína, a cocaína, comecei a experimentar, porque isto é assim, no início é a gente que manda na droga e depois é ela que manda na gente...

E: Começa a ditar as regras...

SF: Exato e pronto comecei no mundo do crime, infelizmente, crime que não foi crimes nenhuns de sangue, nem com armas, nem com nada, nada. Foi pronto (?), sei lá uns supermercados...

E: Pequenos roubos.

SF: É, eram pequenas coisas, prontos até acumular 19 processos, entretanto vim preso, venho preso 10 anos, a minha pena ficou em 12 e meio, depois houve o perdão de 99 ou 11 e meio e sigo os cinco sextos, portanto, 10 anos, com um ano e meio de condicional. Estive um ano e meio na rua, estive 7 anos na rua, comecei logo a trabalhar com indivíduo que trabalha por conta própria nas obras, biscates, comecei a trabalhar com ele, fiz vários trabalhos com ele e entretanto depois, há um primo meu que é amicíssimo de um Vereador da Câmara de Cascais que vem ter comigo, vem-me dizer que tinha um amigo dele que ia abrir uma empresa de ambiente, pronto uma empresa de recolha de lixo e se eu queria ir para lá trabalhar, o ordenado era bom e eu disse:

- Está bem.

Inscrevi-me, ele tirou os meus dados e mandou por fax lá para a empresa, a empresa mandou-me chamar, tivemos uma reunião, prontos...

E: Para o contratar?

SF: Para me contratar, mas portanto, o administrador da empresa, eram dois ou três, mas um tinha mais cotação, era esse indivíduo amigo do meu primo, que é o Rui Libório. E então eu estava a ser entrevistado e oiço, eu estava de costas para a porta, oiço uma porta a abrir, faço assim, e ainda vejo ele a fazer o gesto para os três...

E: Para o que o estava a entrevistar.

SF: ...para quem me estava a entrevistar, que sim, para eu ficar e pronto lá estive desde 2005, mas antes disso, quando saí em 2003, ao fim de 3 meses estava a trabalhar, estava a fazer um campo de golfe.

E: Ou seja, quando saiu da primeira vez de estar preso, saiu procurou trabalho e encontrou?

SF: Encontrei, encontrei, estive a trabalhar num campo de golfe, a fazê-lo de raiz praticamente...

E: Ou seja, não sentiu dificuldades nessa primeira vez quando saiu em arranjar trabalho?

SF: Não, pronto arranjei logo aquela situação, fui a Cascais à...

E: Ao centro de emprego?

SF: ...ao centro de emprego e arranjam-me para ali e pediram-me se eu podia ir ainda hoje, tinha-lhe dito, isto foi de manhã eram para aí umas 11 e tal, cheguei a casa a Oeiras, almocei, meto-me no autocarro e o autocarro para lá mesmo pertinho e vim logo, o

autocarro, pronto eu ia a caminho, comecei logo a olhar para o lado direito e comecei a ver terra, máquinas, máquinas de terraplanagem e coisa e digo:

- Olha deve ser aqui.

Então fui, fui lá falei com o encarregado, um indivíduo irlandês (Lindsay Macloud?), a seguir a falar com ele, ele disse-me para começar amanhã, numa quinta-feira, acho eu. Comecei a trabalhar, estive lá a trabalhar, fizemos a parte do campo, para relva, tudo, os (?), tudo, fizemos tudo, 18 buracos.

E: E quanto tempo é que ficou nessa empresa?

SF: Nessa empresa fiquei 1 ano e tal, depois passei para outra, mas a trabalhar no mesmo campo, mas outra que fazia o sistema de rega, que é uma empresa que é a R1, passei para aí, estive mais cerca de 1 ano a trabalhar aí, depois quando saí daí, estive uns dias sem trabalho, foi quando, uns dias sem trabalho não, sim estive uns dias sem trabalho, mas depois fui trabalhar com aquele indivíduo nos biscates de obras e isso. Depois de estar a trabalhar com ele já havia, ele estava-me a dar 40€ por dia, diários e pagava-me o almoço, só que pagava-me à semana, eram 200€ por semana. Depois o que é que acontece...

E: Diga desse processo todo, até chegar outra vez à sua condenação, o que é que se passou?

SF: O que é que se passou? Passou-se o seguinte, quer dizer...

E: O que é que o levou a reincidir novamente?

SF: Foi quando me faleceu o meu pai.

E: Ou seja, estava tudo bem, estava a trabalhar, esteve aquele tempo todo bem a trabalhar mesmo que fosse de uma empresa para a outra.

SF: Não, saí dessa empresa do campo de golfe, tive uns dias sem trabalhar, depois arranjei trabalho, estive a fazer uns biscates mais esse indivíduo, foi quando fui trabalhar depois para uma empresa, essa empresa do lixo, mas nos contentores do lixo, andávamos só a apanhar aquelas...

E: Os resíduos e...

SF: Os mostos que eles chamam os mostos, daquilo, depois daquelas mesas cadeiras, frigoríficos, sofás, televisores que estão assim ao lado dos contentores e a gente era só isso que carregava, estive lá até 2005, 2006, 2007, 2008, foi até fins de 2008, depois...

E: Faleceu o seu pai, foi?

SF: ...tive a infelicidade, pronto, morreu o meu pai e eu não andava bem e só me sentia aliviado era, pronto como se costuma dizer, de cabeça cheia, pronto é quando eu me sentia aliviado e não pensava, pronto, tanto é que comecei a cometer pequenos roubos...

E: Mas por exemplo, mas depois do falecimento do seu pai e desde que saiu consumia drogas? Quando saiu da prisão a primeira vez?

SF: A primeira vez...

E: Consumia?

SF: Já consumia.

E: Continuou a consumir?

SF: Continuei a consumir mas depois parei, fiz um ano de metadona, fiz depois um desmame de 6 meses e pronto, nunca mais toquei nisso, quando fui trabalhar para o campo de golfe é que só fumava haxixe. Só depois então de sair é que pronto comecei a heroína e cocaína.

E: Então e depois da morte do seu pai virou-se para os roubos porquê?

SF: Para os?

E: Para os roubos.

SF: Porque não tinha dinheiro para comprar droga.

E: Mas quê, aumentou os consumos por causa, depois da morte do seu pai?

SF: Não aumentei, eu não aumentei, consumia a mesma coisa só que não tinha dinheiro, só tinha dinheiro quando recebia o rendimento mínimo.

E: Mas o que é que despoletou, ou seja o senhor está-me a dizer que reincidiu depois da morte do seu pai, mas teve influência a morte do seu pai? Em voltar a reincidir?

SF: Não sei, não faço ideia sei que...

E: Ou teve a ver com os consumos? Com a droga? O que é que acha que teve relacionado para voltar a reincidir?

SF: Se quer que lhe diga...

E: Instabilidade emocional, a parte psicológica?

SF: Sim, sim, sim, psicologicamente não estava bem, não andava bem e então há um dia que, pronto, fui comprar heroína e cocaína é que comecei e depois nunca mais parei até de me ir embora.

E: E esses roubos que já fazia, já era para manter o vício? Para comprar droga?

SF: Eram.

E: Já eram?

SF: Eram.

E: E foi isso que o levou aos consumos, aos crimes, não é? Aos roubos.

SF: Foi.

E: Então e quando veio preso a primeira vez, teve o apoio de alguém?

SF: A primeira vez tive, tive apoio do meu pai, da minha mãe.

E: E depois nas outras prisões que teve a seguir? Esse apoio foi-se perdendo ou manteve-se?

SF: (?) porque eu depois saí, em 2003, tive esses 7 anos na rua e agora entrei em 2010.

E: E de 2010 até agora, tem tido apoio de alguém, tem tido visitas?

SF: Visitas muito poucas. Tenho só a minha mãe de vez em quando de seis em seis meses ou coisa do género.

E: Ou seja as visitas que tem é só a sua mãe?

SF: A minha mãe tem 93 anos, está numa e não pode andar, está numa cadeira de rodas e então só com alguém que a traga cá.

E: Pois, porque sozinha...

SF: Sozinha não dá.

E: E qual é a importância para si essas visitas, não só no início que eram mais regulares, mas mesmo agora apesar de ser poucas vezes, qual é que é a importância para si essas visitas?

SF: É muita, é muita porque é a única pessoa a bem dizer que eu tenho da família que...

E: Que o vem visitar.

SF: Que me vem visitar.

E: Como é que na sua opinião foi efetuada a sua passagem da prisão para a vida livre? Ou seja, sentiu que houve um apoio? Que houve realmente uma transição e uma preparação para a liberdade de quando estava preso e depois quando foi em liberdade? Ou sentiu que abriram-lhe a porta e saiu...

SF: Foi, foi os cinco sextos, foi quando saí com os cinco sextos abriram-me a porta e saí.

E: Sentiu que não houve apoio nenhum?

SF: Não.

E: Nem mesmo durante o tempo que esteve cá dentro?

SF: Não.

E: Não sentiu que foi preparado para ir em liberdade?

SF: Não, por acaso tive a sorte de, pronto de, o que é que eu queria? eu esqueci-me...

E: De arranjar trabalho? A sorte de quando saiu...

SF: Pois, quando saí arranjei trabalho e tive ali uns tempos ali...

E: Pois que se aguentou.

SF: Depois, a coisa, quando morreu o meu pai então é que comecei...

E: Já não deu para controlar?

SF: Já não deu para controlar e entretanto venho preso dia 19 de julho de 2010.

E: Sentiu quando saiu, sentiu por exemplo que a reação das pessoas para consigo eram diferentes? Sentiu que lhe “apontavam o dedo”, não é? Que lhe rotulavam por ser ex-recluso?

SF: Não, não muito.

E: Não?

SF: Não se isso aconteceu não me apercebi.

E: Sentiu quando saiu e como arranjou trabalho, refez a sua vida normal, sentiu-se a ser reinserido na sociedade?

SF: Sim, sim.

E: Como fazendo parte da sociedade?

SF: Sim, sim.

E: E acha que mudou alguma coisa na sua reação familiar, com a sua família principalmente, antes e depois de estar preso? Ou acha que o apoio se manteve na mesma apesar de estar preso?

SF: Sim, o apoio manteve-se na mesma, com a minha mãe, só a minha mãe é que cá vem. É só cá, é só quando cá vem, olha por acaso tive ontem a telefonar para ela, perguntou se estava tudo bem, está tudo bem, tudo bem, bem não está mas...

E: Claro, dentro do possível, não é?

SF: Dentro do possível.

E: Quando veio preso pela primeira vez, disse-me que trabalhava na construção civil, não é?

SF: E aliás já tirei um curso aqui também...

E: Essa parte aqui, vou ver aqui relativamente à parte da formação profissional, antes de vir preso já tinha feito alguma formação profissional?

SF: Não, nunca fiz.

E: Aqui na prisão já fez?

SF: Aqui já, de pedreiro.

E: De pedreiro. E o que é que o motivou, o que é que o levou a escolher esse curso de formação profissional a este tipo?

SF: Porque não tinha nada para fazer, só por isso e para ganhar alguma coisita para fazer umas (centenas?) para me dar, para tabaco.

E: E acha que esse curso de formação profissional que tirou vai ter alguma mais-valia lá fora?

SF: Não, sabe porquê? Porque, eu quando comecei a fazer esse curso e quando acabei, quando comecei sabia uma, sabia fazer o que...

E: O que lhe ensinaram.

SF: Quando comecei sabia pouco e quando acabei sabia igual, pouco na mesma, não aprendi nada...

E: E o que é que acha que devia de ter sido feito diferente?

SF: Diferente? Diferente por exemplo era, dava mais motivação era pagar mais qualquer coisita à gente, neste caso dão 50 cêntimos à hora.

E: Ou seja dar um apoio monetário maior?

SF: Um monetário para incentivar a gente, porque houve uma data de indivíduos que desistiram, porque era mais o tempo, era mais as semanas que íamos por exemplo, uma semana dois dias, depois o resto já não íamos, depois para a outra semana íamos mais dois ou três dias, depois já não íamos...

E: Também devia de haver uma maior continuidade.

SF: Exatamente e isso pronto, não, eu estive quase para desistir, só que não desisti por causa de, diz que dava um diploma, eu não vi diploma nenhum ainda.

E: Ainda não lhe deram nada?

SF: Não, nada.

E: Esse foi o único curso de formação profissional que...

SF: Foi que fiz aqui.

E: E escolheu esse e não outro porquê? Porquê que escolheu esse e não outro?

SF: Porque era esse que estava em vigor na altura.

E: Só existia esse?

SF: Só existia esse para fazer, os outros exigiam o 9º ano.

E: Pois e o senhor na altura não tinha, não tinha essas habilitações.

SF: E este dava para fazer o 6º ano.

E: E em termos de ensino nunca quis continuar a estudar?

SF: Eu continuei a estudar, eu tirei o 6º ano foi no Linhó, as professoras que lá iam eram da escola de Alcabideche e pronto é, esse diploma tenho, tenho lá em casa, agora aqui não.

E: Então, acha que essa formação que fez, não vai sequer exercer quando sair?

SF: Não, não aprendi nada, aprendi quando entrei, aliás quando saí, sabia a mesma coisa que quando entrei, portanto...

E: Acha que, o que é que, ou seja então o que é que aqui neste caso específico desta formação, o que é que acha que os formadores deviam fazer para poder aprender melhor, não sei? Além dessa remuneração que me está a dizer para dar uma motivação extra, para a pessoa ir mais vezes, o que é que poderia ter...

SF: Comparecido, mais comparência, pelo menos pronto, ter de segunda à sexta...

E: Exato, aquela continuidade que estávamos a falar...

SF: Exatamente.

E: ...a continuidade e a remuneração.

SF: Exato e pronto, a pessoa que nos deu a formação que é o Sr. Tiago da PJ, não era má pessoa, ensinava a gente, nunca dizia que não quando a gente perguntava fosse aquilo que fosse, impecável, só que pronto acabou por ser muito faltoso, não era por causa dele, pronto era da PJ, tinha marcado reuniões com ele para aqui, para ali, fazer trabalhos...

E: Faltava em dias que deveria existir, não é?

SF: Exato, a gente não ia porque o formador não ia.

E: A formação que estava prevista era de segunda à sexta ou mesmo...

SF: Era de segunda à sexta.

E: Era de segunda à sexta e só não existia porque o formador faltava?

SF: Faltava, sim, exato.

E: Não havia formação, ou seja não estou a dizer o formador que tivesse culpa nas faltas que estava a dar, mas deveria haver formação e não havia?

SF: Exato.

E: Não é? Pronto é disso que estamos a falar. Ok, então como é que o senhor tinha conhecimento dessas formações? Como é que vocês aqui têm conhecimento das formações que existem?

SF: Tive, estava ali no placard, lá na aula, estava lá o placard e eu...

E: Ou seja, quem viu, viu, quem não viu, não sabe de outra forma? Não é informado, por exemplo os educadores informam se existe curso ou não?

SF: Neste caso, quando eu soube disso, fiz um pedido para a educadora, a ter que conversar com ela e ela inscreveu-me e fiz então o curso.

E: Porque tirando isso, afixam nos placards e têm que ver e depois inscreverem-se vocês, não é?

SF: Exato.

E: No seu entender, esses cursos que existem, pronto além desse que frequentou, deve conhecer outros que vão existindo, não é? Mesmo que não tenha frequentado, deduzo e acha que esses cursos que existem, estão adequados às necessidades depois lá fora no mundo do trabalho? Às evoluções que têm existido? Ou acha que se calhar os cursos que existem já deviam ser outros?

SF: Eu digo-lhe uma coisa, as pessoas lá fora, não fazem a mínima ideia daquilo que se passa aqui dentro, porque isto aqui dentro, isto não é uma prisão que digamos assim, que tem a reinserção social.

E: Acha que não existe?

SF: Não, isto é um: “Vai ali para o canto”, abre a cela: “Vai para a cela”, e pronto, a comida não é grande coisa, às vezes já tem acontecido vir estragada (?), os guardas, ainda há bocado aconteceu queria que um me abrisse o gradão, para ir por o caixote do lixo da parte deles, estavam 1, 2, 3, 4 estavam 5 guardas no gabinete a ouvir som, a ouvir rádio, música, aquilo era, não digo que estivesse no máximo, mas para lá caminhava, tudo ali coiso, uma pessoa que quer um favor, precise de um favor ou precisa de pedir qualquer coisa ao coiso e eles: “Já vai”, está bem, estão-se marimbando...

E: Acha que devia também haver um pouco mais de compreensão por parte dos guardas que trabalham aqui?

SF: Exatamente, não há.

E: Sentiam-se mais acompanhados se isso existisse.

SF: Outras vezes vão para ali bêbados, ao fim de semana, mais ao fim de semana vão para ali bêbados e depois quem é que paga? Somos nós, vêm para cima de nós, não é os colegas, somos nós. Por isso é que eu digo, devia de vir aqui uma inspeção de tipo da ASAE, visitar-nos, ser uma operação surpresa, surpresa para eles não terem tempo de nada, ficava (?), ratazanas que é isto, ratazanas, eu não sei e aqui há tempos morreu aí um indivíduo, não lhe

deram, eu até me custa, isto dá-me uns nervos, até me custa falar nisto. O guarda passa às 4h da manhã a fazer o ponto e o rapaz queixa-se, já tinha tocado à campainha a chamar o guarda e ele aproveitou, foi quase na hora de passar o, de picar o ponto, de, pronto, fazer a ronda e o rapaz queixa-se que estava mal, precisava de ir para o hospital, estava mal, estava mal e ele:

- Isto até abrir as portas é rápido. Aguenta-se lá.

E o rapaz o que é que podia fazer? Não podia fazer nada, não podia rebentar com a porta, portas blindadas, o rapaz de manhã, levantou-se, não sei como é que ele se levantou, eu não vi, foi para ir tomar banho, abriu o duche, lá regulou a água e coiso, mete-se assim que se meteu debaixo do duche, caiu para o chão. Caiu para o chão, não sei se você sabe, toda a gente quer ver e coiso, eu por exemplo, fui 4 anos bombeiro, tenho um bocadinho do que é a noção dos primeiros socorros, e disse:

- Afastem-se, deixem o homem ganhar ar.

O homem está deitado na casa de banho, não é? Arranca a cabeça, arranja ali uma manta para meter debaixo do homem, o homem tem as costas no chão gelado, frio. (?) reanimar, não sabiam reanimar o homem, não souberam reanimar, ele morreu aqui dentro, morreu aqui dentro mas eles dizem que morreu no caminho, morreu no hospital no outro dia e isto são notícias que não saem lá para fora.

E: Pois.

SF: São notícias que não saem lá para fora e quantos há, precisam de um, o rapaz está ali, esse apareceu-lhe o corpo, não sei se alguma coisa que ele comeu, o que é que foi, com o corpo cheio de manchas, de picadelas, parece picadelas de insetos, tinha o corpo numa vergonha, não levam o homem a fazer análises ao hospital de Santarém, nada é só aqui na enfermaria lá com o comprimido, toma, qualquer coisa é com o comprimido, isto está muito mal entregue esta cadeia, a nível de diretor, a nível de chefia...

E: São situações difíceis no ramo, não é?

SF: São, são, eles dizem que não, eles dizem, eles até lhe podem dizer que isto é o paraíso, isto é um paraíso, mas não. Isto é uma miséria que está aqui.

E: Estamos cá para tentar perceber melhor um bocadinho as coisas e é através das vossas percepções que a gente tenta perceber...

SF: É uma vergonha o que está aqui.

E: O senhor disse-me que já tinha estado preso quantas vezes? Desculpe lá.

SF: Estive, uma tive 8 meses só, mas levei uma pena suspensa, tive um ano e meio na rua, depois entrei, tive aqueles 10 anos, depois saí com um ano e meio de pena condicional, cumpri, entretanto tive 7 anos e depois entrei então dia 10 de julho de 2010...

E: Já é a terceira vez então. Pronto, eu acho que de tudo aquilo que já falamos, penso que já temos aqui um bom contributo da sua parte, juntamente com todos os outros,

espero que se consiga mudar alguma coisa, está bem? Tem que se ir fazendo alguma coisa para tentar mudar, não é?

SF: Tem que se ir fazendo alguma coisa, sim e eu sou franco...

E: Acha importante essas precárias? Já chegou a usufruir dessas precárias? Alguma vez?

SF: Aqui não.

E: Não?

SF: Aqui não.

E: Mas das vezes que veio preso, chegou a usufruir de precárias ou não?

SF: Sim, no Linhó. No Linhó estava no RAVI, que é o Regime Aberto Virado para o Interior, estava lá, andava a pastar as vacas e as cabras e as ovelhas mais outro moço comigo, estava preso, agora aqui não, tenho terreno aí com fartura para cultivar...

E: Mas essas medidas, essas precárias achava que era uma medida importante para si? Para o ajudar até a adaptar-se melhor depois à sociedade?

SF: Claro, olhe que a primeira precária que eu saí ao fim de 7 anos, eu apanhei o autocarro cá em cima no Linhó, mesmo em frente à cadeia para Cascais, para a estação de Cascais. Estava tudo mudado, tudo mudado, já existia o Cascais Villa, não sei se o senhor conhece.

E: Não conheço.

SF: O Cascais Villa que é o centro comercial e aquilo estava tudo alterado, eu o autocarro entrou, terminava num subterrâneo e eu de saco na mão, parecia parvinho:

- Onde é que eu estou?

Tive que perguntar a uma senhora:

- Olhe, desculpe, para ir para os comboios da linha de Cascais é para onde?

- Olhe, é por aqui está a ver aquele túnel, aquelas escadinhas, sobe aquela escadinhas, atravessa o túnel para o outro lado, sobe mais umas escadinhas e está nas bilheteiras.

E assim foi, entretanto depois fui lá ao café, bebi uma cerveja e pronto, meti-me no comboio, saí em Oeiras, entrei em Cascais, saí em Oeiras, depois dali da estação a minha casa é perto, não chega a 10 minutos a pé e pronto, foram essas precárias e eu digo, não é por um indivíduo, por exemplo eu, eu por exemplo não é a primeira vez que estou preso, não é a primeira vez que estou preso, portanto já é a terceira que eu tenho com essa de 8 meses não é? Eles deviam de dar mais precárias, mandar as pessoas embora mais...

E: Mais vezes...

SF: Exatamente, mandar as pessoas os dois terços, para a rua, o que é que estão aqui a fazer?

E: Pois, se saíssem mais cedo, se calhar passava menos tempo cá dentro era mais fácil a adaptação.

SF: Exatamente eu tenho 52 anos, um espírito jovem, eu tenho um espírito jovem, tenho 52 anos, não aparenta, não deve aparentar muito, mas eu quando chego lá fora, eu não sei quanto tempo mais eu vou ficar aqui dentro, mas se ficar aqui até aos dois terços, saio lá

para 2016, 2016 tenho 54 anos, quem é que me quer para trabalhar? Ninguém, vou fazer o quê? Roubar não vou, mas também sou-lhe franco, se for um bolo bom, vou lá (?) preso não venho, prefiro agarrar nela e metê-la aqui debaixo e a tampa salta e eu vou para debaixo, vou sete palmos abaixo da terra. Preso também não venho, agora arranjar trabalho, toda a gente sabe como é que isto está, pode haver um buraco, estás a ver e descobri-lo e são coisas...

E: Mas a falta de emprego é sempre um obstáculo, não é?

SF: Toda a gente costuma dizer, são 7 cães a um osso, portanto, isto está como se vê, pessoal a emigrar, tudo, para o Luxemburgo, eu já pensei...

Sujeito G

E: Ora sujeito G, Alcoentre. Então diga-me quando veio preso pela primeira vez tinha que escolaridade? Já tinha a 4ª classe na altura?

SG: Sim, sim, já, já.

E: Então e abandonou os estudos com que idade lembra-se?

SG: Na altura pronto, sei lá, quando em quantidade?

E: Idade, idade.

SG: Idade.

E: Sim, idade, a idade com...

SG: Na altura, altura?

E: Sim, que idade tinha quando acabou...

SG: Na altura, isso foi em 2002, já tinha para aí 42 ou 43.

E: Não, mas quando abandonou os estudos?

SG: Os estudos?

E: Sim.

SG: Tinha 12 anos, 12.

E: 12 anos, exatamente, pronto era isso. O que é que o levou a abandonar os estudos? Por que é que deixou de estudar?

SG: Na altura pronto, não quis estudar mais, o meu pai queria que eu estudasse mas aí depois eu não quis mais. Eu depois fui trabalhar para as obras, para pedreiro.

E: Acha que teria outro rumo se tivesse continuado a estudar?

SG: Claro, isso na altura quando tivesse continuado se calhar até era bom para mim.

E: Sim, acha que podia ter tido outro tipo de emprego, profissão?

SG: Eu podia ter tido outro emprego se calhar na altura. Pronto, eu emprego também tive, tive a trabalhar na Câmara de Ourém, não sei se você conhece.

E: Ourém? Sim conheço Ourém de nome vá.

SG: Pronto, tive lá 28 anos a trabalhar na Câmara, na altura, quando vim preso, depois tive preso a primeira vez...

E: Quando é que foi essa primeira vez?

SG: Foi em 2000 e saí depois em 2002.

E: Então veio em 2000 ou seja, o porquê de vir preso?

SG: Na altura foi pronto, derivado a um incêndio também e pronto, na altura também não andava bem.

E: Psicologicamente, era?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SG: Sim, pronto depois vim preso, depois estive lá fora 7 anos e depois em 2009 vim outra vez preso.

E: Veio outra vez? Mas pela mesma situação?

SG: Sim.

E: Por incêndio?

SG: Sim.

E: Acha que alguém o influenciou a cometer esses crimes ou acha que teve a ver com a parte psicológica?

SG: Psicológica e na altura também derivada a andar a, pronto com bebidas alcoólicas

E: O álcool também contribui para isso?

SG: O álcool também, mudou-me foi derivado também a isso também.

E: E diga-me uma coisa o senhor antes de vir preso tinha lá fora frequentado algum curso de formação profissional?

SG: Não nunca (?) nada.

E: E aqui na prisão frequentou alguma formação profissional ou tirou algum curso?

SG: Aqui também não, pronto, nunca deu para isso, depois entretanto também comecei aqui a trabalhar, depois aprendi no campo ainda cheguei a pensar tirar os cursos de jardineiro. Depois entretanto, puseram-me aqui a trabalhar como faxina, pronto depois eu desisti desses cursos.

E: Pois, nunca se sentiu motivado a fazer nenhuma formação profissional?

SG: Não, não calhou.

E: Nunca achou que poderia ser importante para, em termos de profissão depois lá fora?

SG: Sim, era capaz de ser importante, se tanto tirassem os cursos desses.

E: Mas o senhor tem conhecimento dos cursos que existem dentro das prisões?

SG: Sim, sim, tenho.

E: Nunca optou por ir porque estava a trabalhar?

SG: Sim, sim, nunca, tem tirado aí vários cursos, pedreiro, jardineiro, vários, electricista, pronto e tenho tirado aí vários cursos.

E: Mas tem tirado?

SG: Não, falam aí.

E: Os outros reclusos sim, o senhor é que nunca optou por tirar nada.

SG: Eu é que nunca optei.

E: Ok, está bem, mas acha que são importantes esses cursos de formação profissional existirem?

SG: Eu acho que sim.

E: Pronto, para os reclusos poderem quando saírem terem outra possibilidade?

SG: Sim, quando saírem lá fora poderem arranjar emprego e acho que sim, por isso que é bom.

E: O senhor quando veio preso a primeira vez, teve o apoio de alguém? Família ou amigos?

SG: Sim, sempre tive.

E: Sempre teve esse apoio?

SG: Sim e agora também.

E: Mantém e acha que o apoio que tinha quando veio preso a primeira vez, manteve esse apoio até hoje?

SG: Sim, tenho tido sempre apoio até hoje, tenho.

E: Sim?

SG: Ainda agora o meu filho, semana passada teve cá uma irmã minha e um irmão e agora não sei se para a semana ou se para a outra deve vir o meu filho mais velho, para ter de vez em quando aí e também agora já consegui ir duas vezes a casa, já fui duas vezes a casa.

E: Já tem precárias?

SG: Já fui por duas vezes, fui no Natal e fui a Páscoa, só eles agora é que deixaram ir, que eu era para repetir este mês, mas fora para mim se calhar foi bom nem ir.

E: Sim.

SG: Porque quando se está para fora, se houver algum problema qualquer depois ainda me culpavam a mim outra vez e tão cedo não saía daí, foi bom.

E: Pois, claro.

SG: Foi bom.

E: Então e com que frequência é que tem visitas? Com que frequência é que o vêm cá visitar?

SG: De mês a mês, dois em dois meses, é conforme.

E: Então e as pessoas que o vêm visitar é quem? É a sua mulher?

SG: Não.

E: A sua mulher não, a sua filha...

SG: a filha e é a minha irmã, as minhas irmãs e o meu irmão.

E: E a sua irmã também. Ok, qual é que é a importância para si essas visitas?

SG: É bom, para mim acho que é bom, é bom sempre ter visitas de vez em quando e pronto é bom.

E: Ajuda a fugir um bocadinho da realidade da cadeia?

SG: Sim, sim, sim ajuda.

E: E então acha que de alguma forma ajuda, a não se perder muito a ligação que existe com a família as visitas?

SG: Pois, também.

E: Também é importante nesse sentido?

SG: Também.

E: Como é que acha que foi efetuada a sua transição entre a prisão e a liberdade? Acha que houve algum acompanhamento?

SG: Tem havido assim acompanhamento, mas pronto, não, acho que entre a prisão e lá fora a rua, sei lá, não tem assim muito, muito acompanhamento mas pronto.

E: Sim, acha que por exemplo, acha que quando esteve cá sentiu que foi preparado para ir em liberdade?

SG: Sim, fui, na altura fui.

E: Sim? Esteve nalgum tipo de programas? Teve...

SG: Na altura, na primeira vez não e agora também não, não tem tido assim programas...

E: Nada?

SG: Não.

E: Então de que forma é que acha que o sistema prisional está a prepará-lo para ir em liberdade? Não sentiu dificuldades da primeira vez que veio em liberdade? Não sentiu dificuldades depois a ser inserido novamente?

SG: Na altura não senti dificuldades porque depois também comecei e consegui, fui logo trabalhar para a Câmara outra vez, portanto tive logo trabalho. O Presidente da Câmara na altura que lá estava, aceitou-me outra vez, agora não sei. Isto agora, como já é outro...

E: Ou seja, não sentiu se calhar essa dificuldade porque arranjou logo trabalho?

SG: Sim, sim e agora se calhar já vai ser diferente, não é?

E: Acha importante então que quando se está preso e se sai em liberdade, acha que o ter uma profissão ou arranjar trabalho é importante para não voltar a reincidir?

SG: Sim, sim é.

E: O que é que acha que o levou a reincidir? Depois de sair, já tinha trabalho, não é?

SG: Sim, já tinha trabalho.

E: O que é que acha que o levou a reincidir?

SG: Sei lá, problemas que tinha lá fora também e depois também na altura, também em 2007, 2008 depois também (?) e pronto, tudo isso ajudou...

E: Todas as situações ajudaram a voltar a fazer o mesmo?

SG: Sim.

E: Ou seja, a parte psicológica ficou outra vez fraca e foi isso que o levou a cometer novamente, a reincidir neste caso, não interessa o crime.

SG: Sim, sim e meti-me outra vez no álcool, tudo isso ajudou.

E: Depois o álcool despoletou sempre estas situações no seu caso?

SG: Sim.

E: Qual é que foi a reação das pessoas quando o senhor saiu em liberdade? Sentiu de alguma forma que lhe apontavam o dedo, ou que tinha o género de “rótulo”?

SG: Da primeira vez não, mas ninguém apontava o dedo e portanto o pessoa lá na zona...

E: Receberam-no bem?

SG: Tudo me aceitou bem. E agora nestas duas vezes também lá fui, fui lá, tive lá na terra também, pelo menos tive lá com um pessoal, não disseram nada e pronto e...

E: Aceitaram-no bem na mesma?

SG: Aceitaram-me bem na mesma.

E: E acha que as precárias que pronto, que lhe são atribuídas, porque quando o deixam sair, acha que são importantes para fazer uma adaptação à liberdade?

SG: Sim, acho que para mim é importante também ir a casa, não é? Acho que é bom para começar a adaptar depois à rua.

E: Custa menos não é? Do que sair e ir diretamente...

SG: E também ir a casa de 4 em 4 meses, pronto é bom, para começar depois a adaptar à mesma coisa. (?) a partir de julho do ano que vem já faço dois terços da pena, pode ser que entretanto depois me mandem embora.

E: Claro. Ou seja, ao estar a trabalhar aqui, acha importante ter esse trabalho, essa ocupação?

SG: Sim, é bom, é bom. Pelo menos de manhã, ocupa o tempo todo da manhã, aquilo é esta parte toda da frente a fazer limpeza, depois também durante a semana tem a sala das visitas, também é para limpar e faz-se outras coisas que é preciso também.

E: E acha que o que lhe pagam, o preço de trabalho, é bem pago? Que é suficiente?

SG: Acho que, pronto alguns 70 euros por mês, pronto já dá para comprar as minhas coisitas para mim.

E: Mas por exemplo para fazer face quando sai, imaginemos que não arranjava emprego, acha que o que ganha cá dentro, acha que era suficiente para depois se orientar quando saísse?

SG: Nunca é, para 2 ou 3, 4 meses pronto já me dava para orientar lá fora e depois entretanto também neste tempo, mau seria se não conseguisse arranjar um trabalhozito, vamos lá ver. Isto agora também está difícil lá fora, está difícil, mas arranja-se sempre qualquer coisa nem que seja na agricultura, essas coisas assim arranja-se sempre.

E: Mas nunca sentiu essa dificuldade em trabalhar em arranjar trabalho?

SG: Nunca tive, nem na agricultura, jardinagem, pronto nunca tive problemas.

E: Então quando saiu em liberdade não sentiu nenhuma dificuldade em voltar à sociedade por assim dizer? Não sentiu essa dificuldade?

SG: Não, mesmo na parte das obras, foi uma coisa que eu trabalhei muito nas obras também é, nunca senti assim grande dificuldade.

E: E acha que a relação com a sua família, acha que sentiu que houve alguma mudança pelo facto de ter vindo preso?

SG: Não, (?).

E: Mantiveram sempre o apoio na mesma, mesmo quando foi em liberdade, manteve-se tudo igual?

SG: Sim, sim e até quando fui agora estas duas vezes a casa, fui morar para casa da minha filha, estive lá as duas vezes, pronto. E agora se tivesse que ir agora, ia para lá e quando sair daqui é para lá que estou, pronto com ideias de ir para lá viver para casa dela.

E: Sentiu que ou melhor o que é que na sua opinião poderia facilitar, não só a sua vida, não é? Como ex-recluso, mas outros reclusos, o que é que acha que se poderia facilitar a vida de um ex-recluso quando vai em liberdade? O que é que poderia ser feito pelo sistema prisional tendo em conta aquilo que conhece que é feito cá dentro, o que é que poderia ser feito de diferente para que as pessoas quando saíssem, fossem mais bem preparadas com competências, com formações, seja o que for para quando fosse em liberdade...

SG: As precárias curtas, as formações aqui dentro (?)

E: Se fizer algum curso de formação?

SG: Sim, já se vai mais preparado para, pronto, qualquer coisa.

E: Para arranjar um trabalho. Em termos por exemplo e já que no seu caso isso também aconteceu, ou seja a parte psicológica, que foi uma das coisas que também pesou em reincidir, acha que devia haver um maior apoio psicológico, quando se sai em liberdade? Pelo menos durante um certo tempo?

SG: Sim, também acho que sim.

E: Não teve esse apoio, em termos psicológicos por exemplo, não teve esse apoio quando saiu em liberdade?

SG: Quando saí na altura ainda tive.

E: Ainda? Durante quanto tempo?

SG: Na altura, primeira vez, tive dois anos e três meses o que é que foi.

E: Teve esse apoio?

SG: Sim. E também tinha apoio lá do, porque eu ia lá muitas vezes (?) e normalmente todos os meses ia lá ao psiquiatra, aqui também vou (?) de vez em quando, todos os meses vou ao psicólogo, pronto e também acho que é bom ir lá (?), pronto, sempre é diferente.

E: Claro. É sempre importante esse apoio? Esse apoio psicológico.

SG: É, é, e era isso que eu deveria ter feito na altura fora quando lá estive, era isso também, devia ter seguido.

E: Ou seja, na segunda vez, não teve esse apoio?

SG: Não.

E: Não teve?

SG: Não tive.

E: Mas não teve porque o sistema prisional ou a segurança social não lhe deu esse apoio ou você não o procurou?

SG: Realmente, a segurança social também, eles aqui também nunca falaram comigo e eu também pronto nunca procurei esse apoio.

E: Mas por exemplo, quando saiu a primeira vez, que teve esse apoio, esse apoio foi-lhe dado porque você o procurou?

SG: Sim, sim, sim.

E: Você procurou esse apoio.

SG: Sim.

E: Na segurança social?

SG: Sim.

E: Pronto e foi lá, na segunda vez você já não procurou esse apoio.

SG: Esta segunda vez não, pronto, até agora ainda não procurei, ainda posso tentar, até se calhar para mim até era capaz de ser bom.

E: Claro. Diga-me uma coisa, o senhor quando veio preso pela primeira vez disse-me que trabalhava, qua fazia o quê?

SG: Trabalhava na Câmara de Ourém.

E: E fazia o quê? A profissão?

SG: No princípio trabalhava nas obras, depois para o fim trabalhava no serviço de águas.

E: Nas águas?

SG: Sim e depois quando saí da prisão fui para lá outra vez, para o mesmo serviço.

E: Diga, diga.

SG: Depois quando saí da prisão da primeira vez, fui fazer o serviço que estava a fazer.

E: Exato, pois admitiram-no na mesma daí não ter essa dificuldade em procurar emprego, nem de sentir obstáculos nem nada. Ok, pela sua experiência, já que saiu e teve logo trabalho, acha que é importante, um recluso que saia, arranjar trabalho, para conseguir volta a reinserir?

SG: É importante, é.

E: Para ser reinserido na sociedade?

SG: Sim.

E: Acha importante?

SG: Acho que sim.

Sujeito H

E: Sujeito H, estabelecimento prisional da Covilhã. Ora primeira questão que eu lhe gostaria de colocar era, quando veio preso pela primeira vez, não se lembra então qual era a escolaridade que tinha quando veio preso pela primeira vez? Não?

SH: Não.

E: Não se recorda.

SH: Foi há muito tempo.

E: Já foi há muito tempo, mas lembra-se por que é que abandonou os estudos nessa altura? Por que é que deixou de estudar?

SH: O meu pai também, prontos, fazia lá falta para andar a ajudar lá...

E: A trabalhar?

SH: Sim, a trabalhar e tinha gado e assim, não podia...

E: Fazia falta mais uma pessoa para trabalhar, era? E então acha que teria seguido outro rumo na sua vida se tivesse continuado a estudar? Acha que teria tido mais oportunidades, por exemplo em termos de emprego?

SH: Sim.

E: Acha que isso poderia ter influenciado por exemplo, a sua vida em termos de crime? Ou não?

SH: É capaz.

E: Acha que sim? Então e diga-me se se lembra quando é que o senhor se desviou de uma vida normal se assim se pode dizer, quando é que o senhor se iniciou no crime? Lembra-se quando é que foi, mais ou menos a idade com que se iniciou?

SH: Não.

E: Então e porquê? As causas, o que é que o levaram ao crime?

SH: Olhe, foi mal companhias, nunca mais.

E: Foi? Acha que acima de tudo foi as companhias, as pessoas com quem se envolveu?

SH: Foi isso.

E: Foi o que o levou a ir para o crime?

SH: Sim, nunca mais prometo. Quando tiver livre desta, para mim, nunca mais.

E: Já não quer voltar?

SH: Por mim chega, tenho família lá fora e estão lá a precisar de mim e estou aqui.

E: Quando veio já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SH: Como?

E: Um curso de formação profissional? Aqueles cursos que se faz e que depois possibilita de vir até a ter uma profissão?

SH: A mim lá na escola da (?) já há uns anos, fiz um curso de eletricista.

E: Antes de vir preso?

SH: Sim.

E: Um curso de eletricista.

SH: Sim, foi aqui em cima da Covilhã, onde que eu morava, aqui da Covilhã, foi aí.

E: E depois de vir preso, aqui na cadeia fez algum curso de formação profissional? Ou está a fazer algum curso de formação profissional?

SH: Um não, aqui da cadeia foi um curso de bancos.

E: De?

SH: Bancos.

E: De fazer bancos?

SH: Sim mochos, esses mochos...

E: De carpintaria?

SH: Sim.

E: Fez essa formação?

SH: Sim.

E: E o que é que o levou a escolher essa formação e não outra?

SH: Ouvi a, prontos, achei aquilo bonito pelos bancos, lá dos bancos assim antigos que há, daqueles até é fixe.

E: E o que é que o motivou a frequentar essa formação profissional? Ou seja o seu pensamento quando decidiu ir fazer essa formação, qual é que era o objetivo depois em utilizar essa formação?

SH: É para ver como é que era para fazer e assim quando eu sair da cadeia, lá fora, fazer dela...

E: Ou seja com o objetivo depois de poder vir a trabalhar nessa área e ter até um trabalho, um emprego.

SH: Sim.

E: Fazendo essa área. E como é que teve conhecimento dessas formações aqui na prisão?

SH: Foi um rapaz que vinha cá, ele trazia a madeira e assim, onde nós trabalhava.

E: Sim, mas por exemplo, onde é que você viu ou alguém lhe falou que existia essa formação cá dentro? Como é que teve conhecimento que existia essa formação?

SH: Foi a professora.

E: A professora é que falou nisso?

SH: Sim, na escola.

E: Na escola?

SH: Sim.

E: Mas e por exemplo, no local onde vocês normalmente circulam, existia alguma coisa afixada? Algum papel a informar que existia esse curso de formação profissional?

SH: Não.

E: Esse ou outros.

SH: Não era só...

E: Era só a professora que falava?

SH: Sim.

E: E por exemplo...

SH: E depois marcava o (?) e era mais esse que (?)

E: Era?

SH: Era só esse.

E: E este curso que você está, que frequentou correspondeu às expectativas que você tinha do curso?

SH: Sim.

E: Sim? O que é que o motivou, por exemplo, durante o tempo que esteve a fazer o curso, o que é que o motivou a ir frequentar esse curso de formação? O que é que gostava mais?

SH: Gostava mais, estava a fazer os bancos, depois um gajo passa também o tempo e um (?) a pensar noutras coisas assim.

E: Estava entretido?

SH: Sim.

E: Enquanto estava no curso de formação profissional, tinha a cabeça mais desanuviada não era?

SH: Sim, não estava pensava na vida lá fora e era assim.

E: Era um escape?

SH: Sim.

E: Durante o tempo que lá estava? Ou seja não só para passar o tempo mas também com a ideia depois de poder a vir até a trabalhar nessa área, não é? Nessa arte?

SH: Sim.

E: Na sua opinião daquilo que você conhece da formação, o que é que você acha que se pode melhorar em termos dessas formações profissionais, daquilo que conhece?

SH: Muita coisa.

E: Mas diga-me na sua opinião aquilo que, se fosse assim ou assado, o que seria melhor?

SH: Arranjar trabalho para uma carpintaria, um gajo aqui já vai, já sabe como é que é, assim não é preciso, já estava lá a fazer isto e aquilo, um gajo já sabe como é que é para cortar e é medido.

E: Sim, mas por exemplo, durante a formação que fez, o que é que acha que, se fosse feito desta forma, tinha corrido melhor, tinha aprendido melhor? Ou acha que a formação foi bem dada?

SH: É giro, foi bem dada.

E: Foi bem dada?

SH: Foi.

E: Não acha que na sua opinião se mudaria nada?

SH: Nada.

E: O senhor quando veio preso desta primeira vez, teve o apoio de alguém?

SH: Tive.

E: Quando veio preso a primeira vez?

SH: Do meu irmão e da minha cunhada.

E: Do irmão e da cunhada? Então e com que frequência é que tem visitas? Vêm cá visitá-lo?

SH: Vem cá o meu irmão ao domingo (?) trabalhava a receber os camiões, (?) é que cá vem.

E: Certo.

SH: E vem cá também a minha.

E: A sua mulher?

SH: Sim.

E: E vêm normalmente com que frequência, vem todos os fins-de-semanas?

SH: (?), isto tá mau, não é? O dinheiro também a todos, vem cá de mês a mês e também a comprar o comer e (?) e depois viagens também...

E: Fica caro.

SH: Fica caro e não vale a pena cá virem assim muitas vezes.

E: Pois, então mais ou menos uma vez por mês, vêm cá visitá-lo?

SH: Sim.

E: E para si qual é que é a importância dos seus familiares virem cá visitá-lo? O que é que isso representa para si?

SH: Para mim representa, um gajo já fica (?) pronto já fica melhor e passa melhor o tempo.

E: Durante aquele bocadinho que estão, que está com a família, passa ali um bocadinho melhor?

SH: Sim, é um gajo já fica mais contente e já passa melhor...

E: E acha que essas visitas permitem por exemplo, que os laços, a relação que existia antes de vir preso que ajuda um bocadinho a manter essas mesmas relações?

SH: Sim.

E: Como é que foi efetuada a sua transição entre a prisão e a liberdade da primeira vez que veio preso?

SH: Custou-me um bocadito, não é? Lá deixava assim a família...

E: Mas por exemplo, mas quando veio preso, a primeira vez, esta já não é a primeira vez que o senhor vem preso?

SH: Tive cá uma vez já há muito tempo, 60 dias, por causa de uma multa.

E: Pronto e dessa primeira vez em que teve preso e depois voltou para a liberdade, sentiu muita dificuldade em voltar outra vez à sociedade? A ser reinserido? Apesar de ter sido pouco tempo.

SH: Custou-me um bocado.

E: Foi? O que é que sentiu mais dificuldade quando voltou depois? Quando saiu da cadeia e voltou outra vez para junto da sua família?

SH: Foi uma, pronto, foi uma, uma coisa, pronto, mais alegre e assim.

E: Foi? E a sua família recebeu-o bem na mesma?

SH: Sim.

E: Sim?

SH: Também.

E: Apesar de ter sido pouco tempo, sentiu que quando foi em liberdade, que estava tudo igual? Mesmo relativamente à...

SH: Sim, tudo igual.

E: ...comunidade, às pessoas que estavam junto, que conviviam consigo?

SH: Sim, sim, estava tudo.

E: Ninguém lhe apontou o dedo? Nem nada disso?

SH: Não, não.

E: Nada?

SH: Não.

E: Manteve-se tudo igual na mesma?

SH: Tudo igual.

E: Então o senhor então, esta é a segunda vez que está preso?

SH: Sim, estive (?) e nunca mais voltei cá.

E: Mas o que é que o levou a reincidir, ou seja dessa primeira vez veio, não é? Por que é que voltou? O que é que o levou a reincidir?

SH: Isso, pronto, mau companhia e falta de dinheiro.

E: Falta de dinheiro também? E levou-o outra vez à criminalidade?

SH: Sim, agora desta vez, nunca mais, para mim acabou, isto não é vida.

E: Mas acima de tudo o que o senhor aponta é mesmo as pessoas, as companhias com quem se meteu, foi isso que o levou a voltar ao crime?

SH: Sim, foi.

E: Então, sentiu alguns obstáculos, quando saiu então dessa primeira vez? Sentiu alguma dificuldade? Não sentiu dificuldade nenhuma em voltar outra vez para o pé da sua família?

SH: Não, correu-me tudo bem.

E: Sim? Correu tudo bem.

SH: Sim.

E: E de quem é que sentiu mais apoio quando saiu em liberdade?

SH: Quando eu saí?

E: Sim.

SH: A minha cunhada, o meu irmão, as crianças e a minha.

E: Pois a família mais direta.

SH: Sim.

E: Acha que se poderia ter feito alguma coisa, no seu caso não sentiu muito essas dificuldades e também foi pouco tempo, mas por exemplo, agora que já está aqui há mais tempo, o que é que acha na sua opinião que deve ser feito para que seja feito uma melhor transição de um recluso, entre a prisão e o meio livre? O que é que acha que deve ser feito pelos serviços prisionais, para facilitar depois a vossa vida, em voltar outra vez à sociedade?

SH: (?)

E: Para depois voltar à sociedade, na sua opinião, o que é que acha que deve ser feito, pelos serviços prisionais, não é? Pelas cadeias, para ajudar depois a vocês quando saem, possam não reincidir?

SH: Não sei, devia a terem trabalho para quando nós sair (?) para levar lá algum, poder arranjar trabalho.

E: Ou seja, ajudaram-no arranjar um trabalho quando saem? Ajudar a procurar um trabalho e a arranjar um trabalho, para quando saírem.

SH: Não, eu quando sair tenho.

E: No seu caso tem.

SH: Tenho, eu quando sair tenho logo trabalho.

E: Não vai ter essa dificuldade em procurar?

SH: Não. É que prontos, um rapaz é o João é da Capinha e vem muita lenha e assim precisou, disse para quando eu sair ir logo...

E: Que lhe arranja logo trabalho.

SH: Arranja-me logo trabalho a cortar a lenha (?). Diz que trabalho para mim, o João diz-me logo:

- Quando saíres já sabes.

E: Então é o senhor achar por exemplo que o facto de ou estudar ou fazer o tal curso de formação profissional que fez, acha que de alguma forma está a ser bem preparado para depois quando sair?

SH: Estou.

E: Sim.

SH: (?) que sim.

E: Sente-se preparado para sair. Ok. A sua situação profissional quando veio preso pela primeira vez, fazia o quê?

SH: Eu andava de, a meter tubos, a abrir rasgos nas paredes para meter tubos da luz e depois da água também.

E: Ajudada a abrir os rasgos para depois colocar as instalações da eletricidade.

SH: Sim.

E: Então, quando saiu pela primeira vez então, procurou e conseguiu emprego, não foi? Então e não sentiu dificuldades nessa procura de trabalho?

SH: Não.

E: E considera então importante, ter um trabalho para se reinserir novamente na sociedade?

SH: Sim.

E: Acha que é uma das coisas mais importantes?

SH: É, para mim é.

E: E além do trabalho acha que há outras coisas importantes também que facilitem a reinserção?

SH: Também só, para semear coisas, tenho lá a quinta, também grande (?) a minha não pode, também não precisava de semear nada, só eu é que semeava.

E: Mas acima de tudo o facto de ter um trabalho, ou ter ajuda para arranjar um trabalho, acha que é importante, para que as pessoas não reincidam novamente?

SH: É, para mim é.

Sujeito I

E: Sujeito I, estabelecimento prisional da Covilhã. Então diga-me só uma coisa, quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

SI: Tinha a 4ª classe.

E: Já tinha a 4ª classe?

SI: Tinha sim.

E: Lembra-se por que é que abandonou os estudos?

SI: Porque eu fui logo trabalhar, então com o meu pai.

E: Pois necessidade financeira de precisar de trabalhar.

SI: Exatamente.

E: E ainda se lembra com que idade deixou de estudar?

SI: Deixei de estudar após o...

E: Após a 4ª classe? Sim, deveria ter aí os seus 12 anos, 13

SI: 12 anos.

E: Talvez, por aí.

SI: Perdi um ano, fui aos 7, aos 8, 8, 9, 10, 11, 12. É à volta dos 13 anos.

E: Dos 13 anos.

SI: Sim.

E: Acha que teria seguido outro rumo se tivesse continuado a estudar? Ou seja a sua vida poderia ter sido diferente se tivesse continuado a estudar?

SI: Isso agora é um bocado...

E: É difícil de saber?

SI: É.

E: Pois é difícil perceber se teria ou não. Então e quando é que o senhor, lembra-se com que idade é que se desviou para o crime?

SI: Para o crime? Eu nunca me desviei para o crime, eu, a necessidade assim é que permitiu, os meus crimes ou é falta de carta de condução ou é isso que tem sido...

E: Sim, mas aqui ou seja, não me interessa muito saber tipo o crime em si, mas as causas, percebe? O que é que o levou ao crime. Percebe?

SI: Levou-me ao crime porque a minha vida era um bocado complicada e foi na altura que eu tinha carta de condução, só que deixei passar o prazo, porque havia cartas de condução que se podia trocar, quando foi de veículos com motor, de velocípedes e eu facilitei, nunca mais troquei e eu pus-me a andar à mesma e tal, também era perto do trabalho para casa e tal e eu fui sempre naquela coisa e tal, pensei que não, não sei quê, prontos e foi esse o problema, tem sido sempre esse.

E: Ou seja, não ter renovado a carta? Caducou e deixou andar.

SI: Exatamente, só que agora é preciso ir a uma escola de condução e etc., já voltei, a minha vida não me permite, portanto as razões financeiras...

E: Para tirar a carta.

SI: Exatamente, mas aqui há coisa de uns 3 anos para cá, deixei automaticamente de andar, eu ia até à boleia, tinha uma pessoa que me levava ao trabalho, para cá também me trazia o mesmo patrão e é há coisa de 3 anos, eu deixei-me agora. Portanto, agora o meu crime fui eu e não fui, está a perceber? Porque eu tinha lá uma motorizada e arranjei-a toda, só que aquilo tinha uma matrícula antiga, mas tinha a matrícula mesmo dela original, só que eu, aquilo como era para decoração, deixei-a em casa e tal e arranjei uma matrícula dessas novas já, porque estava a tirar o, portanto, a boa presença da mota, da motorizada, porque ela estava toda bem arranjadinha...

E: E tinha uma matrícula que não ficava lá bem.

SI: ...mas ela estava em casa e eu avisei o meu filho que não se podia andar naquela mota e não sei quê, prontos, houve um dia que o meu filho saiu com ela, a mota pertencia-me, eu era reincidente e levou 900€ de multa e eu apanhei derivado a ser reincidente apanhei 1 ano e 10 meses de prisão.

E: À custa disso?

SI: À custa disso.

E: Mesmo não sendo o senhor que ia a conduzi-la?

SI: Mesmo e exatamente, não sei se o senhor tem aí o meu processo, diz lá tudo.

E: Não, não, essa parte aí não, o senhor é que e pronto o que disser fica registado.

SI: E é isso.

E: Então no seu caso ninguém o influenciou a cometer nenhum crime, neste caso foi só essa situação...

SI: Não. Exatamente, só foi esse crime.

E: Sim senhor, então diga-me uma coisa, antes de o senhor vir preso pela primeira vez, já tinha frequentado algum curso de formação profissional lá fora?

SI: Não, não.

E: Nada? E desde que veio preso, aqui na prisão fez alguma coisa?

SI: Não.

E: Também não?

SI: Não, inscrevi-me aí nas camisolas, mas já não há camisolas, já não há nada pronto, tenho estado aí...

E: Pois ou seja ainda trabalhou algum tempo.

SI: Aqui?

E: Dentro da cadeia.

SI: Não, não.

E: Nunca chegou a trabalhar então?

SI: Não, não.

E: E em termos de escola chegou aqui a frequentar algum nível de ensino?

SI: Não, porque eu estou aqui há pouco tempo, eu estive em Viseu e fui transferido para aqui.

E: E em Viseu, quem diz aqui diz no estabelecimento prisional.

SI: E em Viseu então é que não há mesmo nada.

E: Nada?

SI: Não, não. Em Viseu não há nada.

E: Não tinha sequer essa possibilidade se quisesse?

SI: Não, não.

E: E lá mesmo em termos de formação profissional também não tinha essa possibilidade?

SI: Não, lá não há nada.

E: Não existe nada?

SI: Não lá não há nada.

E: Só lá estão presos e não tem oportunidades nenhuma, nem de estudar, nem de trabalho.

SI: Não, não, lá não há nada.

E: Mas no seu entender acha importante existir cursos de formação profissional?

SI: Eu até me queria inscrever aí, na escola ou qualquer coisa, sempre me ajudava a passar o tempo.

E: Pois mas como está cá há pouco tempo, ainda não houve essa possibilidade.

SI: Pois, nem as escolas estão...

E: Pois agora não estão a funcionar, não é? Mas tem a intenção de poder vir...

SI: Sim, sim tenho a intenção.

E: ...a fazer algum curso de formação profissional ou até a escola?

SI: Até escola mesmo.

E: Sim, e acha que de que forma é que por exemplo, se tiver essa oportunidade de fazer um curso de formação profissional, de que forma é que acha que isso o vai ajudar por exemplo depois em termos de trabalho lá fora?

SI: Vai-me ajudar, sei lá, agora por qualquer coisa lá em baixo pedem a escolaridade obrigatória, pelo menos o 5º ou o 7º ano não é?

E: Exato, por isso vai tentar pelo menos fazer isso em termos de ensino, tentar fazer isso.

SI: Exatamente.

E: Quando o senhor saiu pela primeira vez, teve apoio de alguém?

SI: Não tive apoio de ninguém.

E: Nem do sistema prisional?

SI: Não.

E: Nem da família?

SI: A família tive, a minha mulher ia-me lá ver.

E: Foi as únicas pessoas que lhe deram apoio?

SI: Sim, só que ela faleceu, portanto eu era casado, divorciei-me mas depois arranjei outra senhora, que vivia maritalmente e faleceu.

E: Essa senhora vinha-o visitar?

SI: Vinha, vinha a Viseu.

E: E neste momento tem visitas?

SI: Agora aqui é impossível.

E: Só lá em Viseu é que tinha?

SI: É, algumas.

E: E lá em Viseu, quem é que o visitava então?

SI: Os meus filhos e agora é muito longe, então pior.

E: Ou seja, agora vem cá pouquíssimas vezes, não é?

SI: Como?

E: Aqui ainda não vieram sequer visitá-lo.

SI: Aqui não vieram, não, não. Nem vêm tão pouco.

E: E não vêm?

SI: Não.

E: Por causa da distância?

SI: É muito longe, são quase 200km, é impossível.

E: E lá em Viseu com que frequência é que o iam visitar.

SI: Iam sei lá, talvez, tudo dependia, de mês a mês ou...

E: Claro e qual é que é a importância para si dessas visitas?

SI: A mim é portanto, são saudades que tenho deles.

E: Claro, ajuda a matar essas saudades, não é?

SI: Stress.

E: A aliviar um bocadinho, naquele bocadinho que estão com eles, que está com eles?

SI: É.

E: Como é que foi efetuada essa transição essa primeira vez em que veio preso e depois foi em liberdade, como é que foi efetuada essa transição? Estava-me a dizer que não teve apoio nenhum da parte do sistema prisional.

SI: Não cumpri tudo.

E: Sim, cumpriu tudo. Sim, eu estou a dizer o tempo que estive preso e depois saiu, houve algum apoio por parte do sistema prisional nesta transição entre o sair da cadeia e ir em liberdade? Ou sentiu que foi atirado assim sozinho?

SI: Não, abriram-me as portas, nem me perguntaram se eu tinha dinheiro para as (?) nem nada, abriram-me as portas:

- Olha, vai-te embora, chegou a tua hora e acabou.

É o que me vai acontecer aqui, de certeza absoluta, faço para aí um escabeche que nunca mais acaba.

E: Ou seja não há nenhum acompanhamento a seguir a saírem da prisão?

SI: Não, agora por exemplo, preciso fazer um telefonema ou qualquer coisa como é que eu vou fazer?

E: Se o senhor pedir ajuda à prisão para fazer esse telefonema, não lhe concedem esse...

SI: Sim, arranjaram-me aí um cartão, o cartão roubaram-mo cá dentro, já é portanto e depois, disse ao Sr. José Augusto, o senhor conhece o senhor?

E: Sim.

SI: Pronto e ele com muito custo lá me arranjou outro, mas ele não dura sempre o cartão e eu agora tenho vergonha de estar-lhe sempre a pedir, está a perceber?

E: Claro.

SI: Não sei como é que vai ser isso.

E: Pois, fica difícil, não é? E então na sua opinião, o que é que acha, o sistema prisional deveria fazer pelos reclusos...

SI: Eu acho que sim.

E: O que é que devia ser feito?

SI: Havia de ser feito os que não tinham quaisquer condições monetárias, pronto quem diz um telefonema, diz um envelope para uma pessoa escrever, ou, não sei, olhe, eu não posso dizer nada.

E: Mas na sua opinião, o que é que poderia ajuda-lo, não só durante o tempo que cá está dentro, além disso...

SI: Primeiro lugar era logo que tivesse um cartão, um cartãozinho para telefonar, pronto sinto bem, falo com eles, pronto já é...

E: Pois no seu caso, isso era uma coisa simples mas que fazia toda a diferença

SI: Sim fazia muito efeito.

E: Sentiu que foi preparado para sair, de alguma forma?

SI: Como? Quando?

E: Tiveram competências, não só em termos de ensino, formação, monetariamente seja de que forma for, apoio psicológico, acha que foi preparado de alguma forma, durante o tempo que está aqui preso, acha que é preparado para ir em liberdade a seguir?

SI: Eu estou preparado porque eu tenho trabalho, eu arranjo logo trabalho lá, imediatamente.

E: Porque se calhar já tem, já tem alguém que o recebe e que lhe dá trabalho?

SI: Tenho e eu sou indivíduo polivalente e eu faço de tudo, está a perceber? Nisso não tenho qualquer problema.

E: Mas da parte do sistema, sente que não lhe foram dadas essas ferramentas, imaginemos que não tinha esse trabalho à sua espera, por assim dizer, acha que o sistema prisional, enquanto o tempo que está aqui preso o prepara de alguma forma, lhe dá competências ou formação suficiente para o senhor quando sai poder trabalhar, poder procurar trabalho?

SI: Estou convencido que não.

E: Acha que não?

SI: Não.

E: O senhor qual é que era a sua profissão antes de vir preso pela primeira vez?

SI: Trabalhava nas obras.

E: Nas obras?

SI: Construção civil, sim.

E: Então o senhor quando saiu da primeira vez e depois saiu, conseguiu trabalho?

SI: Consegui.

E: Não teve qualquer tipo de problema?

SI: Não, não.

E: E sentiu por exemplo, sentiu da parte das pessoas que já o conheciam, quando regressou, o facto de saberem que teve preso, sentiu de alguma forma alguma crítica ou algum afastamento?

SI: As pessoas tem conhecimento, o dia a dia daquilo que eu passava e o porquê, eu não sou nenhum assassino, não sou nenhum ladrão, não sou nada, eu trabalho que eu sei que tenho que comer, tenho que trabalhar, não é? Nunca fui acusado de nada de furtos ou de drogas, eu sou um indivíduo que não me meto nessas coisas.

E: Claro, ou seja no seu caso não sentiu aquele rótulo às vezes que se cria por causa de alguém ser ex-recluso, no seu caso isso não se passou? Porque às vezes isso pode acontecer. Na sua situação pessoal isso não aconteceu?

SI: Mas eu estou convencido que geralmente é para essas pessoas que, prontos, têm casos mais difíceis.

E: Noutras situações?

SI: Sim, sim.

E: No seu caso em si não, isso não aconteceu?

SI: Não, não.

E: E considera importante e já que no seu caso que conseguiu trabalho quando saiu, acha importante ter trabalho, ter oportunidades de trabalho quando se sai depois de estar preso? Para não voltar a reincidir?

SI: Então, claro que é.

E: Na sua opinião qual é que é assim a mais-valia, a maior importância de se ter trabalho, o que é que um trabalho nos dá, a quem sai, ou a quem teve preso e que sai, ter um trabalho o que é que vai possibilitar a essa pessoa?

SI: Então, vai possibilitar, que portanto tem um tempo todos os dias para desgastar esse dia, após dia-a-dia, não é?

E: Está ocupado, não é?

SI: Está ocupado e prontos, eu estou convencido que toda a gente se tivesse uma ocupação, não é? Nada, nada...

E: Não se dirigia para outras coisas.

SI: Não se dirigia para atos ilícitos, por exemplo. Eu estou convencido que sim. Porque quem sou eu para estar a dizer, porque eu sou um indivíduo alheio, porque eu nunca me meti nisso, nem sei o que isso é, não é?

E: Claro, são situações diferentes.

SI: Pois, exatamente.

Sujeito J

E: Sujeito J, estabelecimento prisional da Covilhã. Ora, diga-me só, quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

SJ: Eu tinha o 9º.

E: Já tinha o 9º ano?

SJ: Já tinha o 9º.

E: Abandonou os estudos com que idade?

SJ: Com, parece que se não me engano foi com, tirei o curso, acho que foi aos 16.

E: 16 anos?

SJ: Se não me engano.

E: E recorda-se o que é que o levou a abandonar os estudos, a escola?

SJ: Para trabalhar.

E: Era necessidade de ganhar dinheiro?

SJ: Sim.

E: Acha que teria seguido outro rumo se tivesse continuado a estudar? Não só em termos de trabalho, como em termos de crime?

SJ: Sim, sim, era capaz.

E: Podia ter sido melhor se lhe tivessem dado outras oportunidades para continuar?

SJ: Sim, sim era melhor.

E: E quando e porquê se desviou do seu caminho, se podemos dizer assim e que se iniciou no crime?

SJ: Para ajudar os meus pais, a minha família.

E: Sim, mas por exemplo em que altura é que achou na sua opinião que se começou a desviar? Ou seja, começou a entrar mais na delinquência, no crime?

SJ: Tinha 18 para aí.

E: E o porquê? Por que é que acha que se desviou?

SJ: Sei lá, não percebo isso também.

E: Não se recorda muito bem?

SJ: Acho que foi por causa, quando a minha irmã morreu.

E: Ou seja, sentiu-se afetado psicologicamente?

SJ: Sim, sim.

E: E isso levou-o a quê? A consumos?

SJ: A consumo de droga, tudo, a roubar...

E: Ou seja e acha que esses consumos levaram-nos aos roubos?

SJ: Sim. A heroína, fumei heroína e tal e depois olha, não tinha como, como é que hei de explicar...

E: Manter o vício?

SJ: ...manter o vício, depois olha, roubei.

E: Ou seja precisava de dinheiro para manter o vício e foi isso que o levou aos roubos?

SJ: Sim.

E: Quem é que mais o influenciou a cometer crimes? Acha que foi a droga que o levou a cometer os crimes?

SJ: Sim, foi a droga, a heroína também foi a heroína.

E: No seu caso, acha que foi isso que o influenciou a isso? A levar a isso.

SJ: E alguns amigos também.

E: Sim, algumas companhias?

SJ: Pois.

E: Acha que se tivesse metido com outras pessoas também, se calhar podia...

SJ: Era diferente.

E: Era diferente?

SJ: Pois, quando tem amigos que também andam:

- Olha vamos ali roubar aquilo.

Um gajo não pensa e vamos roubar.

E: Ou seja, está inserido naquele grupo e vai atrás e também tinha aquela necessidade também, não é? De arranjar dinheiro.

SJ: Para consumir e era assim a vida.

E: Era uma forma de arranjar dinheiro?

SJ: Pois.

E: Quando veio preso já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SJ: Estava para tirar um curso, mas depois, vim preso a 1 de Agosto e já não fui para tirar o curso.

E: Já não chegou a ter essa oportunidade.

SJ: Pois.

E: E desde que veio preso já teve oportunidade de frequentar algum curso de formação profissional?

SJ: Aqui não, aqui não dá nada.

E: Não existe sequer essa possibilidade?

SJ: Não. É por isso que eu quero ir embora daqui, quero ir para Coimbra. Lá tem trabalho, tem tudo, aqui não ajuda ninguém.

E: Não sente que aqui haja essa possibilidade?

SJ: Não.

E: E em termos de ensino acha que tem possibilidade de frequentar algum, ou seja acabar o 12º por exemplo, chegar ao 12º ano.

SJ: Eu não gosto de estudar, só gosto de trabalhar. Estudar não gosto.

E: Por isso acha que se tivesse oportunidade de fazer um curso de formação profissional, faria?

SJ: Faria, por que é que não?

E: E aqui nunca teve conhecimento que exista algum tipo de...

SJ: Existe o curso, para tirar o 9º, para tirar o 7º, para tirar o 8º, o 10º.

E: Ou seja, em termos de escolaridade existe, mas em termos de formação profissional para ter uma profissão, não existe?

SJ: Cursos não.

E: Nem tem conhecimento que exista?

SJ: Acho que existe carpinteiro, carpintaria. Mas isso é para tirar o curso carpinteiro, mas para tirar o 5º, acho que sim, mas como eu tenho o 9º.

E: Ou seja, dão equivalência ao 5º ano, quem frequentar esse curso?

SJ: Sim.

E: E você se quiser, mesmo tendo o 9º ano, se quiser fazer esse curso, pelo curso em si, não pelo ensino, não lhe permitem fazer isso?

SJ: Não, não.

E: Não?

SJ: Acho que não, que eu saiba acho que não.

E: Mas acha que, na sua opinião se tivesse oportunidade de fazer uma formação profissional numa área qualquer...

SJ: Eu ia.

E: O senhor frequentava?

SJ: Eu frequentava, se tivesse uma oportunidade dessas, ir para a rua e tirar um curso e ser correto, eu alinhava nisso.

E: Qual é que acha que seria a maior importância para si ter essa oportunidade cá dentro de fazer um curso de formação profissional?

SJ: Se eu tirasse um curso profissional, era para eu pensar:

- Não, consigo fazer e vou fazer.

Nada de drogas, nada disso e fazer um curso, poder ganhar dinheiro para pronto, fazer a minha vida, ajudar os meus pais, ajudar a minha filha, é isso que eu penso.

E: Pois acha que seria importante nessas áreas todas. E quando veio pela primeira vez, teve apoio de alguém?

SJ: Só da minha família.

E: Só da família.

SJ: Só da família, mais ninguém.

E: Mas família direta ou...

SJ: Família direta, o meu pai, a minha mãe, os meus irmãos.

E: E são essas pessoas que o vêm visitar?

SJ: Sim.

E: E qual é a frequência com que o visitam?

SJ: É raramente visitam, como eu sou de longe, sou da Mealhada.

E: É mais difícil para eles vir cá visitá-lo.

SJ: É mais difícil.

E: E qual é que é a importância para si de eles poderem vir visitá-lo?

SJ: É bom, é bom saber que eu tenho apoio da minha família, ainda. É bom que não perdi o apoio deles, claro que é bom.

E: Acha que ajuda a levar um bocadinho melhor a sua pena?

SJ: É mais ou menos.

E: Da primeira vez que veio preso, quando saiu, como é que foi feita a sua transição entre a prisão e o meio livre?

SJ: Eu quando saí, só estive 27 dias preso, depois entrei novamente, agora estou a cumprir 13 anos, é diferente, já pesa mais do que os 27 dias.

E: Ou seja, a primeira vez que teve preso, não sentiu o peso da prisão?

SJ: Não, não senti, agora é que estou a sentir o peso da cadeia.

E: O que é que acha que, do tempo que vai cá estar, o que é que acha que é importante que o sistema prisional deveria fazer para você depois quando sair, não reincidir e reinserir-se melhor?

SJ: É assim, eu, ainda só estou a começar, só tenho um ano de pena, não é? Ainda só estou a começar a sentir a cadeia, eles deviam ajudar mais as pessoas, para mim era deviam ajudar mais as pessoas que precisam, que tão longe, não eles ajudam as pessoas que estão aqui perto, se eles ajudassem mais as pessoas que são de longe, dessem trabalho, dessem oportunidades, mas não dão nada aqui na... Eu para mim sou sincero, não dão nada, não ajudam, eu peço trabalho, tenho que esperar não sei quê, os outros que são daqui têm tudo. Eu para mim acho que...

E: Dos que moram aqui mais perto do estabelecimento?

SJ: Sim, os que são de longe não ajudam. Olha, um colega meu que está aí que é de Setúbal, chega pediu champô, pediu cenas da higiene, vira-se o técnico:

- Ah você não precisa de champô.

O que é que ele quis dizer com isso? Estava a chamar animal ao rapaz, se fosse comigo era diferente, portanto...

E: Mas que por exemplo, durante o tempo que há de cá passar, que competências é que você acha que, os serviços prisionais lhe deveriam dar, sei lá por exemplo em termos de ensino, de formação profissional ou em termos de trabalho, o que é que acha que é mais importante, para si, na sua opinião que lhe deveria ser dado, para que quando saísse, sair melhor e não reincidir?

SJ: Devia-me dar trabalho para nós aprender no trabalho, era bom, assim eu trabalhava não, esparecia uma beca. Porque é assim a gente não trabalhar aqui dentro, a gente fica revoltado, fica mais agressivo, agora se a gente trabalhar temos uma ocupação e já esparece mais o cérebro, mas não pensam nisso eu é que penso assim mas pronto.

E: Ou seja, não só durante o tempo que aqui está ter uma ocupação, não é? Ter um trabalho e se lhe derem essas competências, essas ferramentas, mesmo em termos de trabalho, quando sair se depois arranjar um trabalho ou mesmo para arranjar trabalho, acha que era mais fácil depois a sua...

SJ: Era mais fácil, que assim a gente saia, nunca desaprendia aquilo que aprendeu aqui dentro. A gente aprende, olha carpinteiro, vamos lá para fora, sabemos o que é que é carpintaria, ou pedreiro, a gente já sabe o que é que é pedreiro. Eu acho que era bom para a gente aprender aqui muita coisa. A gente sai lá para fora, olha vamos para as obras, a gente está preso há 13 anos:

- Ei, o que é que é isto?

Vamos para as obras nem sabemos o que é, porque a gente desaprende estar aqui dentro, agora se derem trabalho, obras ou carpintaria ou mecânica, qualquer que for, a gente já começa a aprender já começa, quando chegar lá fora:

- Não, sim senhora, aprendemos lá dentro e vamos cá para fora, mas ao menos aprendemos alguma coisa lá dentro.

Aqui não há nada disso...

E: Queria essa habituação de trabalho...

SJ: Sim quando se vai lá para fora, estou aqui a chegar, é para ver aqui o diploma como a gente trabalhou e isso. É mais fácil lá fora ter o diploma, um gajo chega, tenho diploma de carpinteiro ou mecânica ou hotelaria, uma coisa assim.

E: Claro, ter uma formação certificada, não é?

SJ: Claro assim é mais fácil arranjar trabalho lá fora e não dão nada disso. Nas outras cadeias dão, acho eu.

E: Acha que aqui é que não?

SJ: Aqui não, aqui não tem hotelaria, não tem nada, só tem quê? Nas obras, limpar o chão e mais nada.

E: E no seu caso por exemplo, apesar de ter tido pouco tempo preso, acha que o facto quando saiu, acha que o facto de ter estado preso, as pessoas saberem que esteve preso, acha que de alguma forma o julgaram quando saiu?

SJ: Algumas pessoas julgaram, outras não, outras disseram:

- Ah, já tenho um ajudante para aí, já não precisa não sei quê.

Fui ao centro de emprego outra vez, lá me davam outra morada:

- Já tenho o rapaz, que ele já está a trabalhar não sei quê.

E julgavam-me, claro que julgam, mas não sabem o que é que a gente faz.

E: Acha que o julgam só pelo facto de ter estado preso?

SJ: Estar preso, yaaa. Um gajo dentro da empresa, mas sai melhor, às vezes sai melhor, outras vezes sai pior é conforme o sistema da pessoa. Eu acho que é assim, a gente não deve julgar ninguém, eu acho que sim, não deve julgar ninguém. Que um dia eles podem estar lá fora, um dia eu estar lá fora e eles vir para dentro, a gente não deve julgar ninguém.

E: Mas acha que o julgaram por causa disso?

SJ: Julgaram, toda a gente julga, você chega lá fora:

- Olha, aquele esteve preso, aquele matou aquilo, aquele roubou aquilo.

Toda a gente julga em todo o mundo.

E: Mas não se preocupam perceber o porquê de a pessoa ter levado aquela vida...

SJ: Claro que percebem.

E: ...ou darem oportunidades.

SJ: É assim, se eles percebessem assim:

- O rapazito roubou foi para alguma coisa ou para consumo ou para ajudar a família.

Devem ter esse pensamento, ninguém tem esse pensamento:

- Olha roubou, é ladrão.

Não, não é bem assim, a gente rouba porque precisa.

E: Por uma necessidade.

SJ: Claro. Ou para consumir, ou para ajudar a família ou para ajudar uma irmã, ou um tio ou uma tia, é conforme.

E: Claro, perceber as causas de o que é que o levou aquela situação.

SJ: Claro.

E: E no seu caso, acha que o facto de ter vindo preso mudou a sua relação familiar?

SJ: Não a minha família sempre me apoia, ajuda-me tudo o que eu quero, tenho, a minha família está no meu coração como eu estou no coração da minha família, isso...

E: Dão sempre apoio na mesma.

SJ: Tenho sempre o apoio deles, seja quem for. Só o meu pai, a minha mãe e as minhas irmãs, mais de resto não me interessa, o que dizem, o que falam, só quero é depois ter a minha família, mais de resto e os amigos...

E: Mas ter o apoio deles já ajuda a levar isto melhor?

SJ: Ajuda, para mim ajuda, é sempre bom ter uma mãe, ter um pai, é bom, sempre uma ajuda. Agora tenho aí amigos que não têm pai, nem têm mãe, esses eu às vezes fico sentido, ajudo eles, aquilo que eu tenho dou a eles também. Tenho um bom coração, sempre o meu pai me ensinou assim, ter, partilhar aos amigos, sempre partilhei aos meus amigos, eles também quando tem ajudam-me.

E: Exatamente, pode precisar também, não é?

SJ: Claro, a gente não sabe o dia de amanhã.

E: Então e no seu caso específico, o que é que o levou a reincidir?

SJ: Como assim?

E: Ou seja, foi preso, não é? Foi em liberdade, independentemente do tempo que esteve cá, o que é que o levou depois a voltar?

SJ: Foi o consumo, juntei com os amigos, depois consumi heroína, só de vez em quando e depois comecei a ficar agarrado, depois olha, comecei a roubar...

E: E começou a roubar e depois voltou outra vez a ser preso.

SJ: Depois voltei outra vez cá, preso.

E: Então quando saiu em liberdade, foi da família que sentiu maior apoio?

SJ: Quando saí em liberdade foi da minha família.

E: E sentiu alguns obstáculos quando saiu em liberdade?

SJ: Como assim?

E: Por exemplo em termos de trabalho?

SJ: Quando saí fui logo à procura de trabalho, foi ao centro de emprego, cheguei lá, dei o meu bilhete de identidade, chamaram-me e deram-me para carpintaria, fui lá à carpintaria o homem disse que já tinha gente, viu que eu já estive preso e tal:

- Já tenho gente, não sei quê.

Obrigado na mesma, vim-me embora e fui lá ao centro de emprego outra vez, dei o papel como já tinha uma pessoa, deram-me para talhante, cheguei ao talho, a mesma pessoa:

- Já tenho uma mulher ou rapaz para cortar carnes, já não preciso.

E depois eu disse-lhe assim:

- Então chefe...

Disse mesmo assim:

- Oh chefe, você tem que avisar o centro de emprego.

E ele depois:

- Ah pois, não sabia.

- Você não sabe? Você não quer é arranjar trabalho, por um gajo estar preso, vocês julgam isso, mas não tem nada a falar, até amanhã.

Virei-lhe as costas e vim-me embora.

E: Ou seja não conseguiu emprego quando saiu?

SJ: Não consegui arranjar emprego. Só eu e o meu pai é que começamos a vender lenha, é que aí as pessoas começaram a comprar, começamos a, o meu pai ainda vende lenha.

E: Então e nessa altura em que procurou trabalho...

SJ: Ninguém ajudou.

E: Ninguém o ajudou e qual é que foram essas maiores dificuldades que sentiu? Por que é que acha que não lhe davam trabalho? Por que não conseguia trabalho?

SJ: Porque estive preso, fumava droga é coisas que as pessoas pensam, é isso.

E: Acha que excluía-m-no logo por causa dessas situações?

SJ: A gente fuma um cigarro de enrolar:

- Olha já está a fumar droga.

É, as pessoas são assim. A gente está num canto sentadinho a fumar um cigarrinho:

- Olha o drogado, já está a fumar uma droga, já está a fumar...É as pessoas pensam assim.

E: Fazem logo essa associação.

SJ: Fazem logo filmes na cabeça deles.

E: E acha quando saiu, se lhe tivessem dado essa oportunidade de trabalhar, acha que se calhar a vida tinha sido diferente?

SJ: Era diferente, digo que sim, não precisava roubar, não precisava nada. Tinha o meu dinheiro, ajudava a minha família, é diferente, mas ninguém arranjou trabalho, tive que roubar, não é?

E: Considera então que o facto de ter uma profissão, ajuda as pessoas a não reincidirem?

SJ: É assim se o Governo, como é que hei de explicar, o centro de emprego, ajuda, certo, dão uns papéis para a gente ir trabalhar ou uma coisa assim. Se o país tivesse mais trabalho e se ajudasse mais as pessoas ou mais assim a minha juventude, 25 anos ou, a juventude, digo-lhe não havia roubos, não, era diferente a situação, eu penso assim, era diferente se houvesse mais trabalho, as pessoas não roubavam não iam para a droga que alguns roubam para meter na droga, era diferente.

E: Claro, mantinham-se ocupados e tinham dinheiro para o dia-a-dia.

SJ: Sim, tinham sempre aquela ocupação:

- Amanhã tenho que ir trabalhar tenho que ir dormir.

(?) não iam para roubar, alguns não:

- Não tenho trabalho, não tenho nada, vamos lá

(?) a roubar de noite. Eu penso...

E: Levam a outra vida porque não têm nenhuma ocupação.

SJ: não havia muitos crimes, assim de roubo, nem nada, se houvesse mais trabalho não havia crimes, eu acho que sim.

E: E acha que o tempo que está preso, acha que é preparado para depois sair?

SJ: É assim, eu estou preso, aqui há precárias, há 3 dias, há 4, há 5, há 6, é do Diretor e do Juiz, a gente vai lá fora para meter a cabeça no sítio, para chegar lá fora e ver onde é, não é como aqui dentro, a gente sai, diz assim:

- Não, cá fora é uma coisa, lá dentro é outra.

A gente tem mais pensamento.

E: Acha que as precárias permitem ver como é que lá fora a sociedade está a evoluir.

SJ: Sim, sim.

E: É manter essa distinção entre a prisão e a vida civil?

SJ: Sim é isso que eu quero explicar, é isso mesmo.

E: Sim?

SJ: É por acaso é verdade.

E: Acha que é uma das formas que ajuda os reclusos, o facto de terem essas precárias facilita muito, mesmo a própria preparação para depois ir em liberdade, acha que é importante nesse aspeto?

SJ: É importante sim, é importante, porque faz de conta, não houvesse precárias, não houvesse nada, a gente chegava lá fora, começava a olhar:

- O que é isto?

É diferente, a gente em precária é diferente, a gente não se pode meter em asneiras, não pode fazer nada, porquê? A gente mete-se em asneiras, vem mais um processo, se a gente vai de precária não fazer asneiras nem nada:

- Bem olha, o rapazinho está comportado, está bom e não sei quê.

Ou é meio da pena, ou dois terços, às vezes até a (?), como diz assim aqui, é conforme o juiz queira.

E: Mas na sua opinião é importante existirem?

SJ: Sim, sim é bom existirem, senão...

E: Para se preparar depois para quando as pessoas saem?

SJ: Mas deviam dar mais precárias, a mais pessoas sim, a gente porta-se mal aqui dentro, é cortar logo a precárias, mas não devia ser assim, a gente porta-se mal é castigo, ter um

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

castigo, sem mexer na conta ou sem ter tabaco, sem ter nada, ou estar na cela fechado, assim é que é, não é cortar as precárias, é pior para eles.

E: Acha que é uma das medidas que não devia de existir é...

SJ: Cortar as precárias.

E: Cortar as precárias por causa de mau comportamento.

SJ: Às vezes a gente fuma aqui uma ganza, (?) ao copo, cortam logo as precárias, mas é pior, eu penso assim é pior...

E: Ficam mais revoltados por causa disso?

SJ: Ficamos mais revoltados, é verdade, ficamos mais, cortam a precária, a gente ainda faz pior, é eles não pensam nisso, a gente ainda faz pior.

E: Acha que fazem o oposto, em vez de estarem a melhorar o comportamento, pioram.

SJ: A gente tem bom comportamento, eu tenho bom comportamento que eu sei, não me meto com ninguém, nem fumo nada, nem, sou uma pessoa já correta, eu vejo aí muitos que cortam, qualquer coisinha de nada, cortam logo a precária, eu acho isso mal feito, eu acho é, deviam assim:

- Portaste-te mal? Vais para a cela, és fechado. Enquanto não meteres isso na cabeça, saís.

As pessoas começam a pensar:

- Fogo, estou fechado, não sei quê.

Portam-se melhor, para que é que vão cortar a precária? É pior, eu acho que é pior, mas eles é que sabem.

E: Então e da sua opinião, daquilo que conhece, que existe no sistema prisional, para ajudar as pessoas a prepararem-se melhor para quando saírem, na sua opinião, o que é que acha que devia ser melhorado, ou na sua opinião o que é que deveria existir para preparar melhor as pessoas para quando saem em liberdade?

SJ: O que deveria existir? É assim, para a liberdade era como é que hei de explicar, a gente sai de precária, faz de conta vamos agora sair de liberdade, as pessoas quando saímos, as pessoas começam a olhar para a gente:

- Olha, aquele é preso, aquele veio da prisão.

Mas há uma coisa que não sabem, a gente saiu, mas não temos mais nada nas costas.

E: Claro, já cumpriram o que tinham a cumprir.

SJ: Já cumprimos aquilo que tínhamos a cumprir, já não temos, já, como é que hei de explicar, estamos limpinhos e as pessoas não pensam isso, pensam:

- Olha, ele saiu mas deve voltar.

Mas não, as pessoas não sabem o que é que é isto aqui dentro, a gente sofre aqui dentro, a nossa família sofre lá fora, mas a gente sofre mais que a nossa família, por estarmos presos,

sem ver filhos, sem ver mãe, sem ver pai, sem ver irmãos, sem ver ninguém, a gente é que sofre mais que eles. E as pessoas não pensam nisso, às vezes as pessoas vem aqui:

- Isto é...

Como é que eu hei de dizer...

E: É um hotel?

SJ: Não, não é outras palavras que eles dizem, é mais coisa, eles dizem qualquer coisa, mas quando começam a ver, começa a pesar:

- Vocês têm razão, isto pesa, pesa, pesa...

E: Pois quem chega pensa que isto vai ser muito bom, que está a ser bom, mas depois com os anos começa a pesar.

SJ: Para quem não tem família, não tem ninguém é bom, isto é bom, tem comida, tem dormida, tem roupa lavada, tem tudo é bom para eles. Agora pessoas que tem família, tem filhos, tem uma vida lá fora é complicado.

E: Então que apoio é que você acha que o sistema prisional lhe deve dar no momento em que vai em liberdade?

SJ: Que apoio?

E: O que é que acha na sua opinião, não é? Que o sistema prisional devia fazer, por si e por todos que estão prestes a ir em liberdade, o que é que acha que o sistema prisional deveria fazer por vocês?

SJ: Sei lá, nem eu sei. Por mim, olha, arranjar um trabalho, mal a gente saia, ter um trabalho, isso é que era bom. Para a gente não se meter mais em asneiras, era arranjar um trabalho. O prisional devia ser a gente sai, olha, um papel:

- Está aí um diploma para tu ires arranjar trabalho.

Há sempre maneiras de fazer ou de tirar um curso ou darem um curso à gente lá fora, eu acho que sim.

E: Ou ter essa possibilidade de os fazer quando estão cá dentro.

SJ: Também, também e chegar lá fora e continuar a fazer o curso, isso era bom.

E: E terem apoio nessa transição entre o estar dentro e o sair para fora, acha que é importante depois haver uma continuidade nesse apoio?

SJ: Sim, a gente tem apoio aqui dentro, mas também devia ter apoio lá fora, a dizer assim, estão a tirar o curso aqui dentro e o curso devia continuar lá fora. As pessoas assim pensam:

- Olha estamos a tirar o curso, estamos a ganhar algum.

Nem que seja 20 euros, 120, 130, é sempre bom sempre ganhar algum, estamos a ganhar algum é sempre bom, as pessoas não roubam não fazem nada disso, eu penso assim.

E: Claro o facto de saírem se sentirem algum apoio ajuda a que as pessoas não voltem.

SJ: Sim, já é um pensamento diferente, já começam a pensar:

- Não, já estive lá dentro, vou continuar a tirar mesmo o curso que continuei a tirar lá dentro, já é bom.

Que assim as pessoas pensam:

- Estive lá dentro, tive 13 anos, ou tive 10, ou tive 5, fogo custou, eu agora não vou para o curso? Não eu vou para o curso.

As pessoas pensam também que ganham e não roubam e não fazem asneiras, eu penso assim. Quando sair, eu já pensei, quando sair, sei que tenho ajudas dos meus pais e das minhas irmãs, eu não vou ter trabalho, sou como dizem em português, sou cadastrada, já estive preso, ninguém me vai dar trabalho, como é que eu vou fazer? É complicado.

E: Pois, o que é que acha que vai ser da sua vida quando sair?

SJ: Pois, isso é que um gajo pensa, mas eu tenho trabalho, sempre tenho trabalho, tenho o meu pai e o meu pai tem sempre biscates, a vender lenha, ou a pedreiro ou a, tem pintor, tem de tudo.

E: Acha que não terá essa dificuldade, depois de arranjar trabalho no seu caso?

SJ: Conforme as pessoas pensarem o pensamento, depois dizem logo:

- Olha, ele é ladrão, ainda me pode roubar.

Ou ele, não sei:

- Olha ele é assassino, ele pode-me matar.

As pessoas não pensam, a gente cumpriu, a gente já pensa mais que aquilo que estava lá fora:

- Sim, não, fogo fiquei preso outra vez.

Não, isso não.

E: Claro, querem uma vida diferente.

SJ: Querem, as pessoas não pensam nisso.

E: Ou seja as pessoas fazem os julgamentos que não deveriam fazer?

SJ: Acredite.

Sujeito K

E: Sujeito K, estabelecimento prisional da Covilhã. Ora então, primeiramente queria-lhe perguntar era, quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade concluída?

SK: Tinha o 8º ano concluído.

E: 8º ano concluído.

SK: Sim, tinha o 8º ano concluído.

E: Ou seja, abandonou os estudo com que idade?

SK: Com 15 anos para ir trabalhar, na altura.

E: Ou seja o motivo que o levou a abandonar os estudos...

SK: Sim, uma altura que uma pessoa queria era começar a ganhar dinheiro, para ter pronto as coisas, compramos a mota, tirámos a carta e essas coisas assim e como foi no, o último ano de escola foi um ano complicado, porque passei o ano inteiro a ajudar uma pessoa que era deficiente, portanto, tinha um nível de surdez um bocadinho elevada e quando chegamos ao final do ano, o que passou com as mesmas negativas que eu chumbei e eu fiquei chateado cheguei lá ao pé da professora e disse-lhe:

- Olhe, a mim não me chumba mais, eu não venho mais estudar.

Acabei por deixar a escola, porque na altura já tinha trabalho, comecei logo a trabalhar na altura, comecei a trabalhar com 15 anos e depois acabei os estudos aqui dentro, fiz o 9º ano aqui dentro e já fiz também o 12º ano nos cursos EFA.

E: Mas acima de tudo deixou já com a intenção de querer trabalhar...

SK: Sim, sim com a intenção de querer trabalhar, de ganhar dinheiro, a carta, poder sair com os amigos e não estar sempre a depender dos pais, andavam os dois a trabalhar mas quis antes ir trabalhar.

E: E acha que por exemplo, se nessa altura em que decidiu deixar de estudar, se tivesse continuado a estudar, se calhar tinha tido outro trabalho, outra vida?

SK: Sempre fiz, o meu trabalho sempre foi uma coisa do nível que eu gostava, que tinha a ver com gessos, estuque, moldura, tetos falsos, é uma área, torna-se engraçado, uma pessoa pode fazer certos desenhos, pode fazer coisas engraçadas com esse material e era uma área que a mim era muito apetecível na altura, portanto depois cheguei a montar a minha empresa, cheguei a ter o meu pessoal a trabalhar para mim, é assim se calhar poderia ter outro emprego, mas sempre fiz o que gostava e até 2008, sempre fiz tudo de maneira mais correta e a nível de trabalho, adorava aquilo que fazia.

E: Sentia-se bem, ou seja não acha que...

SK: Sim, sim, eu sempre me senti bem, nunca tive problemas a, está bem que podia ter tido outro trabalho, mas o trabalho que tinha na altura gostava dele.

E: E agora, lembra-se quando é que começou a desviar do seu caminho, do trabalho?

SK: 2008.

E: Em 2008 e porquê? Qual é que foram as causas?

SK: Porque, foi na altura que o gesso, praticamente terminou a nível nacional, as obras acabaram, acabando as obras, acaba também o gesso, ainda andei no Algarve, andei em Tróia, no Norte, corri norte a sul do país, em agosto de 2008 eu disse ao pessoal, eu agosto não, assim perto de agosto, disse ao pessoal que estava comigo:

- Temos duas hipóteses aqui, ou eu vos começo a ficar a dever e não pago os ordenados corretamente e não sei quando é que vos pago ou então eu vou parar, porque não vou começar a tirar do meu dinheiro, que já juntei até agora, não vou começar a tirar deste dinheiro para estragar a minha vida.

Na altura tomamos essa opção, fechei, vendi todo o material e fui para o Norte, (?) uma rapariga no Norte e fui para o Norte e depois começaram aquelas más companhias, depois de lá vim para Oliveira do Hospital, e uma pessoa quando o bicho começa, que no fundo o bicho começou a crescer, pronto, depois de Oliveira do Hospital fui para a Madeira, então aí foi completamente a desgraça. Fui para a Madeira, aí é que foi pior, porque Madeira é um sítio muito complicado, mulheres casadas, essas coisas todas, aquilo é uma situação, lá é muito complicado e fui por aí fora que comecei-me a espalhar.

Depois em 2010 quando vim preso, a primeira vez, já estava com uma rapariga ali de (?) do Campo, que é da qual tenho a minha filha, vim preso, cumpri 60 dias, mas eu já tinha muito processo para trás, portanto, eu durante estes 2 anos, eu fiz muita asneira, furtos, burlas...

E: Foi acumulando processos?

SK: Sim, já eram à volta de 100 processos, quando vim, o que é que acontece? Eu todos os dias era notificado, eu até pensei que já não saísse daqui, só que acabou aquela pena, como não havia mais nenhuma pena, puseram-me na rua, portanto eu saí em liberdade, eu saí daqui em novembro, em fevereiro começaram à minha procura, só que é assim ninguém quer vir preso, ninguém se vai entregar e eu evitava a polícia, evitava passar onde eles estavam, mudei de cidade fui para Castelo Branco, mudei de cidade, até que um dia venho ali à advogada a Belmonte e fui capturado e vim novamente para dentro. Então aí começaram a cair as penas todas e na altura já estava com 10 anos e 8 meses de cadeia, o que é que acontece, vou a cúmulo jurídico, ainda tinha processos a chegar, vou a cúmulo jurídico, o juiz mete-me na rua com uma pena de multa de quase 2 mil euros, a pagar lá fora. Isto aconteceu, eu vim preso a 8 de dezembro e este cúmulo foi feito para vir a conferência a Tribunal de Coimbra aqui em 28 de março, eu tinha 10 anos e 8 meses para cumprir, fiquei aliviado saí para a rua, ao fim de estar na rua, durante 2 meses, eu sabia que tinha que fazer isso e não fiz, eu tinha que sair daqui, porque quando o meu sogro dá conta, está no mesmo grupo, está nas mesmas pessoas, está com as mesmas companhias e voltasse à vida do crime e uma coisa que eu já tenho e depois também é, se não tivermos pessoas ao nosso lado que nos ajudem na nossa mudança, então pior. E a mim foi o que me faltou, que é assim, arranjei novamente namorada, só que essa pessoa em vez de me levar para o caminho certo, levou-me para o caminho completamente errado.

Há uma situação de uma burla que eu estava com outra pessoa que também já tinha estado detido, que tinha uma pena, uma pena suspensa de 6 anos e meio, para ele se agarrar para não vir dentro, eu a pensar como íamos a Tribunal que até ficasse de pulseira ou ficasse a ir com apresentações, assumi e fui a Tribunal, quando no Tribunal deram-me prisão preventiva, então aí caí aqui dentro e começaram a cair os processos todos, o resto que faltava chegar, começaram a chegar todos e então, já estou aqui quase terça-feira, 27 meses, ou melhor estou aqui não, (?) faço quinta-feira 27 meses que aqui estou (?) também conta principalmente 27 meses detido.

Durante estes 27 meses, a minha vida deu uma volta de 180°, que é assim, voltei a ter apoio de pessoas que me tinham abandonado, que é como eu digo, nós quando estamos aqui ou no hospital é que vemos quem é que são os nossos verdadeiros amigos, uma amiga que foi minha amiga durante muitos anos que deixei de ter contato com ela, porque se uma pessoa entra num certo número de grupo de amigos, já não volta para os outros e neste caso em vez de me juntar aos bons, juntei-me aos maus e fui por este lado, entrei por este lado e essa pessoa, quando soube que eu estava aqui, disse-me:

- Eu vou-te ajudar naquilo que eu puder, eu vou-te ajudar, para tentarmos arrumar a tua situação jurídica.

E então desde que ela então começou a tratar das coisas, estou com 7 anos mais o cúmulo de 5, só que vai pedir reformulação do cúmulo, devo ficar com 7, estou a pensar ficar com 7, pode a coisa pode alterar não faço a mínima ideia. E então, desde que ela apareceu na minha vida tem sido muito bom, que eu também tenho uma filha e a mãe da minha filha abandonou a minha filha com 4 meses e ela neste momento é uma autêntica mãe para a minha filha, não está com ela, porque a minha filha está entregue aos avós, tanto aos avós paternos, como os maternos, mas passa mais tempo com os maternos do que com os paternos, foi o Tribunal que quis, mas quando a minha filha cá está, ela é uma autêntica mãe, tanto que a minha filha se perguntarem quem é a mãe boa ou a mãe má, ela propriamente responde, a mamã boa é a Patrícia, a mamã má é a Helena, pronto ela já chegou a essa conclusão. E eu também sinto a minha filha muito mais perto de mim, porque noto uma grande diferença nesses pontos, por isso é assim, eu quando tive as oportunidades nos Tribunais, eu tinha outros processos para trás, portanto eu sou reincidente, porque quando vim a primeira vez preso, não me juntaram logo tudo, deixaram andar, andar, andar...

E: Claro, foram vindo só depois.

SK: E foram aparecendo depois, porque senão eu já aqui não estaria.

E: E depois dessa primeira vez que veio preso sentiu apoio de alguém?

SK: Senti da minha mãe e da minha irmã e do meu pai, não falharam com apoio, os meus avós e alguns tios, não todos mas alguns tios. Da segunda vez igual e agora continuo a ter apoio de algumas pessoas (?).

E: E costuma ter visitas?

SK: Costumo. Todas as terças-feiras e ao fim de semana uma visita tenho sempre.

E: Então e qual é a importância dessas visitas para si?

SK: É assim, a visita dessa tal minha amiga, da Patrícia, tem-me sido muito importante, tem sido porque é o apoio que ela me dá, que é imenso, começou por aí, é muito imenso é o carinho e houve muitas vezes, ela dava-me na cabeça, às vezes uma pessoa pensa:

- Nós estamos aqui e vem-me chatear com isto e com aquilo.

Mas fazem-nos pensar, quando saem porta fora uma pessoa vai para cima para a cela ou vai para o bar, uma pessoa vai a pensar:

- Ela disse aquilo mas tinha razão, porque se isto aqui alterar ainda é melhor para mim e então as visitas dela para mim são mesmo muito boas...

E: Fazem refletir?

SK: Sim, fazem, fazem e depois tenho as da minha mãe e da minha irmã, aquelas visitas, a gente discute por causa da minha filha, porque a Patrícia dá mais mimos à minha filha, porque isto, mas são aquelas questões familiares. Isso para mim é muito importante, mas também uma coisa para mim é muito importante e isto às vezes diverge de pessoa para pessoa, mas uma pessoa aqui é celas, são de 3 ou são de 4, por acaso a minha, estou no piso de cima é a única que é de 4 é a minha, porque estamos num sector que é a parte do pessoal de trabalho e então tenho uma pessoa também na cela que me ajuda muito, que me apoia e que me trata bem, mas também que me sabe endireitar, se vir que eu estou a agir qualquer coisa mal, chama-me à atenção e diz-me:

- (Carlos?), devias fazer isto assim, devias fazer isto acolá...

E o apoio dessa pessoa é também muito importante. Também aqui dentro é uma pessoa muito importante para mim.

E: Claro, então diga-me uma coisa, quando veio preso a primeira vez e depois nas outras a seguir também, como é que foi efetuada a sua transição entre a prisão e o meio livre? Acha que houve dado algum apoio por parte do sistema prisional?

SK: É assim, aqui o estabelecimento prisional, nunca puseram em causa, nenhuma das minhas libertações, porque...

E: Sim, mas não estamos aqui a falar em por em causa, que isto é uma ordem do Tribunal para libertar...

SK: Sim, pronto mas eles nos pareceres que deram, sempre foram pareceres unânimes, nunca me puseram nada contra mim, não, tanto eu tive aí uma situação de um telemóvel que me foi apanhado em minha posse, porque é assim, eu estava numa cela com umas pessoas, saí dessa cela e o telefone ficou lá, não levei o telefone, também tinha cartões para ligar todos os dias da cabine telefónica, não me fazia diferença. Só que o que acontece é que eu na altura ainda estava com uma rapariga da Madeira e não parava de telefonar a ela a provocarem-me, e ela queixava-se todos os dias ao telefone, eu fui lá buscar este telefone, do dia que vou buscar este telefone, à noite levo rusga, os guardas só estavam à espera. Foi-me apanhado o telefone e claro depois houve um processo interno, o Diretor tinha então tomado ocorrência

nessa altura e eu fui falar com ele e expliquei-lhe a situação, mas deram-me o mesmo castigo que estavam a dar aos outros que eram apanhador normalmente e eu pedi aqui ao EP se podia recorrer do castigo e tive todo o apoio aqui do sistema para recorrer, recorri e fiquei, fiquei apenas a cumprir 10 dias de cela de habitação, não tive mais problemas por causa dessa situação.

A nível de tudo o que tenho precisado, tenho sido apoiado em tudo, ainda agora pedi para continuar que eu tirei o 12º ano com a vertente (?) no trabalho, e eu teria (?) ao Sr. Zé Augusto para ver se podia continuar portanto, com a Universidade, fazia os trabalhos aqui, não é? Uma pessoa não pode, não tem acesso livre ao exterior, mas eles sabem como é que hão de fazer esta parte, eu falei com ele e estou a ser apoiado em tudo aquilo que eu preciso, até agora tenho sido apoiado em todas as situações.

E: E acha que o sistema prisional o prepara durante o tempo que está aqui preso para depois quando sair em liberdade reinserir-se melhor na sociedade?

SK: Sim. Sim, eles a nível disso fazem porque os poucos trabalhos que têm, metem o pessoal certo nos trabalhos, a nível do convívio, fazem muitas palestras, jogos de futebol contra estudantes, contra professores, contra o Sporting da Covilhã, temos o clube de andebol também que, portanto acho que eles aqui fazem o que podem a nível de (?) acho que fazem o que podem, não quer dizer que às vezes não haja uma situação em que uma pessoa não fique chateado, porque não nos fazem a situação como nós queremos, mas eles têm que ir pelas leis que têm, acho que eles aqui fazem uma mini preparação, porque isto aqui também é muito pequeno e não têm condições para nos serem melhores, de resto o mínimo pelo menos fazem ou o que podem fazer, pelo menos é aquilo que eu noto.

E: E acha que a relação que tinha com a sua família antes de vir preso e depois de vir preso, acha que se manteve?

SK: A minha família mais chegada, estou a falar da minha irmã, do meu pai e os meus avós. Sim, essa manteve-se, portanto essa continua da mesma maneira, tenho recebido ajudas deles, sempre que preciso tenho ajudas deles. Mas houve alguns amigos, afastaram-nos, mas é aquilo que eu digo esses não seriam amigos, seriam conhecidos e algumas pessoas amigas que estavam afastadas vieram apoiar neste momento, por isso foram-se embora uns, chegaram outros, mas os que vêm, vêm com melhores intenções do que aqueles que foram embora.

E: E acha que o facto de ter estado preso, quando saiu em liberdade acha que foi de alguma forma julgado pelas pessoas por ter estado preso?

SK: Não, mesmo na minha qualidade e tudo não, não tenho sido julgado, nem noto que me olhem de maneira diferente, não posso dizer que sou olhado de maneira diferente, não, não sinto isso, porque os meus motivos são coisas mínimas e eu aqui na zona também tive poucos processos, foi mais noutras zonas do país, por isso vejo-me normal. Não vejo apontarem-me o dedo, ou não quererem tomar café comigo, não, não isso não noto nada.

E: E quando veio preso e depois saiu em liberdade, procurou e encontrou trabalho?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SK: A primeira vez que saí procurei trabalho e tive, tive trabalho, estive a trabalhar, depois até arranjei uns trabalhos por minha conta a nível de pladur, aproveitei na altura para, tinha isso para fazer e fiz. Agora a segunda vez não, não consegui arranjar trabalho, o que aconteceu logo dois meses depois de ter estado preso, tive uma proposta de trabalho, mas já não pude e sei que à saída daqui, se quiser ir para essa zona tenho o meu trabalho garantido, que é a ilha da Madeira.

E: E o que é que acha para si, os maiores obstáculos que sentiu, quando saiu preso? Quando saiu em liberdade?

SK: Os maiores obstáculos, é assim uma pessoa quando sai daquela porta para fora, o choque é imediato, uma pessoa aqui dentro está sempre a ver as mesmas caras, os mesmos percursos, não dá para alterar os percursos porque são os mesmos e também é assim, o movimento, uma pessoa aqui não vê movimento nenhum, uma pessoa sai daqui da porta para fora, logo ali na estrada uma pessoa fica, é assim os primeiros dias é complicado, uma pessoa os primeiros dias, anda um bocado à toa, porque de manhã tá naquela coisa que vão abrir a porta, por acaso não vão abrir as portas, uma pessoa é que, com as portas, à hora de almoço:

- Então o almoço ainda não veio?

É assim, os primeiros 2, 3 dias uma pessoa anda um bocado...

E: Está-se a habituar ainda.

SK: É complicado, uma pessoa aqui dentro, a pressão é uma, uma pessoa sai daqui a pressão é completamente outra. Nós aqui temos uma pressão de 90%, lá fora uma pressão de 10%, porque aqui temos aquelas horas, temos que cumprir os nossos objetivos e lá fora não. Os primeiros 2, 3 dias é os mais complicados, uma pessoa (?).

E: E em termos da procura do trabalho, qual é que foram as maiores dificuldades que encontrou?

SK: Na altura era mais, era a experiência de trabalho, a experiência a nível dessas áreas, restauração, portanto experiência aí é que...

E: Ou seja acha que era as áreas onde havia mais oferta?

SK: Sim, é assim, fui às áreas onde havia mais oferta que seria, na altura era a restauração e é complicado nessa área, pronto, porque pedem logo, se tem experiência, pedem-se, que habilitações é que tem, e uma pessoa não tem experiência na área então é complicado. Pronto e eu por acaso, notei um bocado era mais, uma pessoa era mais, uma pessoa não tem a escolaridade obrigatória, eu tinha a obrigatória só que eles pedem sempre com o 9º ano e era a experiência, porque como eu trabalhei, foi muitos anos, foi no gesso e se pudesse voltar para essa área era a área que eu mais queria, porque é uma área que eu me entendo plenamente bem. Porque eu fiz toda, todo o percurso na área, eu fiz, tetos falsos, molduras, tabiques, gesso, foi essa área toda...

E: Claro, sente-se à vontade nessa área.

SK: Nessa área sinto-me completamente à vontade.

E: Tendo em conta essa experiência que teve na rua quando procurou trabalho e sabendo que existe uma grande oferta na área da restauração, acha importante, aqui por exemplo no sistema prisional haver mais oferta, na área da restauração, um curso de formação profissional nessa área?

SK: Sim é assim, se calhar essa área seria uma boa, eu também, outra das coisas que eu tentei também procurar, foi vendas e distribuição, eu também já fiz e é uma área que adoro, que eu adoro conduzir e quem gosta de conduzir essa área é espetacular e na altura aqui não, aqui na zona não havia praticamente nada. Mas depois de estar preso, começaram a aparecer logo propostas de trabalho, mas uma pessoa já aqui estava dentro, não pude fazer nada, mas neste momento se tivesse possibilidade de sair por aquela porta fora, pelo menos duas ofertas de trabalho tinha. Tinha uma que ainda agora apresentei em Tribunal, quando fui ao Tribunal apresentei que é essa tal da Madeira e tenho outra cá, que é onde trabalha neste momento o pai da Patrícia que é de, disto dos medicamentos urgentes, que também ele conseguia-me levar para lá, portanto qualquer uma das duas, neste momento teria essas hipóteses.

Só que é como uma pessoa diz, quando uma pessoa aqui está dentro aparece as hipóteses, mas quando uma pessoa sai daqui...

E: Depois fecham-se as portas.

SK: ...fecham-se, muitas vezes há portas que se fecham, mas que tentarmos e quando sairmos daqui só temos é que querer dar uma volta, o tempo que nós aqui perdemos, queremos recuperar lá fora e eu não estou só a perder o meu tempo aqui, também estou a perder o crescimento da minha filha que vai agora fazer 4 anos, quando ela fizer 4 anos eu faço 2 e meio aqui presos, tive um ano e meio lá fora com ela, não é a parte mais fácil, isso muitas vezes ainda custa mais e essas duas coisas quando os filhos começam a crescer, eles começam a dizer, que magoam mais. E é muitas vezes a minha filha diz-me 3, 4 palavras ali que uma pessoa deve pensar bastante e uma pessoa diz:

- Como é que uma criança tão pequena diz isto.

As crianças sentem e a minha filha, aqui neste canto, no dia 2 de maio, que é o dia que eu faço anos e nós quando é no dia de anos temos uma visita aqui fora extra e neste dia a minha filha disse, e eu:

- Oh filha porta-te bem...

E ela responde:

- Oh papá tu é que te portaste mal, por isso é que estás aqui.

E uma pessoa levar uma resposta que a pessoa disse, uma criança e outro dia, a Patrícia estava muito bem a brincar com ela numa visita também e ela vira-se para a Patrícia e disse:

- Oh Patrícia o papá quando sair daqui é para se portar bem, já chega a mamã portar-se mal.

E são coisas que uma pessoa pensa:

- Uma criança com 4 anos, como é que ela diz isto...

E: Claro, já tem essa sensibilidade.

SK: Têm a sensação daquilo que passam, que é complicado, isso é outras coisas que estão aqui dentro mais, mais me choca também essa situação.

E: Faz pensar e no seu caso por exemplo, quando veio preso a primeira vez, já tinha frequentado algum curso de formação profissional lá fora?

SK: Não, não, estava inscrito no centro de emprego, não tinham chamado ainda para nenhum curso.

E: E aqui já tirou algum curso de formação profissional?

SK: Aqui já, tirei Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

E: Aqui por exemplo, que forma é que teve conhecimento dessa formação?

SK: Nós aqui no início do ano, no início do ano, ano letivo, logo quando acaba um ano e começa o outro, acabei o 9º ano e na altura era ainda o EFA normal. Portanto, depois puseram, portanto quando eu saí a última vez em março, eu estava a acabar o 9º ano e portanto eu saí, depois fui falar com os professores lá em cima (?). Fui falar como é que ficava a minha situação, os professores disseram:

- Não, ele estava sempre e tudo, por isso, nós a ele passamos, mesmo que falte um mês e pouco de aulas, nós passamos porque ele é um aluno exemplar, por isso nós passamos.

Qual é o espanto no dia 2 de junho? Os professores vem dar aulas de manhã e encaram comigo ali no gradão:

- Então.

Foram-me buscar, no dia 2 não, no dia 4, foram-me buscar:

- Olhe, agora tenho que voltar para a escola.

E ainda tinha o meu lugar, voltei logo acabei o 9º ano, depois para aí uma semana ou duas de acabar as aulas, fomos chamados que ia começar um curso de 12º ano, com Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Técnico de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, se queríamos tirar a formação profissional também. Eu disse:

- claro, eu quero tirar o 12º ano.

De curso de 2 anos e eu disse:

- Mas eu vou estar cá dois anos.

Eu na altura estava preventivo, não sabia no que ia dar, por isso:

- Sim, eu aceito.

Aceito a situação. Então fomos para o curso, só que é assim, 2 anos é muito complicado, que é assim nós vamos para ali às 9h da manhã, saímos às 11:30, entramos às 14h e saímos às 17h, 17h, 17h30 e é assim, não temos praticamente nenhum tempo livre para jogar futebol, para e então era complicado, depois ainda nos arranjam a quarta-feira de manhã para a gente praticar desporto, que ficou melhor, só mesmo a (?) se uma pessoa quisesse faltar às aulas

para ir jogar futebol, uma pessoa vinha ali fazer qualquer coisa ao bar, vinha passava pelas portas, via os outros a jogar futebol, uma pessoa já ficava também a jogar e então acabei por tirar o curso de Higiene e Segurança no Trabalho, foi um propósito, aceitei e fui o único, o único, passamos 3, uma pessoa só estava a tirar formação profissional e o outro não entendi por que é que passou porque faltou a tantas aulas, mas passou e eu também fiz o curso completo, fui certificado.

E agora propus aquele estabelecimento de dar essa solução poder ir para a Universidade, fazer os trabalhos aqui e poder, porque se pudesse tirar o Técnico Superior, não tirava só o técnico de higiene e segurança no trabalho, tirava a parte superior. Estou à espera.

E: E o que é que o levou a escolher esse curso de formação profissional?

SK: Para eu tirar o 12º ano, o único curso que havia era esse, agora é que se este ano houvesse é que já podia escolher qualquer um dos outros, que seria eletricidade e carpintaria. Carpintaria não é uma área que eu goste, por isso não seria, área de eletricidade, se calhar seria uma área também a tirar o curso. Só que é assim, a mim levou-me a isto, eu tenho higiene e segurança no trabalho porque é uma área que lá fora está a abrir muito. Nós temos uma empresa aqui na Covilhã, a Interprev, que está a abrir para todo o país e de certeza que está sempre a precisar de técnicos, porque acredito que nesta área estejam sempre a precisar de técnicos e ao ter este curso, será uma mais-valia, porque no certificado não vem que o curso foi tirado no estabelecimento prisional, no certificado vem que foi tirado na Escola Secundária Campos de Melo, por isso nós somos alunos da Escola Secundária Campos de Melo, não somos alunos do estabelecimento prisional, por isso foi uma área que me levou também a tirar por causa disso, porque é uma área, andasse também, conduz-se muito, é uma área que eu gosto, adoro conduzir e depois é aquilo que uma pessoa faz nas empresas, ou os conhecimentos depois que uma pessoa vai acabar por querer, dentro das empresas.

E: Claro e de que forma é que teve conhecimento dessa formação?

SK: Foi através da professora Noélia, que é a coordenadora pedagógica aqui do estabelecimento prisional, foi assim que tivemos...

E: Foi ela que falou nisso que tinham essa possibilidade?

SK: Sim, falou e engraçado porque nós nos computadores, depois foi-nos pedido planos, para fazer um plano de empresas, mas empresas criadas por nós, portanto nós montámos uma empresa e depois tínhamos que fazer tudo, tínhamos que fazer a planta da empresa, tínhamos que fazer tudo e então o primeiro que nos foi proposto foi uma empresa de, a mim calhou-me tinturaria e acabamentos, portanto de tecelagem mas tínhamos o programa no computador, *SketchUp*, só que eu estava a trabalhar com o programa de uma maneira que não sabia que aquilo dava para fazer em 3D, tínhamos um professor que me ensinou a trabalhar com o programa, em 3D, mas na altura aquele plano já estava feito em 2D, ficou em 2D já não mexi mais. Este ano, pediram-nos para fazer 2 planos, um do estabelecimento prisional e o outro plano de um hospital, qual é que é a situação, vão-me propor que faça a planta do estabelecimento, portanto sabiam que eu sabia, era o único dentro do (?) que sabia funcionar bem com aquele programa, mandou-me fazer a planta e eu faço a planta do

estabelecimento prisional, conforme ela é, portanto, só do piso de cima, tinha aqui a parte do gabinete do Diretor, a parte do Subdiretor, tudo aquilo feito, qual é que foi o espanto, quando há um dia vem com o inspetor do (?) falar comigo e eu estava a fazer um plano de fuga, na sala de aula, mas toda a gente sabia, o diretor sabia, o técnico sabia, toda a gente sabia o que eu estava a fazer e então foi uma situação engraçada porque depois confiscaram-me o computador, depois apagaram-me a planta, mas sei que depois foi dado ao EP, a planta foi dada ao EP. E depois mandaram-me fazer o hospitalar, a gente já brincava depois com o hospitalar, eu até já me punha:

- Veja lá se eu estou a fazer o hospital, qualquer dia vem aí, lá em baixo o diretor do hospital também cá buscar uma planta que eu ando a fazer um plano lá para os doentes fugir.

Mas na brincadeira e fiz a planta toda do hospital em 3D, com cadeiras, com mesas, com tudo. Depois de já ter aquilo tudo feito, há uma professora que chega ao pé de mim e diz-me:

- Casteleiro, temos aqui um trabalho para fazermos, num mês.

Eu fiquei assim:

- O que é que você quer? Você não vem com boas ideias, você para vir ter comigo alguma coisa se passa.

- Quero que me faça a planta de um estaleiro.

Comecei o estaleiro em volta da obra de um hospital, gruas, camiões, tinha que fazer tudo e então não acabei a planta para entregar o trabalho e ficou e pelo menos só por esse trabalho, foi o que o Dr. José Augusto na altura diz:

- Só por estes trabalhos vale a pena darem-te o curso.

E depois até disseram por que é que eu não cheguei à área de desenho e eu disse-lhe:

- Aqui dentro é complicado.

Uma pessoa aqui não tem essa possibilidade de poder entrar numa área de desenho assim e então falei com eles para ver se me arranjavam ou a nível de desporto ou a nível de higiene e segurança no trabalho para continuar na Universidade, estou à espera que agora recebam as informações para me darem.

E: Claro, então e diga-me uma coisa, no seu entender, estas formações, estes cursos que existem cá nas prisões, adequam-se depois às necessidades lá fora? Em liberdade?

SK: Adequam-se, acho que o da eletricidade dá jeito a toda a gente, pelo menos eu penso dessa maneira, porque, eletricitista é sempre preciso, mesmo que a casa esteja pronta, ao fim de uns anos vão ter que mudar algumas coisas e então o eletricitista para mim é sempre preciso, o de carpintaria, sim para quem quer fazer trabalhos manuais, quem quer se divertir com esse tipo de coisas, acho que vale a pena, o de higiene e segurança no trabalho, sim porque é uma situação nova que está a haver lá fora, porque hoje em dia qualquer empresa precisa de um técnico higiene, segurança e saúde no trabalho, pelo menos acho que é uma situação, também engraçada.

Depois aqui também temos o clube de artes, onde fazemos vários trabalhos como baús em rolos de papel, capelas pequeninas, mais pequeninas para por um santo. Cestos, caixas, uma pessoa faz imensa coisa, caixas do pão, uma pessoa faz imensas coisas também, essa parte que eu também estou a trabalhar lá, no qual tenho escoamento ali para o hospital, que essa minha amiga Patrícia trabalha lá e então leva lá para as amigas e as amigas então lá se divertem com esse tipo de coisas e temos o andebol, estamos a fazer o campeonato nacional de cadeias, entre cadeias, perdemos a primeira fase, agora vamos disputar a segunda fase, agora a partir de setembro, isso aqui, acho que tem as mínimas...

E: Mas em termos de outras formações profissionais, acha que outras formações...

SK: Não têm espaço para isso, eles não têm espaço para isso.

E: Não? Mas daquilo que se apercebeu quando saiu, que outras áreas é que acha que seria importante ter formação?

SK: A restauração seria uma delas.

E: A restauração seria uma delas.

SK: É assim, a restauração se calhar aqui daria se pusessem a cozinha a trabalhar, em vez de vir uma empresa de fora, a trazer o comer, se calhar fazer aqui o comer, a área de restauração se calhar daria, porque está bem que há pessoal a trabalhar na cozinha, mas o pessoal na cozinha só é para lavar as malgas e pouco mais, por as marmitas certas para o pessoal, o pessoal do refeitório é só por as coisas em cima das mesas, por isso não estão a tirar nenhum curso em concreto, mas se calhar um curso de restauração, se calhar aqui dentro daria jeito, o problema é espaço que eles tem.

E: Com as condições do estabelecimento.

SK: Isto é muito pequeno.

E: E no seu caso em específico quando concorreu para o curso de higiene e segurança no trabalho, acha que correspondeu às expectativas daquilo que você tinha em mente? Depois de frequentar o curso?

SK: É assim, a mim só houve uma coisa que eu acho que devia ter havido mais, aulas práticas.

E: Era uma das coisas a melhorar?

SK: Sim, foi tudo muito teórico, pronto era só, só tinham papéis. Mas também temos que entender, nós não podemos sair daqui para outra empresa, podemos fazer uma análise a uma empresa, nós tínhamos que jogar com o que tínhamos na mão e isso foi a expectativa, era essa ou que podia passar mais era caso o pessoa que tivesse RAVI, pudesse ir às empresas, aí acredito que, mas as expectativas eram elevadas...

E: E por isso correspondeu aquilo que estava à espera?

SK: Sim, sim, sim.

Sujeito L

E: Sujeito L, estabelecimento prisional da Covilhã. Diga-me uma coisa, quando veio preso pela primeira vez tinha que escolaridade?

SL: Tinha o 6º ano já.

E: Já tinha o 6º ano?

SL: Já.

E: E lembra-se por que é que deixou de estudar?

SL: Deixei de estudar por causa, já comecei-me a comportar mal, comecei a consumir drogas e tudo, depois a partir daí também comecei a pedir para ir trabalhar, depois desisti da escola.

E: E com que idade mais ou menos é que deixou a escola?

SL: No máximo 14, 15 anos, no máximo. Andava no 7º ano.

E: Andava no 7º ano, mas já não chegou a concluir o 7º ano?

SL: Não, não, reprovei 3 vezes por faltas mas foi por faltas, reprovei 3 anos mas foi por faltas. Não ia à escola.

E: E acha que se tivesse tido oportunidade para continuar a estudar...

SL: E tinha, a minha avó dava-me oportunidade, que a minha avó era professora e deu-me os estudos até onde eu quisesse, só que eu não quis ter mais.

E: Foi? Mas acha que se tivesse continuado a sua vida podia ser outra?

SL: Podia ser igual, isso já vai, já perdi a minha mãe com 3 anos de idade, mas isso não vem ao acaso, prontos, mas depois fiquei cego de uma vista, tenho uma prótese, desânimos, sei lá depois um colega puxa o outro, foi isso.

E: Em que altura...

SL: Mas desculpe lá, nenhum colega meu me levou para os maus vícios, eu fui por minha cabeça, não foi ninguém.

E: Era essa questão que eu queria chegar, ou seja com que idade...

SL: 15 anos, 16.

E: É que começou-se a desviar para o crime?

SL: Foi.

E: Com 15, 16 anos? E o que é que na sua opinião levou, as causas, o que é que o levou a ir para a criminalidade?

SL: Experimentar, curiosidade.

E: Acima de tudo a curiosidade de experimentar?

SL: Sim, experimentar.

E: E depois de ter entrado nesse mundo, já foi difícil sair?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SL: Já, quando eu quis sair já estava agarrado a ela, já não conseguia, não era eu que queria, as drogas é que não queriam que eu deixasse. Já não consegui.

E: Já não conseguiu e o facto das drogas levaram-no depois a cometer crimes?

SL: Não, nunca roubei, nunca estive preso por roubar nada, nunca estive preso por nada..

E: Só relacionado com a droga?

SL: Sim, mas a primeira vez que tive preso foi em 96, tinha 22 anos, mas foi tráfico/consumo, tinha muita droga comigo. Mas foi-me dado tráfico/consumo, queriam-me dar como traficante mas não comprovaram isso, que eu não vendia a ninguém, fumava a mais colegas meus, dava a colegas meus, também davam a mim depois eu dava a eles, prontos e era assim.

E: Mas acima de tudo considera que a droga é que o levou para o crime?

SL: Sim, muitas coisas sim, muitas coisas que eu fiz sim. Às vezes tratava mal a minha companheira, a minha ex-mulher e tudo por causa disso.

E: E acha que o que mais o influenciou, não foi pessoas, foi a droga em si?

SL: Foi para eu experimentar também, foi como o tabaco, o primeiro cigarro que eu fumei também, foi para experimentar, prontos, comecei por aí.

E: Quando você veio preso, já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SL: Agora desta última vez estava a começar um, estava a, para tirar eletromecânica e refrigeração.

E: Em meio livre, estava a fazer esse curso de formação?

SL: Esta a tirar o 9º ano sim, também equivaleria ao 9º ano.

E: E aqui depois de já estar preso? Já fez algum curso, ou está a frequentar algum curso de formação profissional?

SL: Estava a frequentar o curso de electricidade, mas não acabei, falta 4 módulos.

E: Mas não acabou porquê?

SL: Porque eu desisti, vi que o companheirismo da turma não era, não era bom ambiente para mim, desisti.

E: Foi? Ou seja, desistiu do curso porque achava que...

SL: Não tinha ambiente, depois começaram todos a dar para trás e depois também aqui o Sr. José Augusto já que é para falar nisso, já que aqui que o Sr. José Augusto, também disse que eu que estava dado como traficante cá dentro e depois começaram todos a distanciar-se e desisti.

E: Mas e na altura quando decidiu por este curso de formação profissional, o que é que o motivou a escolher este curso e não outro?

SL: Para tirar o 9º ano.

E: Para tirar o 9º ano?

SL: Sim.

E: E achava quando saísse poderia vir a utilizar essa formação para trabalhar?

SL: Pois era isso que eu queria também, para ter alguns conhecimentos.

E: Para se preparar melhor para quando saísse?

SL: Claro.

E: E acha que as expectativas que criou quando decidiu ir fazer esse curso de eletricidade, depois de estar a frequentar esse curso, acha que foram de acordo às suas expectativas?

SL: Sim, lá fora também tenho vários colegas meus que andam a trabalhar nisso e arranja-se lá trabalho na minha zona, nesse caso. Tem lá muitas firmas e tudo, eletricidade e montagens de quadros e tudo, se tivesse um conhecimento era melhor, claro. Mais fácil era e tendo o 9º ano também.

E: Pois também iria dar essa equivalência ao 9º ano.

SL: Pois já dava mais vantagem a isso, isso é bom.

E: Então não teria desistido se não fosse as pessoas, não ter entendimento, não se entendeu com algumas das pessoas que lá estavam no curso.

SL: Pois, porque aqui os técnicos, diretor e isso tudo, não vale nada, esta cadeia para mim não é cadeia. Isto é mais uma creche do que é uma cadeia.

E: E acha que, por exemplo a forma como os cursos de formação profissional são divulgados, como é que são divulgados e acha que são bem divulgados? Tem conhecimento...

SL: São, os professores e tudo são atenciosos e explicam e tornam a explicar se a gente não perceber e isso...

E: São normalmente os professores aqui, que...

SL: Que nos incentivam e tudo.

E: ...transmitem e que vos dizem: “Olha, está a acontecer este curso”, para ver se vocês estão interessados ou não.

SL: Sim senhor, é o doutor não é que tá à frente disso.

E: E no seu entender acha que estes cursos de formação, pelo menos aqueles que tem conhecimento se adequam às necessidades no meio livre, ou seja quando saírem acham que vão ter trabalho, depois quando saírem? Daquilo que conhece.

SL: Deus queira que sim, mas como está mau lá fora, não sei.

E: Mas na sua ideia, acha que os cursos que existem vão vos dar ferramentas, competências, para quando saírem poderem tentar arranjar trabalho?

SL: E não é só ferramentas, também algumas firmas já pedem o 9º ano e com conhecimentos e tudo.

E: Pois, acha importante também a parte da equivalência em termos de estudos, a nível de escolaridade, complementam-se as duas.

SL: Que eu já fui a firmas lá fora antes de vir preso, para pedir trabalho e pediram-me o 9º ano.

E: Exato, isso depois limita quem sai e procura trabalho.

SL: E alguns pediram-me o 12º, outros pediam-me o 9º, outros pediam o 6º mas dependia das firmas.

E: Então quando você decidiu ir fazer um curso de formação profissional, pensou nessas duas vertentes? Ou seja, pensar em poder ter uma formação para poder ter trabalho e ao mesmo tempo para poder obter uma habilitação mais elevada? Neste caso o 9º ano.

SL: Sim, claro o 9º ano

E: O que é que na sua opinião então se podia melhorar? Desse tempo que frequentou, na sua opinião o que é que podia-se melhorar?

SL: Mais companheirismo de turma, por exemplo.

E: Isso acha que se conseguiria fazer de alguma forma?

SL: Era capaz, ainda era capaz de ter acabado o curso se tivesse companheirismo de turma.

E: E além dessa situação, acha que se poderia melhorar nalguma coisa? Ou acha que as formações foram bem dadas?

SL: Foram bem dadas.

E: Existiu prática para vocês praticarem também?

SL: Tinha, tinha, tínhamos uns painéis para fazer os quadros, para ligar as lâmpadas e tudo.

E: Nesse aspeto acha que estava tudo bem?

SL: Nesse aspeto, estava tudo bem sim senhor e os professores, até os professores eram muito atenciosos e são.

E: Olhe, relativamente a apoio das pessoas ou de alguém quando veio preso a primeira vez? Sentiu apoio das pessoas?

SL: Sim, da minha família principalmente.

E: Principalmente da família?

SL: Os meus avós e os meus tios e os meus primos, a primeira vez tive.

E: A primeira vez e dessa primeira vez até agora? Sente que mudou alguma coisa na relação com a sua família?

SL: É normal, muda sempre, que eles começam se a gente não muda, começam a (?) mais a ver se a gente começa a endireitar, é normal. Mas a minha avó nunca me desamparou, nem a minha avó, nem o meu falecido avô que morreu à pouco tempo, vai fazer agora 1 ano e os meus tios também, a minha tia principalmente, os meus primos nunca me desampararam.

E: Mas tirando essas pessoas acha que conforme o tempo passa mais, mais tempo preso começam a desacreditar se pode vir melhorar...

SL: Pois e também tenho amigos que também me vêm visitar, nunca pensei de eles me virem cá visitar e já me vieram visitar aqui duas ou três vezes.

E: Mantêm esse apoio.

SL: E nunca pensei deles.

E: E em termos das visitas? Com que frequência tem visitas?

SL: Tenho uma vez por mês por causa que a gente é a 30kms daqui, a 300kms daqui. Vale de Cambra, São João da Madeira, não sei se conhece.

E: Sei, sei...

SL: Para o lado do Porto. Eu pedi, fiz duas transferências, até hoje não tive resposta.

E: Não o deixaram ir para mais perto.

SL: Não tive resposta até hoje, duas transferências, uma foi ao Sr. José Augusto, que era o meu técnico de educação e outra por carta registada. Mesmo aí não obtive nada.

E: Qual é que é a importância para si dessas visitas?

SL: Apoio, principalmente para me dar força.

E: Sentir que tem alguém lá fora...

SL: Ali a apoiar-me.

E: Apoiar e à sua espera, não é?

SL: Provável, a minha avó principalmente.

E: Algum dia, há de sair não é?

SL: Daqui a 3 meses se Deus quiser.

E: Como é que foi efetuada, está já é, quantas vezes...

SL: Esta é a terceira.

E: É a terceira vez que está preso.

SL: A primeira foi em 96, tinha 22 anos, foi tráfico/consumo. A segunda vez foi em 99, 4 dias por causa de uma multa, depois a minha avó pagou e eu saí para fora e agora essa, o meu avô sofria de Alzheimer ou Parkinson, não sabemos bem como era, tantas vezes agredia a minha avó e maltratava-a e chamava-lhe nomes e uma vez eu entrei em casa mais a minha companheira e ia a entrar em casa e ele estava a discutir com ela e eu só lhe disse:

- Para de chatear a avó e vê lá se te começa a tratar.

Ui o que eu lhe fui dizer, puxou por uma faca, ia direito à minha avó e eu pus-me à frente, ainda tenho aqui a marca da faca, foi por isso, depois andei embrulhado a ele, andamos os dois embrulhados, eu tirei-lhe a faca, aleijei-o, a minha tia foi a mais ele ao hospital que ele não aguentava as dores nas costas, relatórios médicos, lixou-me...

E: Veio cá parar outra vez.

SL: E a minha avó a defender-me.

E: E de que forma é que foi feita a sua transição entre estas vezes em que esteve preso e o momento em que foi libertado, como é que foi efetuada esta sua transição?

SL: Eu em 96 fui preso, saí em 98 andei 10 anos mais ou menos, andava a consumir, consumia, andava acompanhado fiz um tratamentos, fiz um não, fiz dois ou três tratamentos, mas não por minha iniciativa própria, foi para agradar a minha avó e depois agradar a minha mulher e agradar, prontos, a minha família, nada consegui, agora já andava um ano e tal, um ano e

três meses sem consumir pó, nem coca, nada, nada, nada. Vim para dentro também deixei de consumir outra vez, agora ando na metadona desde 2004.

E: Neste momento ou seja, não consome...

SL: Não consumo.

E: ...porque anda no programa da metadona.

SL: Sim, ando no programa da metadona, mas mesmo quando comecei no programa da metadona, consumia na mesma, só que há coisa de 3 anos, em antes de vir preso 1 ano e 3 meses é que tinha deixado mesmo o pó e a branca, acabou e consumir metadona, era (?) da substituição, a metadona é uma substituição da droga. Só que eu entrei com 60 ou 80 mg de metadona, estou com 5, estou a reduzir.

E: Está a tentar reduzir para deixar.

SL: É para deixar, mas agora estou pela minha cabeça, não é pelos outros, tem que ser por mim.

E: Claro, mas e para si foi fácil ou difícil nesta transição de sair da prisão para a liberdade?

SL: Foi um bocado, entrar na sociedade é normal que a gente somos um bocado discriminados, não é?

E: Sim, acha que as pessoas olham para si de maneira diferente por ser ex-recluso?

SL: É normal, pois e mesmo quando agora sair na minha terra, claro que as pessoas vão olhar um bocado diferente, só se eu começar a dar notas boas de boas não é? Que a gente melhore ou o caraças, aí as pessoas podem dar mais um voto de confiança. Vamos lá ver como é que corre.

E: Mas sentiu por exemplo, dessas vezes que saiu sentiu esse “rótulo”?

SL: Rejeição, sim.

E: Que lhe atribuíam por ser ex-recluso?

SL: E a nível de trabalhos e tudo, muito.

E: Pois, quando saiu dessas vezes, procurou e encontrou trabalho?

SL: Não e muito tempo estive sem emprego, num ano e tal, dois anos, sem emprego.

E: E quais é que foram esses obstáculos que encontrou?

SL: Ou pediam-me o meu currículo, pediam as coisas, bastava por no número de contribuinte ao computador, tiravam o nosso cadastro, dizem eles, não é?

E: Eles sabiam que era ex-recluso e por isso já não o contratavam?

SL: E bastava ir à Segurança Social, qualquer coisa que eu pedia, eles viam logo tudo e era um bocado rejeitado.

E: E acho que já o rejeitavam por isso?

SL: Pois.

E: Apesar de já ter feito, pronto, ter cumprido a sua parte.

SL: Ex-recluso, toxicodependente, começam a dizer:

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

- Foge, então está preso, veio preso, consome drogas, anda nas drogas...

Claro que a gente enquanto não der um voto de confiança a essas pessoas, elas vão ter sempre um pé atrás e outro à frente, é normal.

E: Depois acham que são duas coisas, que o ser ex-recluso, quer o ser ex-toxicodependente, vão afeta-lo sempre?

SL: Claro, eles vão estar sempre, para mim vai e isto para mim vai ser afetado, vai-me sempre afetar.

E: Disse-me então que já esteve 3 vezes preso, não é?

SL: Sim, dois anos e meio em 96, saí em 98 e 99 tive 4 dias preso por causa de uma multa...

E: E neste caso o que o levou a reincidir foi o quê? O que é que causou?

SL: Neste caso?

E: Nas várias situações em que saiu e voltou, o que é que causou, esse voltado, o que é que o levou a que você voltasse novamente preso?

SL: Foi por causo do meu avô que sofria de Alzheimer e eu pus-me à frente, não gostava de ver o meu avô a mal tratar a minha avó, nem bater. Tantas vezes que eu tinha visto isso, a minha avó já tinha posto para aí 5 ou 6 queixas, mesmo assim a GNR não fazia nada e eu uma vez que prontos, tanto vi, tanto vi, eu uma vez tive que me por à frente e fazia outra vez igual. Fazia o mesmo...

E: E daí a estar aqui neste momento.

SL: Pela minha avó, fosse quem fosse, tratar mal a minha avó ou bater na minha avó, eu punha-me na frente (?).

E: Com certeza. De quem é que sentiu mais apoio quando saiu em liberdade?

SL: Dos meus familiares, da minha avó, do meu avô, principalmente porque o meu avô ainda me ajudou muito quando fui a primeira vez preso e agora também, desta vez quando cá estive, ainda me veio visitar várias vezes, pedi perdão daquilo que eu fiz ao longo dos anos.

E: E acha que quando saiu, quais é que foram as maiores dificuldades que encontrou quando saiu?

SL: Muita coisa, trabalho, apoio, apoio social.

E: Sentiu que houve pouco apoio social? E dificuldade em encontrar trabalho também foi um obstáculo?

SL: Também.

E: E da parte dos serviços prisionais, do tempo que cá esteve preso, sentiu, foi preparado para depois, para sair em liberdade?

SL: Não, nem uma precária tive ainda, como é que eu vou estar preparado?

E: Acha que o apoio que existe, que é dado a vocês durante o tempo que cá estão e mesmo no período que antecede irem em liberdade, mesmo depois de já estarem em liberdade, acha que existe apoio nalgum aspeto?

SL: Eu acho que não, da minha parte não, se eles quisessem apoiar, uma pessoa, um recluso, davam um bocado mais de oportunidade, não é? Estou aqui há 27 meses e ainda não fui a casa, que apoio é que eles me estão a dar? Nada.

E: Acha por exemplo que o sistema que existe, das medidas de flexibilização que as precárias, acha que é uma forma positiva...

SL: Para a gente se adaptar ao...

E: Para vocês se adaptarem à vida em liberdade?

SL: Para a gente ir começando, a gente sai daqui de dentro, como é que o mundo lá está fora? Não é? O que é que a gente vai enfrentar pela frente? Penso eu, eu penso assim. Que dificuldades é que eu vou enfrentar? Vou enfrentar muitas dificuldades, pelo menos apoio, apoio de família não vou enfrentar que eu sei que tenho. Agora apoio social e trabalhos e tudo eu vou passar um bocado de dificuldades, claro que vou.

E: E o que é que acha daquilo que conhece, até este momento, o que é que acha que seria importante o sistema prisional fazer por vocês quando cá estão, e o que é que deveria fazer por vocês quando saem em liberdade?

SL: Apoiar-nos mais um bocado e ajudar-nos e a preparar-nos para a liberdade, não é? É coisa que aqui não fazem, só fazem a quem eles querem.

E: E o que é que acha na sua opinião, se lhe fizessem isto, ou se lhe dessem este tipo de (?) o que é que sairia melhor?

SL: Já ia com mais motivação, já ia melhor, já ia com mais vontade de procurar trabalho, ia com mais vontade de entrar na sociedade melhor, depende, não sei.

E: Mas em que aspetos por exemplo, em termos de mais formação profissional ou mais a nível de escolaridade?

SL: Formação profissional tem aqui até ao 12º ano, até ao 12º ano tem aqui, também lá fora também posso-me por com cursos, posso ir ao fundo de desemprego, como eu andava e põe-me num curso a tirar e a fazer equivalência até ao 12º ano se eu quiser, é o que eu vou fazer quando for para fora.

E: Qual é que era a sua profissão quando veio preso pela primeira vez?

SL: A minha profissão era serralheiro civil.

E: Andava como serralheiro civil?

SL: Sim, ajudante.

E: Se tivesse arranjado emprego quando saiu? Acha que tinha reincidido?

SL: Acho que não, podia ser que endireitasse mais um bocado, podia consumir as minhas drogas mas ao menos sabia que tinha que trabalhar.

E: Considera importante que ter um trabalho ou arranjar um trabalho para quem é ex-recluso, seria uma forma mais facilmente de serem inseridos na sociedade?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SL: Claro, ajudava-nos mais a gente também já tinha mais autoestima em nós, penso eu, no meu ponto de vista e era melhor sabermos que temos ali uma pessoa que nos dá trabalho, que nos quer ajudar, que nos quer apoiar, querem fazer de nós alguém, penso eu assim.

Sujeito M

E: Então quando veio preso pela primeira vez o senhor tinha que escolaridade?

SM: Tinha o 6º ano. A primeira vez.

E: A primeira vez quando veio preso.

SM: Sim o 6º ano.

E: O que é que o levou a abandonar os estudos?

SM: Ter que trabalhar e também um bocado as companhias.

E: E com que idade mais ou menos abandonou a escola?

SM: Aos 16. 15, 16.

E: E acha que se tivesse continuado a estudar a sua vida poderia ser outra?

SM: Tenho que ser sincero, sim, claro que sim.

E: Acha que teria tido outras oportunidades?

SM: Teria outro estatuto e se calhar não estaria preso, não estaria aqui dentro.

E: Quando e porquê que se iniciou na delinquência, no crime?

SM: É assim, eu vou-lhe responder, eu não me considero, porque sempre aleguei isto em Tribunal, não me considero um delinquente...

E: Sim, aqui quando digo delinquência...

SM: Eu sei, eu entendo, sim, sim, sim, eu sei que você...

E: Aquele caminho.

SM: Exato, nem nunca vivi do crime lá fora, seja furtos, o que quer que seja, tenho um problema que assumo, é a impulsividade, a agressividade, derivado também um bocadinho ao meu passado, isto não é vitimizar-me mas tive um passado um bocado turbulento, o meu pai um bocadinho severo e passei pela tutoria também, um colégio de correção, antigamente existia, não é como hoje os colégios que há, a gente lá aprendíamos uma arte, aprendi a arte de restaurar móveis antigos, aprendi a cozinhar e foi onde fiz o 5º e 6º ano.

E: Quem é que mais o influenciou? Ou seja, a ir para o crime? Além dessa impulsividade que me está a dizer, que é uma das...

SM: não lhe consigo dizer, não posso dizer que alguém me influenciou também, fui um seguidor do tecno, de festas tecno e por vezes os sítios que a gente frequenta e as misturas de pessoas que se juntam, acabam por gerar um bocado violência, o meu problema é mesmo só a violência, a agressão física, como se diz no bom português, ofensas à integridade física.

E: Ou seja é mais essa impulsividade que o levou a essas ofensas à integridade e isso depois é o que...

SM: E os sítios também que uma pessoa frequenta, a rotina, normalmente a rotina torna-se traiçoeira quando andamos sempre naquele círculo com as mesmas pessoas...

E: Círculo vicioso.

SM: Exato.

E: Mas acima de tudo acha que essa convivência que teve com o seu pai, levou a que fosse mais impulsivo?

SM: Eu acho que a culpa não é dele, eu tive uma educação severa, onde levava com o cavalo-marinho, se fizesse sol ou chuva, mas acho por um lado por ter sido rígido, ajudou-me a não ser um toxicodependente, por exemplo, a ter princípios e dignidade, a não me vender, nestas casas, é pouca gente tem princípios ou dignidade, ou sabe esse significado, talvez fazer mais a parte das companhias, não posso por as culpas do meu pai, um bocado rebelde ia também da minha parte.

E: E acha que o facto também de se ter juntado a alguns grupos ou a algumas pessoas se calhar também condicionou?

SM: Eu nunca andei muito em grupos, foi mesmo as pessoas e os ambientes e a minha ex-companheira, isso foi a minha desgraça.

E: Também.

SM: Foi, eu tive uma relação de 11 anos, foi uma relação doente, de obsessão, hoje em dia consigo dizer isto tranquilamente, depois de refletir e voltar a vir preso, de ver que ela me virou as costas, mas antigamente não admitia isso. Era como se fosse uma coisa minha, depois as pessoas as pessoas com quem ela se envolvia, acabava por me desafiar ou eu acabava por os encontrar e isso gerava violência, as tais ofensas.

E: Claro, à integridade física.

SM: Mas uma pessoa que gosta de socializar e não me considero um acéfalo, nem um bicho-do-mato.

E: Quando veio preso pela primeira vez já tinha frequentado algum curso de formação profissional lá fora?

SM: No colégio de cozinha enquanto estive na tutoria, num colégio de correção até aos meus 15 anos, frequentei em Izeda, que agora é uma cadeia, mas antigamente é era um colégio.

E: (?)

SM: Sim, sim até aos 16, 17 anos não estavam lá só pessoas que roubavam, estavam lá pessoas que sofriam de maus tratos ou que não tinham família, mas antigamente formavam-se não é como hoje, a gente hoje olha para a comunicação social, a gente vê a juventude que a gente tem, falar da juventude é uma podridão.

E: Claro e depois de já estar cá preso, já tirou alguma formação profissional cá dentro?

SM: Tirei aqui o 9º ano, fiz o 7º, 8º e 9º. 2 anos de, formação foi um curso de eletricidade.

E: Sim, mas a formação profissional qual é que foi? Ou seja deu equivalência ou...

SM: (?) tem a ver com a eletricidade, montagens de para-raios e quadros, esquemas.

E: De que forma é que teve conhecimento dessa formação?

SM: Através dos professores, dos engenheiros, posso também, não é tudo mau nesta casa, nesse aspeto não posso apontar um dedo que quer que seja aos professores, pelo contrário.

E: Ou seja, acha que em termos de formação foi bem dada?

SM: Sim, sim, não posso apontar o dedo, para quem quer aproveitar, eu aproveitei, porque aqui também não é um curso à doutora, Relvas, Miguel Relvas, não é? A gente aqui também tem que batalhar um bocadinho, temos que ter educação e fazer aquilo que os professores nos dizem, há quem encaixe aquilo que nos explicam e há quem não encaixe.

E: Já tem a ver com a parte da aprendizagem, não é?

SM: Uma das disciplinas que aqui temos melhores para mim, a meu ver é a cidadania, com o Prof. Carlos Neves, que é daqui da Covilhã, é um excelente professor e português, mas eu gosto mais de cidadania.

E: E por que é que escolheu este curso de formação?

SM: Era o único que cá tínhamos.

E: Era o único que existia?

SM: Sim, sim que a Direção-Geral também poderia eventualmente, esta casa tem um espaço enorme, uma área, não sei se já viu da parte de fora que poderia ser reaproveitada para oficinas, desde sapataria, ajudar na reintegração...

E: Ou seja, acha que essas área seriam umas áreas boas?

SM: Claro que sim, claro que sim, temos uma cozinha, em vez de estarmos a comprar comer que vem de fora, que vem mal feito, podiam efetuar também aqui um curso de cozinha, com equivalência e com incentivo monetário, porque esse incentivo, este curso que eu fiz de 2 anos, na lei 115 de 2009, vem lá a dizer que o recluso merece um incentivo e nas fotocópias vinha lá, curso cofinanciado, e como eu não sou acéfalo muitas vezes eu pronunciei-me sobre isso, perguntava onde é que tá o nosso incentivo e disseram-me que já tinha acabado. Alguns reclusos também desistiram depois das aulas mas acho que o incentivo monetário também era uma boa ajuda.

E: Ou seja, então na sua opinião o que é que se deveria melhorar em termos dessas ofertas de formação? Uma melhor remuneração?

SM: Diga?

E: Uma melhor remuneração?

SM: Sim, sim, sim porque olhe, nem toda a gente teve por acaso teve a sorte de ter um pai e uma irmã que têm possibilidades, tão lá fora, tenho uma carta de pesados, consigo mais ou menos quando sair, num mês, mais coisa menos coisa agarrar-me ao volante e fazer internacional. Mas há muita gente aqui que não e sai daqui com 20, 30 euros no bolso, que reintegração é que essa pessoa tem, independentemente de levar daqui o 12º ano? Se não leva dinheiro, não leva uma arte, está bem que leva algum conhecimento, alguns, nem todos aproveitam, não é? Mas é normal que volte à delinquência, não têm apoios, isto dos serviços que dizem que há reinserção social, as senhoras doutoras que a gente fala, que aqui vêm isso é tudo uma treta, isso eu não tenho problema nenhum em dar a cara, aliás já que está a ser gravado eu quando sair quero tentar ir à comunicação social dar a cara e dizer:

- Eu vim preso por isto, por isto e por isto.

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

Mas também falar aquilo que está mal no sistema, a falta de meios que há para ajudar a evitar a tal delinquência que se fala, que tem vindo a aumentar, porque na verdade não temos ajudas.

E: E o que é que o motivou a escolher esse curso? E a frequentar esse curso de formação?

SM: Para futuro, é uma mais-valia, uma pessoa com o 9º ano, só tem o 6º ano, está bem que estou com 35 anos, mas com o 9º ano já é, normalmente hoje vamos aos classificados, 9º ano, 12º ano, tenho algum conhecimento de inglês que adquiri aqui, porque lá fora até ao 6º ano foi francês que eu estudei, mas é sempre uma mais-valia, se calhar mais parece que entro eu com o 9º ou 12º anos do que um indivíduo com o 6º, a não ser que tenha uma cunha, também se usa muito hoje em dia, as cunhas.

E: E estes cursos de formação profissional que você tem conhecimento que existem, acha que se adequam depois às necessidades lá fora em liberdade?

SM: Acho que sim.

E: Estão preparados?

SM: Sim, sim, sim.

E: E da formação que recebeu já, neste caso de eletricidade.

SM: Para eletricidade eu vou-lhe ser sincero, não gosto de eletricidade, era capaz de montar um quadro, mas é uma área que por exemplo a mim não me interessa, foi mesmo só por...

E: Pela escolaridade?

SM: Exatamente, não posso dizer...

E: Não é para objetivo quando sair ir trabalhar para essa área?

SM: Não, não, não, se fosse por exemplo carpintaria, mas é como eu digo, já tenho uma profissão, sou motorista profissional, assim me vejo, mas para outros indivíduos era necessário e é como eu digo, esta cadeia em termos de, prontos de condições não tá má e é pena não estar aproveitado e a Direção-Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais tem essa parte da reinserção, a Direção-Geral da Reinserção, a palavra reinserção tá muito mal, porque não existe reinserção.

E: Acha que não existe reinserção social?

SM: Não, não e se perguntar a mais gente, vai se calhar obter essa, esse conceito está a perceber.

E: Na sua opinião o que é que poderia facilitar esse regresso à liberdade?

SM: Na minha opinião, não tenho nada para me facilitar, porque fui apanhado com vinho quando estive na Quinta de S. Miguel, também fiz um curso de agricultura o ano passado (?) tive um curso de 3 meses de agricultura, só que a gente por trás bebíamos uns copitos e houve um dia que tive azar, sobrei no balão e isso deu-me uma penalização, ajudou-me a cortar os dois terços e voltei aqui para...

E: Mas no seu entender, do tempo que está cá preso, que vai estar preso ou que já esteve, o que é que deveria ser feito, ou poderia ser feito para o ajudar a prepará-lo melhor para sair em liberdade?

SM: Dinheiro, a mim em termos de preparação, não preciso que me preparem para mais nada, queria era levar, se calhar mais algum dinheiro, tenho 100€ na reserva mas os 50€ ou 60 que a gente aqui ganhar de faxina, eu fumo, gosto de tomar o meu café, produtos de higiene, hoje em dia há uma lei, é aprovada pela Direção-Geral de Reinserção de Serviços Prisionais, não deixam entrar produtos de higiene pela família, ou seja nós temos que comprar aqui tudo e a maior parte desses produtos, também há uma lei que dá, possibilita de, imaginemos que um desodorizante lá fora custa 1 euros e pouco, aqui você dá 3€, porque podem por mais uma margem de 7 a 10%, isso foi-me dito e explicado aqui nesta casa, mas os senhores que estão na Direção-Geral não pensam nisso. 60€ dá para duas semanas aqui para uma pessoa comprar Omo para lavar a roupa, amaciador, pasta dos dentes, giletes, champô, o tabaco, o café, comprar, comprar chocapics, porque nem sempre a alimentação é boa, a gente aqui também come cedo, às 6 horas já estamos a almoçar é normal que na cela às oito e meia, nove hora tenhamos um bocado de fome, apesar de darem reforço.

E: E nesse aspeto acha que deveria quê, era remunerar melhor os cursos de formação profissional?

SM: Claro que sim, claro que sim.

E: Que outra forma é que acha, ou seja esse incentivo monetário, ou seja em termo de ajuda monetária que outras formas, além desse aumento da remuneração podia ser feito?

SM: Podia, o trabalho lá fora, limpar matas como havia antigamente nalgumas cadeias por exemplo, também tive conhecimento que há uns anos chegaram a Sintra ao Linhó, havia um rapaz que trabalhava numa pedreira e os direitos humanos chegaram lá e:

- Ai não, isto...

E eu gostaria que os direitos humanos viessem cá, a fazer o que você está a fazer a entrevistar alguns reclusos, como eu, sem papas na língua e que fale sem medo de represálias, para lhe explicar estas pequenas coisas e posso também dizer na minha opinião e na minha cabeça, uso a palavra peculato para a Direção-Geral de Reinserção de Serviços Prisionais, existe peculato, agora cabe a alguém estudar essa matéria.

E: De quem é que sentiu mais apoio quando saiu em liberdade?

SM: É do meu pai e da minha irmã, são as únicas pessoas que eu tenho e que me apoiam.

E: E quais é que foram os maiores obstáculos que sentiu quando saiu pelas vezes que tem saído?

SM: Eu nesta ainda estou preso, agora não sei se o senhor se está a referir a saídas curta duração ou...

E: Não, não, isso são as medidas de flexibilização, as precárias, pronto, já vamos falar das precárias.

SM: A primeira vez que saí estava com a minha ex-companheira, tinha nascido o meu segundo filho, tinha trabalho, trabalhava na área de restauro de móveis, não tive problema nenhum.

E: Não sentiu obstáculos nenhuns?

SM: Não, não, não porque tinha trabalho, isto em 2002, restaurava móveis lá em Coimbra...

E: Ou seja quando saiu dessa primeira vez, procurou e encontrou trabalho?

SM: Tinha, não eu quando fui detido trabalhava e voltei a trabalhar, tive 4 meses preso, porque eu ateei um pequeno fogo a um individuo que tinha uma oficina que era meu patrão, não esse que eu estava a trabalhar, mas um outro, que eu trabalhava não havia recibos e em certa parte fui coitadinho.

E: Então esta já é a segunda vez que está preso?

SM: É.

E: Ok, dessa primeira vez, não teve qualquer problema em trabalhar.

SM: Fiquei com a pena suspensa e não tive problemas nenhuns em arranjar trabalho porque já exercia a arte de restauro de móveis antigos.

E: Então e quando saiu, sentiu, como arranjou emprego não sentiu dificuldade nenhuma em sentir-se reinserido novamente na sociedade?

SM: Não, não, uma pessoa anda truncado nos primeiros tempos...

E: Das pessoas?

SM: Exatamente de olhares, fazemos, podemos fazer um bocado de filmes, aquela mania da perseguição ou que estão a olhar para a roupa ou...

E: Mas acha que é só sua percepção ou acha que as pessoas realmente lhe apontavam o dedo ou...

SM: Não, claro que não, mas sei que também há uns reclusos que pensam o mesmo, tanto é um recluso que esteja aqui 10 anos fechado, quando tem a primeira precária, tem também essa impressão, pode ser um filme da nossa cabeça mas é normal uma pessoa está aqui fechado...

E: No seu caso não sentiu, ou seja, tinha essa percepção, mas acha que essas pessoas realmente...

SM: Não, isso é um filme que a gente faz na nossa cabeça, claro.

E: Acha que não é essa exclusão que se costuma falar...

SM: Não é assim, há um bocado a gente se for a uma empresa e disser:

- Olha eu tive preso, saí agora da prisão.

Se calhar não nos facilitam.

E: Se calhar, não vão contrata-lo.

SM: Exatamente, a entrada para o mundo do trabalho, mas aí também já parte da Direção-Geral dos Serviços Prisionais, não é? E dos restantes membros, falo de Tribunais, da juíza a darem também uma ajuda, não digo a todos mas, porque há reclusos que já está no sangue a

vida do crime, por mais que lhe tentem dar a volta não vale a pena, vão andar sempre naquilo e andam a vida toda a vitimizar-se.

E: E qual é que era o apoio que a Direção-Geral devia de dar no momento da libertação de um recluso?

SM: Numerário, uma casa, sei lá, uma instituição que pode-se ter lá o recluso, desses reclusos que não têm família, ter uma instituição para onde eles fossem e que fossem acompanhados e que fossem ajudados, tanto em entrevistas de trabalho ou o que há aí mais é trabalho, há tanta mata para limpar, só não se entende, isto é quem pode e quem manda é que não vê isso, a Sra. Ministra da Justiça e a Direção-Geral, há aí tanta coisa para fazer. Uma pessoa, há aí pessoas eu, não só eu que não se importava de andar aí a trabalhar durante o dia e vir à noite, nalgumas casas fazem e no passado já fizeram, monetariamente e era mais saudável porque não se perdia a ligação ao mundo lá fora, socializava-se mais, aqui não, aqui a gente vê sempre as mesmas caras e por vezes uma pessoa, isola-se na cela para evitar certos confrontos.

E: E acha que as medidas de flexibilização, as precárias, são importantes para vocês?

SM: São, são, claro que sim, não posso dizer que não.

E: Qual é que acha que é a maior importância para um recluso ao usufruir das precárias? Por que é que é tão importante as precárias?

SM: A proximidade para quem tem família, a proximidade à família, mas depois aquela proximidade ou o que vem escrito no 115 de apoios para procurar trabalho e blá blá e blá blá, isso é tudo uma treta, a gente liga o 115 e nem tudo o que lá está é cumprido, não é? Pela parte dos serviços de reinserção, não funciona aqui e digo e continuo a dizer, dou-lhe um exemplo, a gente quando somos vistos, aconteceu comigo, para o meio da pena, ao por os dois terços e eu até hoje nem e foi nesta sala falei 3 vezes com a Dra. Eugénia e eu fico admirado, como é que uma senhora com a posição dela dá um parecer sobre a minha pessoa se não fala comigo, só falou 3 vezes comigo, como é que ela pode dar o parecer do que quer que seja? E depois há outras coisas que estão mal, há reclusos que tiveram crimes de sequestro e de outras coisas más e conseguem atingir o meio, não sei, bom a gente aqui usa um termo que é: “Eu confesso-me e eu perdoo-te”, para bom entendedor meia palavra, mas é assim já aquilo que eu chamo dignidade, a gente se tem colaborado ao dizer alguma coisa, normalmente não tenho problema de dizer, mas não ando a viver com o mal dos outros, nem me vendo.

Sujeito N

E: Então diga-me só, quando veio preso pela primeira vez tinha que escolaridade?

SN: 4º ano.

E: Já tinha o 4º ano?

SN: Já.

E: E deixou de estudar com que idade?

SN: 16 anos.

E: E os motivos que o levaram a abandonar os estudos?

SN: O meu pai estava preso, não tinha como, a minha mãe não tinha como subter tudo o que tínhamos, então comecei a trabalhar cedo, até agora.

E: E acha que se não tivesse tido essa situação se pudesse ter continuado a estudar, acha que a sua vida poderia ter sido diferente?

SN: Sim, sim.

E: Poderia ter tido mais oportunidades de trabalho, por exemplo?

SN: Sim, sim, podia, podia. É assim oportunidade de trabalho não me falta, tenho trabalho, mas se tivesse só a escolaridade, se calhar tinha outros trabalhos que agora não tenho, não é?

E: E quando e porquê é que se iniciou na delinquência ou no crime?

SN: É assim, primeiro foi porque me juntei a outro rapaz que também aí está, que eu nunca me meti em furtos e agora vim preso por furtos porque me juntei a esse rapaz que aí está.

E: Foi as companhias, as pessoas?

SN: Foi as companhias, foi as companhias.

E: E quando é que foi mais ou menos isso? Lembra-se com que idade?

SN: Foi em 2013, o ano passado.

E: Tinha que idade?

SN: Sim, foi em 2013, tinha 28 anos.

E: Então quem mais o influenciou a cometer crimes foi esse rapaz?

SN: Foi, foi. Foi porque ele tinha sido condenado e agora está preso outra vez.

E: Mas você é a primeira vez que vem preso?

SN: É, não, por furtos é, por outros crimes já, por condução ilegal e assim já tive mais.

E: Não, é para eu me entender, porque estamos aqui a falar depois da reincidência...

SN: Sim, sim, já estive com a pulseira electrónica, já aqui estive 6 meses à espera de julgamento sem ter nada a ver com o caso, tanto que cheguei ao Tribunal do Fundão e fui absolvido que nem ao julgamento assisti. Agora voltei a entrar aqui porque (?).

E: E então, antes de vir preso, já tinha feito algum curso de formação profissional?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SN: Já fiz, tenho licença de condução de máquinas agrícolas industriais até 3500 Kg e de agrícolas sem peso limite que frequentei a Associação dos Agricultores do Fundão.

E: Isto quando teve em liberdade ainda, não é?

SN: Sim, ainda tinha 18 anos ou 19, quando comecei a tirar isso.

E: E desde que veio preso, já tirou alguma formação profissional cá dentro?

SN: Não, não, ainda não.

E: Mas nunca teve essa oportunidade ou não quis?

SN: Nunca tive a oportunidade.

E: Mas tem conhecimento dos cursos que existem cá dentro?

SN: Não, não tenho conhecimento porque não nos dão conhecimento a isso, dão-nos conhecimento da escola mas não, tanto que estou inscrito para a escola agora, mas não tenho conhecimento de cursos cá dentro.

E: Nunca terminou nenhum grau de ensino também cá dentro?

SN: Não, não, já cá andei na outra vez quando cá estive 6 meses, mas depois fui para casa, não acabei.

E: Teve apoio de alguém quando veio preso a primeira vez?

SN: Sim, da minha mãe.

E: E tem tido visitas?

SN: Sim, da minha mulher, dos meus filhos, da minha mãe, da minha irmã.

E: E com que frequência é que tem essas visitas?

SN: Agora já tenho menos porque tinha visitas quartas e fins de semana, tinha sempre visita, agora a minha mulher mudou lá para baixo para o pé da família para não estar aqui sozinha com 2 filhos, também estava a receber rendimento mínimo e então foi lá para baixo, para o pé da família, para estar mais, para ter mais apoio.

E: Agora visitam-no com menos regularidade?

SN: 15 em 15 dias tenho visita, mais ou menos.

E: E acha que mudou alguma coisa na sua relação familiar, desde que veio preso?

SN: Sim, muito.

E: Em que aspetos?

SN: Em tudo, eu lá fora podia trabalhar, eu lá fora podia estar com os meus filhos, podia estar com a minha mulher, dava educação aos meus filhos e agora não a dou.

E: Acha que de alguma forma este tempo que está preso, perde-se um pouco a ligação à família?

SN: Muita, muita, pede-se muita ligação. Não só sou eu que noto, mesmo a minha mulher nota isso, tanto que a minha filha nunca andou numa psicóloga e agora está numa psicóloga por causa disso.

E: E então qual é que é a importância para si das visitas das pessoas?

SN: São muito importantes, principalmente quando uma pessoa está fechada.

E: De que forma, ou seja, em que aspeto acha que tem essa importância?

SN: Alivia muito o stress aqui dentro, aquele bocadinho que a gente está com a família, alivia muito o stress aqui dentro, alivia muito e ajuda muito, já se aguenta mais 8 dias ou 15.

E: Ou seja a nível psicológico principalmente ajuda a levar melhor a cadeia?

SN: É, é, ajuda muito, muito.

E: É também isto mais leve.

SN: É.

E: Na sua opinião como é que foi efetuada a sua transição entre a cadeia e o meio livre? Destas vezes em que esteve preso?

SN: Foi mau, é assim para mim cá dentro foi mau, mas para a família lá fora pior ainda, porque nós cá dentro sofremos, mas eles lá fora sofrem o dobro.

E: E foi fácil para si esta transição entre o estar preso e depois ir para o meio em liberdade?

SN: Sim eu estar preso e sair para a liberdade, sim foi fácil, tanto que foi fácil que eu entrei aqui para cumprir uma pena de 1 ano e dois meses, recebi uma carta a dizer que a minha pena tinha sido extinta e voltei para o processo de pulseira electrónica é o processo que estou agora aqui com 8 anos, que eu antes de entrar aqui já estava com pulseira e é diferente, muito diferente, é muito melhor estar em pulseira electrónica, porque (?) com a família, faço o que quero em casa, só não posso sair daquele meio e aqui dentro não, não posso estar com a família, não posso ligar para a família quando quero e bem me apetece, não é? É diferente, muito diferente.

E: Claro, sente que ou qual é que foi a reação das pessoas, quando você saiu em liberdade depois, saberem que este preso e depois de voltar para a liberdade?

SN: É assim, as pessoas de família aceitam, sabem porque é, aceitam, as pessoas de fora é que é mais complicado, o patrão aceita, sabe que eu que estou aqui, já me disse umas poucas de vezes que se quiser um contrato de trabalho para amanhã me porem na rua, passa-me um contrato de trabalho e vou trabalhar, não tenho problemas nisso. Há pessoas que não aceitam, tipo os mais antigos, de resto.

E: Mas sente, por exemplo que lhe apontam o dedo, que...

SN: As pessoas mais antigas:

- Ai aquele já esteve preso por furtos.

Principalmente por ser furtos, se calhar se fosse por drogas, apontavam mas não era tão, sei lá não era tão coiso, porque as pessoas agora já têm mais, já ficam naquela:

- Epah, aquela já foi preso por furtos.

Tens mais atenção e por droga já não é tanto naquilo, já não é tanto.

E: Mas sente que o facto de ter estado preso, quando sai em liberdade sente que as pessoas de alguma forma, não vou dizer excluir mas...

SN: Não excluir não, mas sim, ficam com um pé atrás.

E: Exato, com receio...

SN: Sim ficam com um pé atrás.

E: Têm sempre essa noção de que é um ex-recluso? Acha que sente isso?

SN: Sim, sim têm e tanto que na pulseira não nota tanto isso:

- Epah, estive com a pulseira, mas não arranhou mais stresses nenhuns, estão-lhe a dar uma oportunidade.

E: Porque se mantém até na zona, não é? Em casa...

SN: É.

E: Mantém mais ou menos as mesmas rotinas, mas não pode é sair de casa.

SN: É.

E: Então no seu caso já esteve preso duas vezes?

SN: Em estabelecimento prisional sim, com pulseira electrónica também.

E: Então e o que é que o levou a reincidir então?

SN: Foi na altura que, eu estava a trabalhar para um firma, a firma ficou sem trabalho, depois apareceu-me esse rapaz, dinheiro fácil, dinheiro fácil entrei nos furtos.

E: Mas acima de tudo acha que foi falta de trabalho...

SN: Foi falta de trabalho até que fui para o patrão onde estava agora, foi a falta de trabalho.

E: Ou seja, perdeu trabalho e ficou com menos dinheiro não é? Com algumas dificuldades...

SN: Sim é preciso pagar a renda da casa, água, luz era sozinho a trabalhar, duas crianças pequenas, a receber só 180€ de abono dos miúdos ou 150, assim era uma coisa, não lhe sei dizer a certeza, acho que era 150 ou 180, acho que era 150 e tinha que arranjar dinheiro de alguma das maneiras. 260€ de renda de casa, água, luz, 2 filhos em casa, a mulher, arranjar dinheiro...

E: Ou seja, acha que foi essas dificuldades económicas, devido à perda do trabalho e o facto também de se calhar ter conhecido a outra pessoa, condicionaram...

SN: Sim, senão eu nunca me tinha metido nisso, se não calha aparecer outra pessoa, nunca me tinha metido nisso.

E: E sentiu obstáculos ou dificuldades, quando saiu em liberdade a primeira vez?

SN: Não senti porque fui com pulseira electrónica daqui deste processo, do outro processo não senti nada porque cheguei ao Tribunal, sempre tive limpo, nunca tinha feito nada, sempre disse que era mentira, até que cheguei ao Tribunal, tive aqui 6 meses à espera de provas, da Judiciária, da guarda, nunca houve provas contra mim, cheguei ao Tribunal, ao julgamento, a

juíza antes de nos sentarmos, chamou pelo meu nome Vítor Oliveira e disse-me que estava absolvido, podia ir embora, nunca tive nada a ver com isso.

E: E apesar de ter passado esses 6 meses cá não sentiu nenhuma dificuldade em ir em liberdade (?) para a sociedade?

SN: As pessoas sabiam que era mentira, sim porque as pessoas sabiam que era mentira, sempre se soube que era mentira, nunca tinha feito nada, tinha vendido o carro, não podia ter sido eu.

E: Sentia-se preparado na mesma para sair?

SN: Sim, sim.

E: E agora por exemplo, este tempo que vai estar agora aqui preso, acha que está a ser preparado para depois sair em liberdade?

SN: Sim, é assim nunca mais vou voltar ao mundo do crime, é escusado, principalmente porque tenho dois filhos e não quero dar o exemplo que eu estou a ser.

E: Acha daquilo que conhece, do que existe, em termos de ajudas políticas, se assim se pode dizer, ou seja, apoios em termos do ensino, das ofertas de formação, oportunidades de trabalho, acha que existem condições oferecidas aos reclusos para terem melhores oportunidades de trabalho?

SN: Dentro do estabelecimento prisional se pusessem mais pessoas a trabalhar, se calhar as pessoas adaptavam-se melhor ao lá fora do que aqui dentro, está aí tantas matas para limpar e tanto, tanta coisa que tem para fazer numa Câmara, numas quintas, tanta coisa, se calhar levavam melhor as coisas do que e virem cá dormir à noite, não digo que não viessem cá dormir à noite, mas como é que eu hei de explicar, estar sempre aqui, 24 sobre 24, 24 sobre 24, estar fechado sem ocupação nenhuma é muito difícil estar aqui.

E: Ou seja o facto de ter uma ocupação, um trabalho, facilitaria muito...

SN: Facilita muito, muito.

E: ...o regresso à vida...

SN: Sim, facilita muito.

E: E você sente que este tempo que está aqui a passar, fazem alguma coisa por si?

SN: Não. Está preso, vai pagar o que tem a pagar e acabando, acabou.

E: E na sua opinião o que é que, da experiência que tem, o que é que acha que era importante se dar a um recluso para quando ele saísse...

SN: Dar mais oportunidades de, sei lá de refazer a vida, não lhe estragarem tanto a vida que ele já tinha alguma vida lá fora e agora está a estragar e estraga tudo, uma pessoa entrando aqui para dentro fica sem nada, é igual. Se entra para aqui com pouco, ao sair fica sem nada.

E: Qual é a ideia que você tem por exemplo das saídas precárias?

SN: Se for sair em precária é, estar com a família, se puder se der para fazer um dia ou outro faço, se não der não faço, não é? Os primeiros também são 3 dias é para aproveitar para estar com a família, mas não...

E: Mas no seu entender o facto de haver estas precárias, qual é que é a importância que elas têm para si?

SN: Tem muita importância, que é uns dias que a gente vai estar com a família, para se habituar ao meio lá fora, que lá está fora e depois ainda vai passar, no meu caso vou passar 8 anos aqui, ou 6 anos aqui, não é? Eu só daqui a 2 ou 3 anos é que vou ter precárias, nesses 3 anos muita coisa muda lá fora e a gente aqui dentro não tem noção daquilo que se passa lá fora.

E: E acha que estas precárias ajuda a preparar melhor?

SN: Ajuda a preparar um recluso que esteja cá dentro...

E: E adaptar-se ao meio novamente, à sociedade?

SN: Sim, sim.

E: Então quando veio preso a primeira vez, o senhor fazia o quê? Qual era a sua profissão?

SN: Operador de máquinas, operador e manobrador de máquinas, sempre foi.

E: E dessa primeira vez como já me tinha dito, saiu e conseguiu logo trabalho.

SN: Sim.

E: Ou seja, não sentiu qualquer tipo de dificuldade?

SN: Não.

E: Mas na sua opinião considera que quando um recluso sai em liberdade, pelo facto de ter uma profissão, conseguir um trabalho, facilitaria a reinserção e evitaria a reincidência?

SN: Sim, sim, se tiver um trabalho sim, evita muito a reincidência. O problema é que as pessoas quando saem, por ser recluso do estabelecimento prisional, as pessoas, muitas ficam coiso não dão trabalho a essas pessoas e se calhar deviam deitar mais a mão a essas pessoas para não voltar mais ao mundo da reincidência.

E: Ou seja, acha que o facto de uma pessoa ser um ex-recluso, quando procura trabalho é excluído um bocado por isso?

SN: Sim, sim é.

E: E no seu entender, acha que os serviços prisionais conseguiriam fazer alguma coisa para minimizar isso?

SN: Conseguiriam desde que pusessem o pessoal mais, sei lá, mais ativo, mais a trabalhar tipo para Câmaras, limpeza de serras, de matas, muita coisa eles podiam fazer que não fazem.

E: Ou seja acima de tudo dar ou tentar arranjar um trabalho ou dar uma ocupação.

SN: Sim para o pessoal continuar, para o pessoal continuar sempre ativo, para o pessoal continuar mais, sei lá muita coisa...

E: Ganhar hábitos.

SN: Ganhar hábitos que não têm.

Sujeito O

E: Quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

SO: Tinha o 5º acabado e o 6º, deixei-o a meio, ou seja, eu andava a caminho no 6º, quando comecei a trabalhar e depois desisti.

E: E por que é que desistiu?

SO: Trabalho

E: O motivo foi o trabalho? Deixar os estudos?

SO: Foi, sim.

E: Acima de tudo e acha que teria tido outro rumo se tivesse continuado a estudar?

SO: Acho que sim, acho não, tenho a certeza que sim, só que nessa altura um gajo não tem, digamos não tem a percepção bem das coisas, está a perceber? Não liga aos estudos:

- É agora os estudos.

E o caraças, depois um gajo hoje em dia é que um gajo vê o erro, mas já é tarde. Já é tarde não, porque uma pessoa aqui depois, tenta tirar novamente, as escolaridades.

E: E com que idade é que deixou de estudar?

SO: 14.

E: Com 14 anos?

SO: Aos 14 anos, vá.

E: E aqui na cadeia já teve oportunidade de estudar?

SO: Tirei o 6º.

E: Foi na cadeia que tirou o 6º ano de escolaridade?

SO: Agora não vou continuar porque não é compatível com o, eu estou a trabalhar na brigada das obras e não é compatível os meus estudos com o trabalho.

E: Pois ou está a estudar, ou está a trabalhar.

SO: Porque senão continuava a tirar, se fosse compatível tirava por exemplo, as outras habilitações literárias, aliás para a minha idade também já não é coiso porque já, basta o 6º porque já me desenrasco, coiso, mas se tivesse mais hipótese, era para tirar o 9º, 10º e o 11º.

E: E esse trabalho que está a exercer neste momento?

SO: Não compete, não há hipótese porque é uma brigada de obras, ou seja começa, entra para as oficinas às 9h, sai às 5 e 25, pronto, pronto tiramos as horas da refeição como é normal.

E: Claro e qual é a importância para si esse trabalho que está a realizar agora?

SO: É em tudo, dá, é para mim, para os meus gastos pessoais, não é? Temos os nossos gastos pessoais e combatemos um bocado o stress, andamos ocupados, trabalhamos e não habituamos o corpo ao relaxo, vá, porque senão então pior se um gajo vem de lá da rua

habituação a trabalhar e depois aqui chega, não continua a trabalhar, rebenta com o resto da bomba, dá para compreender onde é que eu quero chegar?

E: Sim. É uma forma de manter-se ocupado?

SO: Sim, também (?) a malta dos crimes, está a perceber? Se for esses gajos de furto, já não andam ali, pessoal de furtos e assim, já não é tanto trabalho, mas pessoas que eventualmente, pessoal com carro e sem cartas e conduzir com álcool, mas estão habituados ao trabalho, está a perceber? (?) que vão para o trabalho quando são apanhados por acaso e vem aqui para dentro, mas são gajos que estão habituados a trabalhar, ou a estarem habituados a trabalho. Se vem para dentro e não lhes dessem “trabalho”, começam-se a habituar a uma mamice, se depois de alguma catrefada de anos aqui sem trabalhar, um gajo chega lá fora, pior.

E: Pois, já não tem o hábito de trabalho não é?

SO: Já não tem hábito de trabalho, porque isto aqui é comer, é beber, é dormir se um gajo não tiver exercício de trabalho como fazia a vida lá fora, que trabalhava e que coiso, estou a “falar” de certos crimes, porque outros não é assim, não é?

E: Sim, mas acha que é importante existir esta possibilidade das pessoas terem um trabalho, no sistema prisional?

SO: Exatamente, exato, porque veja, uma pessoa vai, sai daqui, hábito de trabalho como quando vinha e tenta logo ir a ver trabalho, porque o próprio corpo já vai habituado a essas circunstâncias de trabalho.

E: O que custa menos depois de voltar ao trabalho?

SO: Custa menos e uma pessoa vai para reabilitar-se na sociedade mas já vai com aquela ideia:

- E pah, deixa eu sair, vou havendo trabalho, pah para ter o meu dinheiro.

Porque um gajo aqui já teve não dá muito dinheiro, mas tinha que haver era oportunidades, é como isto, às vezes há pessoas que vêm para dentro, não é criticar a nossa justiça, porque quem faz o crime tem que se pagar, mas digo-lhe assim um bocadinho por alto, se houvesse, há certos crimes vão compensar cadeia, são um erro, só vêm a danificar, a (?) da pessoa, há certos crimes que não compensa cadeia.

E: E no seu caso?

SO: Limpezas.

E: Ou seja, acha que seria uma hipótese, uma medida...

SO: Para criarem, criarem uma boa ação, mais trabalhos comunitários.

E: Por exemplo?

SO: Há aí colegas meus:

- Então o que é que fizeste?

- Epah, bebi uns copitos a mais, apanharam-me, deram-me 6 meses de prisão.

Mas tem família, tem filhos, então vinha do trabalho, uns copos, e coiso, 6 meses de prisão, tudo bem, comunitário. Se o homem vem, chega aqui, aqui é por inscrição para dar trabalho, quando aparecem trabalhos, estão ocupados por pessoas, não é? Ou temos o trabalho, eles chegam, fazem inscrição para trabalho, mas quando chega de cumprir esses 6 meses, (?) prisão. Já nem chega a trabalhar nisso, não chega cá a fazer nada porque não há trabalho, o trabalho que há é pouco, não vai sair...

E: Há poucas oportunidades...

SO: Poucas oportunidades de trabalho, as que estão, estão ocupadas. Essa pessoa entra para aqui com 6 meses, só vem fazer essa (?) ao Estado, está a compreender? Só vem fazer essas prisões ao Estado e a danifica-lo, porque tem família lá fora, o trabalho fica para cá, a mulher e os filhos (?) fica sem aquele rendimento da pessoa, gasta-o cá, começa-se a desleixar e daí surgem outros problemas, criarem novos trabalhos.

E: Então e no seu caso, quando e porquê é que, pronto é que veio parar à cadeia, que se meteu no crime, na delinquência?

SO: Eu meti-me no crime, se calhar digamos é um crime que hoje em dia, qualquer dia vai ser vulgar. Hoje em dia como isto está, qualquer dia vais ser um crime vulgar, é um gajo manda um balázio noutra, no fundo (?) um gajo, está a perceber?

E: E quando é que foi isso? Tinha que idade?

SO: Eu? Eu foi há 4 anos atrás, está-me a perceber?

E: O que é que acha que o levou a tomar essa atitude?

SO: O que é que acha? Se calhar um bocado de desequilíbrio.

E: Ser?

SO: Um bocado de desequilíbrio.

E: Desequilíbrio, ou seja problemas psicológicos.

SO: Um bocado de desequilíbrio, um gajo vai a um lado não há trabalhos, vai a outro não há trabalhos, depois é a tal coisa, eu já tinha estado preso por causa de uma multa de uma moto com, um gajo vai pedir trabalho, pimba.

E: Acha que, ou seja o facto de já esteve preso...

SO: O preso fica logo para canto, fica logo com aquela marca, está a perceber? Das duas, uma ou vai para outra cidade que ninguém o conhece e por acaso, vou para lá viver e arranjar ali um trabalhito que ninguém sabe quem é. Porque aqui no meio rural, conhece, por exemplo:

- Este gajo já esteve na prisão, é perigoso.

Mas nem sabem o que é que foi.

E: Claro, mas acha que só pelo facto de ter sido ex-recluso, já lhe dificulta a vida?

SO: Já está.

E: E teve dificuldade quando saiu dessa primeira vez em arranjar trabalho?

SO: Eu não tive muito porque pronto, eu deito as mãos e graças a Deus e tudo, eu fui padeiro, depois deixei de ser padeiro porque tive uma relação, para a minha mulher não ficar sozinha, está a perceber? Não ter, como era noite é complicado, fui para a construção civil. Quando não era num lado, era no outro.

E: Nunca teve problemas quando saiu da primeira vez preso, ou das outras?

SO: Só estive duas vezes preso.

E: Duas vezes preso...

SO: Mas está aqui um tal sair do dedo, é complicado, uma pessoa nota, chega ali:

- Venha cá, sabe.

Mas como é que aquela pessoa soube, porque algum vizinho, conhece a outra e tal e passa a notícia e pronto:

- Cuidado que esse gajo já esteve na...

E a pessoa:

- Na cadeia?

Na cadeia, porque as pessoas pensam que a cadeia é para bichos, está a perceber? A cadeia eles pensam que isto é para bichos.

E: Mas conseguir arranjar trabalho na mesma, apesar disso?

SO: Sim, mas com dificuldades.

E: Com dificuldades, principalmente da dificuldade por causa disso.

SO: Por causa disso.

E: Das pessoas saberem que era ex-recluso e não tanto por outras situações?

SO: Não, qualquer pessoa que aqui entre, por mais que seja, pelo mínimo que seja, ou seja como lhe estou a dizer, uma questão do Tribunal, uma questão de (?) por exemplo, há pessoas que até aqui entram por uma multa, não tem o dinheiro e vai logo ficar preso, entra aqui, mas depois no fim de duas horas, vem aí um irmão, um primo ou um amigo, paga-lhe a multa e vai-se embora, mas já esteve preso, está-me a compreender? Pronto. Já é bicho, passa a ser bicho, entra para esta casa...

E: No seu caso acha que o que o influenciou neste caso a cometer um crime, foi a parte psicológica?

SO: Não, eu não diria isso, não isto são, vem daí da primeira vez que uma pessoa esteve preso, já começa daí o arrasto, porque depois as pessoas dizem:

- É já esteve na cadeia.

Está a perceber?

- Veio da cadeia, esse gajo não vale nada que agora anda com a mania que é perigoso e tal.

E depois isso...

E: Isso é o que mexeu consigo?

SO: Eu começo a fazer um apanhado, para uma pessoa começar que as coisas a trabalhar ao contrário:

- Mas afinal vim pagar um crime, paguei naquela casa e agora que venho, ainda sou novamente.

O juiz castiga-me e eu passei a ser condenado pela sociedade.

E: Exato, cumpriu já está cumprido, não é?

SO: E depois sou novamente condenado pela sociedade, isso não, é complicado.

E: Claro. Então e quando veio preso da primeira vez, já tinha frequentado algum curso de formação profissional lá fora?

SO: Não.

E: Nunca? E desde que veio preso, já fez algum curso de formação profissional cá dentro?

SO: Já.

E: Qual é que foi?

SO: Agrícola.

E: Agrícola?

SO: Curso de agrícola.

E: E em que é que tinha a ver esse curso?

SO: Sementeiras, tudo, lavoura...

E: Tinha a ver com a agricultura.

SO: Tudo o que tinha a ver com a agricultura. Árvores, poda, a poda já era diferente, mas já começa logo esse curso e depois vinha a poda. Mas eu só frequentei mesmo o da agricultura, só agrícola mesmo.

E: E porquê esse curso e não outro?

SO: Foi o que surgiu.

E: Foi o que apareceu nessa altura?

SO: Foi o que apareceu, foi o que nos destinaram, quem quis aproveitar, lá está também há quem queira aproveitar, há quem não queira. Isto geralmente também é a tal coisa, também cá há um bocadinho de tudo, como lá fora, há quem goste de trabalhar, há quem não goste e assim sucessivamente, aqui também há, como em todo o lado. Eu por acaso aproveitei, há pessoas que:

- Agora também não vou, não é?

Mas normalmente, vá em cada 100, 80 querem, mas há sempre aqueles 20 que até (?) porque tem influência que ainda tem os pais, quem lho dê, precisam 10, mandam-lhe 20, está-me a compreender e esse pessoal, está-se pouco marimbando (?) mas há quem queira aproveitar e aí...

E: Como é que teve conhecimento desses cursos de formação aqui dentro?

SO: Foi a própria EP.

E: Estabelecimento prisional?

SO: Foi.

E: Mas de que forma? Colocou um cartaz a avisar nalgum sítio? Foi algum educador que o informou?

SO: Foi o educador, informou-nos e prontos depois aquilo é destacado, não é? Tem aproveitamento para se por nessas condições. Regime abertos...

E: Mas tem de cumprir determinadas circunstâncias para poder frequentar.

SO: Exatamente em regime aberta, fui para uma quinta, que não tem nada a ver com a cadeia, é quinta prisional, mas...

E: Ou seja, neste caso, deste curso em específico foi feito na rua, no local de trabalho para aprender?

SO: Não, é feito na quinta prisional, mas é o (?) é curso aberto, é totalmente diferente por isso é que se ouve aí pessoal que vai para a quinta, para a quinta do EP, tem que estar RAI, no regime...

E: Regime aberto.

SO: ...no regime aberto e pronto, tem que valer essas pessoas que, tem essas qualidades para poderem ir, porque senão não vão lá, pessoal que tem, ainda tem muito pela frente, ainda tem regime fechado ainda não vão lá pelo, a trabalhar, aquilo é como se fosse posto no exterior, é a mesma coisa.

E: E acha importante haver esses de regime aberto para o interior, para o exterior também, não é? Também existe. Acha importante existir?

SO: Sim, sim.

E: Qual é que acha que é a mais-valia de existir este regime aberto para o interior ou para o exterior?

SO: Qual é a mais-valia? Não é uma pessoa sobrecarregada, começa...

E: Acha que é um sistema mais leve?

SO: Considera-se um bocadinho de termos uma certa forma, um bocado de peso, um bocado de prisão de cima, não há tanta coisa.

E: Não é tão vigiado neste tipo de regimes?

SO: Não, aquilo é só, é regime mesmo aberto, é na quinta, normal. Só que temos acompanhamento dos guardas, mas é regime aberto e surge a oportunidade de uma pessoa ver as coisas com outro olhar, dizer:

- Não, espera aí, fogo.

Um gajo está aqui e depois é posto nestas condições a trabalhar, alto, porque o que um gajo o que quer é sair e diz assim:

- Eles que me arranjam um trabalho que aquilo (?) não é bem como um gajo, porque uma pessoa estar aqui, um exemplo, 4 anos ou 3 fechado e depois ir para uma quinta assim, um gajo, fogo, a coisa muda de figura.

E: Então e esse curso de formação que você foi fazer, de agricultura, as ideias que tinha do que é que seria esse curso, depois quando o frequentou, correspondeu aquilo que você estava à espera? Ou superou ainda mais aquilo que estava à espera?

SO: Fiquei surpreendido.

E: Sim? Em que aspeto?

SO: Em todos os aspetos. Um gajo nem pensa que vai conseguir chegar ao objetivo de o tirar, está a perceber? Um gajo...

E: Até pensa quem nem é bom terminar?

SO: (?) pois uma pessoa está tão confuso, que uma pessoa diz:

- Não, eu acho que já não chego lá.

Depois derivado também, olha agora vou embora como professor, mas depois começa a puxar, o interesse...

E: A motivar-se...

SO: A motivar-se a pessoa e quando (?) já tem aquilo terminado e venha outro, está a perceber? Venha outro. Um gajo pensa, venha outro.

E: O que é que acha na sua opinião, daquilo que passou, do que frequentou, das aulas que teve, o que é que se poderia melhorar, mesmo assim ainda assim?

SO: O que é que se poderia melhorar? É isso que eu lhe digo, era logo, quando acabasse o curso, continuar novamente.

E: Mas continuar outro?

SO: Logo outro de seguida, por exemplo.

E: Mas dentro da mesma área, outra área?

SO: Se calhar outras áreas, porque se tirou agrícola, já não vamos, o interesse, tem aquele agrícola, tem aquele que tirou, isso é como uma carta, tem carros, andar de carro, tem a carta de carro, já não tem que tirar a segunda vez. Vai tirar a de pesados, depois de tirar a de pesados, vai tirar de articulados e por aí fora...

E: E daquilo que conhece, das formações que existem acha que se adequam depois às necessidades em meio civil? Na sociedade?

SO: Sim, encaixa-se perfeitamente, porque uma pessoa sai daqui, tem um certificado, um curso agrícola, mas eu que não arranjei trabalho, vai a um fundo de desemprego, já nos dá mais uma luz, já dá mais uma luzinha ao fundo do túnel, mais uma oportunidade.

E: Mas não só nesse que você tirou, doutros que conhece que já existiram, não é? Que não tenha tido oportunidade de frequentar, mas sabe que existem, acha que a formação disponível que existe, de oferta para os reclusos, adequa-se e é boa?

SO: É boa, adequa-se e é boa mas é pouca, está a perceber.

E: Pois, existe pouca oferta.

SO: Ainda é pouca oferta, eu não, normalmente ouço falar em que isso que têm os cursos, só se ouve falar em Izeda.

E: Ou seja, não existe muita oferta em todos os estabelecimentos...

SO: Há pouquíssimo.

E: ...há uns que tem mais e outros menos. E existe alguma área que ache que não exista, que deveria existir e que seria importante para vocês...

SO: Exatamente.

E: Não, mas existe?

SO: Existe, para mim havia de haver por exemplo...

E: Não, mas em que áreas, eu estou a perguntar é, existe cá vários, existe alguma área, algum curso que o senhor acha-se que não existe mas se existisse que era bom para vocês quando saíssem em liberdade? Que áreas é que acha você?

SO: Veterinários, na área de veterinária.

E: Tipo assistente de veterinário?

SO: Exatamente, claro que nós já não temos esse coiso mas ter com animais, está a perceber?

E: Alguma coisa relacionada com isso?

SO: Ou com a bicharada, porque uma pessoa, porque há muitas precárias e assim e uma pessoa motiva-se com a bicharada.

E: No seu caso quando veio preso pela primeira vez, teve apoio de alguém?

SO: Tinha, tinha, como agora, o apoio do meu irmão, da minha família, mas por acaso eu estou a falar por mim eu não sou muito de puxar a família para estas coisas.

E: Ou seja, tem visitas?

SO: Tanto, quando eu lhe digo para vir, porque eu sinto-me mais mal, há pessoas que não e sinto-me mais mal quando cá vêm e vejo-os depois ir, do que não terem. Assim vou mais fazer um telefonema, quando precisar olha, vem cá.

E: Ou seja, no seu caso não acha assim muito importante eles virem, porque acha que fica pior se eles vierem?

SO: Eu por mim, falo por mim pessoalmente, cada um tem o seu estado, é como pessoas que gostam de estar sozinhos no seu canto e há aqueles que não estão sozinhos de maneira nenhuma ou gostam de estar fechados naquele cantinho e lá estão e uma pessoa diz:

- Como é que é possível, este individuo estar ali uma hora, duas, três horas fechado numa cela.

E ficar ali sem vir manifestar para um treino, para um campo, para um barzito que um gajo tem, para nada, só refeitório porque gostam daquele meio e há aquele pessoal que pronto, não gosta de estar fechados, nem sozinhos, nem pensar.

E: Mas sempre teve apoio da sua família?

SO: Sim, nunca chamei para cá essas...

E: O facto de independentemente não ter visitas, o facto de ter apoio da sua família, qual é que é a importância para si desse apoio?

SO: É bom sentirmos que estamos apoiados, porque senão andamos excluídos, estamos excluídos, não é? Não, é importante porque sabemos que ao sairmos que vamos encontrar muitas dificuldades pela frente, mas temos o apoio, por exemplo, saímos, temos onde nos encostar, pronto, pelo menos até que (?) isso é importante se uma pessoa sai daqui, se então não tem ninguém, certo não é, é reincidência outra vez de certeza, isso é certinho.

E: Ou seja no seu caso, a primeira vez que saiu de estar preso para a liberdade, da parte da família sentiu sempre apoio?

SO: Sim.

E: Mas do resto da comunidade?

SO: É como eu lhe digo, é apontado.

E: Sentiu aquela...

SO: É a indiferença.

E: O “rótulo” de ex-recluso?

SO: É indiferença é tipo, sais daquela casa, é tipo um pássaro que está dentro de uma gaiola, se o pássaro, quando veem aquele pássaro fora de uma gaiola dizem:

- Aquele pássaro fugiu.

Está a perceber? (?) aquilo é igual:

- Epah, cuidado que esse gajo já esteve na prisão.

O outro diz aquele, o outros diz a outro e espalha-se, daqui por um bocadinho, pronto já tenho na prisão, toda a gente sabe por que é que fui, já é um gajo perigoso, mas não veem o lado de lá da realidade, foi simplesmente por ir a uma festa com um amigo que bebi um bocadito, uma cerveja ou um copo de vinho a mais e que, pum, acusou álcool e vim preso, mas não é logo um bicho, atenção que nesta casa é tudo bicho, tudo o que para aqui vem é bicho.

E: No seu caso como é que foi feita a transição entre o estar preso e o sair em liberdade? Sentiu que durante o tempo que cá esteve, independentemente de ser pouco ou muito, sentiu que foi preparado, que houve apoio pela parte do sistema prisional de o preparar para regressar novamente à sociedade? E sentiu que depois na saída para a liberdade, saiu da cadeia e estar em liberdade sentiu que o sistema continuou a apoiar?

SO: Não, mas eles aqui, eles aqui o sistema prisional faz o que pode, não é? Mas depois a reinserção, estava quer é logo preso o ex-recluso com apresentações, mas depois já não se sabe bem, quantos quilómetros é que vive? E como é que vai para lá para se deslocar. Por exemplo, eu já falo por mim, eu para vir para a Covilhã, está a perceber? Tenho de pagar 2,70€, vou hoje e amanhã, a reinserção quer-me cá na Covilhã porque senão volto outra vez a

vir preso se falhar, compreende? Sai uma condicional, isto é um exemplo, sai da condicional, mas tenho que me apresentar na reinserção social, uma vez por mês...

E: E não pode ser na sua zona de residência?

SO: Não tem que ser na reinserção social, ou seja é aqui na cidade, quem vive na povoação...

E: Exato e tem de cá vir.

SO: Tem que cá vir, mas a eles não preocupa se uma pessoa tem dinheiro para vir de autocarro ou como seja, de transporte, qualquer transporte ou se por acaso tem que vir de manhã para cá estar às 2 horas da tarde, tem que vir de manhã, porque há sítios que tem que se vir de manhã, porque não há, há autocarros só às 9h e depois só há novamente para lá à 1h e uma pessoa tem que se, vem às 9h para cá, vem com o pequeno-almoço, mas depois mete-se a manhã inteira, mais a parte do almoço, porque a reinserção pede às 2h da tarde e você não pode cá de maneira nenhuma de cá estar porque não tem outra alternativa se não vir naquele transporte e o que é que acontece? Vem cá almoçar, eles estão-se pouco marimbando para isso, o que interessa é que tem que cá estar.

E: Ou seja, acha que existe uma falha na parte do acompanhamento...

SO: É visível, então até é como eu estou a explicar ao senhor, é visível porque tem que cá estar às 2h da tarde, porque se (?) às 2h da tarde, se for preciso mandam a GNR busca-lo e novamente vem cumprir a condicional cá dentro, prejuízo novamente para o Estado, mais uma vez uma reincidência desse individuo:

- Olha comportou-se bem.

Para o por em liberdade condicional e depois vai cumprir a condicional, certinho, não se mete com ninguém, só por um motivo, de não ter a possibilidade de vir à reinserção social, torna a reincidir cá dentro porque a própria segurança social informa o Juiz que não compareceu e é novamente preso, o porquê? Explique-me o senhor, o porquê disso? Então se eu venho, como eu lhe estava a dizer, eu tenho que cá estar às 2h da tarde, eles não dizem assim:

- Alto que o homem agora sai daqui, não tem trabalho.

Nós ou o pomos num meio que é de trabalho para sustentar e para ter essas, para vir, para ter o seu trabalhinhos, o seu ganha-pão, não se preocupam com nada disso, o que interessa é cá estar às 2h da tarde. Não dizem assim:

- Alto que o homem vai embora às 9h, há uma tem que vir de autocarro, depois tem que ir para lá, depois como é às 2h da tarde, se calhar o homem tem que comer aí umas sandes ou um almoço, nem que seja um almoço de 5€.

E: Ou seja a reinserção não verifica no terreno, as condições em que a pessoa vive?

SO: Nada, o que interessa é que seja assim, tem que cá estar às 2h da tarde, você não vem. Então a chover a cântaros, vou a pé fazer uma data de quilómetros para lá estar e depois nem com a fome, nem comer, nem por lá posso comer umas sandes porque não tenho dinheiro, nem para o transporte nem para ir comer umas sandes e tenho que cá estar nos serviços de

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

reinserção? Não vou, não vai vão lá buscar. Para isso já acionam um meio, que é a GNR, vai logo buscar e o senhor que esteja na casa de um colega, esteja na casa de um vizinho, esteja na sua própria casa, vem preso, aí o juiz decreta logo prisão, nova reincidência na prisão e depois chega-se aqui, perguntam os colegas ou o meio prisional:

- Porque é que vieste preso? Qual é que foi o crime? Epah, não te portaste bem na condicional?

- Não, olha não apareci duas vezes à reinserção social porque não tinha dinheiro, decretaram-me prisão.

Então, se um gajo luta aqui dentro, evita-se problemas, com guardas, com o sistema com os próprios colegas, não é? Que somos uma “família” aqui dentro, uma discussão, isso há sempre, problemas mas uma pessoa coisa, dá logo condicional, depois vai para a rua, mas depois aí, há esse problema (?) é um exemplo em todos os 15 dias,

- Ao dia 15 o senhor esteja cá. Ao dia 30, o senhor também esteja cá.

Só que não dizem assim:

- Alto, vamos lá ver se o homem já está a trabalhar, vamos lá ver as condições, se ele tem algum dinheiro para vir, porque senão nós pagamos-lhe o bilhete e o homem que venha.

Ou então chega-se aí a um lado qualquer:

- Como é que o senhor vem?

- Olhe, venho de autocarro.

- Tem aqui um passe para se deslocar. Pode-se deslocar quando você necessitar de vir à cidade e quando normalmente para vir às nossas consultas do RI, está a perceber?

E: Pois, a reinserção deveria de dar esse apoio...

SO: Nada, é para eu me deslocar e mais nada.

- Estás com fome? Emprста-me. Vieste a pé? Não interessa. Está a chover vens todo molhado? Não interessa, o que interessa é que estejas aqui até às 2h. Não estás cá? Nós participamos e a GNR vai-te buscar e tornas a ir lá para dentro (?) para o Estado, isso não interessa.

Isso não interessa e o Estado lá está. (?) diz:

- Que mal é que eu fiz? Que mal é que eu fiz que eu não me meti com ninguém?

Não saí fora dos eixos, porque levei aqui uma data de anos preso, veio o arrependimento do crime que um gajo já fez, diz:

- Epah, que isto está perfeitoinho.

E diz assim:

- Alto, realmente.

Juventude para trás, os anos passam-se, começa um gajo a ver que fica para trás em muitas coisas e quer é (?) está-me a perceber? E de repente, vem preso novamente porque...

E: É uma situação que não tem a ver propriamente com o crime mas por uma situação de...

SO: Então isso é alguma coisa para o Estado português? Mandam prender o homem porque o homem não tem dinheiro para se deslocar? Por amor de Deus.

E: Diga-me uma coisa, já teve saídas precárias desde que esteve preso?

SO: Já.

E: Já? E para si qual é que é a importância das saídas precárias?

SO: A importância é tudo bom, isso é tudo bom. Uma pessoa à uma quem já tem precárias é porque eles merecem, já anda minimamente, o sistema vem minimamente e o juiz, porque a matéria que é dada, pelo próprio EP, pelo estabelecimento, eles aí verificam realmente que o homem já merece ir de precária, porque...

E: Por bom comportamento?

SO: Bom comportamento, mostra arrependimento, por um certo sentido e é uma pessoa que mostra, tem que (?) equilíbrio para ir à rua, sem apresentar problemas, sem o tal tipo de confrontos, sem nada e isso é bom, é bom para uma pessoa cá dentro para eles também:

- Sim senhor, está aqui um recluso que nós trabalhamos, nós trabalhamos e que vai de precária.

Uma pessoa regressa.

E: E em termos familiares qual é a importância destas saídas precárias?

SO: Uma pessoa nunca perde o afeto, você sai com um miúdo pequenino ou seja um sobrinho, um irmão, um filho, nunca chega a, se estiver aqui muito tempo, não chega a ter conhecimento que (?), depois chega ali, quem é? E assim, está aquele afeto, o afetozinho está sempre ali (?)...

E: Ou seja manter?

SO: Está sempre a manter, é como uma pessoa que trabalhe, que você vai trabalhar depois ao fim daquele tempo torna a ir lá...

E: Vai mantendo a ligação

SO: Mantém sempre a ligação, seja com um filho, com um sobrinho, porque depois normalmente o pessoal, nunca diz às crianças (?) nem chegam a aperceber-se disso, que uma pessoa esteja presa.

- Agora tem que ir embora, vai ali para um sítio, depois já vem.

Depois o filho quando vê uma pessoa está lá outra vez e (?) consegue acompanhar mais ou menos e a preparar-se, para novamente para a sociedade, para uma pessoa estar na sociedade, pronto estar apto para a liberdade. Sem aquele receio, nem tem aquele receio de estar:

- E como é que agora vai ser?

E assim continua, isso é importante.

E: No seu caso então disse, que já esteve preso duas vezes, não é? Esta é a segunda vez que esteve preso? O que é que no seu entender acha que o levou a reincidir? No seu caso específico?

SO: Foi o que eu disse há bocado, foi tudo é uma pessoa apontada, sempre “jovem na cadeia, perigoso”, depois isso e uma pessoa arrasta é posto de parte, um recluso é posto de parte da sociedade, não somos tratados, não somos vistos com os mesmos olhos por outra pessoa, está-me a perceber? Visto pelos outros, pessoal, como se diz, que isto aqui estamos (?) como se diz, estamos postos de parte.

E: Discriminados?

SO: Somos discriminados. É tipo, outra etnia, há a etnia cigana, há a raça, bom não é, raça é o cão, mas pronto, etnias, onde é que eu quero chegar, há a angolana, africano e depois há angolano, há africano, há cigano e há recluso, a outra raça. Como há a chinesa, americana, há inglesa, há belga, há espanhóis, há portugueses e há ciganos e há pretos e há chinês e pronto há essas raças e depois lá, ainda há lugar mais para uma raça, recluso. Estado, por lá, recluso.

E: Quais é que foram os maiores obstáculos que sentiu quando saiu em liberdade? Foi mesmo essa parte?

SO: Essa parte é uma delas.

E: E o que é que acha na sua opinião que poderia ter facilitado o regresso à liberdade?

SO: Como? Da primeira vez, ou agora?

E: Da primeira vez. E agora também, o que é que acha no seu entender, agora quando sair, não é? O que é que poderia facilitar o seu regresso à liberdade? Ser mais fácil abraçar a liberdade?

SO: É a tal coisa, para mim, há falta de apoio porque não, em questão dos trabalhos.

E: Quando sai?

SO: Quando se sai.

E: Ou seja, devia haver...

SO: Não há quem nos mostre um caminho. O recluso sai, é como disse há pouco, o recluso sai é, querem-te aqui, de resto não mostram mais caminho nenhum. Não lhe dizem assim:

- Alto, você não é daqui.

Vá-se inscrever como uma pessoa normalmente faz, toda a gente hoje em dia está a fazer isso, derivado a quê? Eles vão para o desemprego e o caramba que isto está mau, mas toda a gente vai (?) ao fundo do desemprego.

- Alto, o homem sai da cadeia, vai ao fundo de desemprego.

Dão o nome, vamos mostrar um caminho, está a perceber?

- Você tem isto, tem aquilo, cuidado ali, você veja lá se consegue coiso.

Mas mostrem-nos o caminho para o mundo do trabalho, mas não.

E: Acha que o trabalho é uma das formas de o ajudar a não reincidir?

SO: É a principal, nas cadeias normalmente, em 100 reclusos, 80 foi furto. Em 100, 80 foi furto, pergunta:

- Epah, isto está mau, não há trabalho.

Pronto, já vieram por furto, saem daqui, não há nada como lhe digo, não há especificamente nada, não há um caminho, não há uma meta, que lhe digam assim:

- Olhem, comecem a correr. Têm aqui um mapa, comecem a correr, a prova é aqui, depois passam aqui tem o coiso e a meta é ali.

Não nos mostram, o que interessa é lá chegar, se lá quiser chegar, se não quiser cortam o caminho para ali, para além depois quando uma pessoa chega à meta porque se meteu logo a direito, é que lhe dizem, no fim já estão na meta, é que lhe dizem:

- Não, você tinha que passar por ali e por ali, para receber ali uma mão dele, depois tinha que passar por acolá para receber a outra, depois é que ia para ali para a meta. (?) portanto está mal, é desclassificado.

E: E não seu caso, acha que também se tivesse arranjado trabalho como estabilidade.

SO: Com estabilidade se calhar pensava duas vezes e etc...

E: Se calhar tinha tido outras opções?

SO: Tinha tido outras opções, uma pessoa, pensa duas vezes, diz assim:

- Não, tenho aí coisas, tenho coisas para pagar, tenho o meu ordenadozinho coiso e tenho estas ocupações.

(?) depois não há trabalho, falta dinheiro no coiso, põe a dar cabo da cabeça, depois uma pessoa ainda é excluída, como eu lhe digo, põe-te para aí, isto tudo afeta, tudo afeta e quando isso afeta, meu amigo, uma pessoa já não está para isso, depois de aqui estar dentro é que ele diz:

- Epah...

E: É mais difícil.

SO: É complicado, por isso é que eu digo

Sujeito P

E: Quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

SP: 4ª classe.

E: E lembra-se por que é que abandonou os estudos?

SP: Já foi há 30 anos.

E: Mas lembra-se na altura porquê? Se foi por causa de ter que trabalhar?

SP: Sim, também.

E: Foi por causa de trabalhar?

SP: Foi por causa de trabalhar, depois também andava farto da escola.

E: Desinteressou-se pela escola também?

SP: Desinteressei-me pela escola.

E: Foi as duas situações e acha que teria seguido outro rumo se tivesse continuado a estudar? Se tivesse tido oportunidade de continuar a estudar?

SP: Não.

E: Ou acha que não influenciaria em nada?

SP: Não, acho que não.

E: Então e quando e porquê é que se iniciou no crime ou na delinquência? Lembra-se mais ou menos com que idade é que se iniciou?

SP: 16, 17 anos.

E: E o porquê?

SP: Não sei, fui atrás deles.

E: Das companhias?

SP: Sim, mas um irmão meu, fui atrás, fiz aquilo depois parei, depois saí da ilha de S. Miguel, que eu sou dos Açores, saí da ilha de S. Miguel, fui para a ilha Terceira, depois aí já com a falta de dinheiro e para poder ter alguma coisa, que eu não tinha nada, nada.

E: Mas acha que o levou no início a desviar-se um bocadinho...

SP: Eu acho que foi o meu irmão.

E: Foi o seu irmão?

SP: O mais velho, (?) mais velho e parece que uma das razões foi essa, posso estar enganado, mas que me fez fazer...

E: Ir para o crime? Desviar-se para o crime.

SP: Que até tinha trabalho, tinha tudo.

E: Então e o senhor quando veio preso? Já tinha frequentado algum curso de formação profissional?

SP: Não, nunca.

E: E aqui na cadeia desde que está preso, já frequentou algum?

SP: Frequentei o curso de carpintaria.

E: Carpintaria? E escolheu esse não outro porquê?

SP: É porque era o único que estava para o 6º ano, era o único que havia, para ter o 6º ano, que eu tirei o 6º ano foi aqui dentro.

E: Tirou cá o 6º ano?

SP: Foi, o ano passado e tirei o curso de carpintaria, mas é fraco, não tem nada a ver com carpintaria quem conhece.

E: Ou seja, as ideias que tinha, as expectativas que criou do curso...

SP: Já sabia disso.

E: Já sabia?

SP: Já.

E: Pensava que ia aprender mais? Ia saber mais qualquer coisa.

SP: Sim, na parte da carpintaria, ficou a saber o mesmo ou menos, que a minha vida é pedreiro e a vida de pedreiro nos Açores, digamos assim, a gente temos que saber, por a massa na parede, como também temos que aprender a por as madeiras, normalmente há o pedreiro, há o carpinteiro de cofragem, há o canalizador, a gente lá normalmente o pedreiro faz isso tudo, está a compreender?

E: Já tem esse conhecimento.

SP: Já tem, pronto e normalmente o pedreiro é que faz isso tudo, o pedreiro só não faz eletricidade de resto praticamente faz tudo, antes agora já está a haver o canalizador, por isso eu já sabia mais ou menos das medidas, também eu pego numa ponta de uma casa, já tenho mais ou menos (?), está a compreender?

E: Então e na sua opinião desse curso que frequentou, o que é que poderia ter sido diferente? Para ser melhor?

SP: Nada. O curso que eu tirei aqui dentro, a gente até, vamos lá ver, eu até acredito que o professor, mas o problema não está no professor, o problema está é no material para a gente poder trabalhar, não temos material, não temos serras, não temos... O senhor está a compreender?

E: Sim, sim, sim.

SP: Mas o professor não podia ensinar mais sequer que as bases que tinha...

E: Ou seja falta material para a prática?

SP: Para a prática.

E: Acha que foi muito mais teoria do que prática?

SP: Sim, mais teoria do que prática, havia de haver um... A gente diz que os estudos ensina, mas nada como a prática.

E: Ou seja, tem a teoria mas falta a prática?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SP: Falta a prática e a gente com a teoria sem prática a gente não chega lá. A gente com a prática segue a teoria, agora com a teoria chegar à prática, não acredito. Eu não acredito que seja fácil, mas pronto tirei o 6º ano, já não foi mau.

E: Pois no seu caso, não só permitiu fazer a formação profissional, mas dá-lhe equivalência ao 6º ano de escolaridade também.

SP: O 6º ano, vamos lá ver, eu praticamente o que sabia com a 4ª classe, foi o mesmo que aprendi agora com o 6º ano. Que há 30 anos a 4ª classe, equivale bem o 6º ano ou mais, está a compreender? E eu já havia coisas que sentia que estava a ficar esquecido, está a compreender e até lembrei, que foi bom para mim, essa parte eu gostei e entre outras coisas que lembrei e já estavam praticamente esquecidas, assim aos 10 anos da escola, já vou fazer 41, está a ver? Há coisas que ficam esquecidas e nesse aspeto foi muito bom a escola, eu gostei muito.

E: Aqui a formação profissional, teve conhecimento desse curso, de que forma?

SP: Aqui através do estabelecimento.

E: Foi através dos educadores? Estava nalgum placard?

SP: Os educadores e aqui também uma senhora, que é a Sra. Noélia, ela está sempre a incentivar as pessoas. Ela embora não deia aulas do 6º ano, mas inventava bem as pessoas e nesse aspeto e ela é que me incentivou, ela e um professor que tinha estado cá, um ano antes, há dois anos. O professor teve cá há dois anos é que me incentivou:

- Venho para a escola para o ano, eu estou cá.

Mas ele nem sequer veio.

E: E acha importante existirem estas formações profissionais?

SP: É bom.

E: Qual é que é a mais-valia destas formações profissionais, para alguém que está preso e depois vai sair em liberdade?

SP: O tempo é ocupado aqui dentro.

E: Mais ainda do que a mais-valia do que isso vos pode dar depois em termos de trabalho lá fora?

SP: Eu não acredito, isso é a minha maneira de pensar, eu não acredito que os estudos vai mudar muito arranjar trabalho lá fora. Eu vejo pessoal aí, eu ouço notícias diariamente que aqui temos tempo para isso. Tantos estudos, tantos estudos, está tudo sem trabalho, ninguém dá trabalho. (?) que aprendi em toda a minha vida, desde pegar numa planta de uma casa, sem estudos é a tal coisa a prática, está a compreender? O andamento dia a dia, vou mexe, como é que se vê, como é que se mete. (?) na escola 6º ano que ia aprender a ver uma planta de uma casa, está a compreender?

E: Ou seja, no seu caso acha que a formação profissional ajudou-lhe a passar melhor o tempo aqui na cadeia?

SP: Foi.

E: Acima de tudo?

SP: Sim, sim e da minha parte lembrar certas coisas que estavam um bocado esquecidas.

E: E acha que poderia existir formações profissionais noutras áreas?

SP: Eu acho que sim, era bom.

E: Mas tem assim alguma opinião que possa dar, de alguma área de formação que seria importante para quem saísse, pudesse arranjar com mais facilidade trabalho?

SP: Está-se a dar aqui, agora é que já acabou, o ano passado ainda deram curso de formação de electricista, mas era para quem estava no 9º ano. Para quem fosse tirar 7º, 8º e 9º, essa parte é que estava, curso de electricista é que estava.

E: E acha que por exemplo, neste caso e como já me disse, que o outro também aconteceu isso em que existe por exemplo uma equivalência em termos de estudos, acha que se não existisse, porque acaba por limitar não é? Mas se você queria tirar este curso de electricista, não podia porque não tinha...

SP: Não tinha 6º ano, nada, essa parte é bom.

E: Sim, a parte é boa, não é? Mas limita quem não tem esses estudos.

SP: Pois limita muito.

E: Acha que deveria ser permitido ter essa formação profissional nessa área, mesmo não tendo esses estudos, ou seja, não se dava essa equivalência mas permitisse na mesma a quem não tivesse o 6º ano, fazer na mesma essa formação?

SP: Eu acho que sim, isso é bom, eu acho que o saber, principalmente a prática de trabalho, seja lá o que isso for, eu acho que faz bem (?) que a gente chega a casa, chegas a casa tens uma tomada avariada se não perceberes nada daquilo, tens que pagar, se já tiveres aprendido aquilo, chegas a casa não te chateias, está mal... isso é a minha teoria, não é?

E: Sim, sim e bem.

SP: Eu fiz por exemplo, hoje (?) da experiência de vida, pego num esquentador e desmonto-o todo e monto-o e não tenho formação nenhuma para isso, a formação que eu tive foi, eu precisei na minha casa, sou um bocado curioso, tive que desmontar, sem necessidade, passava pelo problema do esquentador, por exemplo e afinal era da pressão de água, que afinal não tinha pressão suficiente, desmontei-o todo, novo, montei-o todo e ficou a trabalhar, já com pressão de água e disse:

- Agora não me mete mais medo.

Pronto não há nenhum que me meta medo, pronto, está a compreender? Eu acho que a pratica que faz muita falta

E: Mesmo aqui?

SP: Mesmo aqui.

E: Teve apoio de alguém quando saiu preso da primeira vez?

SP: Não. Os apoios estão muito limitados.

E: Nem da família?

SP: Eu estava separado da minha família há muito ano, está a compreender?

E: Por estar preso?

SP: Não, não por... Nasci na ilha de S. Miguel, depois fui para a ilha Terceira, está a compreender?

E: Isso cria o afastamento.

SP: Criou afastamento.

E: E desde que veio preso? Então não teve apoio de ninguém?

SP: Não.

E: Desde que veio preso? Não recebe visitas?

SP: Não, não tenho.

E: Então e como é que foi efetuada a sua transição entre a prisão e a liberdade? Quando veio preso a primeira vez e depois quando saiu em liberdade, como é que foi feita essa transição? Sentiu que houve apoio do sistema prisional?

SP: Não tive.

E: Sentiu que foi preparado para sair? E depois de sair em liberdade, teve apoio?

SP: Não.

E: Nem da família, nem do sistema prisional?

SP: Não.

E: Nem da reinserção social?

SP: Não recebi.

E: Nada? Como é que se sentiu quando saiu?

SP: Não, é péssimo, é péssima e digo-lhe já e a pessoa que saia da cadeia na sua terra, posso-lhe garantir uma coisa, nunca deve de ir para o mesmo lugar, se tiver alguma possibilidade de mudar de terra, convém que a pessoa depois de estar na cadeia a primeira vez, chapéu.

E: Ou seja como é que acha que foi visto, quando saiu pela comunidade?

SP: Pessimamente, péssimo, muito péssimo, ainda hoje (?) 23 anos na ilha Terceira, há muita gente que fala mal, eu só tive uma coisa boa no meu percurso de vida, embora tenha feito muitas asneiras, ia trabalhar para a tua casa, podias ter dinheiro, podias ter isto, podias ter aquilo, eu respeitava as casas de onde andava, está a compreender? A minha sorte talvez na minha vida foi essa, tive sempre trabalho (?) que eu sei que a gente convive com as coisas:

- Olha, estive preso.

- Já trabalhou muitas vezes na minha casa e não tenho razão de queixa e é trabalhador.

A minha sorte foi essa, sabe?

E: Mas acha que foi julgado por pessoas por ter estado preso?

As Políticas de Reinserção Social de Reclusos

SP: Eu não acho, somos julgados, posso-lhe garantir que somos julgados. Somos pela sociedade e muito julgados, não há hipótese. Eu acho que o pior julgamento é quando sai para a rua e não quando a gente vai preso.

E: Acha que é pior quando sai?

SP: É péssimo, é péssimo, posso-lhe garantir por experiência própria que é péssimo. Que a primeira vez que fui preso já foi há 23 anos.

E: Já esteve preso quantas vezes?

SP: 7, tudo penas pequenas, tudo coisas mínimas, tenho nesses anos todos, com essa pena agora, já estou há 2 anos e meio, tenho 7 anos e meio de cadeia, mantenho-me assim, tenho um percurso grande mas tenho coisas mínimas, está a compreender?

E: Mas sentiu por exemplo, quando foi procurar trabalho, procurou e encontrou trabalho?

SP: Não, nem me dei ao trabalho disso, é como eu digo...

E: Não procurou sequer?

SP: Eu sempre tive aquela sorte da fama de ser trabalhador e de ser honesto, embora via (?) por trás que diziam:

- Mas ele já esteve preso.

- Não há problema, a gente já o conhece há anos.

E: No seu caso nunca teve problema de encontrar trabalho?

SP: Não, não, eu não tive, mas senti-me pressionado por trás, não pelo meu patrão em casa mas por outros, está a compreender?

E: Sentia essa tal pressão o apontar o dedo por ser ex-recluso.

SP: Sim, sim, apontam o dedo sem estar (?) não há hipótese, é como eu digo, a minha sorte foi respeitar, talvez foi a parte boa que eu sempre tive na vida, foi respeitar o lugar onde entro, está a compreender? Talvez a minha sorte seja essa, não é fácil eu sou condenado (?) crime normalmente não pode ver nada que é (?), está a perceber e eu não, só entrava no crime era se bebesse uns copos (?) e lá vai, está a perceber, agora dizer, por exemplo, sempre tive aquela coisa de defender o local de trabalho:

- Olha na tua obra também?

- Não, não, ali mim não.

E eu acho que a minha sorte, o meu percurso de vida, a minha sorte maior foi essa.

E: O que é que acha que poderia ter facilitado o seu regresso à sociedade?

SP: O álcool para mim, também bebo às vezes um bocadinho a mais.

E: Acha que o facto de reincidir, o que o levou a reincidir foi o álcool? Sim?

SP: É, (?) eu não posso beber, tenho problemas cardíacos, não se sabe como, mas eu com bebida e sem bebida sou totalmente diferente, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

E: E tem apoio nesse aspeto cá dentro?

SP: Aqui dentro? Não. Eu não acredito que tenha.

E: Não tem apoio psicológico?

SP: Não. Não sou aquela pessoa de falar muito também, mas é defeito meu. O psicólogo pode ser bom, mas não gosto de psicólogos.

E: Por que é que não gosta dos psicólogos?

SP: Eu vejo o psicólogo, que a gente trata lá (?) nos Açores. Mexeriqueiro, sabe o que é que quer dizer?

E: Sim.

SP: Eu acho um psicólogo como um mexeriqueiro, quer saber da vida de toda a gente e não quer saber da vida dele e já fui enganado por um psicólogo, está a compreender?

E: Já teve má experiência?

SP: Já tive uma experiência má com um psicólogo e depois aquilo não correu lá muito bem e para não cometer o mesmo erro, eu afasto-me, está a compreender? Não é fácil.

E: Considera importante ter uma profissão para se reinserir na sociedade?

SP: É muito importante.

E: Qual é que acha que é a mais valia de por exemplo, um recluso que sai em liberdade se arranjar trabalho, acha que este evitava que este reincidisse?

SP: Muito, muito. (?) isso em quase tudo, não há hipótese, uma pessoa se tiver ocupado, se arranjou um trabalho e se possível com gente que conhece, se possível é como eu estava a dizer ao princípio, eu por exemplo sou da ilha Terceira, sou de S. Miguel, mas estou na ilha Terceira há 23 anos, já sou praticamente mais da ilha Terceira, eu para a ilha Terceira não convém ir mais (?).

E: Claro, está ali o estigma de ex-recluso, o reconhecerem-no.

SP: - Já estive preso outra vez.

E sempre assim.

E: O senhor aqui, tem alguma ocupação prisional?

SP: Tenho, eu sou da brigada das obras, eu mais esse meu colega que saiu há pouco daqui.

E: E para si qual é que é a importância de ter esse trabalho aqui no sistema prisional?

SP: No meu caso é a questão financeira.

E: Pois ganha algum dinheiro para comprar as suas coisas.

SP: É, a minha questão, é uma questão financeira, que eu nem sequer me dou com o grande lote de serviço que está à frente da brigadas das obras, nem sequer me dou bem, aliás (?)

E: Tem o seu trabalho para ganhar o seu dinheiro.

SP: Tenho que me assujeitar.

E: O senhor desde o tempo que esteve preso, chegou a usufruir de saídas precárias?

SP: Não,. Falta de, não saí daqui.

E: Mas podia ter essa possibilidade? Tinha condições para ter, tem condições para ter?

SP: Tenho, não tive condições financeiras.

E: Para poder ir, para sair?

SP: Sim

E: Isso foi um entrave

SP: Sim só esse entrave.

E: Nunca pediu apoio, nunca ninguém lhe deu apoio nesse aspeto, para poder ir?

SP: Não podem me dar, não podem. Não sei se não podem, ao menos não dão.

E: Já se informou se existem apoios...

SP: Eu uma vez eu meti aqui uma precária, meti para a casa de um recluso que está aqui dentro, até arranjava-me trabalho para dois ou três dias, para aqueles dias que eu tivesse, que eu não tenho família cá, está a compreender? Ele disse e eu não podia ir com ele, porque o meu (?) não sei se sabe disso, a gente fica uma parte para a reserva, sabe disso?

E: Sei.

SP: E eu a parte da reserva, eu comecei a arranjar a minha (?) dizia que tinha uma prótese (?) eu não tinha dentes nenhuns e eu limpei, fui gastar o meu dinheirinho, pus a precária para a casa desse individuo, ganhava mais uns trocos que era para passar (?).

- Não que é para a casa de um recluso.

A segunda vez:

- Não para a casa de um recluso, não.

Não vou para a casa de um recluso, eu não tenho dinheiro para a pensão não posso ir para lado nenhum.

E: Claro e explicou essa situação?

SP: Tenho pois.

E: E mesmo assim, não lhe foi aceite?

SP: Não.

E: Mas achava que seria importante ter acesso a essas precárias?

SP: A gente sai daqui parece bichos. A gente sai daqui parece bichos, se a gente não tiver uma noção da rua, como é que está a andar, depois de 2 ou 3 anos, a gente sai daqui parece bichos de aqui de dentro. Parece um cão que está sempre amarrado e a gente solta-o, é igual.

E: Permite aos poucos um contato com a sociedade

SP: Pois aos poucos, pois é. Eu acho que para mim, eu não tenho grande preocupação com a precária, para lhe falar com sinceridade, se eu tivesse mulher aqui e filhos, um algum familiar, ainda me preocupava mais, também não tenho ninguém (?) eu falo por experiência própria, eu é que já tenho experiência em “entrar e sair”, já sei como é que hei de lidar com as, mas eu digo-lhe, mas como eu não há muitos, há muitos que saem daqui e, a gente sai daqui de dentro, as pessoas podem nem estar a olhar para a gente, mas a gente pensa que toda a gente está...

E: Ou seja não sai com noção, as pessoas até podem não estar a olhar para si, que é um ex-recluso, mas você sai com essa ideia que é um ex-recluso.

SP: Nós próprios, então, o que é que eu hei de fazer? Ou onde é que eu vou dizer que tive? Está a compreender? Ninguém pensa, eu acho que o instituto da reinserção social devia de apoiar mais nesse aspeto.

E: Na saída, depois da saída não é? Sente que o apoio que existe é pouco ou não é nenhum?

SP: É nenhum, nenhum e às vezes dou razão para isso, eu lembro-me daí há uns anos as assistentes ainda davam algum dinheiro para as pessoas, ali uns dias, já vi um “colega” meu, saiu dessa porta para fora, era 15€ para ir para casa e não teve, foi preciso a Cruz Vermelha vir cá e ajudar o rapaz a ir para casa. Não tem pelo instituto da reinserção social?

E: Senão, saiu à porta e não tinha sequer dinheiro para ir para casa.

SP: Não é que foi metido mesmo na rua sem nada, depois já vêm aqui com pena telefonei para a Cruz Vermelha (?) ajudou o rapaz, onde é que está o instituto de reinserção social? O que é que faz o instituto de reinserção social? Está a compreender? Para que é que serve?

E: Se não dá esse apoio, principalmente na saída...

SP: Costuma-se a dizer que nem tudo é o dinheiro, mas há fases que há necessidade, eu saio daqui para fora, como é que eu vou para os Açores? Eu falo por mim, está a compreender? Vou sair disto pelos dois terços agora, pode até que me seja concedido, não me acredito que eu já sou muito reincidente (?), mas se não for tenho um irmão meu que tem a vida mais ou menos orientada, é que vai ter que me mandar o dinheiro ou vou ter que ficar aqui na rua, procurar trabalho uns dias para poder ir para os Açores, que eu não tenho ajuda financeira para ir para a minha terra. Nesse aspeto está mal.

Sujeito Q

E: Ora primeiro gosta só de lhe perguntar, quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

SQ: Eu, 5º ano.

E: Já o tinha quando veio preso pela primeira vez?

SQ: Já.

E: O que é que o levou a abandonar os estudos?

SQ: O trabalho.

E: Foi o trabalho, a necessidade de trabalhar?

SQ: Portanto, eu vi que não andava a fazer nada na escola, portanto ainda não tinha idade para trabalhar, os meus pais assinaram um termo de responsabilidade, no meu antigo patrão que foi na confeitaria (?) que era no (Clarim?), pronto foi o que me fez abandonar a escolaridade.

E: E com que idade, com que idade é que foi isso?

SQ: Com que idade? Tinha 12 anos, ia a fazer 13 anos.

E: Ou seja, falta de motivação para estudar?

SQ: Exatamente e portanto só andava a fazer gastar dinheiro aos meus pais e pronto apareceu aquela oportunidade e eu gostava de trabalhar em hotelaria e pronto aproveitei a oportunidade, quando saiu o meu pai, porque o meu pai era mecânico e bate-chapas na Toyota, eles conheciam o meu pai, pronto através disso, pronto comecei a trabalhar em hotelaria. Comecei por arrumar, comecei por levar as garrafas, a tirar as garrafas e assim, comecei por aí e até que cheguei a certo ponto que comecei a atender ao público.

E: E diga-me uma coisa, se tivesse tido oportunidade ou se tivesse seguido mais estudos nessa altura, acha que poderia ter contribuído para ter outra vida?

SQ: Não foi isso que me levou a contribuir a ter outra vida, o que me levou a estar preso foi não ter levado pelos conselhos do meu pai e portanto, ter conhecido a mãe dos meus filhos, porque até ao ponto de não ter conhecido a mãe dos meus filhos eu nunca tinha tido qualquer tipo de problema com a justiça, era sempre uma pessoa, porque o meu pai sempre me deu uma boa educação e me levou pelo bom caminho e assim que conheci esta mulher, ao fim de ter o primeiro filho comecei a ter problemas com a justiça.

E: Isso com que idade é que começou a ter esses problemas?

SQ: Com 19 anos, com 19 anos comecei a ter problemas com a justiça, foi quando nasceu o meu filho, nasceu o meu filho, fui viver para outra casa para uma casa mais ela e comecei a ter problemas com a justiça.

E: Acha que foi por causa dele?

SQ: Por causa dela, ela era uma pessoa problemática, era uma pessoa que se tivesse num supermercado ao pé do público, ao pé de pessoas, não se importava e reagia, pronto era má

educação, é o medo que eu tenho, tenho o meu filho que tem uma educação exemplar, tem 9 anos fez agora 10 no dia 12 de setembro e já está no 5º ano e essa minha filha está a viver com os meus pais. O meu filho que quando entrei preso, ficou nas mãos dela, já esteve num colégio no Porto, o Sr. Dr. Juiz mandou-o para um colégio para o Porto e por aquilo que sei o meu filho já saiu daí e já anda aí com problemas outra vez, porquê? Porque está a viver, está num ambiente que não é exemplar para os meus filhos que eu até tenho pena é da minha filha mais pequena estar nesse meio, porque tanto ela, como a família dela, não têm, é peixeirada, está a perceber? Não têm cultura, não têm educação e eu sei que não vou ter a educação, o Sr. Dr. Juiz e o Sr. Dr. Procurador falou que a minha filha estava bem entregue, mas eu sei que não está bem entregue, porque o meu filho levou a educação, da minha ex-sogra, da mãe dela e a minha filha pequenina está a levar a mesma educação que eu nem sei que vão-lhe dar tudo e coiso, mas depois quando começar a ir para a escola, não vão ter aquela atenção como os meus pais tiveram desde com esta minha filha desde pequena.

E: Claro, o acompanhamento.

SQ: Os meus pais, a minha filha esteve na pré-escola e esteve na escola na 3ª classe e não sabe o que é um autocarro, os meus pais iam-na lá por e iam lá buscar de carro, para não ter, para não acontecer aquilo que aconteceu com o meu filho, está a perceber? E com a minha filha, eu estou com medo que aconteça isso e eu fui ao Ministério Público, chamaram o Ministério Público e deram a minha filha. A minha ex-mulher está a viver com um rapaz, a minha ex-sogra está a viver com um homem que não é pai dela, não é avô da minha filha, não é nada e está a obter uma educação que a minha filha pequena, estou com medo que a minha filha pequena vá levar, porque o meu filho soube hoje pelo telefone, já anda outra vez com problemas, entende? Eu entrei no mundo da droga à pala desta minha mulher que já fumava droga e eu não sabia e fiquei a saber por um espanhol, o meu espanhol é que veio para aqui vender cocaína e eu entrei também no mundo da cocaína, foi quando entrei no mundo da droga também.

[corte de áudio]

Foi agarrado ao trabalho e desenvolver trabalho do meu pai e depois deixei de trabalhar para o meu patrão, para não me meter, para me arranjar o meu próprio emprego, o meu próprio trabalho.

E: E acha que, referiu não só a sua companheira, a sua ex-mulher que o influenciou para o crime ou seja e o facto também de ter entrado para o mundo da droga acha que também influenciou? A própria droga também?

SQ: Claro que influenciou senhor doutor, podem averiguar e está mais que visto, eu nunca tive problemas com a justiça, enquanto estava a viver com os meus pais, só tive problemas com a justiça assim que fui viver com ela e depois ela já não era assídua, não tinha, assídua é limpeza...

E: Não tinha asseio.

SQ: Não tinha asseio. Não tinha asseio nem com ela própria, nem com o meu filho, nem comigo, nem nada, os meus pais quando me viram, até iam buscar a minha roupa e a do meu

filho, a dela já se estavam pouco marimbando, tanto depois quando os meus pais tratavam da roupa a mim e ao meu filho, ela arranhou ali um disparate, tratou os meus pais mal eu tive de sair da casa onde estava a viver, porque estava obcecado por esta mulher, foi obcecado, era um amor sem limite. Fui viver para casa da mãe dela e foi a perdição, a partir daí foi a perdição, ela dava, a mãe dela dava dinheiro a ela para droga, ela além de, não consumia só cocaína, eu sempre consumi só cocaína, ela além da cocaína, já consumia cavalo, consumia heroína e tudo, entende? E levou-me à ruína.

E: Você quantas vezes já esteve preso?

SQ: Portanto, aqui em Portugal eu estive 15 dias preso em 99, em 99 foi quando foi o 25 de abril, não é assim? Quando foi (?) o 25 de abril que o advogado disse-me para eu não pagar a multa que era de 196 contos, para eu não pagar, porque só ia estar preso uma semana ou duas, eu é que sabia se queria pagar os 196 contos mas que não ia estar, se pagasse, pronto pagava e estava resolvido o problema, se não pagasse, só estava uma semana ou duas preso, foi em 99 e assim fiz, não paguei os 196 contos e entrei preso, estive 15 dias, saí ao dia não sei quê de maio, entrei ao dia 27 de abril e saí acho que foi ao dia 14, assim de maio.

E: Então e o que é que o levou a reincidir depois?

SQ: A reincidir? A reincidir foi que, ela era contra, eu vendia, eu era vendedor ambulante, vendia faturas, cachorros, bifanas, era vendedor ambulante em hotelaria, era um bar ambulante, ela era contra esse trabalho, que era trabalho de ciganos, entende? Eu vendi tudo, comecei a trabalhar depois aqui no (Primor?) e depois além de vender tudo e começar a trabalhar na Primor, já não dava e levou-me à prática de um crime, porque já não conseguia sustentar, já não dava para sustentar nem a casa, nem os meus filhos, nem o meu filho, porque a minha filha sempre esteve com os meus pais, nem o meu filho, nem a ela, nem à droga, nem ao consumo. Levou-me ao crime.

E: Novamente.

SQ: Novamente senhor doutor, porque senão eu nunca tinha entrado no ambiente do crime, se não levasse pelos conselhos do meu pai, o meu pai sempre foi contra, disse-me que esta mulher não era mulher para mim, mas eu estava obcecado por ela e tanto que foi preciso entrar preso em Espanha para cair na realidade que esta mulher não foi mulher para mim. Foi uma vida perdida, foram 15 anos quase 16 anos perdidos na minha vida.

E: E quando saiu preso? Procurou trabalho?

SQ: Quando? Ainda não saí preso senhor doutor.

E: Mas já cá esteve preso...

SQ: Os 15 dias? Quando tive 15 dias aqui preso?

E: Sim.

SQ: Quando estive 15 dias aqui preso, saí daqui da prisão e fui trabalhar aqui para (?)...

E: Arranjou logo trabalho?

SQ: Arranjei logo trabalho, porque eu tinha, sou profissional, sou um bom profissional, uma pessoa educada, uma pessoa culta que sei tratar o público bem. Sei tratar o público com boa educação.

E: Não teve problemas...

SQ: Não tive problemas nenhuns, nem tive problemas nos meus trabalhos, eu nunca cometi crime no meu trabalho. O que me levou foi, depois quando deixei o trabalho e ela me levou a caminho de ir para a Espanha e antes de ir para a Espanha levou-me a entrar no mundo da droga mesmo

E: E quando saiu, apesar de ter cá estado muito tempo, sentiu por parte das pessoas que o conheciam que sentiu de alguma forma o excluía, ou que era apontado por ter estado preso?

SQ: Não porque tive preso, eu tive preso por uma multa de não ter carta e quando saí de não ter carta, arranjei trabalho aqui no Primor, em 99 quando saí preso tirei a carta de condução e tirei a carta de caçador, resolvi logo o problema que me, portanto...

E: Não teve problema qualquer em reinserir-se novamente...

SQ: ...o problema que eu tinha, reinseri-me bem à sociedade porque o problema que tinha, resolvi-o logo, tirei logo a carta de carro, carta de carro, mota e caçador, era o meu problema, só que depois foi o problema da droga pesada que me levou a outros problemas, o meu problema quando entrei a primeira vez preso e tive problemas com a justiça foi de não ter a carta de condução e depois então é que vieram os outros problemas porque não conseguia sustentar com o meu trabalho, não conseguia sustentar, o consumo e sustentar a casa, levou-me então a cometer então crimes que me arrependo, que me arrependo de cometer esses crimes, se me tenho levado pelos conselhos do meu pai em ter deixado esta mulher, onde ela estava em casa também dela, porque até cheguei o meu pai chegou-me a ir buscar para casa dele e ela estar na casa também dela, se me tenho levado pelo meu pai, eu não tinha entrado nesse mundo criminal, entende? Não tinha entrado, ainda hoje me arrependo e o Sr. Dr. Juiz não me deu a oportunidade de dar o pedido de desculpas e arrependimento às pessoas que eu prejudiquei, não me deixaram fazer nada, eu fui julgado, eu estava preso em Espanha, fui julgado à revelia. Eu fui julgado à revelia sem poder fazer um pedido de desculpas, um pedido de perdão e de arrependimento às pessoas nem ao Sr. Dr. Juiz, eu estou aqui preso julgado à revelia, porque eu estava preso em Espanha e não me defendi, eu não pedi desculpa às pessoas que ofendi nem nada senhor doutor. Não me deram essa oportunidade.

E: E há bocado estava a mencionar que desde que está preso ainda não teve acesso às precárias...

SQ: Desde que eu estou preso, dois anos e dois meses, tive dois anos e dois meses até, desde o dia 17 de outubro de 2011, até ao dia 16 de dezembro, cumpri a minha pena aquilo que tinha que cumprir em Espanha e ao dia 16 de dezembro 2013 fui entregue às autoridades portuguesas para me meterem preso na mesma

E: Ou seja ainda não usufruiu sequer de nenhuma precária?

SQ: Ainda não usufruí de nenhuma precária, na Espanha não usufruí de precária nenhuma, mas deixei, fiz uma cruz às drogas e uma cruz a esta senhora que é a mãe, não deixa de ser a mãe dos meus filhos, ela foi, tanto que eu ainda estava preso, eu deixei esta senhora em 2012. Em 2012, eu disse a esta senhora para refazer a sua vida que eu ia refazer a minha porque sabia que ela andava ainda no mundo da droga e eu ia entrar preso, pus uma cruz na droga e uma cruz na criminalidade, quero fazer uma nova vida e ela não estava (?) porque ela ainda andava na droga e penso que ainda continua na droga, na venda da droga, eu pus uma cruz e ela que refaça a sua vida, que eu vou refazer uma nova vida.

E: Teve apoio de alguém quando veio preso a primeira vez? Desde a primeira vez?

SQ: Portanto, desde a primeira vez? Sempre apoio do meu pai.

E: E agora continua a ter apoio?

SQ: E agora continuo a ter o apoio do meu pai, graças a Deus, o meu paizinho sempre está aí, eu já prometi ao meu pai que não se preocupe que eu quando sair, a meu ponto, tanto que a minha família tenho um irmão meu que está bem na vida e ainda tenho os meus pais que também trabalham, mas tenho um irmão meu que está bem na vida que é distribuidor de publicidade, tem uma empresa de publicidade, distribuidor de publicidade, tem um camião que faz vendas de queijo, quando tem as encomendas vai a Seia buscar o queijo e (?) e tem uma oficina, esse meu irmão e tem uma roulotte de venda, portanto a roulotte de família, que a tem guardada, resguardada para mim para quando eu saia, para obter ou quer-me estar encarregue a levar as pessoas para distribuírem a publicidade ou para a oficina ou no (?).

E: E recebe visitas?

SQ: Recebo visitas...

E: De quem?

SQ: Dos meus pais, de vez em quando trazem a minha filha de lá (?) e os meus irmãos não me faltam com nada, graças a Deus, os meus irmãos e as minhas cunhadas não me faltam com nada, quando veem que já estou (curado?), a mim podem fazer os exames que quiserem enquanto quiserem, conforme eu já estou reabilitado aquilo que não estava em liberdade, estou fora das drogas e tenho uma vida, quero levar uma vida de um cidadão normal.

E: Qual é que é a importância para si dessas visitas?

SQ: Essas visitas, muito importantes, porque foi a família que sempre me apoiou e sempre teve, a única coisa que a minha família, que é a parte do meu pai, a parte da minha mãe, as minhas tias, só que a minha tia pronto, não me vem cá ver, mas o meu avô já me veio ver, só que o meu avô agora está doente e não me tem vindo ver, a minha tia é que não me conseguir vir ver, mas ela já disse:

- Eu não te consigo ir ver, mas pelo uma vez tenho que te ir ver.

Porque se usufruisse de uma precária, agora estás preso há tanto tempo e não saíres de precária, até a família está assim também um pouco revoltada, como é que é possível eu levar tanto tempo e em Portugal não levarem isso em questão. E uma outra coisa, souberam reclamar ao país vizinho, a Espanha e não reclamaram com o devido, os meus documentos,

carta de condução, o cartão de cidadão, a minha carteira e as minhas coisas, os meus objetos pessoais estão para lá para Espanha. Reclamaram, souberam reclamar, mas não souberam reclamar o cidadão como devido, porque se me reclamaram tiveram todo o direito, porque eu cometi crime, infelizmente, mas não reclamaram a minha documentação, os meus objetos pessoais e estou a ver quando sair tenho que ir por os meus objetos pessoais pelo meu pé.

E: O que é que acha que mudou, se é que mudou alguma coisa na relação com a sua família, antes e depois de vir preso?

SQ: Só mudou a ter entrado preso, porque ao saberem tanto que eles dizem, às vezes coiso, mas eu já lhes prometi porque uma coisa é que estou fora das drogas e que nunca mais, esta senhora está a refazer, fez a sua vida e está a fazer a sua vida, a minha vida vai ser, estar atento aos meus filhos, poder fazer com os meus filhos aquilo que não fiz enquanto estive no mundo da droga e deixar alguma coisa, dar-lhes atenção, amor e carinho porque a droga não deixa dar amor e carinho e atenção...

E: Mas acha que não mudou o apoio que tinham, que lhe davam antes de vir preso, acha que se mantém depois de vir preso?

SQ: Sim senhor, mais ainda, mais ainda porque já estou fora da pessoa que me levou a esta infelicidade, por ter deixado, ou estar fora da mãe dos meus filhos, a minha família está. me a dar mais apoio, porque se estivesse com ela, não me davam o apoio que me dão, entende senhor doutor? É isso.

E: E desde que você veio preso, já teve oportunidade de fazer algum curso de formação profissional?

SQ: Portanto, na Espanha fiz, fiz um curso profissional, portanto estava lá a trabalhar, tirei um curso de pintor...

E: E cá em Portugal?

SQ: Cá em Portugal ainda não tive oportunidade de nada, tirei um curso de carpintaria quando entrei, eu apenas entrei preso, o primeiro pedido que fiz foi logo:

- Olhe eu venho da cadeia, estava a trabalhar, sinto-me, pronto estava habituado a estar a trabalhar e gostaria que me arranjassem um trabalho, gostaria de estar a trabalhar.

Portanto fui logo para, apenas entrei aqui preso na Covilhã fui logo com um pedido para trabalho, entrei logo na escola...

E: E está a trabalhar neste momento?

SQ: Neste momento não estou a trabalhar.

E: E já teve algum trabalho prisional aqui na cadeia?

SQ: Não. Só na Espanha.

E: Mas esse curso de formação profissional que tirou aqui.

SQ: Aqui não tirei nenhum curso de formação profissional.

E: Cá em Portugal?

SQ: Não, em Portugal não, eu tive foi ali um cursozito de carpintaria, agora não sei se foi curso ou era...

E: Sim, era um curso de formação profissional

SQ: É um curso profissional, apenas entrei meti-me logo naquilo que poderia, que me poderia meter.

E: E as ideias que tinha desse curso, corresponderam depois ao que foi aprender?

SQ: Corresponderam, porque aprendi mais alguma coisa que não sabia, carpintaria que não sabia, aprendi mais alguma coisinha que foi lidar com a madeira.

E: E qual é que eram os seus objetivos, quando foi fazer esse curso de formação? Tinha ideias de poder via a utilizar essa, formação quando saísse?

SQ: Sim, sim, aprendi uma coisa que me deixou contente de ter aprendido, uma coisa simples e que dá para ganhar dinheiro, uns banquinhos de madeira, que isto já vem da geração antiga, que era os nossos avozinhos que é aquele banquinho de madeira que tem o buraquinho no meio, que têm um nome, esses banquinhos até têm um nome, que me deixou...

E: Mas acha que é um curso, por exemplo, se quisesse fazer, ter um trabalho, fazer disso vida quando sair em liberdade, acha que...

SQ: Era bom e bonito, porque é uma coisa rústica, porque é uma coisa antiga, estes banquinhos é uma coisa antiga.

E: E que outras áreas é que acha que seria importante ter cá em termos de formação profissional?

SQ: De formação profissional? Senhor doutor, eu neste momento respondo-lhe honestamente, curso profissional neste momento não me interessa, interessava-me um trabalho, um trabalho eu respeito os senhores guardas, respeito os meus colegas que estão presos como eu, não falto ao respeito a ninguém e ajeito-me seja para o trabalho que for, porque lá em Espanha aprendi muita coisa, eu lá em Espanha tirei o curso de pintor, mas depois um chefe, um chefe dos guardas que era o que andava com a gente, pensava até que eu ainda andava na droga, comecei por ganhar 198€ e quando me levaram ao (Cocas?), chamar levar a um copo lá, tiveram a certeza que eu que estava mesmo fora das drogas e de 198€ passei a ganhar 265€ por verem que eu realmente estava fora das drogas e eles não se acreditavam, eu entrei para dentro da cadeia senhor doutor sem dentes e dentro da cadeia com o dinheiro que ganhei lá pus a minha boca, quase 500€ para poder sorrir e poder estar a falar com o senhor doutor com gosto, porque eu tinha vergonha de mim senhor doutor, eu não tenho uma fotografia, se o senhor doutor visse como é que... eu entrei com 52kg. Eu entrei preso na Espanha com 52kg, sem dentes, cabelo grande, barba grande e eu cada vez que me olhava para o cartãozinho de recluso eu dizia:

- Como é que é possível eu ter chegado a este ponto.

Entende? Eu olhava e dizia:

- Como é que é possível, ainda bem que entrei preso.

Graças a Deus que entrei preso, senão já estaria morto ou aí num bairro de drogas senhor doutor.

E: E você sente que está a ser preparado para sair em liberdade?

SQ: Senhor doutor, eu sinto-me preparado...

E: Mas sente que o sistema lhe dá algumas ferramentas?

SQ: O sistema aqui prisional, este sistema prisional, não tenho nada a dizer deste sistema prisional, os senhores guardas não faltam ao respeito a ninguém, são educados, eu sou educado...

E: Eu estou a falar em termos, ou seja, em termos das ofertas de ensino de formação profissional, em termos de trabalho...

SQ: A única coisa que aqui não tem é o trabalho, que ao mais de resto em termos profissionais, do profissionalismo dos senhores guardas e do senhor educador, do senhor Diretor, das professoras, da professora, sinto-me, só me falta livrar, entende? Liberdade e têm de me dar uma oportunidade de eu pedir perdão às pessoas a quem eu prejudiquei.

E: Mas achava que era importante neste momento ter um trabalho prisional? Ter uma ocupação?

SQ: Uma ocupação sim senhora, é a única coisa que me falta senhor doutor, é a única coisa que me falta porque veria a vida de outra maneira, entende? É a única coisa que me falta, porque eu para trabalhar é o que eu tenho na mente, quando sair daqui é logo um trabalho e a família tem um trabalho preparado.

E: Acha importante uma pessoa quando sai ter trabalho?

SQ: O recluso ter um trabalho, entende?

E: Acha que é uma das partes importantes para não reincidir?

SQ: Claro que é, porque é como lhe vou dizer e sou sincero, há muitos reclusos aqui, que têm trabalho e não lhes é merecido, sabe porquê senhor doutor? Porque não têm aquela disciplina senhor doutor, porque isso para mim entre preso e tenho que ter a disciplina senhor doutor, habituar-me a estar, quando o senhor guarda abre a porta, eu estar de pé e dizer bom dia ao senhor guarda, porque eu levo isto como esteja na tropa. Eu levo a prisão como esteja na tropa, só me falta uma ocupação que não a tenho, a minha ocupação é, agora já estou na escola, mas eu não vou deixar a escola, por causa do trabalho porque se eu puder ter as duas coisas eu tenho as duas coisas.

E: Neste momento a escola que está a fazer é para obter que escolaridade?

SQ: A escolaridade? É terminar o 6º ano senhor doutor, terminar o sexto ano, mas eu gostaria de ter um trabalho, porque ao não ter trabalho, ando aí de um lado para o outro e quando não ando de um lado para o outro tenho de me entreter onde? A jogar às cartas e isso não é reabilitação social, estar a jogar às cartas, eu para a reabilitação social, sinto-me apto porquê? Porque o senhor guarda quando abre a porta de manhã, eu dou-lhe os bons dias, faço a continência que esteja na tropa senhor doutor, preparadinho para coiso e sei de reclusos que têm trabalho, o senhor guarda abre a porta e está na cama, eu tenho isso bem visto

senhor doutor, está na cama, aí certos trabalhos que tem certos reclusos que têm trabalho e estão na cama, só se levanta lá para a tarde é que vão fazer o seu serviço e eu que me levanto de manhã, porque estou habituado, eu habituei-me assim por um chefe, um chefe que tive na Espanha, o chefe, o único chefe de trabalho que tive na Espanha me falava, me dizia, ele dizia-me que eu que vinha a ser preso, ele já sabia que eu vinha a ser preso para Portugal, mas eu dizia-lhe:

- Sr. Chefe (Hélio), eu não vou, não vou, estou-lhe a dizer quando sair daqui não vou preso para Portugal.

- Torrão, vai-te preparando que as cadeias de Espanha não são como esta...

Que eu estive em Topas em Salamanca, Penitenciária de Topas:

- Não vai ser como esta, vai pondo na cabeça, quando saíres daqui, vais preso para Portugal.

Eu dizia-lhes que não e no dia 22 de novembro, ele fez questão, eu fui chamado, que lá é chamados por megafonia, não é...

Sujeito R

Entrevistador (E): Ora quando veio pela primeira vez tinha que escolaridade? Já tinha o 9º ano concluído?

Sujeito R (SR): Não, estava incompleto.

E: Tinha-o incompleto? Tinha o quê?

SR: Tinha o 7º ou 8º, ou o que era, mas não estava completo.

E: Mas não estava completo... E lembra-se porque é que abandonou os estudos? Porque é que deixou de estudar.

SR: Aliás fui para a tropa e depois é que fui trabalhar. Tive que voltar para a tropa, tive lá 5 anos na tropa e depois já não liguei mais aos estudos, fui trabalhar.

E: Com que idade mais ou menos é que deixou de estudar?

SR: Ora, fui para a tropa com os meus, já fiz os 18 na recruta, dei-me como voluntário... Aos 16 anos mais ou menos. Quase 17.

E: E acha que se tivesse continuado a estudar, se tivesse optado por continuar a estudar, a sua vida poderia ter sido de alguma forma diferente em termos de trabalho, em termos de caminho a seguir?

SR: É capaz... De certeza.

E: Sim?

SR: É, sem dúvida. Só que também dificuldades na altura, não é? Não eram assim muito fáceis e pronto, como estava sem trabalho também, foi por isso que também me dei como voluntário para a tropa e pronto.

E: E lembra-se quando e porquê é que se desviou de alguma forma e foi para o crime. Independentemente do crime que seja, o que o levou a vir para à prisão.

SR: Olhe, foi por... Por vício. Que eu conduzia, é um vício que eu tenho. Que eu adoro conduzir, adoro. E por necessidade, por deslocação para o trabalho e às vezes por precisar de ir por o meu filho ao médico ou com a minha esposa ou assim, punha-me...

E: Ou seja, a sua primeira condenação foi por conduzir sem habilitação legal?

SR: Foi. Eu estou só por condução ilegal, não estou por mais nada. Nem por roubos, nem por nada.

E: Ou seja então, neste caso, foi o gosto pela condução e não ter tirado a carta que o influenciou a...?

SR: E mais... Por o serviço depois que eu tinha, que era mecânico, de automóveis, que depois da tropa eu fui mecânico em campo. De automóveis e pronto, continuei até à situação que estou.

E: Claro, e o senhor desde que está preso, já alguma vez teve algum curso de formação profissional?

SR: Tirei aqui de... Não tirei todo, mas fiz alguns de eletricidade e...

E: Mas terminou?

SR: Terminei. E tirei... Tive lá em baixo na quinta de São Miguel e tirei lá também dois cursos de agricultura e...

E: E o que é que o levou a escolher esses cursos?

SR: Fui para lá porque pronto... Porque, não é que tinha que ir, como estava lá aproveitava e olha, era sempre algum que a gente também recebíamos... E era para passar o tempo, que são cursos que eu tirei de eletricidade e agricultura e quando eu sair, de certeza absoluta que não precisar disso não é? A minha profissão é de mecânico de automóveis, é para isso... E é isso que eu sei fazer. E que me dá gosto.

E: E quando escolheu esses cursos, tinha mais outros de oferta ou tinha outros há disposição?

SR: Não, eram só esses.

E: E aquilo que imaginava que seriam esses cursos corresponderam depois às expectativa quando os tirou?

SR: Sim.

E: Sim? E na sua opinião o que é que mudaria? O que é que acha que se podia acrescentar a essa formação que lhe foi dada?

SR: Era, pronto, um dia mais tarde, se não arranjasse serviço na mecânica, se me quisesse dedicar à agricultura ou a trabalhar para eletricidade ou assim, sempre era uma vantagem porque tínhamos o certificado...

E: Era uma mais-valia para o seu futuro quando saísse em liberdade?

SR: Sim, mas eu não, é a mecânica e não... Não troco isso por profissão nenhuma.

E: E como é que teve conhecimento dessas formações aqui dentro?

SR: Foi.

E: Mas como é que teve conhecimento delas? Foram os educadores, foi o placard?

SR: Não, foi o educador.

E: Foi o educador que o informou sobre isso?

SR: Foi o educador que nos informou. Aqui na escola pronto, inscrevi-me aqui na escola para passar o tempo. Aproveitei e tirávamos esses cursos de eletricidade. E quando eu tive agora na quinta foi o Dr. Artur que nos informou que havia mais um curso e que quem quisesse, não era obrigatório, e eu pronto, inscrevi-me, sempre ocupávamos mais o tempo e o tempo até passava mais rápido.

E: E daquilo que o senhor conhece e o que existe, na sua opinião acha que deveria existir cursos de formação deste género mas noutras áreas?

SR: Sim, sim, sim.

E: Em que áreas?

SR: Em cursos de mecânica, em cursos de... Eh pá, sei lá, pintura ou... cursos assim mais que um gajo lá fora, que dentro da nossa profissão, que seja mais fácil... Eu sou mecânico de automóveis e não tenho certificado, não tenho nenhum diploma, não fui tirar nenhum curso nem nada. E se soubesse isso até depois era mais fácil a gente sair e sair com um certificado e sempre depois era muito mais fácil entrarmos para uma empresa de marca ou assim. Sempre assim, tínhamos muito mais facilidade.

E: E acha que, os cursos que tirou, acha que numa eventualidade de não querer ir para outra área, como está a dizer que interessa-se mais pela mecânica, acha que se adequava às necessidades da vida civil depois? Seria importante?

SR: Não sei, é assim, eu para isso não quero, para a eletricidade ou...

E: Sim, mas por exemplo para outros cursos que também tiraram já. Nessa formação, acha que será útil para quem quiser exercer uma atividade (?).

SR: Sim, sim, isso é bom de aproveitar, o que a gente puder aqui, já que não pudemos lá fora e temos tempo suficiente aqui para fazer isso, acho que é bom, que há muitos aí, que para eles é uma maravilha... Pessoal que tem terrenos e quintas e sempre trabalharam nisso toda a vida, e eles até tem um certificado, sempre é outra coisa, sempre é melhor para isso, não é? Só que pronto, para mim...

E: O senhor antes de vir preso, já tinha tirado algum curso profissional lá fora?

SR: Não.

E: Só aqui?

SR: Só aqui.

E: E em termos de ensino, de estudos, adquiriu?

SR: Não, desde que deixei, nunca mais...

E: Aqui também não?

SR: Aqui, tive aqui, antes de ser transferido para aqui, tive aqui também a estudar, fiz um ano e depois no ano passado inscrevi-me outra vez e tive lá... Só que depois entretanto fui a casa de precária, e na primeira precária quando vim, perguntaram-se se eu queria vir para aqui e eu fui.

E: O senhor já usufrui de precárias há muito tempo?

SR: Desde Novembro.

E: E qual é a importância para si das precárias? O que é que representa para si?

SR: Muito. Pelo menos estar com a família, estar com os filhos, tudo. Não tem nada a ver. É outra coisa, a gente vem da rua e parece que vem diferente.

E: É uma forma de aproximação à família e da sociedade em si também?

SR: Sim, eu não tenho problemas nenhuns com ninguém na rua. Nunca tive com ninguém. O único problema que eu tive foi andar a conduzir sem carta. Depois na rua, chatices com vizinhos, seja com quem for, nunca tive problemas com ninguém porque não consumo bebidas alcoólicas, não consumo álcool, drogas, nada dessas coisas. Por isso o meu dia-a-dia quando

vou a casa, acordo perfeitamente, vou ao café, bebo um café, seja o que for, dar uma volta... Não crio problemas com ninguém. Nem falta aqui ao respeito a ninguém, nunca faltei. Já estou aqui à 28 meses e nunca tive problemas aqui com ninguém.

E: E das vezes que tem ido de precária, sentiu sempre apoio da sua família?

SR: Sempre, sempre.

E: Mesmo, o tempo que está aqui preso, tem visitas?

SR: Tenho visitas, não tenho semanalmente como têm aqui ou mês a mês mas assim que pode tenho visitas. Ainda agora veio cá, era para vir este mês, o meu pequenito faz anos no dia 11 de Outubro e eu faço no dia 26 e ela assim aproveita para não estar a vir cá agora... que ela tem uma despesa muito grande, porque vem de Coimbra para cá, e a despesa é um bocado... Vem cá no dia 26 de Outubro.

E: E qual é a importância para si o facto de eles virem visitá-lo?

SR: Jesus, a importância é... É bom, é ótimo. Sempre a gente espira um bocadinho, é diferente. Um gajo tem visitas aqui, se eu tivesse visitas aqui, como pessoas têm aqui todos os dias da semana eu andava aí que era uma maravilha. Agora um gajo só tem visitas quando podem vir, nem sempre podem, é um bocado complicado.

E: É uma forma de ter apoio...

SR: É um bocado complicado um gajo andar aí sem ter visitas nem nada. E longe que é.

E: Claro. Porque sem que vem é um apoio que lhe dão no momento em que está com eles.

SR: É uma horita que um gajo está, mas é totalmente diferente.

E: E por parte da comunidade, sentiu de alguma forma que o olhavam de forma diferente, as vezes que vai a casa de precária?

SR: Nada, nada, nada.

E: Sempre foi bem aceite?

SR: Sempre bem aceite, seja onde fosse, não... E sabiam perfeitamente, eles também sabem porque é que estou preso que é por falta da carta de condução, não é? Que não é por homicídios, nem por violência, nem por violação, nem nada. Por isso, sabiam que pronto... Bem me avisavam que um gajo se andava sem carta de condução estava sujeito a isto. Foi o que me sujeitei. Mas em termos de ir lá, entrava onde fosse sem problemas nenhum. Nunca fui mal visto assim por estar preso, nunca tive problemas com isso, mas é com ninguém mesmo.

E: Claro. Quantas vezes é que o senhor esteve preso?

SR: Ora bem, tive uma vez acho sessenta dias ou noventa dias, depois entrei outra vez, entrei ao fim de duas ou três horas e fui-me embora, paguei multa. Depois tive outra que entrei, depois no dia a seguir vim-me embora e paguei multa. E acho que...

E: A sua permanência tem sido, ou seja, de entradas ou saídas, tem sido pouco de tempo, apesar de esta ser um pouco maior. Ou seja, no seu caso, não existe praticamente uma transição entre a cadeia e a rua a não ser desta vez que vai estar mais tempo, das outra

vezes se calhar sentiu pouco peso da cadeia?

SR: Sim, se calhar. Agora é que se calhar estou a sentir todo.

E: Se calhar agora é que sente mais. Mas o tempo que esteve até agora, sente que o sistema prisional, a cadeia, toda esta estrutura, está a dar-lhe apoio para quando sair voltar normalmente à sociedade?

SR: Não sei. Daqui não... Não espero nada aliás. Porque, eu estou se calhar, não sei se havia de falar ou não mas... Eu se calhar estou aqui a roer esta pena suspensa, escusadamente, porque eu praticamente, do tempo que eu já cumpri, que vim para cumprir 63 dias. Cumpri os 63 dias, depois eu tinha uma pena para cumprir já de dezasseis meses e cumpri. Depois juntaram-me essa... fui a julgamento a Tribunal por causa da carta e juntaram-me essa, apanhei 14 meses e juntaram-se essa de 16... De 14 deram-me uma pena única de 24 meses, tenho andado a cumprir sempre quase uma a uma, e agora como fizeram a junção de penas, desta da pena suspensa com a outra, que se não fosse esta a pena suspensa já tinha ido embora no dia 18 de Julho. Se tivesse que roer até ao fim, se tivesse cumprido até ao fim tinha-me vindo embora no dia 18 Julho, se não por comportamento e tudo até se calhar até tinha ido antes. Como tenho precárias, também se calhar já tinha ido. É assim, eu acho que estou a cumprir esta pena suspensa, não é por... Tudo bem que é por minha culpa, que eu a tinha, mas se ela tinha a pena, estava suspensa, de 10 meses por igual período (?)... Mas pronto, como o E pediu o relatório daqui e estava ainda na quinta e pediu o relatório para baixo, que era para apreciação, para a condicional, para os dois terços e não sei quê e como foram ver apareceu no computador que eu tinha uma pena suspensa de dois anos e dez meses, igual, pelo mesmo período. Pronto, foram mexer nisso, mandaram o relatório para o Tribunal e o Tribunal lá viu que eu tinha uma pena suspensa e pronto, julgaram-me e tenho que a cumprir.

E: E tem que a cumprir? Claro. Acha que mudou alguma coisa na sua relação familiar antes e depois de vir preso?

SR: Mudou, quer dizer... Em termos de, só de presença, de não estar coisa, porque de resto...

E: Ou seja, de não estar fisicamente, mas de resto em termos de apoio efetivo, tudo o resto, têm mantido sempre igual...?

SR: Tem, tem, nunca tive problemas com ela nem com os meus pequeninos, com o meu pequenito... Nada, nada...

E: E pronto, no seu caso, tendo em conta que foi uma situação de carta, o que o levou a reincidir foi o facto de nunca ter optado por tirar a carta de condução?

SR: Já estive a tirar a carta. Na altura tinha um trabalho, comecei a tirá-la, só que depois entretanto aquilo fechou, entretanto não arranjei mais trabalho e tive que parar de a tirar. Portanto, eu já tinha entrado já com 200 euros ou 250 euros. Já andava no código e entretanto surgiu esse problema de não ter depois trabalho, de ficar sem trabalho, e tive que parar.

E: E acha que o facto de ter estado preso influenciou de alguma forma a dificuldade em ter que arranjar trabalho?

SR: Não, não.

E: Acha que não? Qual é que era a sua situação profissional quando veio preso pela primeira vez? Já trabalhava na área da mecânica?

SR: Já, já.

E: Então não sentiu qualquer dificuldade em procurar emprego destas vezes que tem saído, apesar de sair poucas vezes?

SR: E das vezes que eu já fui a casa, até tenho tido ofertas de trabalho, a perguntar se quero trabalhar e eu digo que não posso, porque na situação que me encontro não posso, porque se não já tinha tido trabalho já por duas ou três vezes.

E: Na sua opinião, qual é que é a importância em ter um trabalho para um recluso quando sai em liberdade?

SR: É um recomeço.

E: E acha que é um ponto de partida muito importante para quem sai da cadeia, principalmente quando há mais anos ?

SR: É assim, saímos aqui do nada, e se entretanto arranjarmos logo um trabalho é a mesma coisa que estarmos a começar logo do zero. No meu pensar é assim não é? Um gajo agora quando sair daqui... Quer dizer, fazem-nos a avaliação aqui para o meio da pena, os dois terços e não sei quê, que não estamos preparados para ir para a rua. O andamento é o mesmo aqui, mas no fim cumprimos a pena de dois ou três anos já estamos preparados para ir para a rua. Não é? Isso agora não entendo. Os dois terços, podemos ir embora, os dois terços, não sei quê, que não estamos preparados para ir para a rua, mas quando acabamos a pena, o andamento é o mesmo aqui, quando acabamos a pena, cumprimos a pena dois ou três ou quatro ou cinco anos, vamos para a rua, já estamos preparados para ir para a rua.

E: Ou seja, sente que não é preparado, durante o tempo que está cá, sente que não é preparado para sair?

SR: Eu sinto que sim.

E: Sente que é preparado para sair? Acha que o sistema prisional o prepara para sair? Que lhe dá competências, que lhe dá ferramentas para você sair daqui e encontrar trabalho?

SR: Não, é assim, eu tinha agora o meio da pena agora em dezembro, vai ser para o corte, para o corte, por causa de uma asneira que eu aí fiz, que devia ter levado uma malha na altura que eu fiz, mas pronto. Tinha o meio da pena, vai-me ser cortada. Os dois terços é catorze meses depois. Isso para os dois terços é cortar... Eu estou a contar com cumprir a minha pena até ao fim, não estou a contar com nada daqui. Até ver, sim senhor, confiaram em mim para ir para a quinta, deram-me bastante confiança para ir para a quinta e tudo, foi impecável. Nisso, tenho que lhes agradecer, foi um voto de confiança que tiveram em mim de eu ir para a quinta, que estamos livres, só não vamos embora...

E: Estava em regime aberto?

SR: Estava em regime aberto. Só não vamos embora se não quisermos, não há nada que nos prenda. Nem grades, nem portões, não temos nada. Pronto, tenho de agradecer isso a eles.

Não quero que eles pensem que eu sou um mal agradecido mas não. Tenho de lhes agradecer a eles disso, da oportunidade que me deram. Eu se estou aqui agora outra vez em cima é porque me portei mal, não o devia ter feito e fiz, mas se o fiz tenho as minhas razões porque é que o fiz. Está bem que não é desculpa nenhuma, não é desculpa nenhuma mas tudo bem que se o fiz, fui castigado para vir cá para cima. Por isso é que de certeza que os cortes, vou ter que cumprir 15 dias de castigo, porque fui apanhado com um telemóvel, são 15 dias de castigo mas isso, já me tenho que sujeitar. Quanto ao resto em termos...

E: E o facto de lhe terem dado, de existir um regime aberto, para o interior, quer para o exterior, e no seu caso está num regime aberto para o interior não é?

SR: Sim.

E: O que é que significava para si estar nesse regime?

SR: Estava livre, é como se estivesse livre. É como se estivesse em casa, isso para mim era... Não temos lá grades, não temos nem celas, aí dentro das camaratas lá... Aquilo é uma casa tipo vivenda, só fecham a porta da rua de alumínio e as nossas portas é assim como isto, se queremos sair vamos à camarata do outro... Tomamos banho à hora que quisermos. Completamente livre. Só o tempo de um gajo estar na rua, andar lá na rua quando quer. Quando quer isto é, desde as oito da manhã até às sete da noite. E um gajo ver as pessoas a passar, ver os carros, ouvir os pássaros, ouvir o ar. É outra coisa.

E: E qual é que foi a sua opção? O que é que o levou a querer ir trabalhar? Há de haver recursos que não querem trabalhar. Não querem ou se calhar não têm hipóteses.

SR: Nós lá na quinta têm... Quem for para a quinta, trabalham todos lá, tudo no terreno.

E: E no seu caso, a sua opção por ir trabalhar, independentemente... Não só na quinta não é mas aqui também existe, mesmo estando aqui em cima num regime fechado. Também tem a possibilidade de ter trabalho não é? No seu caso o seu trabalho era lá em baixo, não é?

SR: Era lá em baixo, era onde eu estava.

E: Pronto, o que é que significava para si estar a trabalhar estando preso não é mas tendo a opção de estar a trabalhar? De realização uma atividade, uma ocupação, seja de que forma for.

SR: Um gajo passo o tempo mais fácil. Um gajo está lá a trabalhar e eu às vezes não dava conta de passar o tempo. E eu fui, fui para baixo e andava lá entretido a trabalhar, aliás, que eu fazia limpeza na casa dos guardas, estava no bar, chegava dias que eu nem dava conta de passar a semana. Parece que os dias passavam mais depressa do que um gajo aqui fechado. O andamento é sempre o mesmo e é diferente.

E: Corre melhor a pena assim?

SR: Sim, sem dúvida... Mas sem dúvidas.

Sujeito S

E: Então o senhor quando foi preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

Sujeito S (SS): Sexto ano.

E: Já tinha o sexto ano?

SS: Sim.

E: E ainda se recorda porque é que abandonou os estudos?

SS: Por questões financeiras.

E: Precisava de trabalhar?

SS: Não, não era que eu precisasse de trabalhar. A minha mãe é que não tinha possibilidades para eu continuar a estudar.

E: E lembra-se com que idade é que deixou de estudar?

SS: Treze, catorze anos.

E: Ok, e lembra-se em que altura ou quando...

SS: O senhor perguntou-me, como é que foi a primeira pergunta desculpe?

E: A primeira foi quando veio preso pela primeira vez... Tinha que escolaridade? Com que idade é que abandonou os estudos e o porquê? E depois é o que levou a abandonar a escola.

SS: Ah pois, sim...

E: Foi por questões financeiras não é?

SS: Foi porque a minha mãe não tinha possibilidades.

E: E acha que se tivesse tido possibilidade de continuar a estudar...

SS: Continuava.

E: Poderia ter dado outro rumo à sua vida?

SS: Poderia.

E: Sim? E ainda se lembra para quando e porquê de se ter desviado? Ou seja, de se ter desviado para o crime?

SS: Por me juntar com pessoas... Um indivíduo mais velho que eu, que tinha muito mais experiência de vida do que eu, não é? E eu gostava muito de me divertir, mas ele era toxicodependente e eu não sabia muito bem o que era as drogas... Não tive esse educação com os meus pais, pronto.

E: Sentiu curiosidade em experimentar?

SS: Eu nem sabia que ele era toxicodependente pronto. Entretanto, eu gostava de me divertir, de ir a bares e beber umas cervejinhas e não sei quê, mas não tinha dinheiro, então praticava furtos com ele.

E: Deixou-se influenciar por essa pessoa?

SS: Sim.

E: E acha que foi isso que o levou a cometer os crimes?

SS: Sim, sim.

E: E quando veio preso pela primeira vez, já tinha frequentado algum curso de formação profissional lá fora?

SS: Não.

E: E cá dentro, desde que está preso, já tirou alguma formação profissional? Um curso?

SS: Tirei, sim, sim. Pedreiro.

E: Pedreiro? E o que é que o levou a escolher esse curso em especial?

SS: É o único que havia aqui no estabelecimento. Foi o único que houve e eu frequentei.

E: Como é que teve conhecimento desse curso?

SS: Já lá vão muitos anos, foi um curso técnico de reeducação.

E: E a expectativa que tinha desse curso, do que é que poderia ser, correspondeu depois quando foi tirar o curso?

SS: Não, quer dizer...

E: Quer dizer, nós quando vamos fazer um curso imaginamos, “vai ser assim, ou desta forma”, e correspondeu depois aquilo que estava a pensar ou foi melhor ainda?

SS: Eu não tive benefícios do curso que tirei.

E: Não?

SS: Não.

E: Porque é que decidiu tirar aquele curso? Porque é que o decidiu tirar?

SS: Porque... Eu reconheci que era bom para mim, eu sabia que era bom para mim e ficava com o diploma e isso era mais fácil arranjar trabalho lá fora.

E: Ou seja, achava que podia vir a usá-lo para trabalhar?

SS: Importância de vida, quer dizer, ou na residência, não tive benefícios nenhuns. Diploma, não...

E: Nunca chegou a receber diploma desse curso?

SS: Recebi mas não...

E: Nunca o usufruiu? Não o ajudou?

SS: Não. Também não procurei, porque é como lhe estou a dizer, eu saí do estabelecimento, mudei de residência, quer dizer, fui para longe, a trezentos quilómetros daqui, eu sou daqui, da zona da Covilhã e fui para Lisboa.

E: E quando saiu, procurou trabalho e encontrou?

SS: Eu quando saí, deram-me mesmo trabalho, pessoas da minha terra deram-me trabalho. Mas eu era rejeitado por...

E: Por ter estado preso?

SS: Por ter estado preso. Era um pouco menosprezado.

E: Apesar de ter mudado de área...?

SS: Não, eu mudei de área por me aperceber disso, por isso é que mudei de residência. E houve pessoas que me avisaram que ainda era novo, e avisaram a minha irmã, “leva o teu irmão daqui”, e eu mudei.

E: Ou seja, quando saiu da cadeia, percebeu que o viam de forma diferente por ter estado preso e acha que era rejeitado por isso?

SS: Sim, sim, infelizmente. Ouça, desculpe, Sr. Carlos, porque eu sou de uma aldeia sabe? Numa cidade o ambiente é maior entende? As pessoas também, há muita gente que conhece mas, sabe, e têm outra mentalidade que na aldeia.

E: E senti-a que era rejeitado, excluído, por assim dizer, por ter estado preso?

SS: Sim.

E: E isso dificultou arranjar trabalho? E foi isso que o levou a mudar de residência?

SS: Foi.

E: E quando mudou de residência, depois conseguiu arranjar trabalho?

SR: Arranjei trabalho e trabalhei durante muito tempo só que entretanto voltei a ter uma recaída na heroína...

E: E foi isso que o levou a reincidir?

SS: Foi.

E: Foi a droga? Foi só por si sozinho que o levou à droga, ou foram outras circunstâncias que o levaram outra vez?

SS: Foram outras circunstâncias. Eu apaixonei-me por uma rapariga e não sei se... Ganhei-lhe amizade, ganhei-lhe amor, ganhei-lhe afeto e entretanto ela era consumidora, ou seja ela era desta zona e eu levei-a para onde habitava. E passado uns tempos venho passar férias, ela comigo não consumia, ela veio passar uns dias e não fazia ideia do que ela ia fazer... Nós chegamos aqui e ela consumiu logo. Entretanto eu vi que não fazia nada dela e fui-me embora, deixei-a mas pensava logo na rapariga e depois ela... Voltei a ter uma recaída.

E: Por causa disso? Mas além do consumo... Ou seja, o facto de consumir levou-o a praticar crimes por causa do consumo?

SS: Eu sabe... Eu fui para um ambiente onde havia muita droga. Fui para Lisboa. E o que eu ganhava, eu consumia muito. O dinheiro que eu ganhava estourava todo na droga. Então, menti-a ao meu patrão a dizer que a minha mãe que estava doente, com ideias de vir para a terra e fazer o tratamento. Não procurei ajuda, no mínimo queria deixar de consumir ou de consumir menos. Mas faltou a droga, sabe como é que é, (?) e cometi um crime, apanhei uma pena de seis anos. Seis anos e meio.

E: Foi por essa necessidade de precisar de dinheiro de consumir que o levou a reincidir? Voltar ao crime e reincidir?

SS: Sim.

E: Acima de tudo. Acha que, das vezes em que esteve preso, sentiu apoio de alguém?

SS: Tive apoio familiar mas a minha mãe tem uma certa idade, sabe?

E: E costuma ter visitas?

SS: Costumo.

E: Com que regularidade?

SS: De quinze em quinze dias.

E: E qual é que a importância para si dessas visitas?

SS: Oh, é ver a minha mãe, conversar com ela... Ó Sr. Carlos é muito complicado. Eu tinha que lhe falar aqui doutras coisas. Ainda hoje, a minha mãe abandonou-me, não sabe porquê. Eu não gosto de mentiras entende e sei que a minha mãe me mente.

E: Mas é importante... mas o facto de ela o vir visitar ajuda-o a levar melhor a cadeia?

SS: Ajuda! Eu preciso de proteger e que ela deixe-me o dinheiro que pode, não é? Mas o que eu quero ou o que eu queria que ela me ajudasse ela não me ajuda?

E: Sente falta por exemplo de afecto, da parte dela?

SS: Não. É a mentira Sr. Doutor, é mentir.

E: Sente que a sua mãe lhe mente? Mas fica mais magoado por essa parte?

SS: Ó Sr. Carlos, a minha história é muito complicada, sabe?

E: É só para entender a importância que existe...

SS: Eu se lhe contasse a minha história o senhor escrevia um livro, o porquê que eu estou aqui desta vez ou fazia um filme, ou fazia uma novela. É uma coisa muito complicada por isso é que eu lhe disse que se calhar não sou a pessoa indicada para estar aqui.

E: A partir do momento em que o senhor...

SR: Eu estou aqui Sr. Carlos porque me tramaram a vida, está a entender? Eu há quatro anos que não trabalho, estou aqui há quase dois anos mas há quatro anos que não trabalho. Eu durante meses fui drogado, drogado por alguém, sem conhecimento... Eu não tinha conhecimento que andava a ser drogado e passaram-se muitas coisas. E era assim, eu não me lembrava da noite passada. O que eu fazia ontem entende? O que eu fazia no dia anterior, o que eu fazia horas atrás passado horas à frente, eu não me lembrava. Ou até 10 minutos entende? E por isso é que estou a dizer-lhe que a minha mãe mente-me. Porque hoje eu já não me lembrava do que se passou há quatro anos atrás.

E: Agora é que começa a lembrar-se do que se passou.

SR: Eu só levei a vida a uma rapariga, entende? Isto é verdade Sr. Carlos. Fiz uma transfusão de sangue, que ela enganou-se (?). Por isso é que eu lhe digo que isto é muito complicado. Você fazia um filme ou uma novela ou o que quisesse. E eu hoje lembro-me das coisas e digo "Ó mãe, isto foi verdade? - Eu não vi nada!" e essa pessoa é minha vizinha entende? E ela continua a mentir-me e diz que não soube de nada. A ambulância à porta, você acha isto possível, "A ambulância aqui mesmo à porta de casa e passou-se o que se passou e vocês diz que não houve nada?" Acha isto argumento entende?

E: Claro, sente-se magoado não é?

SR: Tudo bem, às vezes é preciso mentir. É omitir, não é? Mas, por isso é que eu lhe digo, que se calhar o que ela devia dar-me não me dá. Porque eu quero resolver as coisas entende e não consigo. Não consigo, não é bem assim, pelo menos que me explique para eu entender certas coisas, porque eu ainda me recordo das coisas Sr. Carlos. Só sei o que aconteceu antes, o que aconteceu depois, entende?

E: Não está completa a história não é?

SR: Eu cheguei a ser famoso e não sabia ó Sr. Carlos. Eu era famoso e não sabia. Está a entender? É muito complicado.

E: Ok, mas pronto. Já me falou da reação das pessoas quando saiu da primeira condenação, no seu caso acha que essa relação que o senhor tem com a família, acha que mudou depois de vir preso? Ou seja, a relação que tinha com a sua família antes de vir preso e agora depois de estar preso, acha que mudou?

SR: Ó Sr. Carlos, a minha cabeça não está cá, desculpe mas a minha cabeça não está cá. O senhor está-me a perguntar mas a minha cabeça não está cá, sabe? Entende?

E: Se não se sentir capaz de continuar, o senhor é livre de...

Sujeito T

E: Ora, quando veio preso pela primeira vez, lembra-se de qual era a sua escolaridade?

Sujeito T (ST): Sim.

E: E qual é que era?

ST: Era o quarto ano.

E: Quarto ano. E com que idade é que abandonou os estudos? Lembra-se quando é que acabou os estudos?

ST: Não sei, não me recordo muito bem mas sei que era criança ainda. Por volta de dez, onze, doze anos, não me recordo muito bem.

E: Pois, foi a quarta classe e depois saiu foi? E o que é que o levou a abandonar a escola?

ST: Para ser sincero nunca gostei da escola. Nunca gostei. Sim, eu gostava muito da escola mas eu sou uma pessoa que não aprende muito rápido as coisas e então, por isso, não tinha grande motivação, principalmente para a matemática e... À base da matemática, ficava assim muito atrapalhado e então nunca quis saber da escola. Ler, escrever, isso sei perfeitamente. Tenho capacidades para aprender rápido mas confundia-me muito a matemática, contas de vezes sei todas, de um a 10 sei todas, mas depois multiplicar, dividir, subtrair, complicava-me muito a cabeça e nunca consegui acompanhar os meus colegas, foi por isso que não gostava dessa parte. Gosto da escola mas não gostava dessa parte e então ficava um bocado desinteressado.

E: E afastava-se?

ST: E afastava-me da escola por causa disso.

E: E lembra-se de quando, ou seja, com que idade é que se começou a desviar para o mundo do crime? Para a delinquência?

ST: Eu nunca andei no mundo do crime, o meu mundo do crime era tráfico, sabe. Eu não matava ninguém, não roubava ninguém...

E: Sim, mas são situações ilícitas é crime, é delinquência...

ST: Sim, sim é crime que vinha por necessidade que eu queria ter outras coisas, queria ter coisas boas, queria sair com os amigos, queria-me divertir. E então eu não tinha como, a comida em casa nunca faltava, vestir também não porque o meu pai, que Deus o tenha, e a minha mãe também, que Deus a tenha, em paz e descanso, que é a minha maior felicidade. Nunca nos faltou nada. Mas dinheiros e essas coisas boas para sair à noite e com os amigos. Nunca tinha nada e então decidi, eu próprio, vender droga.

E: Ou seja, e foi isso que o levou a delinquir?

ST: Quer dizer, eu comecei nessa vida muito tarde já, com cerca de 22 anos. Que eu até aos 22 anos nunca vendi drogas, nunca vendi drogas. Sim senhor, andava noutras influências. Não roubar, não fazer mal a ninguém.

E: Mas pode dizer à vontade. Pode falar à vontade, esteja à vontade.

ST: Pronto, fumava ganza, os meus irmãos, muitos, um, dois, três, quatro, cinco... Nós

éramos catorze irmãos. Onze homens e três mulheres, catorze. E então cinco irmãos eram toxicodependentes, só que eu disse assim para mim “Eu não quero isto”, porque via os meus irmãos a destruírem-se e a fazerem coisas que não deviam, tiravam da comida dos filhos para a droga, e eu disse “isto para mim não é vida”. Uns charros sim, sempre experimentei e gostei sempre de fumar uns charros mas nunca passava daí. Mesmo bebidas era só quando ia a festas, para me divertir. Bebia uns copinhos, não bebia todos os dias, era só mesmo quando ia a festas. E acho que foi isso.

E: Mas... por exemplo, o facto de ter começado a traficar, nunca o levou a consumir?

ST: Não, nunca consumi nem nunca me veio isso à ideia, quer dizer, a ideia passava-me sim, “Jesus, se eu provo isto é minha morte” então eu não quero isto para nada. Isso é uma influência que mata, destrói a vida das pessoas, destrói a vida dos filhos. Acaba por afastar-se dos filhos e depois das esposas eu mentalizava-me nisso e dizia assim “não quero isso, isso não é para mim”.

E: Então, o facto de se ter metido no tráfico foi para, ou seja, para satisfazer essas necessidades que queria? De sair, de comprar outras coisas...

ST: De ter um carro. Não era um carro bom, mas ter um carrinho, ou uma carrinha neste sentido que o meu pai e a minha mãe, que Deus o tenha, deixaram tudo para mim, deixaram as coisas todas para mim. De todos os filhos deram-me tudo a mim. E então eu queria algo para começar sabe e não tinha como. Comecei a vender droga. Comecei a vender droga, ganhei muito dinheiro. Muito, muito, muito dinheiro. Tinha muito, muito ouro. Tinha bons carros mas nada disso valeu a pena porque fiquei sem ele. Fiquei sem o dinheiro, sem a droga que tinha, que ficou em casa quando fui preso. Fiquei sem o ouro, sem tudo o que tinha.

E: Claro.

ST: Levaram-me tudo. Não a polícia.

E: E o senhor sentiu apoio de alguém desde que foi preso a primeira vez?

ST: A primeira vez tinha muito apoio.

E: De quem?

ST: A minha mãe, que Deus a tenha. Ainda hoje, a todo o momento, a todo o segundo sinto muito a falta dela e choro muito por ela.

E: E hoje em dia, tem apoio de alguém?

ST: Hoje tenho, tenho apoio... Só que eu já tive... Além da cadeia que apanhei quando era jovem, dos 18 aos 21, tive o apoio da minha mãe e da minha família.

E: Claro.

ST: Mas depois eu saí da cadeia, não é? Casei-me, foi isso que me levou e também a esposa que tive, influenciou-me muito para que eu vendesse. E eu pronto, tinha aquele ideia, “sim, vamos ganhar dinheiro, vamos fazer a nossa vida”. Vendi droga...

E: Mas acha que por exemplo, no seu caso, o que o levou a reincidir foi a sua esposa, foi por si, foi a droga? O que é que acha que o levou a reincidir?

ST: Eu e a minha esposa queríamos mais, queríamos muito mais... E eu queria dar-lhe boas condições... Eu era jovem, criança, sonhava casar e ter filhos, sabe? E pensei, hoje não penso assim, mas pensei “não, vou ganhar dinheiro para os meus filhos terem coisas que eu nunca tive” e foi isso.

E: E hoje em dia, tem visitas?

ST: Tenho, hoje em dia tenho visitas, porque eu quando fui preso a segunda vez, condenaram-me com treze anos por tráfico de droga. Um bocado injustiçado, não é? Tive preso cerca de cinco meses com a minha esposa, que me levou a droga toda, o dinheiro todo, o ouro todo, os carros todos. Abandonou-me. E eu fiquei sete anos detido... Que depois fizeram como na pena de treze anos, fiquei em oito anos e saí com seis anos e nove meses. E nunca tive apoios de ninguém. Tinha sempre dinheiro que era dos lugares das minhas feiras, que o meu pai e a minha mãe me tinham deixado. Tinha os meus irmãos que alugavam os lugares e eles davam-me dinheiro... Mas nunca tive sequer uma visita dos meus irmãos.

E: Mas hoje em dia continua sem ter visitas?

ST: Não, hoje em dia, depois, eu saí da cadeia em 2011. Fevereiro, dia... Fevereiro, 2011, acho que foi dia 1, salvo erro. Saí, tinha dois filhos no colégio, lutei muito pelos meus filhos, sempre tive visitas dos meus filhos... Não da minha família. Mas dos filhos tinha visita através, do colégio, que levavam sempre os meus filhos à visita. Quando saí, lutei muito pelos meus filhos, passado uns meses eles deram-me os meus filhos, à minha guarda. Passado uns 15 dias de eu ter saído da prisão, em 2011, conheci uma mulher, deram-me um número de telefone... Um primo meu disse, “toma este número que é uma rapariga muito... pronto, é uma rapariga estável e que tu vais gostar muito e acho que ela vai gostar muito de ti”. Apesar de ela ser muito criança e eu ser um velho já... Telefonei, à mulher que tenho hoje, graças a Deus, posso dizer que é uma mulher que estou bem com ela. Telefonei-lhe e ela disse-me “vem-me buscar que eu quero-te conhecer”. E então nesse dia eu decidi, que eu saí de casa... De casa, saí da prisão, e tinha os meus filhos comigo, e tinha muita roupa em casa e os meus irmãos não me ligavam nenhuma, a quererem aproveitar-se de mim para que eu chegasse ao ponto de eu dizer “eu vou-vos vender tudo o que tenho... eu vou-vos vender tudo o que tenho”. E então foi o que aconteceu, eu nesse dia telefonei à minha esposa atualmente. Telefonei-lhe e perguntei-lhe “quero-te conhecer, eu quero uma vida nova” disse quem eu era, disse o que era, não lhe menti em nada e o que fui e o que sou hoje não é? E ela disse-me “vem aqui, que quero-te conhecer” e então, eu telefonei para os meus irmão e disse-lhes assim, telefonei a todos, “Venham aqui que eu quero falar com vós”. E eles chegaram e vieram falar comigo porque eu já não aguentava mais, eu tinha fome, eu queria comer e não tinha. Queria tomar o pequeno-almoço. Eu dizia assim: “ Jesus, onde é que eu vou buscar...”, porque eu nunca roubei. Infelizmente meteram-me aqui por um processo que já lá chegamos, lá chegaremos. Telefonei aos meus irmãos e eles como se queriam aproveitar de mim e aproveitaram-se bem. Vendi-lhes tudo o que tinha. Vou-lhe falar em escudos que eu em euros não apanho nada. Deram-me quatro mil contos...

E: Isso são dois mil euros... ou vinte mil euros.

ST: Deram-me vinte mil euros pelos lugares todos, que era Barcelos, Vieira do Minho, Ponte de Lima e Vila Verde. Deram-me quatro mil contos por tudo, ou seja, vinte mil euros como o senhor diz. Eu então, mesmo nesse dia, vim à Covilhã ter com ela, que ela disse “vem aos comboios ter comigo”, conheci-a, ela gostou muito de mim e eu gostei muito dela e então nesse dia ela disse, “eu vou contigo para Braga”. E eu perguntei: “Tu tens a certeza? Eu tenho...”, na altura eu tinha 31 anos, “Eu tenho 31 anos, tu tens 18, de certeza que tu queres um homem como eu, tão velho?”. E ela disse, “eu não me importo, eu gosta da tua maneira, de como és e então eu quero ir contigo para Braga”, e foi assim que começamos a nossa vida. Entretanto...

E: O que é que o levou depois a voltar cá?

ST: Entretanto, eu nesse espaço desses meses... Eu saí da cadeia não é, vim buscar a minha esposa e andava-me a divertir com os amigos, a beber aqui, ali... Pronto, queria diversão porque fui muitos anos detido, tive seis anos e nove meses detido e queria um bocadinho de diversão e conhecer o mundo. E entretanto em Braga, em Prado, Braga e Prado é igual. É colado, é uma freguesia que faz parte de Braga. A uns dez quilómetros da minha casa, eu estava a beber num café, não me recordo do nome não é. E ao sair, era cerca de meia-noite, meia-noite e meia. Eu saí do café para o Gispe, uma carrinha grande da GNR pegou em mim e num amigo que estava comigo, levou-nos para a esquadra. A mim, não sei, devia ser por eu ser cigano, mandaram-me para o hospital. Bateram-me muito nas costas e nas pernas, era só nas coxas e nas costas. Em dez só um é que me batia, batia-me, batia-me, batia-me, batia-me e desculpe lá falar assim, eu borrei-me e urinei-me todo e foi a única maneira de um chefe de lá chegar e apanhá-lo pelos clarinhos e dizer “não bates mais no rapaz. Se tocas no rapaz novamente eu vou bater em ti”, foi a única maneira de ele parar. O amigo que estava comigo, não sei, devia ser por ser branco, os meus amigos é raça branca. Eu toda a minha vida me dei com as pessoas, cresci, até hoje, o homem que sou, só me dou com as pessoas da sua etnia. Não sei, a ele deram umas pancadas e a mim mandaram-me para o hospital. Borrei-me, urinei-me todo e a ele praticamente deram-lhe umas pancaditas, quase que nem sentiu. Eu não, quantas mais me dessem mais eu podia levar que já não as sentia. Entretanto, passados seis meses, recebi uma notificação para ir ao tribunal de Vila Verde, comarca de Vila Verde. Torno a dizer, nunca roubei, nunca matei, nem sei roubar, nem sou capaz de roubar nada e então eles acusaram-me de eu ter roubado gasóleo e condenaram-me a um ano e meio e ao amigo que estava comigo, foi absolvido. Agora não sei se era por eu ser cigano. Portanto pela parte da polícia, a GNR incriminou-me sempre a mim e não ao parceiro que estava comigo, ele foi absolvido e a mim condenaram-me com um ano e meio. É só isso que tenho a dizer.

E: Claro. Então, e diga-me uma coisa, sentiu alguma diferença das pessoas no olhar para si, depois de ser preso e regressar à sociedade?

ST: Em Braga não há racismo, em Braga não há racismo.

E: Mas o facto, por exemplo... quando saiu procurou trabalho?

ST: Não, não era preciso porque eu o pouco trabalho que tinha... os ciganos é, eu no meu

caso vendi-a roupa. Vendi os lugares todos. Comecei com esta rapariga. Esta rapariga, como é que hei de explicar, não sabe o que é drogas, não sabe nada... A vida deles é andar por Espanha, na colheita de tabaco, na colheita dos pimentos, isso aí e etc. E entretanto eu habituei-a nas feiras, ora púnhamos um cestinho aqui, ora púnhamos um cestinho ali... E mesmo nos lugares a quem eu tinha vendido, que eram os meus irmãos, eles davam-me sempre aí um metrinho para eu ficar ali a andar a vender.

E: Pois, aí nunca teve problema porque tinha sempre essa hipótese de vida para trabalhar...

ST: Tinha sempre esse hipótese de pronto... E mesmo os ciganos gostam muito de mim, em Braga são uma pessoa querida por todos os ciganos, não há um cigano que me diga não. Diz sempre que sim porque sabe a pessoa que sou e sabe quem eu sou. E basta ser filho de quem sou. Gostavam muito de mim e se fosse preciso até montavam tenda para mim, “olha tens isto aqui e aquilo” e ajudavam-me muito.

E: Então não sentiu nenhuma discriminação por ter estado preso?

ST: Não, nunca senti.

E: Nunca sentiu por parte de ninguém?

ST: De ninguém, tanto de raça branca... Da raça cigana, não há discriminação. Não há discriminação e acerca da raça branca, a sua etnia, em Braga não há racismo. Não há, não há racismo mesmo.

E: E sente que o tempo que esteve preso e depois o sair para vida em liberdade, sentiu que foi preparado durante o tempo que esteve preso? Tal como agora por exemplo. Sente que está a ser preparado para sair? Que lhe dão competências, ferramentas, formação por exemplo?

ST: Acho que não.

E: Por exemplo, das vezes que esteve preso, tirou alguma formação profissional?

ST: Tirei, tirei. Eu tive preso, tirei uma formação da pesca, só nunca me aventurei a ir à Póvoa do Varzim que é a zona da pesca, que esqueço-me neste momento do nome, sei o nome perfeitamente mas está-me a passar.

E: Sim, sim.

ST: E sempre tive aquela coisa de dizer assim, “tenho medo de chegar ali”, não é de pedir trabalho, é de abandonar os meus filhos e a mulher que tenho atualmente sabe? Nunca quis perder a mulher que tenho. Já passei por uma, não quero passar por outras. Acho que, não, tenho a certeza que esta é a mulher da minha vida, mas tenho sempre aquele receio de dizer assim, vou para o mar, não sei o que fazer, ou fico lá no mar?

E: E porque é que escolheu esse curso de formação especial? Tinha mais escolhas ou tinha só essa?

ST: Só tinha essa escolha, não tinha outra escolha. Também tive um curso de carpintaria, apesar de eu... Não há nada que eu não saiba fazer. Sei fazer tudo, tudo, tudo. Só não sei é mecânica e eletricidade. De resto tudo o que há à face da terra, eu sei fazer. Se for preciso

fazer eu faço, mas também sei fazer tudo.

E: E esses cursos de formação profissional, teve conhecimento deles de que forma?

ST: Foi no estabelecimento.

E: Pelos educadores?

ST: Pelos educadores, sim.

E: E a ideia que tinha do que seriam esses cursos quando os fez, correspondeu aquilo que estava à espera?

ST: Sim. Correspondeu sim. Mais o de carpintaria porque eu tenho medo do mar... Tenho medo do mar. Fico confrontado sempre que entrava no mar. Chegava pelo peito e ficava “Jesus, vou morrer aqui” mas dentro de um barco não sei. Nunca entrei dentro de um...

E: Mas o que é que acha que se poderia melhorar nessa formação que teve, da experiência que teve? Acha que poderia ser feito alguma coisa?

ST: Era trabalhar mesmo.

E: Ou seja, ter uma parte prática...?

ST: Ter a parte prática mesmo no mar.

E: No mar?

ST: No mar.

E: No caso deste curso não é?

ST: No curso, sim.

E: E no caso do curso de carpintaria, teve prática depois no curso?

ST: Não, tive prática e acho que tenho jeito para tudo. É como eu digo, só não tenho... Tenho medo de mexer na eletricidade e não percebo nada de mecânica. Mas percebo de tudo.

E: E acha que estes cursos de formação que existem, principalmente nestes dois que teve oportunidade de tirar, acha que se adequam depois às necessidades lá fora no mundo civil?

ST: Sim...

E: E que as pessoas conseguem vir a trabalhar se quiserem, com estes cursos?

ST: Sim, sim... Para mim é tanto um como o outro, mas é como lhe digo, o mar mete-me medo a mim.

E: Pois.

ST: Tenho receio e é fobia acho eu.

E: Acha importante um recluso, quando sai, ter trabalho ou ter oportunidades de trabalho para não reincidir?

ST: Sim, há muitas opções... Nós temos duas opções, ou procurar trabalho ou querer trabalho. Neste caso há pessoas que tiram o curso mas não conseguem trabalho e há outras que não querem trabalhar.

E: Mas acha que há condições...?

ST: A idade também conta, a idade também conta... Se tiver entre os 30 anos é capaz de arranjar trabalho, agora se for uma pessoa que tenha 40 a tirar uma formação seja ela qual for, tem que ter muita sorte para lhe darem trabalho.

E: E sentiu apoio de alguém quando saiu em liberdade?

ST: Não, é como lhe disse, eu nunca tive apoio. Eu nunca tive apoio. Faltava-me o meu pilar que era a minha mãe, que Deus a tenha. Aí, isso sim.

E: E em termos das instituições civis. Ou seja, do sistema prisional para a sociedade, sentiu apoio quer do sistema prisional quer depois de alguma instituição a nível civil ou de integração que lhe desse apoio depois de sair em liberdade?

ST: Não.

E: Não recebeu apoio de ninguém?

ST: Não.

E: Ninguém veio falar consigo, olhe, vai sair, precisa disto, precisa daquilo, verificaram as suas condições de vida antes de sair?

ST: Não, pelo contrário, pelo contrário. Eu por ter alguma coisa acerca do rendimento, tive que eu ir falar com eles e mesmo assim demorou muito, muito tempo para me darem o rendimento mínimo. E só me deram porque tive sorte acho eu. Não é toda a gente que tem essa sorte.

E: Pronto, muito bem.

Sujeito U

E: Então o senhor quando veio preso pela primeira vez, tinha que escolaridade?

Sujeito U (SU): Tinha a terceira classe, eu fiz a quarta classe agora aqui.

E: Fez já cá na cadeia?

SU: Sim, sim.

E: E o senhor quando abandonou os estudos tinha que idade, lembra-se?

SU: Olhe, eu abandonei os estudos... 13, 13 anos.

E: E porque é que abandonou os estudos?

SU: Porque eu estava a trabalhar numa fábrica a ajudar o meu pai. O meu pai tinha uma doença ruim, teve que deixar de trabalhar e os patrões pediram-me para eu ficar no lugar dele. Por esse motivo é que eu deixei de ir à escola.

E: Para trabalhar?

SU: Para trabalhar. Para ganhar o mesmo ordenado que o meu pai estava a ganhar. Naquele tempo oito contos e quinhentos por mês.

E: E acha que se pudesse ter tido a oportunidade de continuar a estudar a sua vida poderia ter sido outra?

SU: Não, não, que eu a cabeça para estudos não era grande coisa. Agora até por acaso estou na escola, segundo ano, mas já não tenho cabeça. Estou na escola só para passar o tempo.

E: Ok.

SU: A cabeça não dá para estudar. Dá para trabalhar, não dá para estudar.

E: E lembra-se de quando e porquê é que o senhor entrou no crime ou se desviou de uma vida normal que poderia ter tido? O que é que o levou a vir parar à cadeia?

SU: O que me levou é que... É que portanto, eu divorciei-me, arranjei uma companheira, onde vivi quase trinta anos com ela. E ultimamente, portanto eu andava desconfiado dela e quando desconfiei mais, chegava a casa e chamava-lhe puta, vaca e o caralho. Ela por intermédio dos patrões que tinha, fez uma queixa de mim, portanto de chamar nomes e violência doméstica e igual. Vim preso.

E: E acha que o álcool influenciou nesse comportamento? O de beber?

SU: Ora bem, os nomes que eu lhe chamava era quando estava com os copos. Quando estava (?) estava tudo bem. Acontece que da primeira vez que vim preso, as coisas nunca mais correram bem e meteram-me uma segunda vez. Ela foi (?) por esses patrões, tive então a segunda vez preso. Da terceira vez foi por causa dos patrões, tornou a meter-me na cadeia que eu já só ia a minha casa, que eu já não estava a viver com ela, eu estava a viver com a minha mãe. Mas tinha que ir a minha casa ir ter com os meus filhos. Ela teve quatro filhos meus. Que eu sabia que eram meus. Os primeiros dois, o primeiro nasceu morto e o outro morreu com quatro mesinhos. E tenho um casal. E ia todos os dias a minha casa e sempre falei para ela. E ela fez a terceira queixa de mim. Foi dada por esses patrões, (?) esses patrões. E eu já estava condenado, desta vez, o meu melhor amigo lá de fora, era da PJ. É da

minha idade. Além de ser da PJ é presidente dos bombeiros onde estava um filho meu, que há poucos meses é que ele deixou os bombeiros para ir para França. Acontece que o meu filho fazia uns trabalhos no jardim para esse meu amigo, quando estava de folga. Estava nos bombeiros e tinha folga à quarta-feira, era à quarta-feira e aos domingos estava em casa. Acontece que o meu guarda pega (?), eu tinha um café pertinho de minha casa, onde ia todos os dias comprar tabaco, e tomar um cafezito... Aparece-me assim esse meu amigo, e pergunta-me seu eu já tinha ido à minha casa. Pronto, isto eram nove e pouco da manhã. E eu disse “por acaso já lá fui”. “Então e o teu Gonçalo?”, que era o meu filho. Ele estava a dormir, ele estava deitado e eu já estava acordado. “Se fosses lá mais eu que queria ver se ele me vinha cortar a relva no jardim? - Vou”. Então acontece que, ele pagou-me o café, marcou com ele, vai no carro mais ele, chega a minha casa e já não estava o carro da minha filha nem do meu filho. Já tinha saído. Tanto o meu filho como a minha filha. Têm carro os dois. Eu subi a minha varanda, cheguei à porta da sala e estava só um trinco e entrei pelo corredor fora. O meu quarto era o da ponta... E, qual foi o meu espanto, quando chego à direção do meu quarto, estava a porta aberta e o meu próprio irmão a ter relações sexuais com ela. Que eu já andava desconfiado. Por isso é que bebia uns copos chamava-lhe os nomes que chamava. Eu então, recuei, não disse nada e fiz sinal para o meu amigo entrar. O meu amigo entrou, fiz-lhe sinal para que ele não falasse e apontei-lhe para o quarto e com ele ali. Quando viu fez-me assim para eu não falar também. Levou o telemóvel do bolso e tirou uma fotografia, que era para eu chamar a minha cunhada. A mulher desse meu irmão. Tirou a fotografia e disse, meteu-me a mão para trás e disse-me, “olha, vais ter com a tua cunhada e mostra-lhe esta fotografia”. Ele deu-me o telemóvel para a mão e eu encostei-me... A minha cozinha é de frente ao meu quarto, encostei-me à mesa da cozinha e só disse “eu já sabia disto há muito tempo”. O meu irmão vai virado a mim, “eu já ando com ela há doze meses”, doze anos digo. “Há doze anos é que ando com ele mas ela é que é a culpada disso, ela é uma cadela”. “Ela é que é culpada que ela pedia-me dinheiro e disse que para me dar não tinha, que me pagava doutra maneira”. “E se fizeres alguma coisa a mim ou ao meu carro eu mato-te”. E eu dei-lhe um estalo. Dei-lhe um estalo e ele foi para se virar mim e esse meu amigo pôs-lhe a mão e ele curvou-se (?). Mas já estava condenado dessa vez, a 3 anos e seis meses de cadeia, que acabam agora a 15 de Abril de 2015. Até tinha uma precária metida, mas recebi uma notificação que tinha posto antes do tempo, agora só a 10 de Novembro é que posso meter outra. E é por esse motivo porque eu estou aqui.

E: Ou seja, das vezes todas que entrou e saiu foi sempre por violência doméstica?

SU: Considerado...

E: Considerado violência doméstica.

SU: Pois. Que eu nunca roubei nada a ninguém, não me meto em drogas, nem são o que são drogas nem quero. Fumo meu cigarro normal...

E: E senti o apoio sempre... sentiu apoio de alguém das vezes em que foi preso e saiu?

SU: Tenho apoio dos meus filhos.

E: Dos filhos? Eles vêm visitá-lo?

SU: Por acaso a última vez que vieram foi pelo Natal e estive há bocado a falar com o meu filho que vem cá ou no fim de Outubro, se ele tiver de folga, que ele é segurança, se tiver folga nos fins de Outubro vem cá mais a irmã. Se não tiver folga nos fins de Outubro, vem cá no princípio de Novembro.

E: Ou seja, os seus filhos são acima de tudo, quem o vem visitar?

SU: São, são. São sim senhora. Quando eu estava perto de casa tinha as minhas tias também, que também me vinham visitar e uns sobrinhos meus. Só que os meus sobrinhos vem para o Canadá e agora só tenho dois filhos.

E: E qual é a importância o facto de os seus filhos o virem visitar, aqui?

SU: Para mim é muito.

E: O que é que representa?

SU: Representa que são filhos de pai. E eles vem visitar porque eu também são amigos dele. Porque eu quando estou lá fora, tudo o que eles precisam, vem ter com o pai, não vão ter com a mãe.

E: Sente o apoio... Das vezes em que saiu sentiu sempre o apoio dos seus filhos.

SU: Tanto eles para mim, como eu para eles.

E: E da restante comunidade, sentiu que a comunidade.... Ou seja, como é que foi a reação da comunidade das vezes em que foi preso e voltava em liberdade?

SU: Tudo igual, dou-me bem com toda a gente.

E: Tudo igual? Nunca sentiu que de alguma forma desprezado?

SU: Nada, nada... Nunca fui desprezado por ninguém.

E: Nunca foi desprezado por ninguém?

SU: Não, porque toda a malta... Eu vim acabar por descobrir o que se passava com ela. E as pessoas apoiam-me pelo motivo de ela fazer o que me fez.

E: Claro.

SU: Por isso é que as pessoas me apoiam.

E: E o senhor...

SU: Não me faltam mulheres, não me faltam mulheres. Eu quando sair daqui está previsto eu ir viver com uma prima minha que é viúva. Quando for para casa é para casa dela que eu vou. Tinha posto uma precária, recebi há pouco uma notificação que tinha sido cortada porque foi antes do tempo, agora em 10 de Novembro é que posso meter outra. Estou a contar pelo Natal ir a casa.

E: Claro. E essas precárias que o senhor tem acesso, tem direito, qual é que a importância também para si de ter essa possibilidade de ir alguns dias para casa?

SU: É bom porque vou estar com os meus filhos. É só para estar com os meus filhos. E com os meus netos.

E: Pois, permite um reencontro com a família?

SU: Ora pois com certeza, que o que eu quero mais é ver os meus filhos e os meus netos.

E: Claro.

SU: Pai já não tem, mãe já não tem.

E: E acha que mudou alguma coisa na sua relação com os seus familiares, principalmente os seus filhos, o facto de ter vindo preso?

SU: Não, não mudou nada.

E: Continua tudo igual?

SU: Continua tudo igual.

E: Continua sempre a apoia-lo na mesma?

SU: Tudo, tudo igual. Eles apoiam-me a mim, eu quando posso apoio-os a eles. Ainda hoje que o meu filho me atendeu, foi coisa de uma hora... Foi no intervalo da escola, que eu estou na escola, no segundo ano, para passar o tempo. Eu não queria ir para a escola mas anda aí uma professora, que foi onde eu tirei a quarta classe, foi com essa professora. E como aluno, ela gostava que eu andasse na escola e até foi ela que me inscreveu, e disse “você tem que ir para a escola”. E eu disse “não vou nada porque eu já não tenho cabeça para isso”. “Ah, mas vocês se não vai, nunca mais me fale, porque eu quero-o na escola”. Pronto, eu fiz-lhe a vontade e então fui.

E: E além da escola, já teve oportunidade de tirar algum curso de formação profissional, aqui na prisão?

SU: Tirei, eu tive na quinta já. Eu já tive na quinta, só que houve lá uma chatice comigo e com outro colega e viemos os dois para cima. Tirei lá dois cursos de agricultura.

E: E porque é que escolheu esse curso e não outro? Ou só tinha esse?

SU: Os cursos que houveram foram esses dois.

E: E a ideia que o senhor tinha relativamente a esse curso, o que seria esse curso, quando o fez, correspondeu àquilo que estava à espera?

SU: Sim, sim. Porque para mim a agricultura é tudo. Eu já tive vacas de leite.

E: Pois.

SU: Pronto, sempre gostei da agricultura. Além de ser empregado muito ano, eu sempre trabalhei de noite, eu ia por voltei da meia-noite, eu ia à hora que queria e saía às horas que eu queria. Eu se quisesse estar dois, três dias, sem ir à fábrica, desde que tivesse o trabalho feito, podia estar dois, três dias sem lá ir. Depois ficava mais um bocadito, porque era aquela casca de pinheiro moído e serrante (?) para cima do forno, para os forneiros fazerem tijoleira (?). Que essa fábrica agora até fechou. Levaram as máquinas para Angola e foram lá abrir uma fábrica. Mudou de patrões e os patrões novos levaram as máquinas para Angola para irem lá fazer uma fábrica. Mas eu portanto, sempre trabalhei, era de noite, e pouco descansava o resto do tempo. Ocupava...

E: Nunca teve problema em arranjar trabalho quando saiu, das vezes em que esteve preso e que voltou a sair, nunca teve problema em arranjar trabalho?

SU: Não, não, até pelo contrário. Eu tinha um sobrinho meu que tinha vindo da América, que ele estava casado com uma americana e esta americana sem ele saber, andava metida na droga, e o meu sobrinho foi preso. E o meu irmão, pai dele, e a minha cunhada para o tirarem da prisão tiveram que se responsabilizar a vir trazê-lo a Portugal, assinar documentos em como o vinham trazer a Portugal, e arranjar duas pessoas de família que se responsabilizassem cá por ele e assinar documentos em que como se responsabilizavam. Então quem é que se responsabilizou? Foi esse mesmo meu irmão, que eu apanhei com a minha companheira pronto, que eu estava divorciado, com a gaja que estava junto. Foi esse mesmo meu irmão que assinou os documentos mais a minha cunhada em como se responsabilizavam por ele. E ela só tinha uma filha, o primo gostou da prima e a prima... pronto, lá se casaram. Até têm duas meninas bonitas. Sempre vieram visitar-me. A partir do momento em que ele foi para o Canadá, pronto, não veio cá mais.

E: Mas relativamente à formação profissional que estamos a falar, esses cursos que tirou. Acha importante o facto de ter esses cursos de formação profissional, que é uma mais valia para quando se sai em liberdade? Não só o senhor como outros que os tiram, puderem arranjar trabalhar com mais facilidade?

SU: Sim, sim.

E: E no seu entender, a formação que foi dada...

SU: Trabalhar com máquinas agrícolas, é o meu gozo. Tratores. Tudo isso é o meu gosto. Até gostei muito de tirar cursos. Tenho ali os certificados.

E: Claro, e acha que se podia mudar alguma coisa na sua opinião, nesses cursos que foram dados? Faltou alguma coisa que poderia ter sido dado e não foi dado?

SU: Eu penso que não...

E: Acha que correu tudo bem? Foi tudo bem dado?

SU: Eu penso que não, eu penso que não. Correu tudo bem.

E: Na sua opinião, acha que é importante ter um trabalho quando se sai em liberdade, que ajuda prevenir a que a pessoa reincida novamente no crime?

SU: Bem, isso dos cursos não quer dizer nada, porque eu vou... É a terceira vez e há-de ser a última. Porque foi uma mulher que nunca lhe bati, unicamente pois ela desconfiava. Porque ela só me começou a trair a partir da primeira vez que eu vim preso. É que ela me começou a trair com esse meu irmão. A partir do momento em que a apanhei com o meu irmão, deixei-a à vontade, ela é livre de, ela faz o que quer e eu faço o que eu quero. De marés que é assim, não...

E: E o senhor acha que durante este tempo que teve preso e nas vezes em que saiu e que voltou a entrar e que saiu...

SU: Não, não foi por causa disto (?).

E: Sim, sim, mas pronto, esteve preso, depois saiu, depois voltou a estar preso.

SU: Sim, certo, certo.

E: Pronto, nesta fase, sentiu que o tempo que esteve cá preso, que lhe deram, que o prepararam para sair em liberdade? Que lhe deram competências, seja através da escola, seja através desses cursos de formação. As oportunidades que lhe dão durante o tempo que cá está, foram suficientes para quando saísse em liberdade, estar preparado para se inserir na...?

SU: Sim, foram sim senhor.

E: Foram?

SU: Foram sim senhor. Foi o tempo que eu estive na escola, o tempo que estive na quinta, foi muito bem aproveitado.

E: Sim, por exemplo esse tempo que esteve a trabalhar na quinta, o que é que representava para si o facto de estar na cadeia a estar a trabalhar?

SU: Para mim representava a mesma coisa que estar em liberdade. Porque uma pessoa, ao ir daqui para a quinta tem que assinar um documento em como se fugir, são mais dois anos que apanha. Uma pessoa tem que ter aquela responsabilidade e não pode pôr o pé na argola, não é?

E: Claro, claro.

SU: Não pode meter o pé na argola. Portanto, essa oportunidade de eu andar na escola e a oportunidade de me porem na quinta... porque assim que eu fiz a quarta classe, diretamente fui para a quinta. Para mim foi bom. Para mim foi bom.

E: Ou seja, era como se não estivesse preso?

SU: Era como se não estivesse preso... E os dias davam para eu pensar que aquela mulher não me ia por mais aqui na cadeia porque eu, porque aquela mulher para mim, posso lá ir a casa dela, mas aquela mulher para mim morreu.

E: E quando estava a trabalhar estava ocupado...?

SU: Estava ocupado, estava tudo bem. Aquela mulher para mim morreu, falo para ela sim senhor, falei para ela até ao dia em que fui preso porque ele ia lá sempre a casa. A casa foi feita entre os dois. O meu filho já fez uma casa ao meu lado e a minha filha também tem terreno para fazer casa se quiser. Tenho outro filho, que é o mais velho, que é de outra mulher. Mas esse, deixei-o um pouco de parte, porque quando a avó estava boa (?), ele todos os domingos vinha visitar a avó porque a avó dava-lhe dinheiro. A avó encamou, nunca mais veio ver a avó, a avó morreu, telefonei-lhe, “Ó Luís, olha que morreu a tua avó, é o funeral amanhã para tantas horas”. “Ó pai, façam um raminho que eu pago e vou ao funeral”. Não apareceu. Um dia encontrei-me com um tio dele do lado da mãe, no campo da bola, e disse-lhe: “diz lá ao teu sobrinho, que ele de mim já recebeu o que tinha a receber”. “Então porquê?”, “Por isso assim, assim”. Nunca me veio visitar. É a terceira vez que estive preso e nunca me veio visitar. Só faz falta quem cá vem.

E: Além dos seus filhos que o apoiaram e continuam a apoiar...

SU: Agora os filhos desta que me meteu cá dentro, esses para mim podem ser os melhores (?).

E: Continuam sempre a dar o apoio...

SU: A minha filha está em França, ainda no Sábado passado... Foi no Domingo, foi no Domingo. Que é quando eu tenho mais hipótese de falar com ela por ela estar em casa. E mesmo assim no Domingo, quando liguei para ela, umas 9, 10 horas. Ela tinha ido fazer duas horas e meia de trabalho. E então só ligo para ela ao Sábado e ao Domingo que é mais ou menos quando ela está em casa.

E: Claro.

SU: Ficam contentes por me ouvir ao telefone e eu também fico contente por falar com eles. Ainda há bocado, quando o meu filho me atendeu, “Então pá, está tudo bem contigo?”. “Olha o Tio Joaquim”. Ele não diz pai, é “Tio Joaquim, olha o Tio Joaquim, está tudo bem contigo?”. “Ó pá, está um bocadinho mal e tal”. Porque a minha filha tinha-me dito no Domingo passado, “Ó Pai, eu mandei um dinheiro para a minha mãe e para (ruído - imperceptível). Assim que a minha mãe receba, ela vai mandar-te para aí 50 euros. E eu disse, “pronto, está bem”. (?) porque é mais perto de casa.

E: Mas além dos seus filhos, sentiu apoio por parte quando saiu em liberdade, por parte de alguma instituição ou por parte do sistema prisional?

SU: Sim, sim, sim. Segurança social.

E: Sim, que tipo de apoio é que lhe deram?

SU: Tenho uma senhora que está em Oliveira do Bairro, que é a Dr.^a Ana Quinteiro, essa senhora é tanto, como se fosse minha mãe. É uma senhora espetacular, só tenho bem para dizer dela, não tenho mal nenhum para dizer dela. Aquela senhora põe-me espetacular.

E: Mas que tipo de apoios é que lhe deram?

SU: Estavam a dar-me o rendimento mínimo.

E: Ou seja, quando saiu, fez o pedido do rendimento mínimo e deram-lhe?

SU: Pois... Até foi uma senhora muito minha amiga, que até já morreu...